

Ricardo Rippel

**Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná:
uma análise de 1950 a 2000**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Demografia do Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual De Campinas sob orientação do Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 30/11/2005.

BANCA:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (Orientador)

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob (Suplente)

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmos (Suplente)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R483m **Rippel, Ricardo**
Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do
Paraná: uma análise de 1950 a 2000 / Ricardo Rippel.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Colonização. 3. Fronteiras.
4. Desenvolvimento econômico. I. Cunha, José Marcos Pinto da.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Migration.
Colonization.
Boundaries.
Economic Development.

Área de concentração: Mobilidade Espacial da População.

Titulação: Doutor em Demografia.

Banca examinadora: José Marcos Pinto da Cunha, Rosana Aparecida
Baeninger, Daniel Joseph Hogan, Alexandre Magno Alves Diniz, Jandir
Ferreira de Lima.

Data da defesa: 30/11/2005.

RESUMO

O desenvolvimento de uma região de modo geral se vincula à dinâmica populacional e à organização do capital; que transformam as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse. Como o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área determinada está relacionado com o comportamento da economia e com o processo de inserção e unificação dos mercados das regiões, a análise da relação migração e desenvolvimento é relevante. O Oeste do Paraná é o objeto de pesquisa por conjugar uma situação na qual o seu desenvolvimento deuse conectado com a migração na área. De formação socioeconômica recente, a região inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional de ocupação de fronteiras e no processo de transnacionalização do capital agrícola. Embora na etapa de ocupação de seu território tenha atraído grande leva de imigrantes, seu desenvolvimento inverteu este processo, tomando a área um lugar de elevada evasão populacional, em curto espaço de tempo. De modo que ao estudo interessa aferir os níveis de interferência das migrações no desenvolvimento da área e vice-versa. Para analisar este processo, foram utilizados dados censitários de diferentes escalas espaciais, abrangendo os níveis interestaduais, intra-estadual e intra-regional.

ABSTRACT

The development of an area is linked in general to the population dynamics and to the organization of the capital that transform the "local environmental" conditions, molding them according to its interest. As people's displacement and investments in a determined area is related to the behavior of the economy and to the insertion process and unification of the markets of the region it is relevant to analyze the relationship between migration and development. In this study, the West of Paraná state is the research object due to the conjugation of a situation in which the development is connected to the migration in the area. As a result of recent socioeconomic formation, this area was inserted in the model of national development of occupation of borders and in the process of transnationalization of the agricultural capital. Although in the period of occupation the territory has attracted a great amount of immigrants, its development inverted this process transforming the area into a place of high population escape, in a short space of time. Thus, the aim is to check the levels of interference of the migrations in the development of the area and vice-versa. In the analysis of this process, census data of different space scales were used, including the following levels: interstate, intra-state and intra-regional.

*À Valderice e Sara,
meus amores.*

Sábio é o homem que dá pelo pão o trabalho. Ignorante é o homem que dá pelo pão a alma. (Anônimo)

A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância. (Confúcio)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por sua imensa bondade e misericórdia para comigo.

À Valderice, por seu amor, força e dedicação:

À Sara, minha filha, por seu carinho e amor.

Há ambas desculpas pela solidão em Campinas e pela ausência no desenrolar deste trabalho. “Sem vocês eu não teria conseguido”.

Ao meu cunhado Padre Anselmo, por seu auxílio e presença que muito nos ajudou nos incontáveis momentos de solidão em Campinas e também depois.

Aos meus sogros por suas orações, pelo apoio e pela compreensão nas horas mais difíceis.

Aos meus pais, E a minha Tia Iolanda.

Ao Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, pela irrestrita disponibilidade na orientação deste trabalho, pelas recomendações, que apoiadas em sua experiência e conhecimentos representaram segurança quando surgiram dúvidas, e pela gentileza e respeito com que apontou falhas e sugeriu mudanças.

Ao Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan e a Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger, pelas observações, críticas e sugestões nos seminários de tese, bem como pelo apoio nas várias etapas.

Aos demais professores do curso, por sua paciência e colaboração.

Ao amigo e colega Alberto, por sua amizade ao longo de todo este percurso, e por seu inestimável auxílio na rodagem dos dados e na elaboração dos mapas; muito obrigado.

Ao professor e amigo Célio Escher por seu trabalho de revisão e sugestões.

Ao Lucir por seu imprescindível auxílio nos ajustes finais.

Aos funcionários do NEPO e aos da pós graduação do IFCH, pessoas que me auxiliaram e me proporcionaram o apoio necessário durante minha passagem pelo curso.

À Vera, Luzia, Biro e Álvaro, meus colegas de turma, agradeço por sua amizade e pelo auxílio nos vários momentos de nosso percurso.

Ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Unioeste – Campus de Toledo – PR, em especial aos professores Carlos, Jandir, Jefferson, Miriam, Moacir, Pery e Weimar, por seu apoio fundamental para o sucesso desta empreitada.

À Unioeste, pela liberação e incentivo recebido, e à UNICAMP, pela oportunidade.

SUMÁRIO:

I - INTRODUÇÃO	1
1.1. O Problema e sua Importância	5
1.1.1 – Caracterização e Justificativa do Objeto de Estudo.....	10
1.2. Procedimentos Metodológicos	17
II – REFERENCIAL TEÓRICO	21
III - A OCUPAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ: UM RETROSPECTO ECONÔMICO- DEMOGRÁFICO.....	71
3.1. A Região, a Marcha para o Oeste e sua Inserção na Política Nacional	76
3.1.1 A dinâmica de Crescimento da população no Oeste do Paraná frente à consolidação de sua economia.	84
3.2. A Imigração e a Colonização no Oeste do Paraná de 1950 a 1960 - as Décadas Cruciais.	88
3.3. A Formação da Base Agrícola Exportadora - o Período de 1960-69 e as décadas seguintes.....	95
IV - ALGUNS CONDICIONANTES DA MIGRAÇÃO E DO ÊXODO RURAL NO OESTE DO PARANÁ.....	111
4.1. As transformações produtivas na agricultura do Oeste do Paraná e os impactos demográficos.....	123
4.2 A Modernização da agricultura e o comportamento da PEA no Oeste do Paraná – rebatimentos migratórios.	129
V - OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO OESTE DO PARANÁ E A DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL DE 1970 A 2000.....	139
5.1. Os movimentos migratórios do Oeste do Paraná de 1970-2000: Explicações Gerais....	142
5.2. Migração Interestadual do Oeste do Paraná – 1970/2000	144
5.3. Migração Intra-Estadual: o Oeste Paraná e as demais Microrregiões Homogêneas do Estado.....	157
5.3.1 O Oeste Paranaense e os movimentos migratórios intra-estaduais	159
5.4. Dinâmica Migratória Intra-Regional do Oeste do Paraná no período de 1970-2000	175
VI - CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ.....	187
VII - CONCLUSÃO.....	211

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	237

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Proporção da população não-natural da UF em que foi recenseada em relação à população total, nos Estados da Região Sul - 1960/1991.....	6
Tabela 3.1: Municípios e população do Oeste do Paraná de 1940 a 2000.....	83
Tabela 3.2: População Total e Taxas de Crescimento Populacional Anuais - Oeste do PR, Paraná e Brasil - 1940-2000.....	86
Tabela 3.3: Região Oeste do PR – Municípios e Data de Criação	101
Tabela 3.4: Algumas das principais áreas de atração populacional no Brasil segundo participação da Imigração Líquida Estimada para o Período de 1960-70 na variação Absoluta da População Total	102
Tabela 3.5: Estado do Paraná - População Total em 1970 - Variação Absoluta e Componente Migratório - Período 1960-1970, Segundo Microrregiões Homogêneas.....	103
Tabela 3.6: Oeste paranaense - área colhida das principais culturas temporárias - variação percentual - 1960 – 1970	106
Tabela 3.7: Evolução da área plantada (ha), de algodão, milho, soja e trigo, na MRH – Oeste do Paraná 1960/80 (ha e %).....	108
Tabela 4.1: Número de Estabelecimentos (propriedades rurais) do Oeste do Paraná de 1975 a 1999. Participação Percentual por faixa no Total da área produtiva rural da região. Taxas de Crescimento Geométrico e Variação Percentual por Período	117
Tabela 4.2: Evolução da Composição da População e Densidade Demográfica do Oeste Paraná. Por área urbana ou rural de residência - de 1970 a 2000	121
Tabela 4.3: Evolução quinquenal da produção da soja e do trigo no Oeste do Paraná – 1970-2000.....	126
Tabela 4.4: Saldos Migratórios Estimados para o Oeste do Paraná Segundo Situação do Domicílio e Sexo - 1970/80, 1980/90, 1990/2000.....	126
Tabela 4.5: Taxas de Migração Líquida Anual - Estimadas para o Oeste do Paraná Segundo Situação do Domicílio e Sexo - 1970/80, 1980/90, 1990/2000	128
Tabela 4.6: Números de arados, máquinas e tratores na região Oeste do Paraná nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995	128
Tabela 4.7: Oeste Paranaense - População Economicamente Ativa - PEA por Setor da Economia de 1970 a 2000, dados censitários e taxas de crescimento anuais	132

Tabela 5.1: Dezesete Maiores Municípios e Região Oeste do Paraná - População Urbana e Rural em 1970, 1980, 1991 e 2000	141
Tabela 5.2: Principais Municípios do Oeste do Paraná – Volumes de Emigração - Imigração Interestadual quinquenal–1970 a 2000.....	144
Tabela 5.3: Migração Líquida, Bruta e Índice de Eficácia Migratória do Oeste do Paraná Calculados para 1975-80 (última etapa); 1986-91 e 1995-2000 (data fixa).....	149
Tabela 5.4: Principais Estados brasileiros como Destino e Origem dos Fluxos Migratórios no Oeste do Paraná. 1970-2000 – Quinquênios de 1975-80 (U.E.), 1985-91 e 1995-2000 (D.F.).	151
Tabela 5.5: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais de Última Etapa e Data Fixa Principais Municípios do Oeste do Paraná Quinquênios de 1976-1980, 1986-1991 e 1995-2000.	160
Tabela 5.6: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais - Emigração e Imigração e Migração Líquida Na Mesorregião Oeste do Paraná de 1975 a 2000 em Três Quinquênios - 1975-80 (UE), 1986-91 (DF), 1995-2000 (DF).....	166
Tabela 5.7: Oeste do Paraná e Principais Cidades da Região - Migração Líquida, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória de 1975-1980 e de 1986-1991.....	174
Tabela 5.8: Movimentos Migratórios Intra-Regionais do Oeste do Paraná Tipo Última Etapa e Data Fixa -Períodos de 1975-80, 1986-91 e 1995-2000.	176
Tabela 5.9: Movimentos Migratórios Intra-Regionais do Oeste do Paraná Migração Líquida, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória. Do Tipo Última Etapa. Períodos de 1975-1980 e 1986-1991.....	184
Tabela 6.1: Arranjos Familiares dos Chefes de Família Imigrantes no Oeste do PR Organizados por tipo de Migração – 1980, 1991 e 2000.	195
Tabela 6.2: Chefes de Família Imigrantes Interestaduais com Tempo de UF menor do que 10 anos, Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva no Oeste do PR. 70/80; 81/91; 90/2000.....	200
Tabela 6.3: Chefes de Família Migrantes segundo Anos de Estudo / Escolaridade, Principais Municípios e Oeste do Paraná – Participação Percentual nos períodos: 1960/70, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000.....	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: Taxa Decenal de Migração de 1960 a 1970 das Microrregiões Homogêneas do Paraná	104
---	-----

Gráfico 4.1: Taxas de Crescimento Populacional Anuais - Paraná, Oeste do PR e Brasil - 1940-2000.....	114
Gráficos 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 : Evolução da Distribuição Fundiária do Oeste PR de 1970 a 1999	118
Gráfico 4.3: Evolução da População segundo situação de domicílio - Oeste do Paraná - 1970/2000	122
Gráficos 5.1: 5.2 e 5.3 Principais Municípios de origem dos emigrantes interestaduais do Oeste do PR – 1975 a 2000	146
Gráficos 5.4, 5.5 e 5.6: Principais Municípios destinos dos imigrantes interestaduais do Oeste do PR – 1975 a 2000	147
Gráficos 6.1, 6.2 e 6.3: Pirâmides Etárias de Imigração Inter-Estadual no Oeste-PR 1975-2000	188
Gráficos 6.4, 6.5 e 6.6: Pirâmides Etárias de Imigração Intra-Estadual no Oeste-PR 1975-2000	190
Gráficos 6.7, 6.8 e 6.9: Pirâmides Etárias de Imigração Intra-Regional no Oeste-PR 1975-2000	192
Gráfico 6.6: Chefes de Família Imigrantes no Oeste do Paraná Segundo Escolaridade de 1960 – 2000 Participação percentual em termos de anos de Estudo	209

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1: Sub-regiões administrativas do Estado do Paraná.....	9
Mapa 1.2: Região Oeste do Paraná – Macro-fronteiras e Lago Itaipu – 2005.....	10
Mapa 1.3: Região Oeste do Paraná – Municípios e Fronteiras – 2005	14
Mapa 3.1: Rota dos Capitais para a região Oeste do Paraná - séculos XIX e XX.	74
Mapa 3.2: Expansão brasileira e fluxo migratório no Oeste do Paraná.....	78
Mapa 3.3: Estado do Paraná – municípios existentes de 1940-49 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná).....	80
Mapa 3.4: Estado do Paraná – municípios existentes de 1950 a 59 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná).....	92
Mapa 3.5: Estado do Paraná – municípios existentes no ano de 1969 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná).....	94
Mapas 5.1, 5.2 e 5.3: Principais fluxos de emigração interestadual do Oeste do Paraná – 1975-80, 1986-91 e 1995-2000	152

Mapas 5.4, 5.5, 5.6: Principais fluxos de imigração interestadual do Oeste do Paraná – 1975-80, 1986-91 e 1995-2000	155
Mapa 5.5: Microrregiões Homogêneas do Paraná.....	158
Mapa 5.6, 5.7 e 5.8: Emigração Intra-Estadual do Oeste do PR – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.....	168
Mapa 5.9, 5.10, 5.11: Imigração Intra-Estadual no Oeste do PR – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.....	170
Mapa 5.12, 5.13 e 5.14: Principais Municípios do Oeste do PR em volume de Emigração Intra-Regional 1975-1980 e 1986-1991.	178
Mapas 5.15, 5.16 e 5.17: Principais Municípios do Oeste PR em volume de Imigração Intra-Regional – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: Mecanismos por meio dos quais a Mecanização e a Mercantilização da Produção Rural no Oeste do Paraná propiciaram Emigração Rural.....	68
Figura 5.1: Etapas de Polarização, Urbanização e Movimentação Populacional.....	182
Figura 7.1: Fases e Fatores de Interferência na Ocupação Migratória no Oeste do Paraná - 1946/2000	213

I - INTRODUÇÃO

A discussão da interdependência entre população e desenvolvimento é reflexo de situações práticas no dia-a-dia das populações, situações que atraem a atenção dos pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais aplicadas. As raízes históricas dessa discussão, segundo Szmrecsányi (1991), remontam a épocas anteriores à própria existência da economia e da demografia como ciências, sendo que essa relação tem atraído a atenção de diversos pensadores desde a mais remota Antiguidade.

Já Singer & Szmrecsányi (1991), ao analisarem a conexão entre dinâmica populacional e desenvolvimento, sustentam que em primeiro lugar se deve definir com precisão os termos a serem utilizados, pois a correta definição dos mesmos é fundamental para uma maior compreensão dos dois processos (o de *desenvolvimento* e o da *dinâmica populacional*); para então, num momento posterior, entender de modo mais claro a inter-relação que se estabelece entre ambos. Assim, definem o desenvolvimento como sendo muito mais do que o mero crescimento econômico de um país ou de uma região, seja ele apontado de forma total ou *per capita*.

O desenvolvimento é também bem mais do que a simples ampliação da renda de sua população, pois ele não é, segundo os autores, um processo puramente quantitativo e mecânico passível de ser medido estatisticamente ano a ano. Sustentam, então, que o desenvolvimento é um processo qualitativo de mudança estrutural; histórico em sua essência, não apenas porque leva tempo para se materializar, mas porque configura uma evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas.

Neste contexto, Kuznets (1983), analisando a questão do desenvolvimento econômico, comenta e conceitua o crescimento econômico das nações, em suas palavras:

“Identificamos o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto per capita ou por trabalhador, acompanhado muitas vezes de um aumento populacional e geralmente de mudanças radicais de estrutura. Nos tempos modernos, são mudanças da estrutura industrial, dentro da qual o produto foi gerado e os recursos foram empregados – fora das atividades agrícolas e no sentido das atividades não agrícolas, num

processo de industrialização na distribuição da população entre o campo e as cidades, num processo de urbanização.” (Kuznets, 1983; p. 7)

Já, Sandroni (1999) define *desenvolvimento econômico* como sendo o crescimento econômico (aumento do produto *per capita* de um país ou de uma região), acompanhado por efetivas melhorias do padrão de vida da população, bem como por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Tal posicionamento acarreta a necessidade de se assumir que o desenvolvimento é um processo de transformação estrutural no qual os indivíduos da área sob análise têm real participação e vivenciam os resultados, que implicam necessariamente na elevação de sua qualidade de vida.

Desta forma, observa-se que os debates referentes aos problemas do desenvolvimento têm evoluído constantemente, principalmente após as análises de Rostow (1978). Segundo ele, o desenvolvimento econômico ocorre em estágios que possuem um papel fundamental. A cada uma destas etapas o autor sustenta ser imprescindível a participação dos indivíduos, pois, em síntese, eles são os responsáveis e os usuários deste fenômeno e dos seus resultados.

Nesse processo histórico, segundo Ravenstain (1980), o cenário do desenvolvimento econômico de uma região tem influência nos deslocamentos populacionais que para lá se dirigem e de lá se originam. Sustenta o autor que, nesse movimento de crescimento da economia, a migração é importante fator no processo; ora influenciando o mesmo, ora sendo influenciada por ele. Argumenta ele que tais fluxos têm rebatimentos econômicos importantes, de tal modo que a questão merece uma análise mais detalhada.

Mediante isto, e com o evoluir das ciências sociais aplicadas, percebeu-se essa realidade de modo mais evidente. De tal modo que, por exemplo, os enfoques de análise regional têm se constituído em importantes ferramentas de estudos, realizados em diversos segmentos e setores das sociedades, principalmente quando são abordados por enfoques socioeconômicos relativos à população. E, quando se adota tal enfoque, transparece a participação dos indivíduos e suas famílias, que constituem o componente demográfico da questão.

A importância deste elemento tem-se configurado, na história do Brasil, como essencial para a consolidação e desenvolvimento de diversas áreas do país, especialmente

nos últimos 40 anos. De modo que uma análise apurada permite ver que a migração de indivíduos e famílias tem sido muito comum ao longo de nossa história, bem como tem sido determinante na configuração de diversas características das áreas de colonização e desenvolvimento recente da pátria.

Apesar de os estudos sobre a migração interna já estarem numa situação melhor do que vinte anos atrás, ela continua a merecer novas análises, dadas as suas variadas facetas e peculiaridades, tudo isso com o intuito de se compreender melhor os seus condicionantes e conseqüências, principalmente ao nos referirmos à colonização e ocupação das chamadas áreas de fronteira recente. Embora diversos pesquisadores tenham se manifestado a favor de maiores investimentos em pesquisas sobre a imigração interna, tais estudos muitas vezes não têm sido realizados. (Martine, 1990).

Isto acaba revelando uma incongruência, pois as transformações ocorridas na sociedade brasileira têm sido objeto de debates e de análises intensas de várias ciências. Nestes estudos se percebe que o contexto no qual ocorreram e ocorrem as migrações é caracterizado: por deslocamentos de expressivos contingentes humanos; reordenações geográficas; e pela produção de espaços existenciais que são historicamente construídos e que derivam da adoção de práticas produtivas decorrentes das relações cotidianas. E que isto, via de regra, surge das relações que os indivíduos estabelecem e que são atreladas às potencialidade das regiões de ocupação.

Assim, como um fenômeno social importante, as migrações internas são, ao mesmo tempo, condicionadas e resultantes de um processo global de mudanças sociais e econômicas, das quais não podem ser separadas. De modo que este estudo procura tratar da produção e das transformações na realidade social do Oeste do Paraná a partir das repercussões das migrações ocorridas na região; principalmente no que se refere ao seu comportamento, suas características e sua relação com o crescimento econômico e o desenvolvimento regional.

Embora se reconheçam as dificuldades teóricas que permeiam as questões referentes ao desenvolvimento regional, o alvo principal deste estudo é compreendê-las a partir dos movimentos migratórios. Por isso, as análises da dinâmica populacional, com um especial enfoque da migração, contribuem efetivamente para uma melhor compreensão do problema do desenvolvimento regional. Esse desenvolvimento impacta diretamente no

processo migratório e vice-versa, e isto repercute no comportamento demográfico e econômico de diversas regiões do país, inclusive o Oeste do Paraná.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital, que necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse e necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área determinada está diretamente relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e unificação de mercados e da região no mercado. (Santos, 2003).

Frente a esta constatação, o Oeste do Paraná é um importante objeto de pesquisa. De formação socioeconômica recente, resultante de movimentos migratórios colonizadores, especialmente oriundos do Sul do Brasil, na segunda metade da década de 1940, a região do Paraná inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional voltado para a ocupação das fronteiras e no processo de transnacionalização do capital. A área acolheu grandes contingentes populacionais internos provindos, em sua maior parte, das antigas zonas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estruturadas em base à pequena propriedade familiar.

Assim, as transformações dessa região, ocorridas a partir da modernização do país, via reordenação da economia mundial e da internacionalização do capital após a II Guerra Mundial, imprimiram relações sociais competitivas no país e estabeleceram condições favoráveis para o processo de ocupação da área, fato que se deu dentro da “marcha para a Oeste”, deflagrada pelo governo de Getúlio Vargas¹.

Assim, ao estudo interessa aferir os níveis de interferência das migrações e seu volume na organização territorial e no desenvolvimento do Oeste paranaense. Pois, na construção histórica dos municípios da região, a produção e as transformações das atividades econômicas da sociedade regional indicam o perfil do migrante da área, principalmente a partir da compreensão dos seus movimentos no espaço regional.

¹ Neste contexto, a definição de uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, a universalização do mercado e a internacionalização do capital constituiu-se num movimento que incidiu diretamente sobre a organização e o comportamento dos povos e das comunidades, notadamente nos países de economia dependente. No Oeste do Paraná, os novos municípios que se formaram, além de permitirem certa continuidade cultural, similar à existente no local de origem, provocaram nos mesmos a existência de influxos dos padrões de consumo, das relações individualizadas e competitivas e de novos referenciais culturais e técnicos impostos pela cultura hegemônica do capitalismo transnacional (Gregory, 2000).

Desta forma, a explicitação das mudanças provocadas pelo processo no plano da economia regional e da organização social assume relevada importância neste estudo, pois estas representações do mundo social, embora aspirem à universalidade, estão sempre relacionadas a um determinado contexto que as produziu. Daí a necessidade de relacionar as correntes migratórias do Oeste do Paraná com a produção e as transformações da realidade social da região e do país.

O estudo detém um conteúdo maior de relevância quando se considera que, segundo Martine (1994), a região foi, durante muitos anos, da década de 1950 até meados da de 1970, uma das de maior atração migratória do Brasil. Entretanto, isto não a impediu de se transformar rapidamente numa área com altos índices de emigração, que impactaram diretamente no desenvolvimento regional.

1.1. O Problema e sua Importância

Segundo o IPARDES (1997), nas últimas cinco décadas, os Estados da região Sul do Brasil apresentaram uma dinâmica populacional condicionada por movimentos migratórios, sendo esse fato consequência das diversas fases de transformação da estrutura produtiva nacional e regional no contexto de sua integração econômica a nível de Brasil. De modo que esses movimentos imprimiram distintos ritmos de crescimento demográfico na área ao longo do tempo, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora provocando a reversão de tendências.

Assim, durante 30 anos (de 1940 a 1970), o Sul apresentou crescimento populacional superior às demais regiões e à média nacional, exceção ao Centro-Oeste. Nesse período, assistiu-se a uma acelerada expansão e consolidação da fronteira agrícola em extensas áreas da região, movimento que foi mais intenso e perdurou mais no Paraná; e, em decorrência da abertura de novas áreas para a atividade agrícola, expressivos fluxos migratórios provenientes de diferentes áreas do país foram atraídos.

Deste modo, o ciclo de ocupação da fronteira agrícola do Sul se desenvolveu mediante ritmos diferenciados no seu interior, esgotando-se inicialmente no Rio Grande do

Sul, mais tarde em Santa Catarina, e num momento posterior, no Paraná. No caso do Paraná, sua ocupação e o povoamento foi realizada em parte por paulistas, mineiros, nordestinos, e grande parte disso deveu-se à participação de imigrantes gaúchos e catarinenses. Tanto que, em 1960, cerca de 40% da população residente no Estado não era natural do mesmo (Tabela 1).

Tabela 1.1: Proporção da população não-natural da UF em que foi recenseada em relação à população total, nos Estados da Região Sul - 1960/1991

ESTADOS	1960	1970	1980	1991
Paraná	39,3	35,6	27,1	21,4
Santa Catarina	10,7	10,7	11,8	12,2
Rio Grande do Sul	1,4	1,5	2,6	3,3

FONTE: Censo Demográfico – IBGE *apud* IPARDES (1997)

Diante desse cenário, evidencia-se que a migração na região Sul do país exerceu grande influência nas características demográficas das populações de cada um destes Estados. Sendo, que no conjunto o Estado do Paraná, historicamente foi o que absorveu um maior volume de imigrantes exógenos ao seu território.

De tal destaque decorre que, os processos migratórios ocorridos no Paraná vêm se constituindo em objeto de análise de diversas áreas do pensamento científico, principalmente daquelas que acoplam o desenvolvimento como uma terminologia abrangente na qual se concebe que não há desenvolvimento se não se considerar no processo a participação da população. Segundo Kleinke, Deschamps & Moura (1999), as áreas de *desenvolvimento* e de *estudo populacional* têm destacado que a migração no Paraná exerceu forte influência, num passado recente, no crescimento da sua população, tendo também participação direta nas diversas etapas de desenvolvimento que o mesmo vivenciou. Pois, segundo elas:

“A migração tem se constituído em fator de preocupação e objeto da área de Estudos Populacionais por sua forte influência, num passado recente, no crescimento da população do Paraná e, no presente, por uma distribuição espacial que configura extensas áreas de esvaziamento em oposição à acentuada e crescente concentração em determinados pontos do Estado” (Kleinke, Deschamps & Moura, 1999; p. 1).

Além desta argumentação a respeito do assunto, sustentam também que:

“Como fronteira agrícola e frente de ocupação do território brasileiro nas décadas de 40 a 60, o Paraná teve sua atratividade pautada em padrões produtivos que adensaram o espaço rural e urbano, articulando atividades e serviços que absorveram uma população numerosa vinda das mais diversas regiões do país. Isso fez com que o Paraná consolidasse uma ocupação regional equilibrada e apresentasse nesse período as mais elevadas taxas de crescimento populacional do país [...] contudo o esgotamento das oportunidades de fronteira agrícola coincide com o desenvolvimento agroindustrial e mudanças no padrão produtivo, e o período que segue é marcado por grandes fluxos de saída do Estado que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país”. (Kleinke, Deschamps & Moura, 1999; p. 4-10).

Segundo Piffer (1997), isto ocorreu porque o processo de formação, organização e estruturação do capitalismo têm se caracterizado pela presença de uma redistribuição espacial das atividades econômicas. Isso repercutiu e repercute diretamente nos movimentos migratórios de pessoas e de capitais, inserindo novos territórios, novas fronteiras ao processo dinâmico da produção capitalista nacional.

Para melhor entender esse cenário, é preciso considerar que o desenvolvimento econômico brasileiro foi alavancado pela industrialização em dois momentos importantes: a década de 1930 (marco inicial do processo) e a de 1950 (fase de entrada de capitais externos no País). Esse desenvolvimento possibilitou o surgimento de um núcleo dinâmico central no país, o eixo econômico-político Rio/São Paulo, que foi formado por grandes indústrias estrangeiras, estatais; bem como por parcerias entre ambas.

Esse núcleo desenvolvimentista caracterizou-se pela produtividade, por elevados ganhos de escala e pela adoção de tecnologia avançada que, na década de 1960, expandiu seu raio de influência, integrando novas regiões brasileiras, vinculando-as à dinâmica do capital nacional. As transformações que ocorreram no Paraná, principalmente as do setor agrícola, deram-se como decorrência desse processo. O Estado passou, num curto espaço de tempo, a partir dos anos 1970, de uma economia agrícola tradicional para uma economia de transformação econômico-industrial e de acelerada industrialização.

Esta transformação deu-se com grande intensidade particularmente no Oeste do Estado, impulsionada pelo acesso dos produtores às tecnologias avançadas de máquinas,

equipamentos, sementes tratadas, crédito abundante, etc., instrumentos estes direcionados para a consolidação do binômio produtivo agrícola soja/trigo na região, que teve efeitos importantes no comportamento das populações da área, principalmente rurais. (Rippel et al. 2005a).

Dessa forma, o crescimento econômico regional vinculou-se historicamente à consolidação de sua base de produção econômica, direcionada para a exportação (soja e trigo); isto porque, na análise regional, a base de exportação constitui-se num dos elementos fundamentais para explicar o desenvolvimento². Mediante isto, pode-se inferir que grande parte do crescimento de uma região decorre do aumento da demanda por produtos estimulados pela expansão dos mercados externos à sua área e sua capacidade de gerar empregos, pois, via de regra, crescendo a base, crescendo os empregos, cresce a região.

Desta forma, novas regiões crescem quando aumentam as demandas sobre seus produtos. A demanda por seus produtos depende do mercado consumidor. Assim, a integração econômica e social de uma determinada área ou território como o do Oeste do Paraná no cenário nacional só pode ser efetivamente compreendida quando inserida no sistema político e econômico do país.

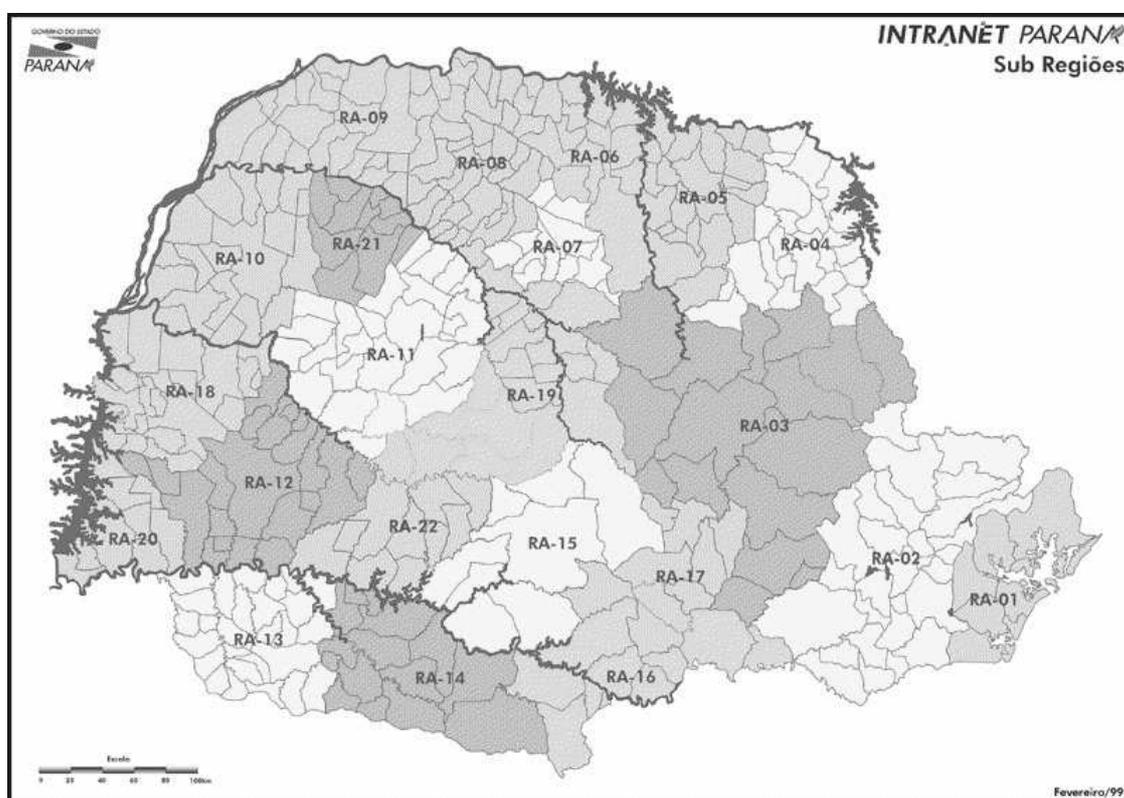
Constata-se, então, que o comportamento de uma região implica o conhecimento da dinâmica espacial do país, da forma como essa dinâmica afeta a área sob estudo e da capacidade de a região expandir seu mercado consumidor. Nesse processo, verifica-se também a necessidade de se entender melhor a participação e a importância do fator humano no mesmo, o que coloca em evidência a demografia e a migração como elementos fundamentais no desenvolvimento principalmente como fonte de demanda para a estrutura produtiva local. Tanto isto é procedente que, segundo Lluh (1979), os fluxos migratórios atuam como importantes fatores condicionantes das transformações nas estruturas econômicas e sociais dos países e das regiões.

Por isso, este estudo será conduzido com o foco nas variações dos fluxos migratórios no Oeste paranaense, para auxiliar na realização de análises do

² Constituem a base de exportação aquelas atividades denominadas *básicas*, que produzem bens e serviços vendidos fora da região, “exportados” seja para outros países ou para outras regiões. As atividades não básicas são produzidas para consumo e investimento interno à região e decorrem do crescimento das atividades básicas.

desenvolvimento da região, vez que ela permite verificar que seu crescimento socioeconômico está intrinsecamente relacionado às migrações ali ocorridas. Estas, por sua vez, relacionam-se, de forma direta, com os ciclos econômicos presentes na área, bem como com as alterações socioeconômicos regionais. Essa região comporta duas das seis maiores cidades do Estado do Paraná – Foz do Iguaçu e Cascavel – e é formada por três RAs - regiões administrativas (12-Cascavel, 18-Toledo e 20-Foz do Iguaçu), como se pode observar no Mapa 1.1 a seguir:

Mapa 1.1: Sub-regiões administrativas do Estado do Paraná



FONTE: INTRANET PARANÁ, 2003.

Vê-se, então que a Mesorregião Homogênea 288 – o Oeste do Paraná – abrange as RAs Estaduais nº 12 (Cascavel), nº 18 (Toledo) e nº 20 (Foz Do Iguaçu). A região, segundo Linhares (1978), detém importante posição estratégica no país, pois possui divisas geográficas internas com os Estados do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, e divisas internacionais com o norte do Paraguai – (os Estados paraguaios de Canindiyú, Alto Paraná

e Itapuá), bem como com o noroeste da Argentina (especificamente com a região de Misiones), como se pode verificar no Mapa 1.2.

Mapa 1.2: Região Oeste do Paraná – Macro-fronteiras e Lago Itaipu – 2005



FONTE: Unioeste/Itaipu, 2002.

1.1.1 – Caracterização e Justificativa do Objeto de Estudo

Segundo Wachowicz (1988) e Magalhães (1996), o Oeste paranaense foi a última região geográfica do Paraná a ser colonizada, e seu processo de ocupação deu-se no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930, logo após a revolução. Contudo, distintamente de

outras áreas do país colonizadas a partir daí, caso do interior de Goiás, o Oeste do Paraná só viu seu processo de colonização ser realmente estimulado a partir da segunda metade da década de 1940, logo após o término da Segunda Guerra Mundial.

Deste período em diante, quatro grandes empresas colonizadoras: a Industrial Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ, a Rio Paraná, a Pinho e Terras e a Norte do Paraná obtiveram dos governos federal e estadual a autorização para a aquisição das glebas de terras para a ocupação e dimensionamento e posterior venda de lotes para colonizadores migrantes, cuja grande maioria provinha do Norte e do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e das regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste do Estado de Santa Catarina.

Após a primeira etapa de colonização – quando acontece a redução ou mesmo o esgotamento dos recursos naturais do extrativismo na década de 40 até fins da década de 1950, ocorre um momento de transição na região, ligando as experiências de decadência e da expansão da fronteira agrícola aos movimentos de capital no espaço nacional; de tal modo que, na década de 1960, ocorre na área um período de ajustes nos setores produtivos agrícolas que dá início a uma acelerada modernização das atividades produtivas no campo. Assim, quando se inicia a década de 1970, o Oeste do Paraná se insere de forma efetiva nos projetos nacionais de base exportadora. (Rippel, 1995).

Isto trouxe para a região novas culturas agrícolas e novas relações de tecnologia e de produção. Estas novas culturas passaram a servir como produtos componentes da base de exportação regional; como é o caso da soja. Vários autores, entre os quais citam-se Piffer (1997), Mellos (1988) e Silva et al. (1989), apontam que a maior parte das transformações ocorridas na agricultura da região estavam intrinsecamente associadas à modernização agrícola ocorrida no país, principalmente na década de 1970.

Tal modernização consistiu num processo de transformação da estrutura agrária decorrente das inovações técnicas introduzidas na produção nacional e que se ampliou para as novas regiões do país. A origem deste movimento, segundo Piffer (1997), advém da crescente inserção da reprodução agrícola ao movimento de reprodução do capital, no qual a agricultura exerce um papel de subordinação aos setores de concentração e centralização do capital, em especial ao setor industrial³. Deste modo, percebe-se que, na década de

³ Assim, o que se verifica é que a agricultura se apresenta como um mercado crescente para os meios de produção do setor industrial (máquinas, tratores, equipamentos, fertilizantes, defensivos, etc.), e este setor

1970, a agricultura da região sofreu transformações resultantes da modernização na agricultura brasileira, modernização esta incentivada pelo Estado e tendo como base uma política de crédito com juros reais abaixo da taxa de inflação, acompanhada pela comercialização dos principais produtos (soja e trigo), para o atendimento da demanda externa em grande escala, primordialmente da crescente demanda por proteínas vegetais no mercado internacional⁴.

Este fato, somado à condição geofísica da região, ausência de solos montanhosos, pedregosos e inundáveis, possibilitou a mecanização de vastas áreas, o que rebateu diretamente no comportamento de absorção ou repulsão de indivíduos na área ao longo do tempo. Com efeito, o que se percebe é que a grande expansão populacional das décadas de 1950 a 1970 na região está atrelada às grandes quantidades de vendas das terras agrícolas, fato que estimulou o crescimento da área e que encontrou na migração elemento fundamental para o processo, e que, justamente por causa destas características econômicas e culturais dos migrantes, embasou a economia regional inicialmente na policultura. (Piffer, 1997).

Entretanto, a partir da década de 1970, com a modernização da produção agrícola regional com vistas à exportação, ocorre uma grande alteração na capacidade de absorção e manutenção de mão-de-obra no campo, resultando numa forte queda no fluxo de imigrantes para a região. Isso, mais as dificuldades observadas no setor agrícola no final da década

passa a demandar os produtos agropecuários, os quais se constituem em matérias-primas que serão utilizadas por outras indústrias. Assim, a partir dos anos 60, a integração tornou-se mais intensa entre a agricultura e a indústria, com reflexos consideráveis sobre a modernização da agricultura. Cumpre, neste contexto, apontar que, os principais elementos responsáveis e que se relacionam com a modernização agrícola no Brasil foram: a) a operacionalização do sistema nacional de crédito rural, com o objetivo de expandir a produção agrícola, bem como modernizar a agricultura; b) o estabelecimento de estímulos dados pela União e Estados, com a finalidade de difusão das inovações técnicas na agricultura através da assistência técnica - principalmente por meio da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, em 1974; c) a ocorrência, no período, da fase de expansão acelerada da economia nacional (Milagre Econômico) no período de 1968/73; d) a implementação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, cujo objetivo foi a ampliação do setor de bens de capital e principalmente de insumos básicos, entre os quais se destacam os produtos químicos e fertilizantes.

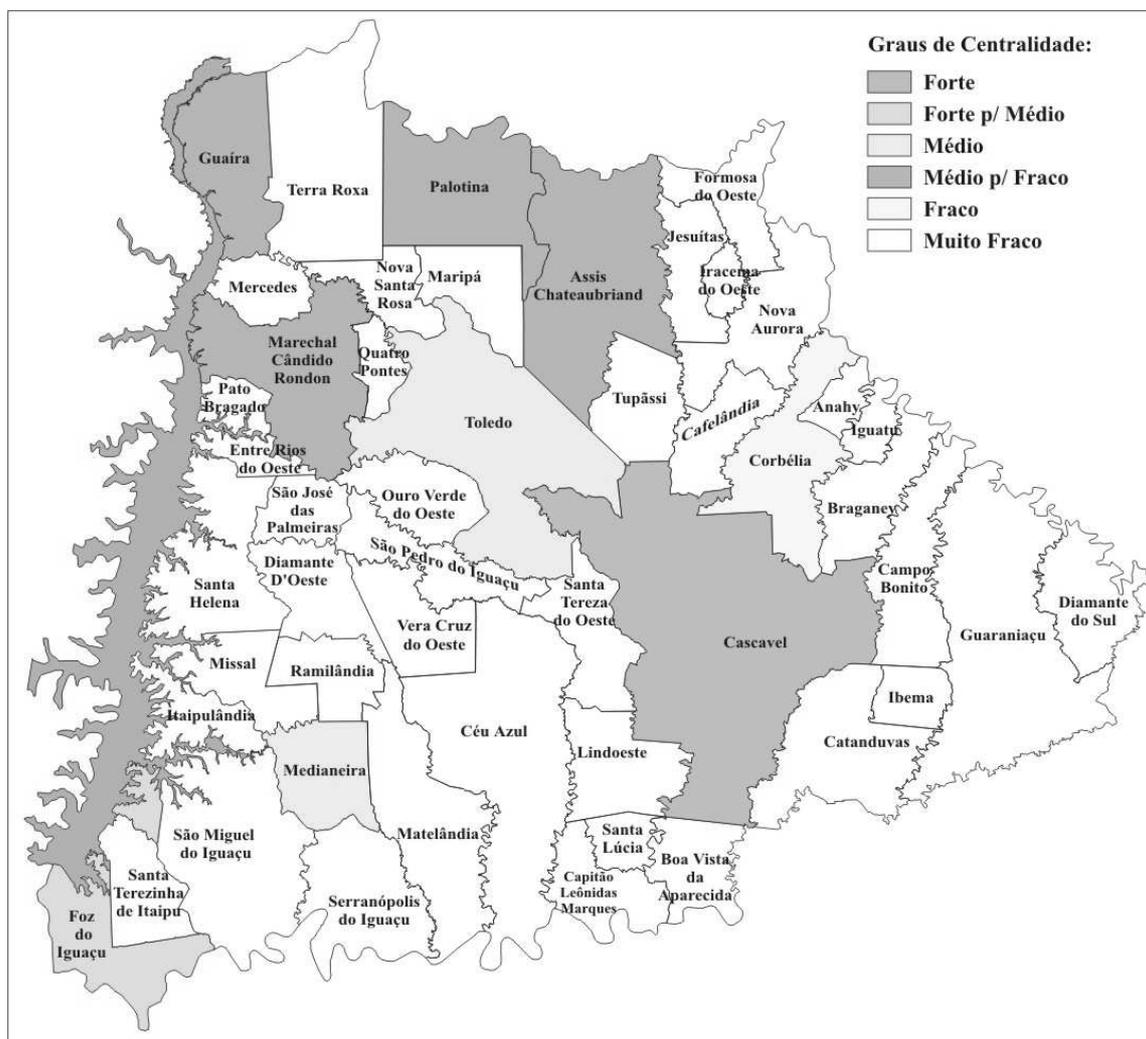
⁴ Vê-se então que, segundo o IPARDES (1981: 44-61) a evolução do cultivo da soja no Extremo-Oeste, cujo resultado é a participação em mais de 1/3 da produção estadual em 1970, explica-se basicamente a partir de duas destinações dadas ao produto. A primeira refere-se ao fato de que o alto valor protéico deste produto foi responsável pela sua difusão na alimentação animal, especialmente do rebanho suínos. E que é a partir desta destinação que se explica a introdução da soja na região, bem como no Sudoeste Paranaense, ainda na década de 1950, pelos colonos, os quais consorciavam o cultivo da soja com o do milho. Outra destinação dada ao produto era a comercialização, através da qual o mesmo seguia para as indústrias de óleos vegetais ou para a exportação. Esta destinação que foi introduzida no Paraná ainda nos anos cinquenta passou a predominar a partir do final da década de 1960, impulsionada pela demanda externa.

gerou diversos problemas sociais e provocou, a partir de 1980, um declínio substancial nas condições socioeconômicas ali existentes, resultando num movimento de expulsão de pequenos proprietários de suas áreas, tal qual apontado por Magalhães (1996).

Desse modo, num curto espaço de tempo, uma verdadeira revolução tecnológica ocorreu no Estado, e na região, suscitando transformações econômicas profundas, com efeitos contundentes sobre a dinâmica de crescimento e de distribuição da população, pois, segundo Martine (1994), de região receptora de grandes fluxos migratórios, o Oeste paranaense passou, em curto espaço de tempo, a constituir-se numa das principais áreas de emigração do país, com um acelerado de êxodo rural e urbanização concentradora.

O resultado final desse processo foi que alguns municípios da região detêm distintos graus de influência no crescimento e no desenvolvimento regional. Destes, destacam-se Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, que possuem graus de centralidade mais expressivos que os demais da região. Estes graus de centralidade, de certo modo, também expressam-se em níveis de atração e repulsão migratória destacados, implicando historicamente no fato de que estes municípios capitanearam o crescimento econômico e demográfico da região mediante o ocorrido no cenário estadual e nacional. (Rippel et al. 2005b). Comportamento este que pode ser visualizado de modo mais eficiente no Mapa 1.3 a seguir:

Mapa 1.3: Região Oeste do Paraná – Municípios e Fronteiras – 2005



FONTE: Adaptação do autor a partir de RIPPEL et al. (2005b).

Vê-se, então, que o desenvolvimento da região está intrinsecamente ligado à dinâmica da economia e da população. E, desde o começo da sua colonização, embora de forma não acentuada, mantinha relações de troca com boa parte do território nacional e com o resto do mundo⁵. (Rippel, 1995)

Essa relação deu-se essencialmente através de dois produtos de exportação: a madeira e a erva-mate, marcando o princípio da inserção da área em distintos mercados,

⁵ Outros autores que já estudaram a área, tratam-na como autônoma, com aspectos particulares, dentro de um enfoque de auto-suficiência. Esse foco resulta em uma análise limitada, pois, segundo Milton Santos: “[...] não há, pois, como considerar a região como autônoma. [...] Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu reatamento no território de um País, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia” (Santos, 1997, p. 46).

internos e externos, fato que acabou atuando como primeiro fator de atração de migrantes para a região. (Oberg & Jabine, 1960; p. 15-27).

O estudo e a análise dos movimentos migratórios na região se justificam e portanto dada a importância e a necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada a maneira pela qual se desencadeou, num primeiro momento, a ocupação e, num segundo momento, a repulsão populacional regional e quais as características socioeconômicas geradas por tais movimentos.

Além disso, diversos argumentos mais específicos podem ser enumerados para justificar a realização deste estudo. Um dos mais importantes é, sem dúvida, o relativo à escassez de trabalhos relacionados à análise da dinâmica populacional do Oeste do Paraná e das conseqüências que essa dinâmica acarretou ao desenvolvimento da área.

Outro argumento se refere ao fato de que, por se tratar da última região do Estado a ser colonizada, a área vivenciou profundas mudanças em sua estrutura populacional e fundiária. Essa estrutura, apesar de atualmente encontrar-se muito alterada quando comparada com o início da colonização e dos movimentos de imigração para lá, ainda mantém características fundiárias e agrícola nas quais pequenos e médios proprietários rurais representam parte importante da economia da região⁶, o que implica dizer que ali ainda é significativa a população rural.

Um terceiro argumento favorável à realização deste trabalho refere-se ao fato de que, apesar de sua colonização recente, a área praticou num espaço de tempo bastante exíguo, duas experiências demográficas divergentes: um processo de intensa recepção de migrantes (imigração) e uma forte expulsão (emigração), tudo num espaço de tempo de menos de pouco mais de duas décadas.

Mediante isto, o presente estudo tem por objetivo maior analisar a evolução populacional da mesorregião do Oeste do Estado do Paraná⁷, desde o período de inserção da economia da região na base econômica de exportação do país até o final da década de 1990, com o intuito de identificar a importância da migração no desenvolvimento regional,

⁶ Segundo dados do Relatório de Indicadores do Desenvolvimento do Estado do Paraná, elaborado pelo IPARDES (2000), a agropecuária e a agroindústria da região colocam-se como as mais importantes do Estado.

⁷ Neste texto denominada *Oeste do Paraná*, simplesmente.

tentando relacionar este fenômeno e suas características às transformações demográficas da realidade social e econômica que ali ocorreram.

Para tanto, pretende-se: a) analisar os processos migratórios que marcaram a dinâmica demográfica da região, em cada etapa do seu desenvolvimento, com um destaque maior aos fluxos, volumes, tipos e etapas dos movimentos ocorridos a partir da década de 1970; b) identificar quais são os principais fatores influentes no processo; c) apontar se, e de que forma, as variações nos níveis destas migrações se relacionam ou relacionaram com os ciclos econômicos produtivos mais relevantes ali praticados, tentando distingui-las por períodos; e, d) Indicar quais as principais características dos imigrantes na região.

As hipóteses do trabalho são as seguintes:

1) As transformações originadas pelo processo de reestruturação da produção nacional, que transformaram os quesitos de localização de atividades econômicas bem como os da qualificação da força de trabalho do país, vêm configurando espacialmente, nas últimas décadas, o aparecimento de novos fluxos migratórios no Oeste paranaense. Tal configuração tem se dado particularmente do ponto de vista da origem e destino, bem como das etapas e volumes da migração.

Na região Oeste do Paraná, esse processo envolveu grande parte da população da área, com alterações em sua estrutura de distribuição e transferindo grandes contingentes de indivíduos das áreas rurais para as urbanas num curto espaço de tempo. Esse movimento provocou grandes mudanças econômicas na região, aumentando a importância do setor agropecuário na agregação de valor anual da área, ao mesmo tempo em que gerou um excedente populacional de origem rural respeitável que, em grande parte, migrou para as áreas urbanas, para outras regiões do Estado ou mesmo para outras unidades da Federação.

2) Por causa das transformações no perfil econômico produtivo da região Oeste do Paraná nas últimas décadas, modificaram-se também a intensidade e a direção dos movimentos migratórios, porém a tecnificação da produção agropecuária da região nem sempre foi o fator preponderante na expulsão dos indivíduos que efetuam movimentos migratórios ali. O conjunto das transformações econômicas que foram desencadeados no Oeste do Paraná, notadamente aquelas relativas à modernização de produção agrícola, somam-se aos fatores atrativos dos locais de destino, cujo destino maior é a mesorregião Metropolitana de Curitiba, as demais regiões mais urbanizadas do Estado e a microrregiões

homogêneas vizinhas ao Oeste do Paraná, superando muitas vezes os destinos interestaduais.

3) O perfil da imigração na região Oeste do Paraná é primeiramente caracterizado por uma imigração de mão-de-obra com baixa qualificação, com reduzido nível de escolaridade e que se inseriu produtivamente, via de regra no setor primário da economia regional. Com o passar do tempo, dada a modernização da produção rural da área e a acelerada urbanização ali ocorrida, que passou a exigir mão-de-obra educacionalmente mais avançada, os imigrantes caracterizaram-se por indivíduos mais qualificados, detentores de níveis educacionais mais elevados, que se inseriram produtivamente de modo destacada no setor terciário da economia da região.

1.2. Procedimentos Metodológicos

As etapas a serem adotadas no desenvolvimento do estudo e seus procedimentos operacionais fundamentar-se-ão no cumprimento dos seguintes passos:

a) Ampla revisão bibliográfica sobre o tema, buscando situar a discussão nos “clássicos” e trazendo o mesmo para o “estado da arte” atual da discussão e dos debates sobre o assunto.

b) Seleção e identificação dos dados a serem utilizados, notadamente dados secundários, principalmente os de origem censitária obtidos juntos aos censos demográficos nacionais de 1970, 1980, 1991 e de 2000, que captem as transformações econômicas e sociais recentes na área, e que possam apontar o grau de desenvolvimento da mesma e seu inter-relacionamento com as questões migratórias.

Utilizou-se também de estudos realizados no âmbito da própria região objeto da pesquisa, e dados e informações disponíveis nas instituições públicas que atuam na área, tais como: Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), prefeituras municipais, etc.

c) Crítica dos dados selecionados, que serão ajustados e padronizados para serem apresentados em gráficos, mapas e tabelas que indiquem visualmente o comportamento da área ao longo do período de tempo sob análise. Sendo que, por meio de técnicas de interpretação, buscar-se-á apontar os níveis de desenvolvimento da região e a efetiva participação da migração no processo – este procedimento será levado a cabo ora cruzando-se os dados socioeconômicos com o fator migração, ora não.

d) Realizar-se-á, para tanto, também um diagnóstico detalhado das características migratórias da região, bem como mapeamento das áreas que se julgam relevantes enquanto origem e destino das mesmas.

Este estudo tem como universo de investigação a região do Oeste do Paraná, sendo que as unidades de análise de referência a serem utilizadas no desenrolar da presente tese serão os indivíduos e as famílias, que efetivamente assumiram um importante papel na ocupação, colonização e crescimento econômico regional, e que representam elementos de mensuração do desenvolvimento regional.

Assim, fazendo uso dos dados disponibilizados nos censos demográficos brasileiros já apontados, serão cruzadas as informações referentes aos migrantes ligados à região Oeste paranaense, tanto na condição de imigrante como de emigrante. Assim, serão medidos os movimentos migratórios de caráter intra-regional, intra-estadual e interestadual, visando estabelecer um panorama abrangente do mesmo, cuja forma de cálculo será apresentada no decorrer do texto quando utilizada.

Dessa forma, para a realização deste estudo, além dos censos demográficos brasileiros, utilizar-se-ão alguns censos agropecuários, industriais e de serviços – todos elaborados pela Fundação IBGE. Além dos estudos já realizados obtidos junto às bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (UFRGS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), da Fundação Municipal de Desenvolvimento de Toledo (FUNTEC), da Fundação de Desenvolvimento Tecnológico de Cascavel (FUNDETEC), dos dados elaborados pela Secretaria de Gestão e Planejamento da Itaipu Binacional, dos relatórios do

Projeto de Caracterização Econômico, Social e Demográfica da Mesorregião do Oeste do Paraná – convênio Itaipu e Unioeste.

Quanto aos migrantes, serão utilizados os tipos de migrações que envolvem Unidade da Federação (UF) atual, UF anterior e UF de nascimento, assim como os que envolvem o município atual e município anterior. Como serão utilizados os dados censitários, o *migrante* será definido como o indivíduo residente no local em que foi recenseado, com menos de cinco anos de residência neste.

II – REFERENCIAL TEÓRICO

Entender um processo de desenvolvimento é muitas vezes algo difícil de ser realizado, pois isso implica em dificuldades oriundas dos limites relativos à capacidade de mensurá-lo, pois o mesmo envolve diversos aspectos e é um processo amplo e complexo. E, se, à tarefa, forem agregados os indicadores econômicos, sociais e demográficos como elementos componentes da questão, a dificuldade se amplia.

Assim neste trabalho, optou-se pela realização de um estudo de uma região específica, porém para tanto se percebe a necessidade de compreender com profundidade esse “espaço”, procurando suprir o estudo de um arcabouço conceitual que permita identificar, descrever e analisar a estrutura histórica do desenvolvimento e das migrações ali ocorridos, para que se possa chegar a considerações que efetivamente contemplem a população da região como um fator fundamental para o desenvolvimento regional.

Cumprido, então, resgatar alguns conceitos básicos a respeito de *desenvolvimento*. Para tanto, reportamo-nos inicialmente à definição de Kuznetz (1983) para quem o desenvolvimento é, na sua essência, um processo de crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população, bem como por alterações fundamentais na estrutura de sua economia⁸.

Assim, para diversos autores, especialmente para Hirschmann (1961) e Furtado (1987), a ocorrência do desenvolvimento depende dos seguintes fatores: a) situação geográfica, b) passado histórico, c) extensão territorial, d) população, e) cultura, e f) recursos naturais. Verifica-se, então, que a participação da população no processo de desenvolvimento é fundamental, e isto ocorre de tal forma que, segundo Lluich (1979), na obtenção do desenvolvimento, pode-se verificar que as mudanças que caracterizam o processo constituem-se essencialmente no aumento da atividade industrial em comparação

⁸ Genericamente, o estudo do desenvolvimento parte da constatação da profunda desigualdade existente entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, bem-estar este compartilhado por amplas camadas da população, e aqueles que não se industrializaram e que convivem com uma acentuada situação de pobreza e de grandes desníveis sociais. A guinada para o desenvolvimento, ocorrida após a II Guerra Mundial, foi sempre precedida por mudanças políticas profundas, e a partir daí fortaleceu-se a idéia de *desenvolvimento* como um processo de transformação estrutural, cujo maior objetivo é o de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados *desenvolvidos* (Sandroni, 1999).

com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo.

Hirschmann (1961) trata o desenvolvimento como um acontecimento amplo que, em sua ocorrência, implica a elevação dos níveis qualitativos de vida. Suas proposições expressam-se na crítica às teorias convencionais de desenvolvimento, que colocavam a inexistência ou a escassez de alguns pré-requisitos estruturais indispensáveis⁹ como sendo os fatores responsáveis pela impossibilidade de se levar adiante um processo de desenvolvimento. Busca, então, a identificação de um mecanismo capaz de induzir ao crescimento econômico e o desenvolvimento, e acaba por perceber que o mesmo se dá por meio de uma sucessão preestabelecida de etapas, e superá-las constitui-se no elemento essencial à sua obtenção¹⁰.

Diante disto, busca localizar, na realidade das regiões e dos países, as condições que pensava serem essenciais para alcançar o desenvolvimento. Procura, então, respostas de cunho interno nas próprias economias, e não apenas condições externas. Assim elabora uma teoria fundamentada na idéia de que o desenvolvimento é fruto de uma ou de várias situações de desequilíbrio econômico ou social e que o mesmo é obtido quando as sociedades e as economias buscam superar tais desequilíbrios e, como resultado, alcançam o desenvolvimento.

Adotando uma abordagem teórica de cunho administrativo e de planejamento, Hirschmann (1961) sustenta que uma das principais causas do subdesenvolvimento é a inexistência de uma mentalidade adequadamente progressista nas áreas sob análise, mentalidade que quando presente resulta em habilidade gerencial considerada por ele elemento inerente à qualidade de vida a que os indivíduos têm acesso, e que serve de alavanca para o processo.

Isto, segundo Sandroni (1999), evidencia que modernamente não é possível se conceber desenvolvimento sem se levar em consideração o preponderante papel dos

⁹ Entre esses pré-requisitos estruturais podem ser citados os seguintes fatores: a) recursos naturais, b) fontes geradoras de energia, c) existência de recursos humanos devidamente treinados e preparados, d) capacidade administrativa e gerenciadora, e) capacidade de geração de novas tecnologias, principalmente via investimento em P&D.

¹⁰ Segundo diversos autores é perfeitamente possível a existência de crescimento econômico sem a ocorrência de desenvolvimento, porém desenvolvimento seu crescimento econômico não.

indivíduos e da sociedade no processo, o que nos permite inferir, então, que ele não ocorre sem a participação da população e que, neste contexto o próprio comportamento demográfico explica e explicado pelo processo de desenvolvimento que ocorre na região sob análise.

Com esses argumentos, emergem ao primeiro plano dos estudos do desenvolvimento as pesquisas a respeito dos mecanismos e dos elementos próprios da dinâmica econômica por meio dos quais fatores como a renda, o emprego, a produção e o investimento interagem de modo que se tornam interdependentes, pois passam a retroalimentar-se conforme um determinado ritmo de expansão e da criação de novas oportunidades de investimentos do capital, afetando diretamente o bem-estar das populações.

“[...] nossa proposição leva-nos a procurar por ‘pressões’ e ‘mecanismos indutores’, que mobilizarão e induzirão à utilização ao máximo possível destes recursos. [...] A formulação do problema do desenvolvimento que aqui é proposta impõe atenção particular ao fato de que o uso de diferentes recursos econômicos tem repercussões muito diferentes ou feedback effects” (Hirschmann, 1961, p.25-28).

Percebe-se então que para o autor, a promoção do desenvolvimento passa necessariamente pelo crescimento de determinados setores econômicos, o que gera uma série de pressões sobre outros setores, e que origina por sua vez, uma seqüência de pressões sociais (Hirschmann, 1961, p. 106-112), e isto muitas vezes resulta em movimentos migratórios.

Já, segundo Chabaribery (1999), esse conceito traz subjacente a idéia de progresso técnico e econômico, como também de melhoria das condições de vida para os indivíduos à medida que a sociedade se transforma e passa a mobilizar-se em torno de objetivos que tragam mudanças qualitativas.

Essas mudanças qualitativas transparecem em: a) elevação dos níveis de educação, b) melhores níveis de saúde, c) melhoria da qualidade e preservação do meio ambiente, d) elevação dos níveis e da qualidade da habitação para a população, e) aprimoramento ao acesso e distribuição mais eqüitativa da renda nacional, etc. Assim, percebe-se que, num mundo globalizado, as sociedades não se desenvolvem isoladas e as transformações que

levam ao desenvolvimento expandem-se por meio de contatos e canais que geram difusão de informações e conhecimento.

Entretanto, é importante ressaltar que estas características do desenvolvimento não se encontram presentes apenas nos dias atuais, mas podem ser percebidas ao longo da história, surgindo e se consolidando paulatinamente, e uma das formas mais conhecidas ao longo da história de se perceberem mudanças nos padrões de desenvolvimento das regiões sob análise reside no estudo dos movimentos migratórios realizados pelos indivíduos.

Assim, percebe-se que as populações em geral, e mais ainda a migração, são efetivamente influenciadas pelo modo como o desenvolvimento de uma região ocorre, e que também detém a capacidade de influenciar e até estimular um determinado processo de desenvolvimento. Nesse sentido, quando se observa o caso brasileiro com um olhar mais arguto vê-se o importante papel que as migrações internas, vivenciadas nas últimas quatro décadas, tiveram na obtenção do atual estágio de desenvolvimento nacional.

De tal forma que, a migração interna de um país adquire especial significado, pois é um dos fatores que compõem o conjunto maior de transformações que acontecem nas regiões e no país, mediante um determinado modelo de desenvolvimento. Assim, neste trabalho diversos pressupostos desenvolvidos pela corrente histórico-estrutural de análise e estudo das migrações constituem-se na base na qual se definiu o problema que ora investigamos.

Desta maneira, foram utilizados vários autores que têm importante participação na elaboração das bases teóricas do estudo da migração, entre eles podem ser citados: Lopes & Patarra (1975), Singer (1976), Oliveira, Garcia e Stern (1980), Martine (1987, 1990, 1992a, 1992b e 1994), Martine e Camargo (1984), Renner & Patarra (1991), Szmrecsányi (1991), Salim (1992), Pacheco e Patarra (1998), Brito (1997 e 2000), Brito, Garcia e Souza (2004), Cunha (2000, 2003a, 2003b e 2004), Baeninger (1998a, 1998b, 1999, 2000, 2002 e 2004), Cunha e Baeninger (2001), Cunha e Dedecca (2000), Patarra (1997) e outros. Vejamos.

Sob o embasamento histórico-estrutural de análise da migração, Oliveira, Garcia & Stern (1980) sustentam que tal abordagem permite que um movimento de migração interna passe a ser focado como uma consequência do desenvolvimento da sociedade em questão, adquirindo, no seu desenrolar, características específicas segundo as modalidades desse processo de desenvolvimento.

Verifica-se, então, que esta abordagem busca explicar o desenvolvimento e a migração numa sociedade a partir de um enfoque das características estruturais que surgem na sua formação, destacando as formas de vinculação entre uma e outra característica, em especial os fatores políticos e econômicos que nele (no processo de desenvolvimento) estejam presentes e atuando.

Assim, é fundamental que as migrações sejam encaradas como sendo um processo onde se encontram envolvidos grupos sociais, e não uma população como entidade abstrata ou mesmo como sujeitos isolados que se deslocam no espaço em decorrência de transformações econômicas e mesmo sociais num determinado local. Da mesma forma, a compreensão dessas transformações é fundamentada na dinâmica presente nas relações de produção, do processo de expansão – crescimento – e da acumulação do capital e que são historicamente estabelecidas (Singer, 1977 e Martins, 1986).

“Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não deverão ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo” (Singer, 1977; p. 31).

Portanto, as migrações são concebidas, neste trabalho, dentro do marco teórico histórico-estrutural que integra os pressupostos, de cujos elementos centrais aqui nos utilizamos. Primeiramente há que se explicitar a idéia das migrações como sendo um fenômeno historicamente condicionado, pois suas formas de manifestação são decorrentes de condições específicas que se fazem presentes numa determinada sociedade. Nessa sociedade os processos de mudança estrutural que se encontram na base desses movimentos populacionais são específicos, mas devem ser analisados globalmente, considerando os contextos sociais onde se verificam e dos quais fazem parte.

Deste modo, a abordagem geral destas questões mostra que são as mudanças estruturais que vão definir particularidades dos fluxos migratórios, sua intensidade, sua direção e suas características, pois tais mudanças incidem sobre o processo produtivo e remetem o movimento migratório à própria dinâmica de expansão do capitalismo e das decorrentes transformações das relações de produção.

Assim, tornam-se elementos fundamentais ao processo os aspectos históricos e institucionais que se configuram em fatores de composição do quadro de determinações estruturais vigentes na sociedade, interferindo, como conseqüência, no processo migratório.

“[...] as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização” (Singer, 1977; p. 33).

Faz-se, então, necessário evidenciar o caráter social das migrações e, neste horizonte, fica evidente que, nas motivações das migrações encontram-se acima de tudo causas estruturais que se convertem em fonte e origem do processo. Isso é assim porque, as transformações estruturais não afetam da mesma maneira aos diferentes grupos componentes da estrutura social, levando a que apenas determinados segmentos da sociedade sejam impelidos a migrar.

É que as causas das migrações podem abranger desde alterações e mudanças na localização das atividades econômicas até diferenças espaciais de crescimento da produção cujas conseqüências, segundo Singer (1976), não são ou serão iguais para os distintos segmentos da sociedade, o que acaba por indicar a presença de uma dimensão de seletividade no movimento migratório, o que, segundo o autor, é objetivo e surge com um conteúdo discriminador de grande rebatimento social.

Nessa perspectiva, é perfeitamente possível que se fale em vários fluxos migratórios de um único território ou região, tendo em vista a diversidade das situações e dos grupos sociais que podem ser atingidos pelas transformações das condições estruturais do mercado e da produção. Assim, cabe, neste ponto da reflexão, introduzir uma dimensão essencial da abordagem histórico-estrutural, a das migrações temporárias. Trata-se da noção de *origem-destino* dos fluxos migratórios que Martins (1986) utiliza em seu trabalho e sobre a qual aplica uma reavaliação.

Sustenta ele que, na medida em que os fluxos migratórios são compreendidos como um movimento de um dado segmento social, eles não podem ser reconstituídos unicamente na base do deslocamento dos indivíduos entre dois pontos no espaço num determinado período de tempo, pois o que existe, na verdade, é um trajeto marcado por diversos pontos de origem e destino, no qual a atuação de determinantes estruturais na origem vai atuar como o fator privilegiado na definição dos desdobramentos espaciais e temporais das migrações, proposição compartilhada por Singer (1977).

Tal concepção nos leva a reavaliar os conceitos de *área de origem* e *área de destino* dos fluxos migratórios. A primeira reflexão é tecida sobre a definição da área de origem, que deixa de ser simplesmente o local de onde provêm os migrantes e passa a ser aquela onde se deram as transformações sociais e econômicas que colocaram em movimento um ou vários grupos sociais. Já a área de destino passa, nesta abordagem, a ser identificada não apenas pelo saldo migratório positivo. Ela deve ir além, pois há que se deve levar em consideração um elemento fundamental do processo, que é o de que existem etapas e retornos no processo. (Singer, 1977).

Cabe, assim, destacar que as migrações são compreendidas neste trabalho como sendo um processo acima de tudo social, no qual “grupos sociais” se deslocam no espaço geográfico, motivados, estimulados por alterações econômicas e sociais que acontecem numa área “X” num dado momento de tempo específico (Singer, 1977; p. 30-33).

Em termos genéricos, nossos conceitos, embora originados na abordagem demográfica, são centrais no pensamento histórico-estrutural, e foram recolocados em evidência por Singer (1977) a partir da sua análise da realidade brasileira, dando conteúdo histórico e teórico às noções que muitas vezes têm referência empírica.

O autor, em sua abordagem, faz uso de uma hipótese econômica que relaciona os movimentos migratórios com a industrialização, descrevendo a maneira como as alterações econômicas industriais ocorridas no Brasil na década de 1970 acarretaram profundas transformações na distribuição espacial da indústria nacional, gerando um processo de aglomeração espacial econômica muito distinto da organização econômico-espacial anterior do país e resultando em importantes rebatimentos na migração interna.

Há que ressaltar que o uso de Singer (1977) nesta base teórica se justifica porque o período de tempo das décadas de intensa ocupação populacional do Oeste do Paraná, os

períodos das décadas de 1950 e de 1960, constituem o momento histórico do qual o autor se ocupava em sua análise do cenário nacional das migrações internas.

E, em seu estudo, sustenta, que a indústria tem necessidade de utilizar uma infraestrutura de produção e de serviços já previamente estabelecida e especializada, fator que lhe permite usufruir economias externas – ou seja, de estruturas econômico-produtivas já estabelecidas que redundam em ganhos de escala¹¹. Em síntese, a utilização destas “economias externas” na produção industrial decorre da complementaridade que se verifica entre estabelecimentos industriais e de serviços (encadeamentos produtivos), que são gerados no processo de produção e que repercutem em ganhos de escala.

Isto acontece fundamentalmente em função de que a industrialização não consiste apenas numa alteração do conjunto das técnicas de produção e da diversificação de produtos, mas também é resultante de uma profunda alteração da divisão social do trabalho:

“Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transporte, comunicações, etc.) e às economias externas que decorrem da complementaridade entre os estabelecimentos industriais. Para reduzir os custos de transporte que consubstanciam estas economias externas, as empresas que realizam intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se localizar próximas umas às outras. Surge daí a cidade industrial. Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. Tal é o caso das indústrias de bens de consumo não durável, dos serviços de consumo coletivo (escolas, hospitais, etc.), de certos serviços de produção (comércio varejista) e assim por diante.” (Singer, 1977; p. 32).

¹¹ Genericamente falando, os ganhos de escala são os que a empresa passa a obter por vantagens competitivas que consegue por se inserir numa região onde já se fazem presentes muitos dos serviços que utilizará.

Há que destacar que é justamente este panorama de acontecimentos que se fizeram presentes na região Oeste do Paraná no período referente às décadas de 1950 e 1960, quando a região vivenciou um movimento de ocupação fundamentalmente rural, que, com o passar do tempo, assumiu um configuração mais urbano-industrial e de serviços.

Contudo o próprio Singer (1977) critica esse posicionamento, apontando que isto reduziria a migração a um mero acontecimento que é derivado diretamente do processo industrial, o que resultaria numa prática que acabaria implicando o abandono da incorporação de aspectos fundamentais do processo que têm participação direta nos movimentos migratórios, sejam eles elementos institucionais ou históricos. Assim, com a intenção de demonstrar de que modo estes elementos formam encadeamentos e se superpõem nos fatores de caracterização dos movimentos migratórios, procura então realizar uma decomposição pormenorizada da questão, propondo então uma abordagem analítica estrutural da migração demarcada pelos condicionantes estabelecidos pelo modo de produção capitalista.

Assim, entende o autor que os arranjos técnicos produtivos do país, tanto no campo quanto na cidade, são enquadrados em sua essência pela sanha acumulativa presente no capitalismo que coloca a elevação do lucro como objetivo maior do processo. Para ele estes condicionantes dão à sociedade um perfil concorrencial, o que implica dizer que o meio ambiente no qual se dá a migração também é definido pelo sistema. Isto ocorre de tal modo que Singer sustenta que a industrialização não é um processo que ocorre de forma espontânea, pois ela somente se viabiliza através de arranjos institucionais e pela existência de fatores condicionantes historicamente dados.

“A industrialização em moldes capitalista está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de "entrepreneurs" inovadores. Ela só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, do outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção. Como foi visto, os arranjos institucionais que promovem a industrialização nem sempre são os mesmos, dependendo sua natureza do contexto histórico: a industrialização britânica requereu um tipo de política de comércio externo (livre cambismo) ao passo que a alemã e a americana exigiram outra, oposta (protecionismo). Não obstante, a intervenção institucional no jogo

econômico é imprescindível à industrialização capitalista, tornando-se mais ampla, multiforme e direta na medida em que o avanço tecnológico e a concentração do capital tornam mais inoperantes os mecanismos clássicos de mercado como reguladores da alocação de recursos e repartição da renda”. (Singer, 1977; p. 34).

Para o autor, esses arranjos têm natureza diferenciada, que é determinada conforme o contexto histórico e com a intervenção de fatores institucionais que favorecem a concentração do capital e a concentração espacial das atividades econômicas. Mediante isto, sustenta que a industrialização envolve sempre um deslocamento significativo de atividades e de população, do campo para as cidades, movimento este que não é equilibrado, provocando desigualdades regionais, de tal forma que algumas áreas ficam esvaziadas e outras muito adensadas em termos de tamanho de população.

Essas diferenças regionais constituem-se em fatores-chave na análise de um processo migratório, característico da industrialização capitalista, no qual as populações das regiões empobrecidas que são, via de regra, detentoras de poucas oportunidades econômicas e sociais de inserção, vivem mediante um quadro de rebaixamento da qualidade de vida, fazendo surgir uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes populacionais; que, em diversas situações, são necessários em outras áreas, que vivenciam um processo de crescimento econômico e que são atratoras de migrantes.

Neste conjunto de elementos, analisando a questão da expulsão populacional, Singer (1977) identifica dois tipos de fatores que atuam nas migrações: a) os fatores de mudanças decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo, e b) os fatores de estagnação, relacionados com limitações na disponibilidade de terra cultivável, seja pela monopolização da posse desta por grandes proprietários, seja pela própria insuficiência física de novas áreas de plantio¹².

Há que se ressaltar que sua construção teórica é datada, e que foi realizada a partir do modo como viu e analisou um momento específico da realidade brasileira, e mediante

¹² Atualmente, o conceito de expulsão da população que resulta na emigração, de certo modo, é simplificador diante da complexidade com que a realidade se expressa, principalmente face às transformações que acompanham o avanço do capitalismo no campo. Esta conjunção de diferentes fatores nos coloca a necessidade de atualizar a base teórica da análise, incorporando até elementos urbanos de expulsão como forma de recuperar sua capacidade de explicação, que verdadeiramente se encontra no processo de transformação das relações de produção.

isso não se pode encontrar, em sua argumentação e no seu enfoque da questão, respostas para a ampla gama de fatores e para toda a diversidade de situações que se podem configurar a partir da pressão que a produção agrícola capitalista tem exercido sobre a pequena propriedade, e mais ainda sobre os indivíduos levando-os muitas vezes a migrar.

O grande mérito de sua proposta é dar conteúdo histórico e teórico à análise da migração. No entanto, a complexidade dos processos sociais e econômicos que hoje estão na base deste tipo de fenômeno não pode ser abarcada apenas com o modelo explicativo por ele proposto, pois, como já dito, sua análise é datada, trazendo respostas para a realidade de um período histórico específico; entretanto reafirma-se que ela é importante para analisar o desenvolvimento do Oeste do Paraná. Mesmo que boa parte da interpretação de Singer (1977), sobre os movimentos migratórios, possua um forte viés economicista; ele não pode deixar de ser utilizado em nosso caso, porque o cenário de análise que o autor tem em foco coincide com o momento muito importante da ocupação migratório do Oeste do Paraná que é o do período de ocupação, imigração e colonização da região.

Ele próprio percebe os problemas de sua proposição e identifica outros fatores que interferem na realização de movimentos migratórios. Assim sustenta que, além dos encontrados na base da origem desses movimentos, “os fatores de atração”, ou seja, aqueles fatores que vão direcionar o destino destes fluxos migratórios também detêm uma importância capital na efetivação do ato da migração. Entre tais fatores, aquele que salienta com maior evidência é o da demanda por força de trabalho, que, segundo ele, envolve não somente aquela procura por mão-de-obra que deriva da produção industrial, mas igualmente a que se origina no crescimento das atividades de prestação de serviços que acompanha o processo de industrialização.

No desenrolar de sua análise, Singer (1977) procura também demonstrar de que forma a dimensão do problema representado pelos movimentos migratórios cresce e se avoluma quando se realizam comparações entre áreas *não desenvolvidas* e áreas *desenvolvidas*, evidenciando a importância que o desenvolvimento tem no processo, pois, segundo ele, o maior volume dos fluxos de migrantes e a qualidade dos seus efeitos deriva primeiramente da rapidez e da intensidade com que as transformações tecnológicas são introduzidas, o que, no período estudado pelo autor, caracterizou-se por ser muito mais forte em áreas e em países não desenvolvidos.

Em segundo lugar, identifica que, em geral, em regiões não desenvolvidas, existem grandes parcelas da população ligadas ao setor de subsistência, o que pode, quando da introdução de mudanças no sistema produtivo, gerar intensos fluxos migratórios; fato que, via de regra, atualmente, já não ocorre no mundo desenvolvido, onde o segmento produtivo de subsistência é menor, ou pouco expressivo.

Singer (1977) realiza ainda uma leitura "evolucionista" e "economicista" do desenvolvimento, enfoque que permeia sua interpretação do processo, permitindo-lhe apontar, de modo contundente, o caráter excludente da acumulação capitalista em nossa realidade e a influência que isso exerce num movimento migratório. Assim, a análise se desdobra até o autor envolver em seu raciocínio a problemática da *marginalização do migrante*, definida como a não-integração deste no setor capitalista da economia, e sua condição de reserva de força de trabalho. Nesse ponto, segundo ele, encontra-se traçada a relação entre migração e desenvolvimento, que pode ser assim sintetizada:

"[...] o desenvolvimento, ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma os fluxos de migração interna, embora tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento. O que importa considerar, porém, é que só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida à cidade pelas migrações". (Singer, 1977; p. 49).

Assim, verifica-se que a perspectiva sociológica ligada ao enfoque histórico-estrutural, aqui sintetizada na abordagem do autor, trata a migração como processo social que envolve fundamentalmente o grupo e não o indivíduo. Esta perspectiva parte da suposição de que o procedimento tem causas estruturais cujo substrato é econômico; supõe, também, que essas causas afetam diferentemente os grupos que compõem a estrutura social da área de origem.

Deste modo, vê-se que as transformações estruturais se manifestam ou nas mudanças na localização das atividades econômicas ou em diferenças espaciais de crescimento da produção; cujas conseqüências não são idênticas para os vários segmentos sociais, o que conduz o autor à identificação de uma seletividade dos fatores de expulsão. Infere-se, então, que esta seletividade é objetiva no sentido de que a determinação no

processo que leva à migração é social e é de classe, o que não exclui a intervenção de motivações individuais, que têm caráter subordinado, face os determinantes estruturais.

Aqui se observa que Singer (1977) imprime um outro enfoque teórico à noção demográfica de seletividade; visto que o que existe, segundo ele, é um fluxo migratório de um grupo social que vai percorrer um trajeto no qual existem vários pontos de origem e de destino, que surgem em função da atuação de determinantes estruturais que estão na origem desses fluxos, definindo seus desdobramentos espaciais e temporais.

Desse modo, o enfoque proposto caminha para uma reavaliação dos conceitos de *área de origem* e *área de destino*, de tal forma que a primeira deixa de ser simplesmente o lugar de onde provêm os migrantes e passa a ser a região onde ocorreram modificações sociais, econômicas, ou produtivas que estimularam um ou vários conjuntos sociais a deslocar-se.

“[...] a abordagem aqui proposta sugere, como questão inicial, a própria determinação do fluxo migratório no tempo e no espaço, o que leva a uma revisão dos conceitos de área de origem e área de destino. A área de origem, neste sentido, não é obviamente o lugar de onde provém determinado grupo de imigrantes, nem mesmo (necessariamente) o lugar onde se originou sua movimentação, isto é, seu lugar de nascimento. A área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar, desde que tais transformações já não sejam o resultado de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores” (Singer, 1977; p. 54).

E a área de destino também passa, segundo ele, a não ser identificada somente pelo saldo migratório positivo, pois muitas vezes representa apenas uma etapa no processo. Assim, faz-se necessário distinguir os vários fluxos que podem estar compondo um grupo de movimento migratório e observar em que casos a área se constitui em destino final.

*“Do mesmo modo, nada justifica considerar **a priori** uma determinada área como sendo de destino, como usualmente se faz. Mesmo que a área tenha saldo migratório positivo, muito possivelmente ela pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. É preciso distinguir, no conjunto dos migrantes que afluem à área, os vários fluxos por critérios sociológicos precisos e verificar para qual deles esta área é o ponto final. É possível, por exemplo, que uma determinada cidade industrial seja o lugar de*

destino de trabalhadores rurais que se integram no proletariado urbano, mas que a pequena burguesia à procura de oportunidades de educação superior e de trabalho especializado, mais freqüente no setor terciário, esteja migrando desta cidade em direção a áreas metropolitanas dentro e fora do país. Deste modo, uma mesma área é lugar de destino para um fluxo migratório e lugar de origem para outro”. (Singer, 1977; p. 54).

Uma das conseqüências metodológicas desta abordagem é que o estudo dos movimentos migratórios fica limitado a apenas um presumível lugar de destino ou de origem dos migrantes, o que é insuficiente para desvendar a amplitude dos movimentos migratórios. Porém essa abordagem nos fornece um esquema teórico de compreensão do fenômeno migratório em áreas *não desenvolvidas*, que avança em relação às formulações anteriores principalmente pela introdução da visão histórica e pela compreensão estrutural que tem do processo nos seus diversos níveis: social, econômico e político.

A dificuldade de se alcançar toda a complexidade do processo está, em parte, relacionada com o fato de que seu ponto de partida se constitui numa interpretação do desenvolvimento capitalista, especialmente do ocorrido no Brasil. Porém, apesar deste fato, Singer oferece nesse contexto, a opção de centrar o foco da questão nos componentes estruturais do processo migratório.

Isto conduziu a que uma grande parte das análises posteriores da migração no país fosse orientada por tais pressupostos, levando a que se privilegiassem os fatores relacionados com a produção e, em conseqüência, a ênfase do econômico na explicação da migração¹³.

Já Martins (1986), como apontado anteriormente, aproxima-se mais da complexidade da realidade migratória quando analisa as migrações temporárias. Sua reflexão tem como ponto de partida as configurações com que o fenômeno se expressa na realidade, mediante as quais argumenta que as diferentes formas de migrações cíclicas e não-cíclicas estão referidas a condições e efeitos sociais distintos, traduzindo diferentes

¹³ Ademais, o peso das questões estruturais da conjuntura dos anos da década de 1970 – questões como modernização agrícola, êxodo rural e acelerado processo de concentração urbana no país – produziu uma argumentação teórica favorável à explicação da migração rural-urbana, deixando de lado grande parte das demais configurações da migração.

concepções sobre o que é temporário e, por conseguinte, expressando distintas formas de migração.

Para melhor compreender a questão, introduz a noção de ausência, no sentido de que é temporário o migrante que se considera “fora de casa”; ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. Procura, então, demonstrar que a migração temporária (que demograficamente separa membros de uma família, pois existe um deslocamento real no espaço) é, na verdade, uma forma de articular o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar. Analisa ainda situações concretas de migrações que combinam dois ciclos agrícolas onde os deslocamentos temporários desempenham importantes papéis, de um lado na reprodução social do camponês, que se torna assalariado para garantir sua sobrevivência; e, de outro, na acumulação de capital, vez que a empresa capitalista ao fazer uso de migrantes como força de trabalho, não precisa gastar o que seria necessário para garantir sua reprodução como trabalhador para o capital¹⁴.

O autor nos indica um caminho alternativo e aponta questões teóricas que são básicas para orientar as investigações sobre o fenômeno nas suas várias manifestações. Por exemplo, as diferentes formas de valorização que o capital encontra, e que envolvem diversas modalidades de exploração do trabalho, consistem, segundo ele, numa idéia fundamental para a compreensão do problema das migrações em geral, e não só dos fluxos temporários.

Indo além de Singer (1977), a tentativa de Martins (1986), ao trabalhar com dois planos analíticos, (o estrutural, através da acumulação capitalista e o plano das decisões e ações "individuais" via representações sociais), conduz a um quadro explicativo onde a complexidade do real é abarcada de forma mais ampla.

Muitos são os problemas conceituais postos pelo contexto de mudança que está experimentando o país no período recente, onde a questão das *migrações metropolitanas*, a

¹⁴ Assim, o trabalhador imigrante *temporário* é submetido a uma baixa remuneração porque sua reprodução não é completamente mediada pelo capital, isso torna possível um aumento da composição orgânica do capital, especialmente na agricultura, pelo barateamento da mão-de-obra e pela expansão da pobreza, sem a introdução de avanços técnicos e sem desenvolvimento econômico. Com esta forma de articulação, o capitalismo engendra uma situação de separação espacial entre produção e reprodução do capital, de um lado, e reprodução da força de trabalho, de outro.

migração de retorno e as novas condições de atração relacionadas com a situação do interior e até com o campo, colocam-nos diante de uma espécie de ruptura com o referencial teórico que marcou as análises sobre as migrações no Brasil nos anos da década de 1960 e, em parte, na década de 1970. Tal “rompimento”, na verdade tem a ver muito mais com a visão de desenvolvimento que preside aquelas abordagens do que com os princípios da tradição do materialismo histórico, que sustentam o enfoque histórico-estrutural¹⁵.

Não se pode, via de regra, esquecer que, dentro do enfoque histórico-estrutural, as migrações são explicadas no quadro das mudanças que se verificam na estrutura da produção, em uma formação social particular, ou seja, que a ênfase recai no conhecimento de fenômenos que são historicamente determinados, implicando, portanto, a possibilidade de reconhecimento de múltiplos movimentos populacionais decorrentes de alterações das condições estruturais nos planos econômico, social e político.

Assim, cabe considerar que as virtudes explicativas do enfoque histórico-estrutural evidenciam-se quando o mesmo procura salientar a importância da pesquisa dos fatores que atuam não só nas áreas de origem, mas também do conjunto das mudanças que a produção está experimentando. Além disso, é fundamental a realização do exercício teórico de buscar as articulações entre o estrutural e o individual, esse último entendido como “[...] *interiorização das determinações estruturais*”. (Santos, 1982).

Vê-se, então, que a existência de fatores que se situam na mediação entre as condições estruturais e as motivações individuais da migração se constituem em importantes campos de análise dos sistemas urbanos, dos movimentos sociais, das redes sociais, e das políticas públicas, onde se encontram elementos que influem no amplo quadro de fatores que define o volume e a direção dos fluxos migratórios.

Renner & Patarra (1991), analisando as questões relativas às migrações, apontam ainda que a dimensão fundamental para a compreensão das mesmas se revela nas conexões

¹⁵ A visão evolucionista de desenvolvimento que se encontra em Singer (1977), de um lado e o quadro econômico dos anos 70, marcado pela modernização agrícola e pelo êxodo rural de outro, constituíram o suporte para a produção de conhecimento histórico-estrutural. Tais pressupostos conduziram a formulações que, na verdade, são mais coerentes para compreender um dos aspectos do fenômeno migratório, ou seja, a migração rural-urbana, que, naquela conjuntura, era ponto crucial no interior da problemática dos movimentos populacionais.

estruturais que surgem associadas a um determinado sistema social, o que permite derivar à inter-relação que ocorre entre um elemento e outro, entre população e desenvolvimento, tal qual colocado por Szmrecsányi (1991).

A análise do desenvolvimento brasileiro do século XX e, principalmente, das questões relativas aos ciclos econômicos e migratórios do país, apontam 1930 como um momento de inflexão a partir do qual as relações entre desenvolvimento econômico, urbanização e êxodo rural passam a interagir de forma contundente no Brasil. E, nesse panorama, a migração interna assumiu, nas palavras de Patarra (1999), um relevante papel no cenário do desenvolvimento nacional, pois, para a autora, os anos de 1930 a 1950 são caracterizados pela extensão da fase de formação do mercado interno, com industrialização substitutiva de importações, iniciada em 1890¹⁶.

Neste cenário, as correntes migratórias tiveram o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano reduzido, apoiado no uso de amplos recursos naturais e na implantação de um modelo produtivo agrícola altamente excludente e gerador de pobreza da população rural¹⁷. Martine (1990) também considera o período 1930 a 1950 como um momento de reconstrução do processo de migração de origem rural no Brasil, pois, segundo o autor:

“É com muita propriedade que o ano de 1930 costuma ser tomado como ponto de inflexão decisivo para analistas de todas as disciplinas sociais no Brasil. Transformações políticas da maior importância coincidiram com mudanças abruptas na estrutura econômica, catalisando assim processos sociais irreversíveis. No que se refere às migrações, 1930 pode ser visto como ponto de referência para o início de dois processos aparentemente contraditórios, que só recentemente começaram a se confundir num único movimento. De fato, depois de 1930, aparecem e se desenvolvem, simultaneamente, duas tendências redistributivas, denominadas de centrífugas e centrípetas (Morse, 1965); ou seja, enquanto parte dos movimentos promovia a abertura de fronteira agrícola e a

¹⁶ Lopes & Patarra (1975) apontam que é a partir de 1930 que começa a unificação do espaço econômico brasileiro por meio da junção dos mercados de capital e trabalho; o fato tem a indústria como fulcro do processo de acumulação de capital. Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, forneceu mão-de-obra para as áreas de concentração econômica nacional.

¹⁷ Essas considerações estão amplamente apoiadas nos trabalhos de Singer (1977 e 1976). Mediante esses trabalhos considerar-se-á que suas colocações sobre o papel que o crescimento populacional desempenhou no desenvolvimento econômico brasileiro ainda se sustentam e constituem um referencial importante para esse período, bem como para o período subsequente, especificamente até os anos 1970.

interiorização, outros fluxos serviam para concentrar a população cada vez mais nas cidades". (Martine, 1990; p. 19).

Prevalece então nesse cenário, segundo ele, a tese de que, uma vez acelerado o processo de industrialização, este provocou reflexos em todo o território nacional¹⁸, pois:

"Constituiu-se um mercado nacional e integraram-se as várias regiões em benefício da região industrial hegemônica. A necessidade de articulação com os mercados regionais provocou a criação de uma rede de transportes e comunicações, [...] Em suma, o aumento dos desníveis socioeconômicos foi acompanhado pela maior facilidade de transferência física da população" (Martine, 1990; p. 20).

Patarra (1999) argumenta ainda que, naquele momento, as forças centrífugas e centrípetas passaram a atuar sobre as populações e foram reforçadas indiretamente de um lado pelas dimensões de atração pela cidade e pelo reforço adicional advindo do fato de que a II Guerra Mundial provocou uma aceleração nacional da industrialização; e, de outro, pela política protecionista do setor cafeeiro, vez que a marcha do café significou sua expansão para o Oeste paulista e, posteriormente, para o Norte do Paraná¹⁹.

Já, Martine e Camargo (1984), analisando a distribuição espacial da população brasileira, apontam que, a partir de 1960, ela moveu-se por "forças centrífugas" que se concretizaram mediante a expansão populacional das migrações inter-regionais, que, via de regra, se direcionaram para as áreas de fronteira. Este cenário também foi condicionado por "forças centrípetas" nas quais o direcionamento foi rural-urbano, voltado principalmente para as grandes cidades da região Sudeste do país²⁰.

Sobre isso, Martine (1987) afirma que, na década de 1970, as forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, já haviam perdido importância, muito embora, segundo Baeninger (1999), seus desdobramentos tenham ainda

¹⁸ Entre os autores que concordam com essa colocação, pode-se citar Singer (1968), Balán (1974) e Lopes (1964).

¹⁹ Segundo a autora, a migração rural-rural com destino no Paraná se iniciou já na década de 1930, embora somente se intensificasse na década seguinte e prosseguisse intensamente até a década de 1960. Este fato no caso do Oeste do Paraná, deu-se na década de 1940 e que cresceu nas décadas de 1950 e 1960.

²⁰ Este processo é, como se vê, ambíguo, vez que fez surgir forças de reforço à concentração, com a emigração das áreas de fronteiras agrícolas em direção às maiores cidades; e o que se seguiu foi que a urbanização nacional funcionou em moldes concentradores, levando ao estabelecimento de um processo de distribuição da população que tendia a privilegiar especialmente as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

se refletido na década de 1980 e início da década de 1990, em vários movimentos migratórios perpetrados no cenário nacional.

Segundo a autora, as forças centrípetas tenderam, ao longo do período, ao arrefecimento, a partir do início da década de 1980. Isto, porém não significa que deixaram de existir, mas sim que o processo acabou por compor um movimento ampliado de distribuição populacional redefinindo muitos aspectos da migração interna no país.

Analisando este cenário para o Paraná, Magalhães (1996) sustenta que o Estado é singular em sua dinâmica populacional, pois, até a década de 1930, a população estadual era pequena, embora viesse crescendo nas décadas precedentes a um ritmo mais acelerado do que a média do país, e que a maior parte da população paranaense residia nas áreas rurais, a leste do território.²¹

A autora sustenta ainda que em três décadas completou-se a ocupação do Estado via um impressionante movimento de expansão e consolidação da fronteira agrícola estadual, processo este no qual o Oeste do Paraná deteve um papel crucial. Destaca ainda que, em paralelo ao vertiginoso crescimento da população rural verificado nesse período, assistiu-se no Estado à proliferação e à expansão de inúmeros núcleos urbanos que foram criados para dar suporte ao dinamismo populacional emanado pela efervescente atividade agrícola dominante, e a despeito da tendência à urbanização no Estado, até 1970, quase dois terços da população estadual ainda residia no meio rural. Nesse processo, o Paraná e o Oeste do Estado transformaram-se, e muito, principalmente em termos de organização de suas economias e população, processo que também se deu no país.

Tanto que, analisando tais transformações no cenário nacional, Pacheco e Patarra (1998) sustentam que a análise de Singer (1977) se constitui numa marcante contribuição para a reflexão do fenômeno, porém a ela cabem alguns ajustes. Sustentam então que na análise de Singer (1977), embora presente a argumentação sobre motivação da migração, ela é circunscrita a um contexto social provocado por fatores de estagnação ou de mudança; e que ela ocorre fundamentalmente nas regiões de origem dos fluxos migratórios, pois esses fatores respondem a modalidades de inversão de capital e de absorção de mão-de-obra, que

²¹ E, segundo Wachowicz (1985), essa população era economicamente dependente das atividades de extração da erva-mate, da madeira, da pecuária extensiva, além da produção para autoconsumo.

atingem de modo distinto as diferentes classes sociais, principalmente aquelas que se deslocam ao longo do tempo e do espaço.

Assim, os fatores de expulsão e de atração apontados por Singer (1977) passaram a ter um sentido concreto, e a distinção entre “causas” estruturais e os “motivos” individuais ou de família resguardavam de certo modo a proposta de um caráter excessivamente economicista. Nessa perspectiva, o que estava em questão era a mudança da estrutura social e absorção ou não dos excedentes de população, elementos fomentadores de “temor” nas escolas neoclássicas da economia; situando sua interpretação do processo com um enfoque alternativo à visão neomalthusiana preponderante, por isso a interpretação de Singer era de certo modo “datada” e historicamente contextualizada; entretanto ela atende às necessidades de análise de uma parte do processo migratório no Oeste do Paraná.

“Há que se considera, que a proposta preconizava uma adequação entre crescimento populacional e concentração urbano-industrial, pois o grande fluxo migratório contemplado na análise era o êxodo rural em processo, numa etapa particular do desenvolvimento das sociedades latino-americanas”. (Pacheco e Patarra, 1998; p. 454).

E, embora representasse um esforço de contraposição às formulações genéricas e descritivas predominantes até então, a proposta guardava dentro de si um elevado grau de generalização. E, mesmo concretizando o movimento migratório como preponderantemente rural-urbano, e como um processo intrínseco à etapa desenvolvimentista, a formulação elaborada por Singer (1977) pecava por ser genérica demais, e, em função disto, deixava pouco espaço para as especificidades históricas de cada situação.

Isso acontecia ao mesmo tempo em que a proposta tendia a situar os movimentos populacionais como que determinados exclusivamente pela reprodução do capital, num momento, – diga-se em benefício do autor, em que era bastante elevada a capacidade do capitalismo nacional de incorporar novos trabalhadores no processo produtivo; porém estes autores, apesar desta consistente crítica não avançam em formulações ou análises mais estruturadas do problema.

Vê-se, assim, que o trabalho de Singer (1977) explica muito do processo migratório nacional, principalmente aquele ocorrido até o início da década de 1980. Entretanto a análise de períodos mais recentes implica o uso de abordagens mais atualizadas e capazes de elucidar o fenômeno de maneira mais completa, pois as “novas”

características presentes no processo alteraram-no profundamente, modificando, por exemplo, o direcionamento dos fluxos e suas motivações. Assim, cabe o recurso de outros autores que avançaram na discussão e que se destacaram na análise do processo, como Brito (2000) Brito, Garcia e Souza (2004), Baeninger (1999) e outros.

Cunha e Beninger (2001), analisando o panorama migratório recente do país, indicam que as décadas de 1980 e de 1990 foram marcadas por uma expressiva diminuição do ritmo de crescimento da população e por uma nova distribuição espacial da mesma no país. Segundo eles na década de 1980 e início da de 1990, fizeram-se presentes, no panorama demográfico nacional, diferentes ritmos de crescimento de populações regionais, que tiveram no crescimento das áreas urbanas um dos fatores de modificação do processo²². Sustentam então que a queda do crescimento da população brasileira e os ritmos diferenciados de crescimento das regiões indicam que, a partir de 1980, aconteceram fortes alterações no quadro migratório nacional, e uma delas, talvez a mais importante, foi o arrefecimento da migração interestadual.

Isto não significa dizer que os movimentos migratórios interestaduais brasileiros tenham desaparecido. O que ocorreu foi modificação dos sentidos dos fluxos, bem como sua redução. Então a compreensão desse processo passa por pontos distintos de análise: de um lado pelo esgotamento das fronteiras agrícolas nacionais; por outro lado pela diminuição significativa nas perdas populacionais de algumas outras unidades da Federação, caso dos Estados do Paraná e de Minas Gerais; e, pelo crescimento dos fluxos migratórios direcionados para outros.

“Assim, mais que mudanças no -padrão migratório-, o que as últimas décadas presenciaram foram alterações no volume, intensidade e espacialização dos fluxos migratórios tradicionalmente observados. Se, de um lado, foram registradas reduções significativas em alguns fluxos historicamente importantes, de outro lado, a grande

²² Isto porque se percebe que a distribuição espacial da população brasileira até o início da década de 1980 esteve pautada na atuação de dois fatores distintos: de um lado, numa progressiva concentração demográfica presente em algumas regiões nacionais, caso do Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo; e, de outro, mesmo que em menor medida, na capacidade de absorção de imigrantes das regiões de fronteira agrícola do país, fato evidente até o final da década de 1970; e que nas décadas de 1980 e 1990 já havia se modificado, tal qual apontado por Martine (1993).

novidade foi a intensificação, a partir dos anos 80, das contra-correntes migratórias²³, fenômeno que, isolada ou conjuntamente com o anterior, estaria explicando parte das alterações no crescimento demográfico de Estados e regiões.” (Cunha e Baeninger, 2001; p. 84).

Nesse cenário, um fato evidenciou-se, o de que, na década de 1980, a queda das migrações interestaduais também produziu efeitos no crescimento das principais regiões metropolitanas - RMs do país, vez que seu crescimento demográfico apresentou uma significativa redução. Isso refletiu, segundo eles, a forte queda da fecundidade nacional, e está atrelado também à queda dos volumes de migração para essas áreas, mesmo tendo elas historicamente se configurado como fortes receptoras de migrantes, principalmente durante o período 1970/1980. Tanto que, nos últimos quinze anos, 70% do incremento populacional nacional foi resultado do crescimento de municípios não-metropolitanos, demonstrando a nova face do processo de redistribuição espacial da população no Brasil.

Nesse panorama, merece destaque o fato de que esse tipo de comportamento foi o que se fez presente em boa parte das cidades da região Oeste do Paraná, que viu no período consolidarem-se, como núcleos urbanos fortes, diversos municípios da área. Os autores argumentam ainda que, nesse processo de redistribuição da população nacional, ganharam importância no contexto migratório nacional muitos movimentos de “interiorização” da população nos Estados. (Cunha e Baeninger, 2001).

Diante disto apontam que as informações sobre o volume e a importância relativa da migração intra-estadual no conjunto dos movimentos intermunicipais não deixam dúvidas quanto à sua crescente importância na dinâmica demográfica dos Estados, especialmente durante a década de 1980. São fatos que, na região Oeste do Paraná, tornaram-se visíveis, pois a região passou a vivenciar intensos fluxos migratórios intra-estaduais com as regiões do Estado, vizinhas ao seu território e com as áreas metropolitana de Curitiba, Maringá e Londrina; além de também passar a experimentar uma movimentação migratória intra-regional expressiva.

²³ Segundo Cunha e Baeninger (2001), contra-correntes migratórias constituem-se numa terminologia utilizada nos estudos migratórios, que enfoca os movimentos populacionais que se dão para ambas as direções, e que envolvem duas áreas distintas. Considera-se como “corrente” aquela direção que abriga o maior fluxo migratório e “contra-corrente” a direção inversa.

Cunha e Baeninger (2001) indicam ainda que as regiões tornaram-se muito dependentes dos movimentos ocorridos em torno das regiões metropolitanas, e que estes detêm características distintas que devem ser consideradas: a) são de curta ou curtíssima distância, b) geram integração funcional entre as áreas de origem e destino, c) provocam desdobramentos em movimentos pendulares, d) e que dificilmente poderiam ser catalogados com o mesmo *status* conceitual da migração intermunicipal ocorridas entre Estados distintos ou até mesmo entre regiões distintas de uma mesma Unidade da Federação – (UF). Nesse panorama apontam que movimentos migratórios do tipo rural urbano tornaram-se ainda mais importantes no cenário nacional.

“Outra questão a ser destacada no processo migratório brasileiro diz respeito à migração entre situação de domicílio. Como se sabe, o Brasil passou, nas últimas três décadas, por um intenso processo de desruralização de sua população, a ponto de chegar, em 1996, a uma porcentagem de 78,4% de população vivendo nas cidades, embora com variações regionais: de 62% no Norte até 89% no Sudeste”. (Cunha e Baeninger, 2001; p. 86).

Assim, com referência às migrações intermunicipais ou interestaduais, sustentam, também, que a desruralização ocorrida no país teve como resultado mais expressivo o fato de que os deslocamentos migratórios tornaram-se, ao longo do tempo, cada vez mais do tipo urbano-urbano, pois, enquanto essa classe de migração respondia por cerca de 47% dos movimentos migratórios nos anos 1970, na década de 1980 esse percentual subiu para quase 65%; e considerando-se que a migração atual gerou novas relações demográficas recentes que têm sido observadas entre campo e cidade, acredita-se que os deslocamentos campo-cidade ou vice-versa passem a ganhar novos contornos, não apenas em termos de seus significados, mas também em função de seus volumes e de suas intensidades²⁴.

Então, no atual panorama da migração do país, as questões da migração regional merecem cada vez mais destaque, principalmente considerando-se que o presente cenário é

²⁴ Esse tema vem sendo debatido já há algum tempo, e neste debate merece destaque o trabalho de Silva (1996), que indica que está se tornando cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano e, mais, que o rural do mundo de hoje, sob o ponto de vista de espaço, só pode ser entendido como um *continuum* das áreas urbanas. E, ainda, segundo o autor, “do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos apenas com a agricultura e a pecuária. Trata-se, portanto, de uma nova realidade com a qual os estudiosos, em particular os de migração, terão que se deparar, o que implica uma modificação da maneira tradicional de encarar os movimentos populacionais entre situação de domicílio.

visivelmente distinto dos anteriores das décadas de 1960 e de 1970. Sobre isto os autores argumentam que a urbanização do país ocorreu em padrões concentradores propiciando o surgimento de uma distribuição da população que privilegiou os centros urbanos.

“[...] as forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, já haviam acentuado sua perda de importância nos anos 70, muito embora seus desdobramentos tenham ainda se refletido, nos anos 80 e início dos 90, nos movimentos migratórios. Já as forças centrípetas, em especial a exercida pela metrópole de São Paulo, arrefeceram a partir dos anos 80, porém não desapareceram. Compondo um movimento mais amplo de distribuição populacional ... e o início dos anos 90 tendeu a consolidar as transformações na dinâmica migratória brasileira, com o fortalecimento de duas vertentes complementares do atual processo de distribuição espacial da população: de um lado, a continuidade da centralidade do Sudeste no processo migratório nacional, bem como de seu expressivo refluxo populacional aos Estados de nascimento; de outro lado, o prosseguimento da redução no ímpeto das migrações de longa distância.” (Cunha e Baeninger, 2001; p. 87-88).

Para Baeninger (1999), a análise das regiões que ganham ou perdem população no país indica que o que é evidente é o fato de que as migrações internas durante as últimas décadas foram marcadas por grandes modificações na sua dinâmica, e isto se refletiu em nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. Neste sentido, argumenta que:

“A menor pressão dos grandes movimentos rurais para os centros urbanos de maior porte e o próprio patamar em que se encontra o processo de urbanização vêm contribuindo para a predominância do movimento urbano-urbano, onde emergem e reforçam variadas modalidades de deslocamentos populacionais. Ao lado dos tradicionais fluxos migratórios passam também a sobressair outras direções / movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais, e dimensões da migração, em particular a espacial, como elemento explicativo e determinante do fenômeno migratório²⁵”. (Baeninger, 1999; p. i).

²⁵ Segundo a autora a inserção da problemática migratória no âmbito interdisciplinar remete ao debate a respeito das novas configurações urbanas no processo de reestruturação produtiva.

Igualmente argumenta que as migrações mais recentes da população brasileira são condicionadas não mais apenas pelo surgimento de novas fronteiras agrícolas ou por mudanças no padrão da produção tecnológica da agricultura, mas por uma ampla gama de fatores, vez que os novos horizontes que as cercam passaram a receber influências mais diversificadas, mediante as quais o comportamento migratório do brasileiro se alterou.

Para a autora, o Brasil vivenciou momentos migratórios caracterizados por distintos panoramas, sendo que até o final da década de 1970 esse processo continha características que a interpretação de Singer (1977) conseguia explicar perfeitamente, porém, especialmente nas últimas duas décadas os condicionantes das migrações do país passaram a se caracterizar por uma diversidade maior de elementos, e eles, os “novos”²⁶ condicionantes, imprimiram ao processo características distintas das anteriores.

Tanto isso é verdade que os processos de urbanização e distribuição espacial da população nacional foram marcados por grandes migrações, que alocaram e re-alocaram os indivíduos no espaço do território nacional, principalmente nos últimos trinta anos. Esse fenômeno contribuiu e muito para o surgimento e a consolidação de importantes transformações estruturais da sociedade brasileira. Onde se destaca a participação desse processo na passagem da sociedade nacional tradicional para a sociedade urbano-industrial; onde a própria configuração da migração foi decorrente do processo e assumiu características distintas nas várias etapas de desenvolvimento econômico-social do país.

Nesse processo as tendências gerais dos deslocamentos populacionais no país desde os anos 1930 até 1970 estiveram ancoradas nos seguintes eixos: a) numa enorme transferência de população do meio rural para o urbano que contribuiu para o esvaziamento do campo; b) nas migrações com destino às fronteiras agrícolas; c) no intenso fenômeno da metropolização, e, d) na acentuada concentração urbana que o país vivenciou.

Algumas dessas características, no entanto, já se haviam alterado durante o período 1970-1980. Nelas se destacam particularmente o esgotamento dos fluxos destinados às fronteiras agrícolas já a partir dos anos 1960, especialmente das fronteiras do

²⁶ Neste novos condicionantes dos movimentos migratórios podem ser citados: a elevação do grau de qualificação dos imigrantes para sua inserção produtiva, a reestruturação econômica nacional com a criação de novos pólos de desenvolvimento nacional, a criação de novas regiões metropolitanas e o processo de desenvolvimento que muitas áreas do interior do país passaram a vivenciar, e que se constituiu num importante fator para a fixação dos indivíduos usualmente mais propensos a migrar.

Paraná e do Centro-Oeste e da Amazônia na primeira metade dos anos 1980, bem como dos grandes movimentos migratórios do campo para as cidades que predominaram desde 1930²⁷.(Martine, 1987).

Já segundo Baeninger (1999), nos anos 1970 iniciava-se a intensificação dos deslocamentos populacionais do tipo urbano-urbano²⁸, principalmente aqueles intrametropolitanos, reforçando as vertentes da metropolização e da concentração da população em aglomerações de maior porte.

Para esta autora, o argumento que sustenta tal movimento é o de que estas alterações da distribuição da população brasileira configuraram movimentos diferentes daqueles praticados até o início da década de 1980, e que isto tem uma direta relação com a reorganização da economia nacional tal qual apontado por Pacheco e Patarra (1998) e por Pacheco (1998).

Como se pode verificar, os efeitos desse cenário nos movimentos migratórios têm propiciado a *expansão dos espaços da migração nacional* com a incorporação de novas áreas de absorção populacional. Argumenta então que, para a compreensão da migração recente no país, faz-se necessário considerar as dinâmicas migratórias intra-regionais²⁹. Tanto que, segundo Baeninger (1999), no transcorrer dos últimos vinte anos, as migrações internas brasileiras reorganizaram a população no território nacional. Nelas as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos.

Aponta ainda que as análises da distribuição espacial da população brasileira nos anos 1970³⁰, e até mesmo durante o transcorrer da década de 1980, estiveram preocupadas

²⁷ Baeninger (1999) sustenta a respeito desta questão que o menor estoque populacional nas áreas rurais, tanto pelo próprio êxodo rural, quanto pela queda da fecundidade no campo, contribuiu para a diminuição no volume dos fluxos rurais-urbanos. Conquanto essas transformações na dinâmica demográfica tenham significativo peso nessa redução, deve-se considerar que a retenção desse fluxo rural no meio urbano do mesmo município, independente de seu porte, também colaborou para a diminuição nesse contingente migratório em direção às grandes cidades.

²⁸ Argumenta igualmente que nesse período, o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais no País, enquanto ao rural-urbano correspondia 54,2% e ao rural-rural, 32,1% do total. Cunha (1999)

²⁹ Quer seja no âmbito interno das Grandes Regiões, dos Estados, das regiões dos Estados e das metrópoles.

³⁰ Recomenda-se verificar as importantes contribuições de Martine (1987), Taschner e Bógus (1986), entre outros, que tratam da questão.

em indicar alguns fatos fundamentais: o do crescente e intenso movimento de concentração da *migração* com a predominância do fluxo para a região Sudeste do país; e o *processo de urbanização* interna, com a enorme transferência de população do campo para a cidade.

“De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira, com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacionais. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas, iniciada no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população”. (Baeninger, 1999; p. 29).

Esse comportamento de transformação das bases produtivas e da distribuição populacional foi o que se fez presente no desenvolvimento e na organização da população do Oeste do Paraná. Entretanto, o processo migratório é mormente envolto numa ampla gama de fatores que tornam a sua análise deveras complexa, onde trajetórias, fluxos e comportamento dos migrantes detêm elevada importância. Assim, com o intuito de fundamentar ainda mais a discussão do que ocorreu no cenário migratório nacional das últimas décadas, e aplicar tais interpretações sobre o panorama do Oeste do Paraná, faremos uso agora da análise das trajetórias migratórias.

Neste contexto, um autor se destaca. Trata-se de Brito (1997), que argumenta que existem algumas trajetórias de migração praticadas que as classificam como dominantes, pois, segundo ele elas constituem-se em elementos fundamentais para uma maior compreensão dos processos migratórios no Brasil.

“O padrão migratório que prevaleceu entre 1940 e 1980 tinha algumas características essenciais que merecem ser lembradas. Existiam trajetórias dominantes que articulavam muitas vezes em múltiplas etapas – os reservatórios de força de trabalho e as regiões de crescimento industrial e as de expansão da fronteira agrícola. Articuladas ou não às dominantes, existiam também as trajetórias secundárias, geralmente entre regiões de vizinhança, ou as trajetórias de retorno que já apareciam nos anos 70. O pano de fundo destas trajetórias dominantes ou secundárias eram as migrações do campo em direção às

ciudades, que aceleraram o processo de urbanização levando a uma grande concentração nas grandes cidades, principalmente nas regiões metropolitanas.” (Brito, 1997; p. 71).

O autor argumenta ainda ser fundamental o destaque de que o padrão migratório só teve condições de acontecer mediante o elevado crescimento da economia nacional no período, fato que implicou na maior geração de empregos, que se materializaram tanto em áreas urbanas quanto no campo, com a expansão da fronteira agrícola; mesmo que sob a eclosão de fortes desequilíbrios regionais.

Segundo Brito (1997), isto se constituiu numa indispensável condição para o novo panorama migratório nacional, pois gerou grande expansão da economia que se traduziu na ampliação do volume total dos postos de trabalho e de oportunidades de emprego no país, tornando-se mesmo uma alternativa de mobilidade social para os migrantes, muitas vezes a única, caso conseguissem passar pelos crivos seletivos dos processos econômicos e sociais nas grandes cidades ou nas regiões de fronteira, que foi justamente o caso do que aconteceu com o Oeste do Paraná.

Para o autor, existe um “padrão migratório”, que consiste num tipo ou modalidade de fluxo migratório que surge como predominante mediante determinadas situações históricas. Na história recente do Brasil, a predominância é a da migração urbano-urbana até porque não existe mais o grande estoque de população rural anteriormente existente para repetir o volume de migrantes do período 1960/80; entretanto, apesar disto, segundo ele, dificilmente a sociedade brasileira poderia ser considerada uma economia industrial plenamente madura³¹.

Brito (2000) sustenta então que as migrações não são um fenômeno estritamente demográfico, pois, numa perspectiva ampliada, constituem-se num processo social; elas não são também o mero resultado do somatório de decisões individuais, pois não é um indivíduo isolado que migra, mas, sim, milhares de pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas que se transferem de um espaço para outro. E, desse modo, como se

³¹ Sobre isso, Pacheco e Patarra (1998) sustentam que atualmente são encontrados no país todos os outros tipos de fluxos migratórios apontados por Zelinski (1983), e que até o término da década de 1970 a predominância era dos movimentos de origem rural com destino urbano; já nos períodos seguintes a predominância da migração mudou e passou a ser urbano-urbana. Isto se deu, segundo eles, porque no Brasil, com uma economia hegemonicamente capitalista coexistem e se articulam todos os tipos de sociedade listados, formando uma síntese social e econômica que não se assemelha a nenhum dos tipos ideais a que se refere Zelinski (1983).

constituem num processo social ampliado, não são aleatórias, detêm regularidade que pode ser observada sob a forma dos fluxos migratórios nas suas diferentes modalidades. Percebe-se, então, que muitos destes fluxos, dada a sua importância na dinâmica espacial da economia e da sociedade, assumem regularidade de ordem estrutural, tanto que, nas palavras do autor:

“Eles [os fluxos³²] se transformam em trajetórias migratórias que a sociedade, a economia e o Estado desenham, espacialmente, em função das suas necessidades e, portanto, podem ser redesenhadas, desde que essas necessidades se modifiquem. Estas trajetórias migratórias são alimentadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais que têm caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, servindo como poderoso mecanismo de transferência espacial do - excedente demográfico - de determinada região, incapaz de absorvê-lo em sua economia e em sua sociedade, para outras, onde mais se desenvolveu a economia urbano-industrial ou se expandiu à fronteira agrícola. Esta transferência espacial de dezenas de milhões de pessoas tem sido parte intrínseca da dinâmica da economia e da sociedade brasileiras”. (Brito, 2000; p. 3-4).

Percebe-se então que a argumentação do autor indica que as grandes trajetórias migratórias não se constituem unicamente num mecanismo de redistribuição espacial da força de trabalho, pois são também partes fundamentais do processo de integração social e cultural vigente no território nacional, costurando o amplo espectro de sociedades e de culturas regionais em nação única. Contudo outros elementos presentes no processo devem ser apontados. Assim sustenta que, em consequência dos grandes desequilíbrios regionais e sociais marcantes na economia e na sociedade brasileira, o espaço em que se organizam as trajetórias migratórias não é economicamente nem socialmente homogêneo.

Portanto, o mercado de trabalho nacional que se constituiu o espaço territorial que se integrou e a nação que se construiu trazem as marcas da diversidade e da desigualdade presentes no país. Sob essa perspectiva, as migrações contribuem para a reprodução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais vigentes. Então nesse complexo cenário, as existências das trajetórias apontadas pelo autor tomam-se evidentes.

³² Grifo nosso.

Esta argumentação do autor, principalmente a parte que se refere aos desequilíbrios, têm caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e esses desequilíbrios servem de mecanismos de transferência espacial de excedentes demográficos de uma região incapaz de absorvê-los para outras onde mais se desenvolveu a economia urbano-industrial ou se expandiu à fronteira agrícola³³.

“Além das trajetórias dominantes, existiam outras chamadas de secundárias, que se organizavam geralmente entre Estados vizinhos e se constituíam muitas vezes em uma etapa das trajetórias dominantes. Poderiam ser chamadas também de “circuitos migratórios regionais”. São bons exemplos: os fluxos do Espírito Santo para o Rio de Janeiro; de São Paulo e do Extremo Sul para o Paraná; de São Paulo para a região Centro-Oeste e do Nordeste Meridional para Minas. As trajetórias secundárias, ou os circuitos migratórios regionais, correspondiam não só à proximidade geográfica destes Estados fronteiriços, mas, também, às articulações econômicas regionais, que não obedeciam aos limites políticos impostos aos Estados.” (Brito, 2000; p. 5)

Percebe-se, assim, que a mera existência de trajetórias migratórias dominantes e secundárias não define um padrão migratório, pois é necessário que se especifique o contexto histórico no qual as trajetórias se inserem e são por ele estruturadas. Isto, em grande parte, é assim para cumprir as suas funções fundamentais na dinâmica da economia e da sociedade. De modo que, um padrão migratório seria o modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica. Mediante isso, o autor argumenta que:

“O dinamismo do padrão migratório ainda é mais interessante quando analisamos as trajetórias para as regiões de expansão da fronteira agrícola. O Paraná é um bom exemplo; houve um período, entre 1940 e 1970, quando realmente a expansão da fronteira se traduzia em intensos fluxos migratórios. Posteriormente, as profundas mudanças na economia regional substituíram as culturas predominantes de café e algodão, com grande capacidade de geração emprego, que coexistiam com uma agricultura de pequena e média

³³ Caso do que aconteceu com o Oeste do Paraná, vez que, em seu momento inicial de ocupação, a região absorveu intensas levas de migrantes interestaduais provenientes de áreas que, nas suas UFs de origem, não mais conseguiam manter sua população; e num segundo momento, quando, por mudanças diversas, o Oeste paranaense também não mais conseguiu manter e absorver migrantes, tornou-se origem de vários fluxos emigratórios.

propriedade, pela soja e pela pecuária, provocando grande excedente de mão-de-obra, ou de força de trabalho, devido ao progresso técnico e às mudanças na estrutura fundiária. Os imigrantes do Paraná, dos anos 50 e 60, retornaram para São Paulo ou para o Extremo Sul, dentro de trajetórias migratórias regionais, ou se inseriram no realinhamento das trajetórias dominantes, imposto pelo deslocamento das novas frentes de expansão da fronteira em direção ao Centro-Oeste e ao Norte. No caso da expansão das fronteiras, até 1980, as trajetórias migratórias foram se realinhando segundo as fases de expansão ou retração da capacidade de absorção populacional. Na fase de expansão, quando as alternativas de acesso à terra, ao emprego ou à atividade mineral são maiores, é grande a atração de migrantes. Na fase de retração, quando a economia agrícola se torna moderna e capitalista, como foi o caso do Paraná e do Centro-Oeste, ou então, preponderantemente especulativa ou voltada para a atividade mineral, como no Norte, não só se reduz a atração migratória, como aumenta muito a evasão populacional.” (Brito, 2000; p. 9-10).

Com se percebe, apesar de as trajetórias migratórias contarem com estes “circuitos regionais migratórios”³⁴, que acolhiam a movimentação entre as próprias regiões de expansão da fronteira, elas não abriram mão de se articularem com as grandes trajetórias dominantes no país, via de regra provenientes dos grandes reservatórios de força de trabalho. Nesse processo:

“O padrão migratório, como o modo de articulação entre as trajetórias e a dinâmica da economia e da sociedade, tem que ter flexibilidade para se adaptar às novas necessidades desta dinâmica, realinhando as suas trajetórias. Mas, como as trajetórias são caminhos estruturais e têm, portanto, uma dimensão social e cultural, uma certa inércia pode mantê-las, mesmo que as condições objetivas da economia já não precisem tanto da força de trabalho que transita por elas”. (Brito, 2000; p. 10).

Deste modo, os indivíduos que compõem os fluxos passam a sofrer um processo de seletividade, pois apesar do poder de atração migratória de uma área, as regiões de destino muitas vezes não conseguem reter uma boa parte dos imigrantes, provocando o

³⁴ Via de regra o Oeste do Estado do Paraná configurou-se historicamente num destes locais de circuitos regionais migratórios.

fenômeno da sua reemigração³⁵. Assim, a seletividade torna-se um dos componentes intrínsecos das trajetórias migratórias que, como caminhos estruturados socialmente, refletem os inúmeros obstáculos impostos à mobilidade social ascendente pela dinâmica econômica e social no Brasil.

Desta forma, a articulação entre os reservatórios de força de trabalho e as regiões com maiores oportunidades econômicas e sociais não se configura apenas num problema de “excedente demográfico” disponível, também depende da capacidade de mobilizá-lo socialmente, pois, mesmo que o migrante saiba que a sua possibilidade de sucesso é pequena, e que a migração se configura num risco cujo cálculo tem uma grande margem de incerteza, a motivação é maior, mais forte. *“Neste sentido, uma trajetória migratória é mais que uma estrada para o migrante. É um caminho social para o qual o migrante é mobilizado, uma alternativa aberta pela sociedade e sujeita, portanto, aos mesmos crivos das desigualdades sociais, sujeita à mesma seletividade”*. (Brito 2000; p. 19).

Este processo afetou sobremaneira a cenário demográfico do país, principalmente em função de que se agregou aos seguintes fatores: a) o esgotamento da grande capacidade absorvedora de migrantes das áreas de fronteira do país, b) o ajuste do cenário produtivo econômico ocorrido no país com o surgimento de novos pólos industriais além de São Paulo, c) do advento e da consolidação da transição demográfica nacional, e d) da modificação das políticas de integração nacional que reforçavam anteriormente a migração para as áreas de fronteira.

Estes elementos acabaram por constituir-se em fatores determinantes do comportamento da migração interna no Brasil nas últimas décadas e exerceram um papel preponderante no que ocorreu no Oeste do Paraná. Porém, segundo diversos autores³⁶, este panorama nacional se altera muito, pois a crise da década de 1980 e a de meados dos anos 1990 modificaram os fundamentos sociais, culturais e econômicos das trajetórias migratórias nacionais, porém a “tradição migratória nacional” não desapareceu.

³⁵ Segundo Brito (2000), muitos foram os migrantes que chegaram a um destino, mas nem todos foram capazes de superar a seletividade imposta pelos processos sociais e econômicos e foram empurrados em direção ao retorno ou a uma nova etapa migratória.

³⁶ Entre os quais se cita o próprio Brito (2000), Brito, Garcia e Souza (2004), Baeninger (1999 e 2000), Cunha e Baeninger (2001) e Cunha (2003a, 2003b, e 2004).

“Entretanto, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente do que antes, assim como as redes de interação social, têm tido um efeito contrário: as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. As externalidades positivas das grandes cidades, das regiões metropolitanas, em particular, que tanto atraíam os migrantes, foram superadas pelas externalidades negativas, comprometendo a “ilusão migratória”. (Brito 2000; p. 39).

Vê-se, assim, que o panorama migratório nacional a partir de 1980 tornou-se ainda mais complexo, pois, como se não bastasse a excepcional queda da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais ocorridas tanto no Brasil urbano quanto no rural, o país passou por diversos momentos de crise econômica interna que implicaram alterações nos pré-requisitos exigidos para o trabalho. Ocorreu assim um deslocamento da mobilidade espacial presente no processo de mobilidade social, pois o mercado de trabalho tornou-se mais rígido e exigente, passando a apresentar uma teia de pré-requisitos educacionais e de treinamento excludentes de boa parte da população migrante³⁷.

O autor sustenta ainda que a sociedade brasileira em geral, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais elevou o nível de seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres, assim:

“A discriminação e as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido freqüentes e exacerbam os mecanismos de seletividade. Em síntese, os fundamentos econômicos, sociais e culturais das trajetórias migratórias foram fortemente comprometidos. Portanto, a sua estruturação como caminhos sociais, mecanismo fundamental para a mobilização e integração social dos migrantes, perdeu muito do seu vigor”.(Brito, 2000; p. 39-40).

Argumenta ainda que, diante deste cenário, a migração de retorno se generalizou em diversas partes do país e, ao que tudo indica, foi reaquecida com a crise que se iniciou em 1996, e que se constitui na contramão das trajetórias migratórias. Para tanto aponta que:

³⁷ Nas palavras de Brito (2000) atualmente não é mais possível ao migrante sair do interior nordestino ir para São Paulo e lá conseguir alguma forma de ascensão social como era possível na década de 1970, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora. E, além disso, a sociedade urbana passou a assumir um comportamento muito mais competitivo, e bem menos solidário.

“A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região de destino, hoje um grande excedente demográfico não absorvido economicamente e socialmente, para o caminho de volta. É o avesso da ilusão migratória, a compreensão pelos migrantes de que já não é possível qualquer mobilidade social e, até mesmo, sobreviver nos grandes urbanos. O mesmo ocorre com as trajetórias em direção às fronteiras agrícolas, cuja dimensão social e cultural era dada pela possibilidade de acesso à terra. Atualmente, quem migra para as fronteiras quase só tem a possibilidade de se transformar num trabalhador, na maioria das vezes temporário.” (Brito, 2000; p. 39-40).

Outros autores, como Baeninger e Matos (2001), analisando esse cenário, sustentam que a migração no Brasil caracterizou-se por fluxos migratórios internos relacionados com um grande movimento de urbanização, de tal forma que esses dois fenômenos deram tanto o sentido quanto a forma às transformações estruturais deflagradas no país pelo avanço da modernidade capitalista no século XX; e, além disso, explicam em larga medida, a ocupação do território nacional, bem como as recentes manifestações de dispersão e redistribuição de sua população.

Do mesmo modo, Brito, Garcia, e Carvalho (2002) sustentam que os fundamentos da articulação entre o contexto histórico e as trajetórias migratórias foram alterados, pois o Brasil passou por uma profunda "crise de transição", que tem direcionado o país a um outro padrão migratório e ao "esvaziamento cultural das trajetórias dominantes, principalmente o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social". Para eles, as transformações econômicas contribuem para essas modificações, pois antes as pessoas migravam em busca de uma melhor posição social, hoje, mesmo com altos riscos, migram em busca da sobrevivência³⁸. Tal panorama resulta de uma tendência que começava a se manifestar desde a década de 1970. Nela, o aumento da capacidade de retenção migratória passa a ser não somente função das suas externalidades positivas mas, também das negativas nas prováveis regiões de destino³⁹.

³⁸ Diante disto, não é surpreendente que muitos indivíduos continuem a migrar para São Paulo, ou para qualquer outro grande centro urbano nacional, bem como para as regiões de expansão da fronteira agrícola; pois o que está atuando nesse deslocamento é a força da inércia das trajetórias que, como caminhos estruturais, muitas vezes se mantêm, mesmo que as condições objetivas sejam adversas.

³⁹ Para os autores, o que se observa então é que a dinâmica da economia e da sociedade no Brasil recente têm restringido enormemente as oportunidades de emprego, de criação de novas oportunidades ocupacionais e de acesso à terra, esvaziando o conteúdo social e cultural das trajetórias migratórias dominantes no país,

Martine e Carvalho (1989), em análise similar, sustentam que outro aspecto que se deve considerar, quando da análise dos destinos migratórios nacionais nos anos 1970, é o do crescimento do número de Estados expulsos de população no país, pois os deslocamentos populacionais desse período apontam isto bem como a redução no número das UFs receptoras. De qualquer forma, no cômputo geral, havia, nos anos 1970, mais Estados “perdedores” que “ganhadores” de população⁴⁰ no Brasil. Essa situação segundo Baeninger (1999), inverteu-se na década seguinte, com os anos 1980 entrando na história migratória recente do país com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais.

De fato, de uma para outra década, o Brasil passou por transformações intensas em sua economia, e tais mudanças rebateram sobre os movimentos migratórios internos, pois, ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o país passou a conviver com processo de desconcentração relativa da indústria nacional, fato que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas no território nacional. Tanto é assim que:

“O padrão de industrialização brasileiro iniciado na década de 1930 foi caracterizado por uma elevada concentração da base produtiva na região Sudeste. Contudo, apenas na década de 1970 políticas de desenvolvimento regional tiveram efeitos reais, iniciando um movimento de desconcentração em favor de outras regiões do país, em especial, das regiões Nordeste e Sul”. (Cunha e Dedecca 2004; p. 1).

A respeito disto, Baeninger (2000) argumenta que é importante destacar que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas nacionais, iniciada nos anos 1970, não apresentaram imediatos reflexos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo de 1980; somente no censo de 1991 é que esse processo tornou-se mais visível sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população. Ainda, segundo a autora, os anos da década de 1980 indicavam claramente essa *expansão dos espaços da migração* no território nacional,

restringindo ainda mais as oportunidades de mobilidade social no país. Mediante isto argumentam que os deslocamentos atuais são muito mais o resultado da inércia social, e é por ela que trafegam a maioria dos migrantes dispostos a superar os obstáculos da seletividade, não para melhorar a sua posição social, mas para conseguir mesmo que com altos riscos, garantir apenas a sua sobrevivência.

⁴⁰ Eram 15 Estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

tendência que se viu confirmada na década de 1990, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente.

Já no final de década de 1980 e início dos anos 1990 ocorreram profundas mudanças no cenário migratório nacional e na própria distribuição da população pelo país, pois os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, principalmente aqueles direcionados para as áreas de fronteira agrícola.. Ademais, no período deu-se o surgimento de novos pólos econômicos nacionais que exerceram um efeito em cadeia, estimulando a eclosão de outros pólos e a consolidação de parte deles, especialmente daqueles de absorção migratória inter-regional e intra-regional.

“[...] os movimentos migratórios do final dos anos 80 para o início dos 90 apontaram mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira: 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se como áreas de atração de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste; 2) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional, especialmente em Estados nordestinos; 3) o surgimento e consolidação de áreas de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional ampliaram os espaços da migração ao nível nacional”. (Cunha e Baeniger, 2001; p. 101).

De modo que a análise dos movimentos migratórios recentes no Brasil permite ver transformações importantes no cenário da migração interestadual, especialmente durante a década de 1990; nesse período chama a atenção o fato de que o volume de pessoas residindo há menos de dez anos nas UFs aumentou significativamente. A princípio isso pode sugerir um crescimento da mobilidade interna no país. Contudo para Cunha (2003a e 2003b), tal concepção não leva em consideração importantes comportamentos presentes no processo, caso da significativa queda de perdas populacionais de Estados que, na história recente, configuraram-se como perdedores de população migrante, exemplos do Paraná e de Minas Gerais, bem como do recrudescimento da emigração em vários Estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas.

Segundo o autor, estes distintos ritmos de crescimento de população regional indicam que, a partir de 1980, algumas das mudanças ocorridas no quadro migratório

nacional já eram esperadas, em função de tendências passadas, caso das áreas de fronteiras agrícolas e de seu esgotamento, da recuperação da Região Sul; e outras que, se não foram surpreendentes, no mínimo são merecedoras de uma ampla análise: caso do recrudescimento da emigração nordestina, justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no país apontavam um arrefecimento deste tipo de migração.

Analisando esta questão, Cano (1998) sustenta que este movimento, que pode parecer incongruente, justifica-se em função do novo cenário econômico nacional, calcado no neoliberalismo. Argumenta então que, dada a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola nacional, bem como dos impactos da crise econômica que o país vivenciou durante a década de 1980, e do processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial nacional ocorrido nas décadas de 1980 e de 1990, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais.

E se, por um lado, o estreitamento das oportunidades de inserção nas áreas de fronteira agrícola gerou o “fechamento” das mesmas e isto reduziu as possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, os processos de reestruturação econômica implicaram a modificação dos instrumentos de geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), o que por sua vez acarretou a deterioração das relações de trabalho e, conseqüentemente das possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1991) chamou de período de “mobilidade travada”⁴¹.

Na mesma linha de raciocínio, incluem-se os apontamentos de Pacheco (1992:22), para quem o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado a queda da migração em direção às principais metrópoles do país, bem como pode ter favorecido a migração de retorno. Pois, segundo ele, a relativa desconcentração industrial para Estados vizinhos a São Paulo, caso do Paraná e de Minas Gerais; o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste e a conseqüente

⁴¹ Na mesma linha de raciocínio, incluem-se os apontamentos de Pacheco (1992) para quem “o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno”. Segundo o autor a relativa desconcentração industrial para Estados vizinhos a São Paulo, caso do Paraná e de Minas Gerais; o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste e a conseqüente “urbanização da fronteira agrícola”; elementos que influenciaram no redirecionamento de certos fluxos migratórios nacionais.

“urbanização da fronteira agrícola”; constituem elementos que exerceram forte influência no redirecionamento de certos fluxos migratórios nacionais.

Nesse cenário emerge a discussão do que é urbano atualmente, pois é nesse cenário que muitos dos acontecimentos referidos à “mobilidade travada” se fazem presentes. Essa discussão é importante porque ela permite uma maior nível de esclarecimento dos movimentos migratórios, notadamente daqueles que ocorrem envolvendo áreas urbanas, tanto que Cunha (2003a) estabelece uma interessante discussão, onde argumenta que muito do que hoje é considerado urbano o é meramente em função de uma classificação técnica.

“[...] a despeito de ter seu processo de ocupação intimamente ligado à expansão da fronteira agrícola, registra um elevado percentual de população urbana, mesmo quando se desconsidera o Distrito Federal que, como se sabe, justifica o grau de urbanização por sua função de capital administrativa do país. O fenômeno que vem sendo chamado de “urbanização da fronteira” (Ipea/IBGE/Nesur,1999) espelha claramente a forma como a atividade agropecuária vem se estruturando há algumas décadas no país e, infelizmente para a população rural e pequenos proprietários agrícolas, como prescindir destes últimos. De fato, nessa região, o setor terciário e a atividade industrial estão fortemente atrelados ao dinamismo agropecuário com reflexos importantes na configuração urbana regional, sendo, aliás, a única opção para boa parcela dos migrantes”. (Cunha, 2003a; p. 224).

Sustenta então que há uma grande discussão sobre a natureza da urbanização brasileira, em particular sobre a forma como os assentamentos humanos são classificados pelas estatísticas oficiais, pois a definição de urbano e de rural é ainda hoje uma matéria normativa dependendo mais de decisões administrativas e técnicas do que considerações substantivas do significado e função destas áreas. Esta colocação faz sentido quando se considera que regiões como a do Oeste do Paraná ainda detêm parcela significativa de sua população na zona rural. Mais ainda, se, se considerar que no caso do Oeste do Paraná, o rural é apoiado em sua classificação por uma ampla gama de pequenas cidades e diversos distritos que contam que uma infra-estrutura bem organizada. Tanto que, sobre tais dificuldades argumenta que:

“Ao que tudo indica, a importância do rural brasileiro ainda não pode ser bem avaliada pelos dados oficiais devido a, pelo menos, dois motivos: o primeiro deles é de

ordem teórica, considerando-se as novas relações existentes entre a cidade e o campo; e o segundo é de ordem operacional, tendo em conta a forma como são classificadas, no Brasil, as áreas urbanas e rurais. Veiga (2002:3), por exemplo, sustenta que o rural brasileiro é muito maior do que aquele apontado pelos dados do IBGE e esta subestimação deve-se à definição vigente de urbano no Brasil – com apenas algumas modificações, a mesma desde 1938 –, que “transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais”, e, portanto, “foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados”. (Cunha, 2003a; p. 224).

Isso leva a distorções sobre o que vem a ser efetivamente a rede urbana brasileira, além do que, há que se reconhecer que existem diversidades regionais que geram distintos problemas, derivados da dificuldade de mensuração correta do que é urbano e rural. Pois se, por um lado, o “rural” em várias partes do país, fora do eixo industrial, é muito maior que aquele mostrado pelos dados censitários, por outro lado, no contexto de grandes aglomerações urbanas, o seu tamanho certamente é menor do que os dados sugerem.

Desse modo, nas palavras do autor, o que se pode afirmar é que, ao mesmo tempo em que se urbanizou a população brasileira, também se concentrou espacialmente, muito embora com um grau de heterogeneidade regional menor que qualquer outro país da América do Sul. E, nas palavras de Pacheco (1992), o caráter relativamente desconcentrado do sistema urbano brasileiro é fruto das origens históricas da ocupação do país, que se caracterizou pela formação de “uma rede de cidades dispersa, em comparação a outras experiências latino-americanas”.

Assim, mesmo aceitando a existência, nos últimos vinte anos, de uma tendência de desconcentração relativa, a rede de cidades brasileira está muito longe de se caracterizar como “equilibrada”, pois é patente a concentração da população nos maiores municípios. Tanto que, em 2000, quase três quartos dos municípios brasileiros (com menos de 20 mil habitantes) respondiam por menos de 20% da população nacional, enquanto menos de 0,6% deles (aqueles com mais de 500 mil habitantes) abrigavam quase 30% dos brasileiros. Vê-se, então a importância que os municípios deste porte passaram a assumir no cenário nacional, fato que também se fez presente no Oeste do Paraná, especialmente quando se consideram os movimentos migratórios intra-estaduais e intra-regionais.

Concomitantemente a isto, tampouco se observa, nas áreas de evasão tradicionais, modificações que implicassem a ampliação de sua capacidade de retenção populacional, sobretudo após a maturação de vários investimentos realizados nas áreas industriais. De modo que à população brasileira restou urbanizar-se, embora com uma clara tendência à dispersão relativa ao longo do território, o que beneficiou não apenas as emergentes aglomerações metropolitanas do país, mas também os municípios de porte intermediário no interior dos Estados, em detrimento do centro hegemônico, caso da região sob análise.

Assim, o “urbano nacional” tornou-se ainda mais complexo, apresentando, em termos espaciais, novas e diversificadas modalidades de assentamentos humanos, vez que se alterou a relação entre urbano e rural, que surgiram novas territorialidades; bem como se ganharam importância os movimentos migratórios de curta distância, especialmente os intra-regionais e que se ampliaram as alternativas de ocupação econômica e demográfica.

Assim, ainda segundo Cunha (2003b), se ocorreu um processo de transformações no cenário das trajetórias migratórias nacionais, certamente estas não se deram no “padrão migratório” nacional, mas, sim, nas condições específicas das principais áreas de origem dos movimentos; fato que ocorreu concomitantemente à eclosão de várias outras questões em nível intraestadual ou intra-regional que influenciaram o processo, tais como: a configuração de novos subespaços e de novas relações entre o rural e o urbano; o surgimento de formas diversificadas de mobilidade populacional e de assentamentos humanos; e o aparecimento de processos complexos de diferenciação socioespacial sob as quais cabem outras reflexões. Mediante este panorama, argumenta que, após trinta anos de redistribuição espacial da população no Brasil, as principais tendências migratórias do país passaram a apresentar características de certo modo distintas das anteriores, pois:

“[...] a partir dos anos 80 as dinâmicas econômica, social e demográfica brasileira passaram por significativas transformações que tiveram profundas implicações nos seus processos de redistribuição espacial da população e urbanização, sendo uma delas a interrupção do ímpeto concentrador que, durante décadas, caracterizou a dinâmica demográfica nacional”. (Cunha, 2004; p. 1).

Ademais, argumenta ainda o autor que não apenas as formas de assentamentos humanos mudaram, como também ganharam importância, na dinâmica demográfica nacional, novos espaços regionais, bem como outros tipos de mobilidade populacional; com

conseqüências importantes nos padrões de localização da população dentro e fora dos grandes centros urbanos, caracterizando-se o processo com uma relativa desconcentração demográfica ⁴².

Isso se deu, segundo ele, porque se, por um lado, o fechamento de fronteiras implicou um estreitamento das possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, o movimento de reestruturação econômica teve rebatimentos decisivos na geração de emprego, e também no crescimento do desemprego nacional. Essa situação ocorreu em várias áreas do país, favorecendo ou prejudicando seu crescimento econômico e desenvolvimento, e que pesou no comportamento das suas populações; pois:

“De fato, tendo em vista a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola e os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais”. Cunha (2004, p. 3).

Assim, percebe-se que o panorama da distribuição da população nacional em áreas urbanas ou rurais tornou-se ainda mais complexo e espacialmente passou a apresentar novas modalidades de assentamentos humanos, vez que, modificaram-se as relações entre urbano e rural, emergiram novas territorialidades, intensificaram-se ou ganharam importância relativa os movimentos de curta distância, em particular os de tipo urbano-urbano, e ampliaram-se as alternativas de ocupação econômica e demográfica; tanto que:

“No âmbito dos estudos populacionais, questões como a pendularidade (commuting), a segregação ou segmentação socioespacial, o espraiamento urbano, a interiorização da população etc., começaram a despertar os interesses que durante as décadas anteriores estiveram muito mais voltados para a migração rural-urbana e de mais longa distância e suas conseqüências”. (Cunha 2004, p. 8).

⁴² Com esta linha de argumentação, o autor aponta que na análise do crescimento populacional e da migração por grandes regiões brasileiras se percebe que a região Sul, durante 1980-1991, vivenciou uma taxa de crescimento populacional reduzida (1,38% a.a.), reflexo em grande medida da taxa de crescimento negativo da população rural da área (-) 2,0% a.a., e que é, em grande parte, resultante do grande êxodo rural do Paraná que se iniciou nos anos 1970 e se estendeu aos 1980. Apesar disso, no período seguinte 1991/2000, a região teve recuperação expressiva de seu crescimento demográfico, e isso seria reflexo do bom desempenho da atividade industrial da região, particularmente do Paraná, Estado que foi beneficiário importante da desconcentração da indústria nacional, ocorrida especialmente a partir de 1990.

Alega o autor que o processo privilegiou o crescimento econômico e redistribuição populacional, e que, a despeito dos indicativos de desconcentração demográfica na rede de cidades do país e do papel das RMs no processo de urbanização, pois, mais que “desmetropolizar”, o período pós-1980 parece ter reforçado ou mesmo disseminado o fenômeno metropolitano e urbano em outras regiões do território nacional. Esse comportamento que se deu às custas da crise, fazendo emergir questões tipo: “periferização”, empobrecimento e precarização do trabalho, segmentação socioespacial etc.

Cunha (2004) argumenta também que não se pode esquecer que várias outras questões referentes às migrações emergem contemporaneamente no nível intra-estadual ou intra-regional, caso da configuração de novos subespaços e de novas relações entre o rural e o urbano; do surgimento de formas diversificadas de mobilidade populacional e de assentamentos humanos; de processos complexos de diferenciação socioespaciais, etc., que têm, muitas vezes, como fatores motivadores de sua ocorrência elementos como renda, a trabalho, a saúde e a educação.

Assim, ao analisar a composição dos fluxos de imigração e emigração, faz-se necessário pensar no impacto disto e sua aferição sobre a disponibilidade de força de trabalho e em suas conseqüências para a situação de desemprego, seja nos locais de origem dos fluxos como nos de destino dos mesmos. De modo que é necessário entender as conseqüências desse processo para as condições de inserção e remuneração da força de trabalho migrante, buscando quantificar e qualificar a inserção produtiva dos migrantes trabalhadores.

Assim percebe-se que, efetivamente, as situações presentes nas regiões de origem dos migrantes no momento da emigração detêm, como já apontado, um papel fundamental no processo. Percebe-se também que, segundo diversos autores, que além destes fatores, outros de origem exógena influenciam o processo, sendo que um destes é a reestruturação produtiva que o país vivenciou nas últimas décadas, que rebatem diretamente no cenário

produtivo nacional, especialmente de regiões produtoras de “commodities⁴³” modernas, como é o caso da região Oeste do Estado do Paraná.

Porém o que fica patente neste processo de transformação do perfil migratório nacional é a importância que as áreas urbanas e metropolitanas detêm atualmente tanto que Cunha e Dedecca (2004) argumentam que nesse atual cenário econômico nacional de políticas neoliberais onde a globalização é a face mais evidente, os migrantes recentes que se deslocam para os centros urbanos do país especialmente para as regiões metropolitanas encontram grande dificuldade para ali se inserirem, e quando já colocados, às dificuldades são para ali se manterem. Sustentam ainda que isso aconteceu nos mais diversificados segmentos do mercado de trabalho, particularmente nos mais dinâmicos, e a consequência maior foi a de que o percentual de migrantes inseridos no pior segmento da economia, o “pequeno setor não contratado”, dito “informal” ampliou-se e muito.

Percebe-se então que este cenário descrito pelos autores é de grande valia também para entender o ocorrido com o Oeste do Paraná, pois o que eles estão indicando na verdade é que a reestruturação produtiva e o novo perfil de trabalhador exigido pelo mercado de trabalho influenciaram diretamente nos critérios de contratação e de emprego nacional, especialmente da década de 1980 em diante; e isto, por sua vez, influiu diretamente no comportamento dos migrantes nacionais, fato que repercutiu em todo o país, de tal modo que, mesmo uma região de ocupação relativamente recente, como a em análise, sofreu a influência destes fatores, e passou a absorver migrantes mais qualificados.

Isso ocorreu porque a área vivenciou diversos acontecimentos no período, acontecimento que influenciaram na determinação deste cenário, tais como esgotamento da fronteira territorial agrícola, mudança do mercado em termos de produto gerado na agricultura regional, êxodo rural, queda nos volumes de imigrantes na área e elevação da qualificação exigida para aqueles que ainda imigram.

Esse tipo de transformação foi tão contundente que Cunha e Dedecca (2004) sustentam também que, mesmo o emprego doméstico, outrora reconhecido como uma das principais portas de entrada para os migrantes no mercado de trabalho urbano, não mais se constituiu em real alternativa de inserção. Ressaltando que a situação torna-se ainda mais

⁴³ Segundo Sandroni (1999), o termo “commodities” significa literalmente mercadoria em inglês. Nas relações comerciais internacionais, designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de elevada importância comercial – como é o caso da soja, utilizada em cadeias produtivas bastantes extensas.

complicada quando o fator discriminação surge no processo de absorção dos indivíduos, pois a maior discriminação contra os migrantes recentes ocorre pelo simples fato de serem migrantes; atingindo homens e mulheres, fato que sugere que não são relevantes as condições específicas de inserção ocupacional segundo sexo, mas, sim, o fato de os indivíduos encaixarem-se na condição de migrantes.

Obviamente isso aponta para a consolidação de um ambiente bastante desfavorável à incorporação dos indivíduos migrantes no mercado de trabalho das regiões, principalmente na área urbana, ocorrência esta que Brito (2000) já havia apontado, e que chamou de seleção de migrantes.

“Muito mais acentuado foi o crescimento do desemprego entre os migrantes com menos de três anos de residência, de 15,7% em 1989 para 26,0% em 2000. Isto é, um de cada quatro migrantes recentes encontrava-se, neste último ano, em situação de desemprego. Ademais, o desemprego relativamente mais alto dos migrantes recentes indica sua condição desfavorável em relação à população com mais tempo de residência na região na competição pelas ocupações existentes” (Cunha e Dedecca, 2004; p. 09).

Esse cenário pode ser melhor identificado quando se considera o comportamento da participação dos migrantes mediante certas categorias de inserção econômica do mercado de trabalho⁴⁴. Nelas se percebe, que em todos os segmentos de trabalho, as ocupações mais representativas são caracterizadas por uma remuneração relativamente baixa e uma quase inexistência de qualificação. Esse processo de depreciação da mão-de-obra migrante no mercado de trabalho foi especialmente cruel com a parcela da população que chegou recentemente aos seus locais de destino, pois o desemprego atingiu os migrantes de forma bem mais intensa do que os demais indivíduos das áreas urbanas.

⁴⁴ Adota-se, nesse trabalho, metodologia utilizada em outros estudos realizados a partir das informações propiciadas pela PNAD. A partir do cruzamento das variáveis referentes ao setor de atividade, tamanho do estabelecimento, posição na ocupação e tipo de relação de trabalho, ordena-se o mercado de trabalho não-agrícola segundo alguns segmentos ocupacionais básicos, denominados de categorias de inserção econômica. São elas: (a) *grande-médio setor* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com mais de cinco empregados; (b) *pequeno setor contratado* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com menos de cinco empregados e ocupações não-assalariadas que destinam sua atividade econômica para um outro estabelecimento; (c) *pequeno setor não contratado* – ocupações assalariadas em estabelecimentos com menos de cinco empregados e ocupações não-assalariadas que dirigem sua atividade para o consumo das pessoas/famílias; (d) *setor público* – ocupações da administração centralizada e autarquias do aparelho de Estado; (e) *emprego doméstico* – ocupações declaradas como de trabalho doméstico. Uma apresentação mais detalhada dessa metodologia pode ser encontrada em Dedecca e Cunha (2002).

Consideradas as informações apresentadas, essa mudança sugere fortemente um papel mais relevante da retenção da população migrante pelo mercado de trabalho na determinação dos estímulos ou desestímulos ao movimento de migração. Desse modo, as dificuldades de um recrudescimento mais ponderável e generalizado do processo migratório podem ser ainda mais bem justificadas quando consideradas mediante os níveis de escolaridade dos indivíduos.

Mediante este cenário, Cunha e Dedecca (2004) sustentam que há uma seletividade perversa do mercado urbano de trabalho, principalmente em relação aos migrantes recentes. No caso de seu estudo, apontam que, na cidade São Paulo, a redução da PEA com menos de três anos de residência esteve concentrada na população analfabeta ou com o nível de ensino fundamental incompleto, sendo o grande e médio setor (GMS) o setor mais fechado à incorporação dos migrantes recentes. Isso segundo eles permite afirmar que o mercado de trabalho urbano e seus segmentos mais estruturados refutam os trabalhadores com baixo nível de escolaridade, mais ainda se migrantes, fato que como já indicado também se fez presente no Oeste do Paraná.

Porém, para que se possa avaliar melhor o processo, é importante considerar, de forma mais criteriosa, os dados econômicos e sociais das principais áreas de evasão de população do território nacional; especialmente porque as possibilidades de abertura de novas áreas de fronteira agrícola nacional, ao que tudo indica, estão praticamente encerradas, o que, porém, não refreou os movimentos migratórios no país, tanto que, como se poderá verificar nos capítulos a seguir, o Oeste do Paraná cresceu demograficamente e se desenvolveu, mas manteve-se sempre como uma região de grande circularidade migratória; e que esta circularidade foi, na verdade, capitaneada por um número bem reduzido de municípios da região, e que este processo esteve diretamente relacionado com a reestruturação produtiva da área e seus impactos no mercado de trabalho regional.

Como se percebe, a relação entre migração e mercado de trabalho não é de fácil interpretação, vez que, segundo eles ao menos três questões devem ser levantadas à guisa de pistas para uma ampla compreensão do processo. A primeira refere-se à relação que pode existir entre a migração e a renda disponível nos locais de destino, renda esta que facultaria aos migrantes, mesmo em condições de precariedade, mais opções de reprodução

social e econômica, principalmente quando comparadas às disponíveis em seus lugares de origem.

A segunda se refere à necessidade de estudos mais pormenorizados das origens dos fluxos, particularmente onde ocorreu de modo evidente crescimento no total de saídas dos indivíduos. Pois, segundo eles, não se pode esquecer que certos condicionantes, caso da desconcentração econômica periférica, ou da seca, ou ainda de outros problemas referentes à possibilidade de sobrevivência dos migrantes, podem ter impactos cíclicos, e podem atormentar ainda mais os já combalidos migrantes em potencial.

A terceira questão faz referência ao fato de que o “fechamento”, quase que por completo, das fronteiras agrícolas nacionais também deve ser considerado motivador da continuação das “aventuras migratórias” especialmente em direção aos centros urbanos do país, principalmente em direção à RMSP.

Esse fechamento da fronteira agrícola no caso do Oeste do Paraná também foi motivado pela maior integração da economia regional ao cenário nacional e internacional onde o que se verificou é que binômio da soja e do trigo passou a exercer forte influência na área e também passou a sofrer grande influência do que sucedeu com estes produtos no mercado internacional. Isto revelou a grande dependência do Oeste do Paraná em relação a estes produtos, tornando o cenário da economia oestina ainda mais frágil às oscilações dessas “commodities” nas bolsas de mercadorias e futuros.

Tais acontecimentos motivaram uma grande parte dos produtores rurais da área a produzir outras culturas, as quais funcionaram como fatores de apoio à manutenção do homem no campo, caso da mandioca, do milho, da suinocultura, da avicultura e da piscicultura. Estes produtores passaram também a investir na modernização da produção apoiados num sistema de integração com as empresas abatedoras⁴⁵.

⁴⁵ Nesse processo, a busca da integração do produtor com a agroindústria privada ou mesmo de origem cooperativa aparece na região como uma oportunidade de sobrevivência e de sua manutenção no campo. Isso acontece, via de regra, com a produção de suínos e de aves. Porém, o que ocorre é que a renda suplementar, derivada deste regime de produção, trabalho de parceria, e em alguns casos assalariado de tempo parcial, com frequência, contribui para a sobrevivência dos produtores camponeses que poderiam, de outra forma, ser forçados a abandonar suas pequenas propriedades; porém nem esse tipo de iniciativa tem força suficiente para fixar os pequenos produtores e de demais trabalhadores no campo. E existe uma outra face do processo, os agricultores nessa situação ficam de certo modo dependentes das agroindústrias do setor e devem fornecer apenas para elas, submetendo-se a situações de controle da produção muito rígidas, muitas vezes injustas, o que faz com que diversos, apesar de estarem inseridos neste sistema, também busquem emigrar.

Entretanto, nem isso se revelou suficientemente forte para conter a evasão do campo da região, pois os empregos ali gerados não apresentaram suficiente capacidade de absorver os excluídos da zona rural que não mais conseguiram manter-se no campo. Mediante isto, o que se verificou na área é que os seus sistemas de produção agropecuária que inicialmente foram fortes absorvedores de migrantes, tornaram-se, ao longo do tempo, de um modo geral, repulsores de população. Ou seja, sua maior característica passou a residir na incapacidade que apresentaram de se modernizar preservando empregos rurais e fixando os pequenos proprietários, arrendatários ou agregados no campo. Ou seja, o novo perfil que surgiu na área foi incapaz de manter os indivíduos diretamente envolvidos presentes e participantes no processo em suas áreas de origem, a zona rural⁴⁶.

Remetendo-nos a Wood e Carvalho (1994), o que se percebe num cenário deste tipo é o fato de que a industrialização da produção agrícola apresenta duas tendências contraditórias, uma delas a que tende a dissolver e a outra que tende a conservar as pequenas propriedades rurais, fato que tem sido objeto de muito debate.

Diante disto, argumenta-se que, no Oeste do Paraná o desempenho demográfico ainda tem grande participação dos movimentos migratórios que ocorrem na área. Estes, por sua vez, ainda detêm forte relação com o que acontece com a população rural e mesmo com o próprio setor econômico primário regional. Desse modo, que os pequenos produtores rurais da área, apesar de terem sido muito reduzidos em termos de volume de população na área, ainda detêm uma importância destacada na região, haja vista a distribuição fundiária regional que, segundo a Secretária de Abastecimento e Agricultura do Estado do Paraná, em 1999 ainda apresentava 36,36% das terras do Oeste do Paraná nas mãos de mini e pequenos produtores rurais.

Como essa forma de compreensão do processo na região é parte da percepção do que entendemos ter ali ocorrido, reportamo-nos à abordagem elaborada por Wood e Carvalho (1994), que, analisando semelhante cenário aplicado ao Brasil, sustentam que a

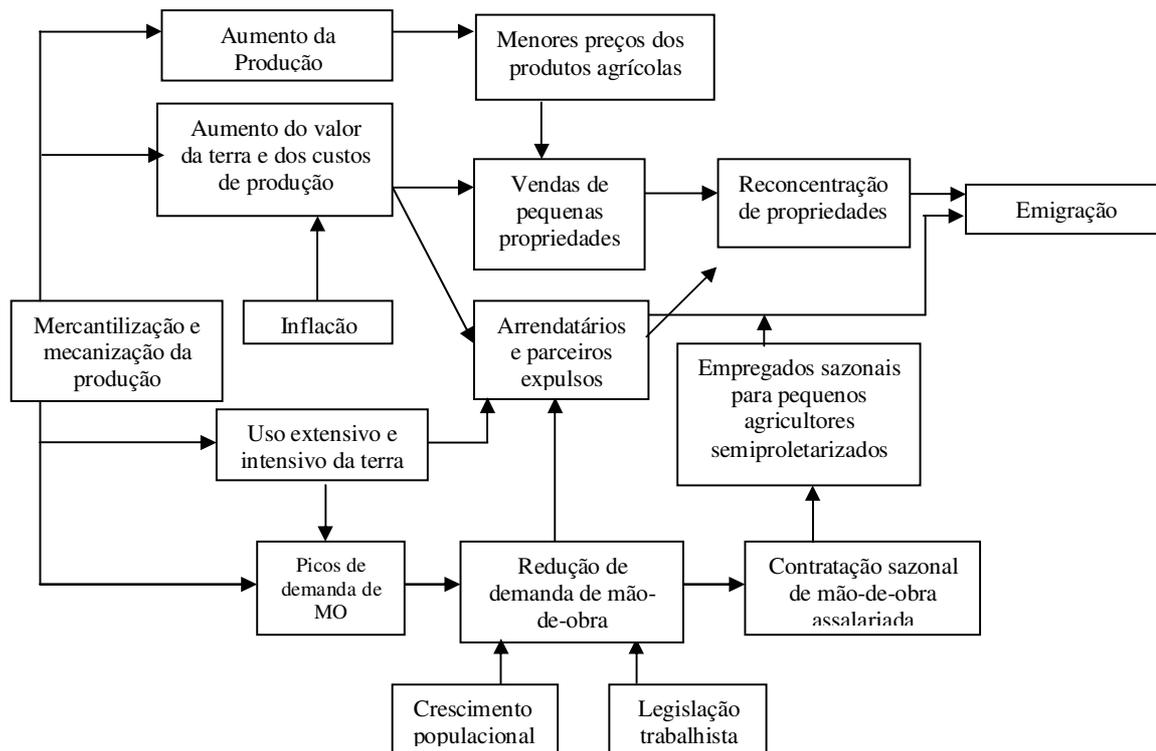
⁴⁶ É importante notar, contudo, que os "fatores de mudança" não levam invariavelmente à dissolução das pequenas propriedades, dos contratos de arrendamento e de parceria e até à emigração. Ao contrário, o uso crescente de mão-de-obra assalariado sazonal por grandes estabelecimentos agrícolas comerciais oferece, em muitos casos, trabalho a pequenos detentores de terra semiproletarizados, porém fez eclodir em boa parte da região Oeste do Paraná, uma massa de trabalhadores rurais informais sem nenhuma ou quase nenhuma qualificação para as ocupações urbanas, "os bóias-frias".

adoção do binômio produtivo da soja e trigo provocou conseqüências muito fortes no país, principalmente em regiões de fronteira recente, como é o caso do Oeste do Paraná.

Utilizando da Figura 1 a seguir, elaborada a partir das argumentações de Wood e Carvalho (1994), busca-se retratar alguns dos principais mecanismos através dos quais a comercialização e a mecanização da produção agrícola redundaram na emigração rural no Oeste do Paraná. Embora o diagrama proposto não esgote as causas do êxodo rural da área e menos ainda da migração na região, ele nos oferece, não obstante, uma sistematização pertinente das muitas relações-chave referidas anteriormente, com as quais concordamos.

Percebe-se então que, diante das observações dos diversos autores utilizados na argumentação que o que ocorreu com o Oeste do Paraná configura-se numa situação similar a identificada por Wood e Carvalho (1994) e que tem, na Figura 2.1, uma proposição de um roteiro sintético do ocorrido ali.

Figura 2.1: Mecanismos por meio dos quais a Mecanização e a Mercantilização da Produção Rural no Oeste do Paraná propiciaram Emigração Rural



Fonte: Adaptações do autor com base em Wood e Carvalho (1994, p. 238)

Outro autor, Pacheco (1992), analisando o cenário econômico agrário e demográfico brasileiro, aponta justamente a similaridade indicada, pois, segundo ele, em um cenário deste tipo, voltado para o caso brasileiro, o que se verifica é que:

"Ainda que as migrações inter-regionais reflitam processos complexos, com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que gradativamente vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano, seus determinantes estruturais podem ser entendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desemprego econômico das cidades de cada região. Em grande parte a expulsão do campo foi consequência da concentração da estrutura fundiária" (Pacheco, 1992; p. 24).

Como se pode verificar, a discussão dos condicionantes, dos motivos e das características da migração no Oeste do Paraná é ampla, pois a região atravessou as últimas décadas do século XX vivenciando distintos movimentos migratórios, que influenciaram sua estruturação social, econômica, política e desenvolvimento, como será discutido nos capítulos a seguir.

O que se percebe é que os diversos autores utilizados, começando por Singer (1977) e continuando pelos demais, auxiliam a compreensão do ocorrido na região, por demonstrarem cada um deles a seu modo como as diversas facetas que compõem um cenário de migrações influi e é influenciada por um processo de desenvolvimento regional.

Isso porque os enfoques e questões levantadas nos indicam caminhos para interpretar como a ocupação de áreas de fronteira no país, passando pelos rebatimentos da industrialização no processo, gera a concepção de que a migração é talvez, para muitos indivíduos, uma efetiva forma de melhoria de condição de vida. Nossa argumentação fundamentada nestes autores evolui até finalizar com o atual cenário do processo produtivo nacional e regional, que passou por uma ampla reestruturação que impactou diretamente nas áreas exportadoras de *commodities* do país, principalmente de *commodities* oriundas da agricultura e da pecuária como é o caso do Oeste do Paraná.

III - A OCUPAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ: UM RETROSPECTO ECONÔMICO-DEMOGRÁFICO

Segundo Magalhães (1996), a ocupação do Paraná teve início em meados do séc. XVII, sendo que até o primeiro terço do século XX apenas o leste do Estado se encontrava povoado. A autora sustenta que, nesse processo de povoamento, ocorreram, basicamente, três ondas de ocupação, que se deram em consonância com os grandes ciclos econômicos ali verificados e que delimitam os contornos regionais de três grandes comunidades no Paraná.

Assim, identifica primeiro a região do *Paraná Tradicional*, que abarca desde a área litorânea polarizada por Paranaguá, passando por Curitiba e abrangendo vastas regiões de campos no centro-sul do Estado. Essa região abrigou as primeiras frentes de expansão centradas nas atividades pecuárias de extensão, nas atividades econômicas de extração de erva-mate e de madeira, desenvolvidas, em geral, em grandes latifúndios.

Outra região, o Norte Pioneiro, é identificada pela presença de uma segunda onda de povoamento, que teve início por volta de 1940 e foi integrada principalmente por agricultores que ocuparam rapidamente o norte do Paraná, numa espécie de prolongamento da atividade cafeeira de São Paulo, em busca das fertilíssimas terras roxas da região.

A terceira deu-se de forma seqüente à ocupação do norte paranaense, e foi a que povoou as regiões do extremo-oeste e do sudoeste do Estado; sendo essencialmente formada por colonos gaúchos e catarinenses, voltados à policultura e à pecuária suína, onde, segundo a autora, a colonização da área deu-se à semelhança da desenvolvida na região norte do Estado, e desenhou uma estrutura fundiária marcada pela presença da pequena propriedade familiar.

A respeito desse assunto, Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001) apontam que o Oeste do Paraná constitui-se numa região que esteve sob influência dos impérios português e espanhol, cujos interesses remontam ao Tratado de Tordesilhas. Argumentam também que, apesar do fato de no século XVI os espanhóis terem se fixado na região, os portugueses “rasteavam” a espacialidade regional como invasores à procura de metais preciosos e de índios para trabalho braçal escravo, através das chamadas *bandeiras*.

É neste contexto histórico que surge uma nova forma de penetração, colonização e ocupação territorial da região e que começou a se desenvolver a partir de 1610, quando os padres jesuítas chegaram e, em contato com a população indígena nativa, começaram a reunir os índios guaranis em pequenos povoados para evangelizá-los e "civilizá-los", o que resultou, na região Oeste do Paraná, na criação da redução Jesuítica de Guairá, cujo principal núcleo foi construído onde atualmente hoje se localizam as cidades de Terra Roxa e Guaíra⁴⁷.

Entretanto, tanto a localização estratégica da região quanto a abundância de mão-de-obra indígena acirraram a ganância da Coroa Portuguesa, cujo maior intuito era sistematicamente capturar e aprisionar índios para que fossem vendidos aos senhores de engenho e servissem à produção de açúcar do Nordeste do Brasil. Tal acontecimento concorreu para a destruição completa da experiência reducional dos jesuítas com os guaranis no *Guayrá*⁴⁸, em 1628. Depois da destruição dessa experiência reducional na antiga Província do *Guayrá*, não se tem fontes históricas que consigam elucidar as experiências humanas desenvolvidas no Oeste do Paraná (Colognese e Schallenberger, 1994). Ao certo viveram aí grupos nativos dispersados pelos bandeirantes, grupos que, de forma semi-nômade ou até errante, exploravam a rica flora e fauna. O período que vai da destruição das reduções do *Guayrá* até o início do século XIX, não explorado pela historiografia, dá a entender que o Oeste do Paraná se constituiu em uma zona intermediária entre os impérios português e espanhol, reconhecida pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, como fronteira portuguesa, embora não integrada definitivamente nas suas possessões.

Já nos primórdios do século XIX apareceram referências na literatura que davam conta da necessidade da integração das fronteiras do oeste, referindo-se à reedificação do *Guayrá* (Silva, 1989). O Império Brasileiro, apoiando-se nas deliberações deste tratado, considerava incontestável esta porção do território, muito embora estivesse ciente de que as repúblicas do Paraguai e da Argentina poderiam evocar os direitos hispânicos, decorrentes

⁴⁷ Organizados que foram, com base nos fundamentos éticos e políticos do sistema colonial de fazer cristãos e súditos para a Coroa, os povoados missioneiros tiveram a preocupação de efetivar a segregação social, afastando os índios do domínio direto dos colonos, com o intuito de moralizar os costumes e preservar o potencial humano para a colonização.

⁴⁸ *Guayrá* – a experiência reducional em questão ocorreu justamente na área geográfica compreendida pela atual região do oeste do Paraná, sul do Mato Grosso do Sul e pelo noroeste do Paraguai.

do "*uti possedetis*"⁴⁹, haja vista a exploração das riquezas naturais efetuada por estes países desde os primórdios da sua independência (Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer, 2001). Todavia, no século XIX, para suprir as necessidades de matérias-primas externas, principalmente da Inglaterra e da França, é substituído o foco de atração econômica da área que passou para a exploração da erva-mate e madeira, cujo escoamento era pelo rio Paraná e pelo Rio da Prata⁵⁰.

Frente a estes fatos e ao interesse do Império sobre o Sul do Brasil, começa a sua ocupação. O primeiro movimento foi a elevação do Paraná à categoria de Província do Império brasileiro em 1853, porém a inexistência de recursos financeiros e humanos na Província impossibilitou a efetiva colonização da região à época. (Colognese & Schallenberger, 1994). Tanto que, com o final da Guerra do Paraguai (1864-1869), os argentinos, com capitais ingleses, começaram a projetar seus interesses sobre a área dado o seu potencial econômico, vide o Mapa 3.1 a seguir.

Estes movimentos segundo Peregalli (1982), constituem-se como resultado da conjunção de diversos interesses opostos aos do Império Brasileiro: “[...], pois a interferência dos interesses ingleses no comércio platino e a suspeita de uma possível concorrência paraguaia em torno da hegemonia imperialista inglesa, forjou um arranjo diplomático que motivou a formação da Tríplice Aliança, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, para combater o Paraguai. [...] neste conflito a população paraguaia ficou reduzida a um número insignificante depois da guerra. Desestruturada em suas bases familiares e sociais, dispersou-se pelo território e, um contingente dela, espalhou-se pelos sertões do Oeste da Província do Paraná, onde passou a viver basicamente da coleta, da caça e da pesca” (Peregalli, 1982; p. 34).

⁴⁹Direito fundado na ocupação efetiva e prolongada, independente de qualquer outro título.

⁵⁰ O governo imperial concentrava seus esforços, na época, em torno da definição das fronteiras do Sul, envolvendo-se militarmente com a Argentina na luta pelo domínio da província Cisplatina, de 1824 a 1828, do que resultou no território independente do Uruguai, pois sobre as fronteiras do Sul repousava um grande interesse do Império Brasileiro em vista do domínio comercial do Prata e do exercício da hegemonia política e econômica na região – o território do Cone Sul (Ferrera de Lima, 1998), fato que pode ser observado no mapa adiante. O interesse pela posse e o domínio da área era tamanho que o Brasil se envolve em diversos conflitos de disputa pelo controle da região. Tanto que conflitos, como as guerras contra os presidentes Oribe e Rosas da Argentina, na década de 1840, e Solano Lopes da República do Paraguai, caracterizam a acentuada preocupação geopolítica do Brasil sobre as áreas de domínio da Bacia do Prata, além de garantir à Argentina e ao Brasil novas áreas de terras a serem exploradas e inseridas no seu modo de produção. Ao final destes conflitos foram assinados acordos de navegabilidade que asseguravam ao Brasil o acesso ao baixo Paraná e ao rio Paraguai, a fim de possibilitar a comunicação com a Província do Mato Grosso, dando ao país o controle sobre as nascentes dos principais rios da Bacia do Prata (Wachowicz, 1982).

Mapa 3.1: Rota dos Capitais para a região Oeste do Paraná - séculos XIX e XX.



LEGENDA:

-  **ROTA DOS CAPITAIS ARGENTINOS NO SÉC. XIX.**
-  **ROTA DOS CAPITAIS PAULISTAS NO SÉC. XX.**
-  **ROTA DOS CAPITAIS DAS COLONIZADORAS NO SÉC. XX.**

Fonte: Ferrera de Lima (1999)

Além disso, as questões diplomáticas decorrentes da Guerra do Paraguai e, de certo modo, a do Contestado entre o Brasil e a Argentina em torno da região de Palmas (sudoeste do Paraná), aceleraram os interesses do Império e da Província do Paraná para a efetiva ocupação do Oeste paranaense. Expedições esporádicas adentraram pela região no sentido de desbravar o seu território e fixar as fronteiras.

“ [...] assim, por volta de 1889 foi criada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, com o propósito do domínio e da integração do Oeste do Paraná ao território brasileiro. No entanto, a população de Foz do Iguaçu estava ligada economicamente à Argentina [...] as mercadorias consumidas na região eram originárias das províncias de Posadas e Corrientes, não havendo nenhum vínculo econômico com o Brasil. Assim, já no início do século XX, fundaram portos e empresas, [...] Apoderaram-se de vastas áreas de terra, a exemplo da fazenda Lopeí, que se estendia por uma área de 53.973 ha, das margens do rio Paraná até Catanduvas” (Silva *et al.*, 1989; p. 3-10)

Segundo Colodel (1988), por volta de 1905, os ingleses adquiriram uma vasta área de terras na margem esquerda do rio Parana, área que passou a ser conhecida como Fazenda Britânia, que permitia a eles escoarem madeira e da erva-mate para os mercados de Santa Fé e Buenos Aires, além da exportação ilegal para áreas do Paraguai e da própria Argentina. Esta presença de estrangeiros, segundo o autor, formou um novo universo social, que foi gerado a partir de seus costumes e das formas de exploração e dominação, alicerçadas no mando local formando impérios agrícolas: as “*obrages*”⁵¹.

Sobre este período, Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001) apontam que a espoliação humana e a exploração das riquezas naturais do Oeste do Paraná teve seu auge na década de 1920 e de 1930. Nesse cenário, o advento da crise na República Oligárquica brasileira na década de 1920 motivou uma ampla discussão nacional em torno de um projeto de desenvolvimento para o país, da falta de uma unidade e de uma identidade

⁵¹ As *obrages* compreendiam propriedades com uma forma de exploração típica das regiões cobertas de matas subtropicais e que teve como objetivo primeiro a extração da erva-mate e da madeira em toras. As empresas valiam-se basicamente da massa de paraguaios e de indígenas residentes na região como mão-de-obra braçal. Estes eram explorados e ganhavam uma remuneração por mês, geralmente antecipada sob a forma de bens de consumo que lhes garantia o mínimo para a sobrevivência. O trabalhador neste sistema era inteiramente dependente do patrão, a ponto de ser obrigado a suprir-se de alimentos, roupas e tudo mais do armazém da *obrage*, e dificilmente conseguia pagar o que consumia com o salário que percebia. (Wachowicz, 1985).

cultural nacional, tanto que movimentos como o modernismo e o tenentismo difundiram idéias e elaboraram propostas neste sentido. (Padis, 1981).

Assim, o que se percebe é que de certo modo o tenentismo, entre levantes e marchas, “agitou” o Brasil e o inseriu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, acontecimentos que repercutiram diretamente no Oeste do Paraná, que teve suas terras palmilhadas pela “Coluna Prestes”, que avançou rumo ao Oeste do Paraná, e que foi combatida na área pelos pelotões militares do governo republicano, comandados pelo então General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Estes acontecimentos deram-se de tal forma que os governos Federal e Estadual perceberam então, de modo evidente, a necessidade de primeiro expulsar os exploradores argentinos da área, e, depois, a urgência de se ocupar de modo efetivo a região com população brasileira visando garantir a preservação da fronteira nacional.

Estes acontecimentos, somados à necessidade de uma produção maior e mais diversificada, fizeram com que os espaços próximos aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro se tornassem alvos da expansão da fronteira agrícola e de novos investimentos, fazendo com que os Estados periféricos e áreas periféricas fossem inseridos na economia nacional, o que também repercutiu na ocupação do Oeste do Paraná, inserindo a área, de modo evidente, na política nacional de exploração de novas fronteiras.

3.1. A Região, a Marcha para o Oeste e sua Inserção na Política Nacional

Como se percebe, a história do Oeste do Paraná detém relações próximas com o histórico do tenentismo no Brasil e se encontra inserida no contexto nacional de ocupação de fronteiras das décadas de 1920 e 1930⁵². Tanto é que se percebe que o movimento

⁵² Segundo Colognese & Schallenberger (1994), em 1925 as tropas gaúchas, lideradas por Luiz Carlos Prestes, se encontraram com as de Miguel Costa, que haviam chegado à região em 1924, provocando um processo de evacuação desta. Os revolucionários adentraram pela região e atingiram as barrancas do rio Paraná revelando a situação de abandono e desnacionalização da região. A presença dos tenentes no oeste do Paraná atraiu, também, as tropas legalistas de Artur Bernardes, de cuja incursão resultou o estabelecimento de uma linha telegráfica na região, sob a orientação do General Rondon. Apesar disto, e da evidência que a área passou a usufruir no período, a região se integra definitivamente às demais regiões brasileiras somente depois da adoção de um modelo de desenvolvimento nacional iniciado em 1930, o que levou o país a definir suas fronteiras, integrando os seus espaços produtivos para incrementar a produção agrícola e a industrialização. Esta integração da área, porém, só se faria possível mediante a adoção de um efetivo movimento de ocupação e colonização.

tenentista, a política nacionalista de Getúlio Vargas e a criação do Território do Iguazu em setembro de 1943, contribuíram substancialmente para nacionalização da região⁵³.

Isso foi possível porque, segundo Magalhães (1996), a região, até o início de 1920, vivenciava uma situação de total inexistência de meios de comunicação que interligasse essa área ao restante do Estado de modo eficiente, fato que tornou a região praticamente “desconhecida” e que somente se altera depois da passagem da Coluna Prestes.

Por volta de meados da década de 1930, iniciaram-se no Rio Grande do Sul dois movimentos distintos: de um lado, um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, de outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária, notadamente no noroeste daquele Estado. Tais acontecimentos geraram um excedente populacional rural que se deslocou em busca de novas oportunidades de inserção econômica e social. Inicialmente estes deslocamentos aconteceram para outras áreas do Rio Grande do Sul e depois para outros Estados. Esse fluxo populacional encontrou no Oeste do Paraná uma área propícia à satisfação de seus anseios e consolida-se, em direção à região, um movimento de migração consistente que, com o tempo, foi acrescido de agricultores catarinenses.

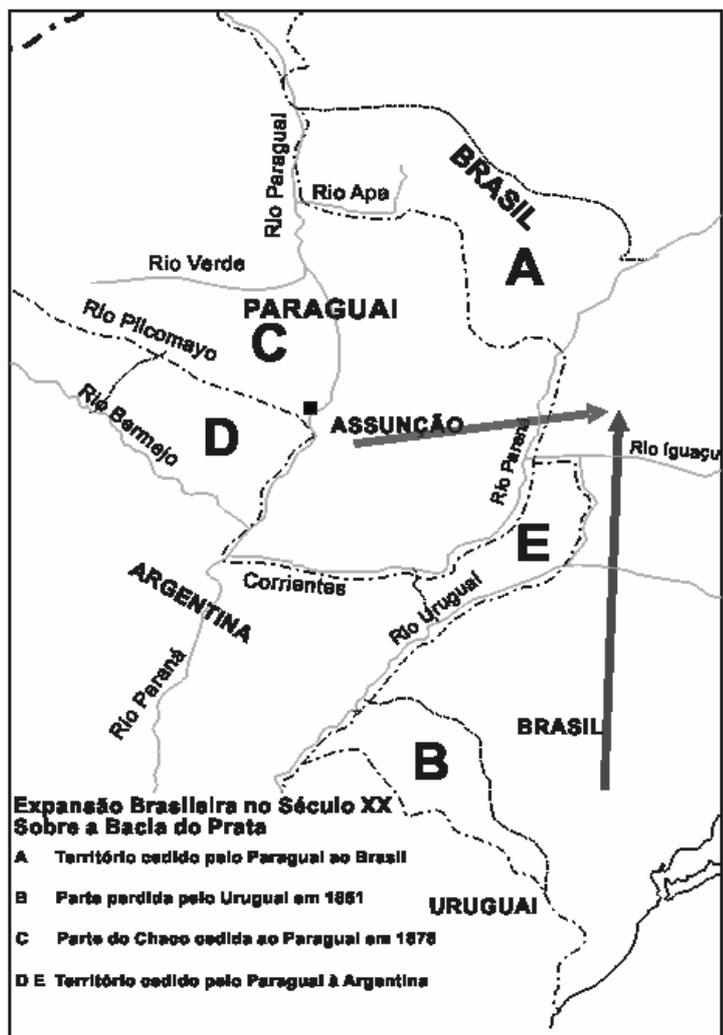
Segundo a autora, esse conjunto de indivíduos era quase totalmente constituído por pessoas de descendência itálico/germânica, que dispunham de algum recurso financeiro e de instrumentos de trabalho para assegurar sua instalação numa propriedade no meio rural. E, quando se instalaram na região, fizeram-no formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, lavouras de subsistência e na criação de suínos (Magalhães, 1996).

Porém o sucesso da colonização só foi possível, segundo Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001), dadas características de relevo e vegetação da área, que influenciaram

⁵³ Isso porque a nacionalização da área, através da criação do Território do Iguazu, aumentou a confiabilidade em torno do empreendimento colonizador para a região, de tal forma que, em 1946, foi fundada a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - (MARIPÁ), que se tornou o principal agente de colonização do Oeste do Paraná. Com sede em Porto Alegre e filial em Toledo, na região a empresa organizou a colonização das áreas em pequenas propriedades agrícolas, com diversificação de culturas voltadas às necessidades de subsistência e da demanda do mercado local. Para isto buscou motivar famílias estruturadas, descendentes de imigrantes alemães e italianos gaúchas para constituírem a base da colonização regional. Deste modo, imbuída deste movimento, a frente colonizadora da região inseriu-se na política nacionalista do Estado Novo de 1930 a 1945, denominada a marcha para o oeste⁵³. (Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer, 2001).

diretamente na formação econômica da região. Este processo está diretamente ligado à forma de ocupação de suas terras, que sofreu influência dos países fronteiriços - Paraguai e Argentina. Isso pode ser visualizado no Mapa 3.2 a seguir:

Mapa 3.2: Expansão brasileira e fluxo migratório no Oeste do Paraná



LEGENDAS

- ➔ Rota dos Colonos oriundos do Sul do Brasil no séc. XX.
- ➔ Rota da Mão de Obra oriunda do Paraguai no séc. XIX.

FONTE: Ferrera de Lima (1999)

Assim a ocupação da região ocorreu com traços similares àqueles existentes nos principais locais de origem dos migrantes, principalmente daqueles oriundos do Rio Grande

do Sul e Santa Catarina⁵⁴, sendo que, a partir de 1939, o governo do Paraná estende seus projetos colonizadores à região, impulsionando o mercado de terras da área, porém, ao contrário das situações observadas na colonização do Norte do Paraná, no Oeste não se formaram grandes propriedades, principalmente devido à escassez de capital por parte dos colonos. Assim, essas iniciativas colonizadoras atraíram grandes contingentes de produtores gaúchos e catarinense, bem como fluxos expressivos de indivíduos provenientes do Norte paranaense, liberados pela substituição do café por outras lavouras ou pela pecuária, que buscavam no Oeste do Paraná manterem-se no campo; complementando, de certo modo, o intenso povoamento dessa faixa do território estadual. (Magalhães, 1996).

Padis (1981), analisando este cenário, também atribui grande importância aos fatores de expulsão dos migrantes de seus locais de origem. Para ele as transformações na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, que penalizaram as propriedades de tamanho médio e pequeno definiram um processo excludente que liberou grandes volumes de população que encontraram no Oeste do Paraná disponibilidade de terras a preços acessíveis e a possibilidade de reproduzirem sua condição de produtores rurais.

Argumenta ainda que ao final da década de 1940, a expansão da cafeicultura praticamente havia se encerrado no Paraná. Assim, as poupanças estaduais começavam a demandar investimentos mais rendosos, intensificando-se a transferência de capitais para outras regiões do Estado, uma delas o Oeste, pois a região oferecia grandes oportunidades econômicas e de investimentos, que passaram a se intensificar, gerando efeitos em cadeia de desenvolvimento com muita repercussão na área. O autor aponta ainda que a região se manteve isolada durante séculos, de modo que em 1940 era detentora de apenas um município, Foz do Iguaçu, que era mantido muito mais por interesses estratégicos militares de garantia mínima da fronteira, do que de efetiva ocupação populacional. Esse cenário é facilmente visualizável no Mapa 3.3 a seguir.

No mapa se observa que a região era formada quase que exclusivamente por um único município, Foz do Iguaçu, e apenas uma pequena parcela da área pertencia ao

⁵⁴ Em alguns pontos da região, com a exploração do café, ocorreram movimentos migratórios de outras regiões do Brasil, principalmente Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo. No entanto, estes migrantes não exerceram uma influência menor do que a de gaúchos e catarinenses na ocupação da região, ficando de certo modo “escondidos” no panorama demográfico regional.

município de Guarapuava. Há que se ressaltar que, no período, a região era muito pouco habitada, sendo denominada pelo próprio IBGE como Extremo Sertão do Oeste do Paraná.

Mapa 3.3: Estado do Paraná – municípios existentes de 1940-49 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná)



Fonte: IAP, 2001.

OBS. O espaço geográfico de número 4 refere-se ao total da área de abrangência do município de Foz do Iguaçu no ano de 1940. Já o espaço marcado com o número 5 refere-se ao espaço que o município de Guarapuava ocupava na região.

Padis (1981) sustenta ainda que, embora desde a terceira década do século XX já existissem movimentos de ocupação mais consistentes na área, foi somente no final da década de 1940 e início da década de 1950 que passaram a ser encontrados ali gaúchos e catarinenses; e, especialmente depois de 1956, esse movimento se intensificou, de modo que a região passou a experimentar um surto de ocupação e transformação que determinou, em menos de 20 anos, o surgimento de quase 49 outros municípios.

No panorama de fluxos imigratórios na área, dois merecem destaque. O primeiro é resultante da ocupação do norte do Estado onde as áreas de café passaram a ser substituídas por outras atividades que utilizavam menos mão-de-obra e que liberaram contingentes populacionais que avançaram em direção ao Oeste do Estado. O segundo, o maior fluxo

imigratório da área foi oriundo do Rio Grande do Sul⁵⁵, de modo que, segundo ele, na região podem ser encontradas, de maneira destacada, marcas características de diversas áreas do Rio Grande do Sul, seja nas feições dos indivíduos que compõem diversas comunidades da área, seja nos costumes e hábitos⁵⁶, ou ainda em suas atividades econômicas.

Cita o autor ainda que dos municípios que constituíam a região em 1969, 22% alcançaram sua emancipação na década de 1950 e 68% na década seguinte, sendo que, antes de ocorrer este elevado fluxo imigratório na região, ela contava com apenas 10% de municípios emancipados. Em sua visão e na de Wachowicz (1988), é nítida a correlação entre o movimento imigratório gaúcho e catarinense de meados da década de 1940 até 1970 e a acelerada expansão demográfica e política dos municípios do Oeste do Paraná.

Segundo Oberg e Jabine (1960), isto é bem visível no período que vai de 1946 à 1959, pois seu estudo de 1958/59⁵⁷ a respeito de parte da região, que compreende os municípios de Toledo e de Marechal Cândido Rondon, apontava para uma população com

⁵⁵ Aponta ainda Padis (1981) que a considerável desocupação de mão-de-obra rural ocorrida no Rio Grande do Sul na década de 1950 fez a população migrar em direção às cidades na busca do trabalho. Ocorre que as áreas urbanas gaúchas não conseguiam absorver tal contingente, pois o setor industrial gaúcho estava num momento crítico, tendo perdido parte de seu dinamismo e apresentando uma acentuada queda na demanda por trabalhadores. E, em suas palavras, tão crítica se tornou a situação da economia gaúcha na década de 1950, especialmente na sua segunda metade, que a renda interna do Estado e o produto real declinaram muito se comparados com o do país; e com eles também – não podia ser de outra forma – o índice de produto real *per capita*. De tal modo deu-se o processo que a população, expulsa da zona rural, incapaz de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o espectro do desemprego. E alternativa não teve, senão que cruzar fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isso se intensificou a partir de 1952, avolumando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais de uma década. Tão considerável foi esse fenômeno que houve mesmo quem dissesse que o Rio Grande do Sul era uma novo Nordeste.

⁵⁶ Há que se destacar que, primeiramente, essa população deslocou-se para o interior de Santa Catarina, especialmente para as zonas fisiográficas denominadas “Rio do Peixe” e “Extremo Oeste” – dando margem ao surgimento de novos núcleos populacionais urbanos numa área geográfica que até então era muito pouco povoada. Uma vez ocupada a área, os “gaúchos” migrantes continuaram avançando em seu deslocamento até atingirem o oeste do Paraná, patrocinando um acelerado processo de transformação demográfica e econômica da região, onde mantiveram grandes laços com seus “rincões” de origem – principalmente nas suas atividades produtivas. (Piffer, 1997).

⁵⁷ Os professores Kalervo Oberg e Thomas Jabine – da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da USOM, e pesquisadores da área de Antropologia/Geografia, conheceram as experiências ocorridas na região oeste do Paraná, direcionando-se para lá, realizando trabalho de campo e publicando em 1960 um livro no qual analisam as características da colonização regional – “Toledo - Um município da fronteira oeste do Paraná”, Edições SSR – número 03 – Rio de Janeiro, 1960. O trabalho citado é referência de vários pesquisadores do Estado, e da área; entre os quais pode-se citar Padis (1981), Wachowicz (1988), Mellos (1988), Colognese e Schalleberger (1994), Rippel (1995), e Piffer (1997).

59,4% de gaúchos; 14,1% de catarinenses; 6,2% de paranaenses; 1,2% de paulistas; 2,5% de alemães; e de 15,6% de nascidos na área⁵⁸.

Mediante isto, Padis (1981, p. 159) afirma que: “[...] *pelo menos metade da população presente em 1960, nessa parte do território paranaense, era de origem gaúcha. E se não se considerarem os ali nascidos, pode-se tranqüilamente afirmar que perto de duas terças partes dos migrados são provenientes do Estado Sulino*”.

Nesse processo diversos fatores influenciaram, porém um, segundo Magalhães (1996), apresentou uma participação preeminente: a grande oferta e o preço acessível das terras, o que permitiu aos novos colonos imigrantes a aquisição de propriedades que do ponto de vista da quantidade de área, podiam até ser consideradas de tamanho médio ou pequeno (em torno de 20 hectares), porém significavam muitas vezes o dobro ou até o triplo de suas antigas áreas, além de serem muito mais férteis, dada a qualidade do solo.

Apesar disso implicar, naquele momento, numa maior necessidade de mão-de-obra, a força de trabalho alocada na produção do oeste paranaense no período era fundamentalmente familiar, uma vez que as condições topográficas da área em muito eram propícias ao plantio de culturas que demandavam uma topografia mais plana e menos acidentada, induzindo à reprodução, em terras paranaenses, de práticas e atividades econômicas que anteriormente desenvolviam.

Segundo Magalhães (1996), a integração econômica do Oeste do Paraná inicia-se no término da década de 1950, quando passam a ser construídas na região as primeiras rodovias de acesso à área, que, conjugadas à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos da região, impulsionou a produção de excedentes agrícolas e pecuários para a comercialização, que estimularam ainda mais a imigração, vez que, aos poucos, a renda regional foi se elevando, o mercado se ampliando, o comércio se expandindo.

Este enfoque permite a argumentação de que um dos indicadores da importância dos movimentos migratórios colonizadores da área foi o expressivo crescimento da população regional no período que vai de 1940 até 1970, como se pode verificar na Tabela 3.1 a seguir:

⁵⁸ É claro que a generalização de tais dados percentuais, da composição da população de parte da região para todo o oeste do Paraná, não pode ser efetuada sem risco de erro. Entretanto, quando se verifica o comportamento das populações colonizadoras da área, identifica-se que os gaúchos se distribuíram por toda a região sem nenhum fator expressivo de preferência por algum ponto geográfico da mesma. (Padis, 1981).

Tabela 3.1: Municípios e população do Oeste do Paraná de 1940 a 2000

n	MUNICÍPIO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2.000
1	Anahy							3.125	2.989
2	Assis Chateaubriand				78.879	55.363	39.737	35.658	33.303
3	Boa Vista da Aparecida						10.370	10.213	8.407
4	Braganey						8.069	6.631	6.141
5	Cafelândia						8.093	10.334	11.138
6	Campo Bonito						5.059	4.933	5.119
7	Capitão Leônidas Marques				23.343	41.206	17.843	15.753	14.387
8	Cascavel			39.598	90.855	166.401	192.990	219.652	245.066
9	Catanduvas				25.906	36.734	9.821	10.201	10.380
10	Céu Azul				23.260	25.898	10.586	10.440	10.442
11	Corbélia				39.824	36.395	22.813	15.968	15.795
12	Diamante D'Oeste						9.253	4.840	4.878
13	Diamante do Sul							3.568	3.656
14	Entre Rios do Oeste							3.068	3.330
15	Formosa do Oeste				44.524	36.424	15.196	9.741	8.747
16	Foz do Iguaçu	7645	16421	28.212	34.377	141.726	190.123	231.627	258.389
17	Guáira			21.486	32.950	30.012	30.000	29.282	28.668
18	Guaraniaçu			21.442	28.719	34.779	26.012	19.609	17.133
19	Ibema						6.106	6.756	5.879
20	Iguatu							2.416	2.252
21	Iracema do Oeste							2.970	2.946
22	Itaipulândia							4.673	6.831
23	Jesuítas						12.841	10.426	9.825
24	Lindoeste						6.877	6.996	6.217
25	Marechal Cândido Rondon				44.037	56.762	49.430	37.608	41.014
26	Maripá							6.188	5.886
27	Matelândia				24.617	33.455	17.329	13.828	14.344
28	Medianeira				31.378	50.017	38.665	40.147	37.828
29	Mercedes							4.478	4.605
30	Missal						10.372	9.998	10.435
31	Nova Aurora				30.671	18.657	15.494	14.420	13.639
32	Nova Santa Rosa				8.529	7.052	7.042	7.069	7.123
33	Ouro Verde do Oeste						6.330	5.950	5.472
34	Palotina				40.469	28.754	30.705	24.783	25.768
35	Pato Bragado							3.611	4.051
36	Quatro Pontes							3.599	3.646
37	Ramilândia							3.032	2.872
38	Santa Helena				26.947	35.317	18.861	19.486	20.487
39	Santa Lúcia							4.433	4.127
40	Santa Tereza do Oeste						6.118	10.406	10.734
41	Santa Terezinha do Itaipu						14.149	16.690	18.361
42	São José das Palmeiras						5.596	4.452	4.109
43	São Miguel do Iguaçu				25.285	34.339	24.721	23.169	24.432
44	São Pedro do Iguaçu							7.322	7.275
45	Serranópolis do Iguaçu								4.735
46	Terra Roxa				37.452	25.535	19.820	16.885	16.293
47	Toledo			24.959	64.878	82.513	94.879	90.417	98.189
48	Três Barras do Paraná						14.982	13.057	11.822
49	Tupãssi						8.829	8.363	8.020
50	Vera Cruz do Oeste						11.370	10.313	9.650
	Total	7645	16421	135.697	768.271	1.009.432	1.047.990	1.109.252	1.164.200

Fonte: IBGE Censos do Brasil – 1940-2000

Percebe-se na tabela que a população regional saltou de um número aproximado de 7.600 pessoas em 1940 para mais de 1.150.000 indivíduos em 2000, alternando momentos de grande crescimento com outros menores. Vejamos cada um, detalhadamente.

3.1.1 A dinâmica de Crescimento da população no Oeste do Paraná frente à consolidação de sua economia.

Segundo Beltrão e Camarano (2000), no Brasil, a partir de 1950, deu-se o começo de uma etapa do desenvolvimento nacional considerada das mais dinâmicas da história do país; tanto que Furtado (1970), analisando este cenário argumenta que superado o processo de acumulação cafeeira, o país vivenciou um importante movimento de crescimento e desenvolvimento denominado por ele de *deslocamento do eixo dinâmico da economia nacional*.

Já para Pacheco e Patarra (1998) esse processo teve a capacidade de definir as articulações internas da economia nacional suscitando grandes transformações no país. Destas, duas merecem destaque: no meio rural provocou a expulsão de população como resultado da introdução de modernas formas capitalistas de produção e da concentração fundiária no país; e, no meio urbano, gerou a incorporação de grandes contingentes populacionais rurais na condição de assalariados e instigou a multiplicação de formas não capitalistas de produção recriadas pelo próprio movimento de acumulação nacional.

Assim, até 1960, a industrialização brasileira deu-se num formato mercantil conduzido pelo grande capital nacional sediado em São Paulo, sendo que é nesse período que se explicitaram as diretrizes da economia e do desenvolvimento nacional apoiadas nos seguintes pontos: eliminação de impostos interestaduais, melhoria dos sistemas de transporte e conversão dos antigos "problemas regionais" em "problemas nacionais"; fatores estes que influíram diretamente na definição dos movimentos migratórios internos.

Paralelamente a este processo, foram criadas políticas nacionais com a finalidade de enfrentar os problemas de custos, subsídios e preços de uma série de produtos regionalmente localizados. Somente após a década de 1950, com a modernização e expansão da indústria no Sudeste⁵⁹, é que ocorreu a ampliação da competitividade inter-regional e nacional, fato que repercutiu diretamente no setor agrário do país, e indiretamente na movimentação da população interiorana, especialmente daquela localizada

⁵⁹ Na verdade, uma vez montada a indústria pesada e de bens duráveis em São Paulo, a integração do mercado nacional bloqueava as possibilidades de eventuais "industrializações autônomas". Se esse processo não inviabilizava o crescimento das demais regiões que, ao contrário, seguiam crescendo a taxas expressivas, resultava num elevado grau de complementaridade entre suas estruturas industriais. (Cano, 1998).

em regiões de fronteira. O resultado foi uma sensível concentração regional da indústria nacional e um grande movimento de ocupação demográfica nas fronteiras agrícolas do país, caso exatamente do que ocorreu com o Oeste do Estado do Paraná, e que foi muito bem analisado por Singer (1977), como se pode ver no referencial teórico.

Analisando esse panorama nacional, Camarano e Patarra (2000) argumentam que a dimensão da migração interna indica a intensa mobilidade social que caracterizou o período e que esta dimensão é ainda maior quando se contabiliza a migração rural-urbana de todas as regiões nacionais resultante do processo. Desse modo mesmo que as migrações reflitam processos complexos, com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos que se transformaram de rural-urbano para urbano-urbano, seus principais determinantes podem ser percebidos nas mudanças da estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região brasileira, comportamento que também se rebateu de modo importante na região sob estudo.

Sustentam também as autoras que grande parte da expulsão do homem do campo no país foi conseqüência da concentração fundiária nacional e da incapacidade da economia de reter a população expulsa de seus *hinterlands* fato que impulsionou a migração interestadual quer para as fronteiras agrícolas (caso da região sob análise), quer para as áreas urbanas do Sudeste. Esse processo atingiu seu clímax na década de 1970, quando a modernização agrícola nacional fez a migração rural-urbana alcançar a expressiva cifra de estimados 15,6 milhões de pessoas⁶⁰. Esses movimentos são resultantes de dois processos concomitantes e aparentemente contraditórios: a) a abertura sucessiva de novas fronteiras agrícolas no Brasil e b) a concentração progressiva da população total brasileira numa região específica do país, a Região Metropolitana de São Paulo; e que correspondem a dois importantes movimentos demográficos que influem diretamente no processo: os movimentos centrífugos e centrípetos da migração interna, apontados por Martine (1992b).

Então, analisando o cenário da distribuição da população brasileira, identifica-se que, a partir de 1960, o mesmo foi movido por “forças centrífugas” que deram origem a um movimento centrífugo⁶¹ de indivíduos que se concretizou mediante a expansão

⁶⁰ Estas ocorrências tiveram um forte rebatimento no processo de distribuição inter-regional da população brasileira, pois, como se sabe, o processo de redistribuição populacional pelo território nacional é resultante, em parte, do crescimento vegetativo diferenciado, e, em parte, principalmente, dos movimentos migratórios.

⁶¹ Também chamado de movimento centrífugo de migrantes (Martine e Camargo, 1984)

populacional das migrações inter-regionais que, via de regra, se direcionaram para as áreas de fronteiras do país. Este cenário também foi condicionado por “forças centrípetas” nas quais o direcionamento foi inverso, foi rural-urbano, especialmente voltado para as grandes cidades da região Sudeste do país, particularmente para a Região Metropolitana de São Paulo, o que provocou o surgimento de um movimento centrípeto de migrantes.

Assim, mediante o cenário da migração centrífuga apresentada pelo país, o Oeste do Paraná foi ocupado, e, ao longo desse processo, vivenciou diferentes momentos importantes, porém nenhum deles alcançou a relevância em termos de crescimento da demográfico quanto o da década de 1960; seja pela magnitude do volume de imigrantes que se deslocaram para a área, seja pelas transformações ali geradas, ou ainda pelo destaque que a região passou a ter tanto no cenário nacional quanto no estadual, fato visualizável na análise das taxas de crescimento anual da população da região, quando comparadas com as obtidas pelo Estado e pelo país, vejamos a Tabela 3.2.

Tabela 3.2: População Total e Taxas de Crescimento Populacional Anuais - Oeste do PR, Paraná e Brasil - 1940-2000

ANO	Oeste do Paraná		Estado do Paraná		Brasil	
	População Total	Taxa de Crescimento % Anual no Período	População Total	Taxa de Crescimento % Anual no Período	População Total	Taxa de Crescimento % Anual no Período
1940	7.645	-	1.236.276	-	41.236.315	-
1950	16.421	7,94	2.115.547	5,52	51.944.397	2,34
1960	135.697	23,51	4.296.375	7,34	70.992.343	3,17
1970	768.271	18,93	6.929.821	4,90	93.134.846	2,75
1980	1.009.432	2,76	7.629.849	0,97	119.011.052	2,48
1991	1.047.990	0,34	8.448.713	0,93	146.825.475	1,93
2000	1.164.200	1,18	9.558.454	1,38	169.799.170	1,63

Fonte: Base de Dados NEPO/Unicamp/IBGE, -2003 (cálculos do autor)

Como se pode observar na tabela, até a década de 1980 as taxas de crescimento anual do Oeste do Paraná, calculadas nos períodos de 1940-50, 1950-60, 1960-70, 1970-80, foram sempre superiores àquelas obtidas tanto pelo Estado do Paraná como um todo, quanto pelo país. Esta situação somente se inverte nos períodos seguintes, 1980-91 e 1991-2000, quando as taxas alcançadas pela região foram inferiores tanto às obtidas pelo Estado, quanto àquelas alcançadas pelo país.

Neste interregno de tempo, de 1940 a 2000, as décadas mais importantes em termos de crescimento anual da população da região foram aquelas compreendidas pelos períodos de 1950-60 e de 1960-70, quando os valores do crescimento anual da área foram evidentemente muito superiores aos do Estado e aos do país.

Não por acaso foram esses 20 anos que configuraram o período de maior imigração na região, e o período no qual ocorreu o efetivo desbravamento e colonização da área. Tal período deteve a capacidade de se constituir no esteio do grande crescimento econômico que a região vivenciou, pois à base econômica que se constitui na área nos anos 50 e 60, agrega-se o fato de a mesma ser, à época, uma fronteira agrícola, elemento que se soma a uma série de eventos no cenário agroexportador estadual e nacional⁶² que impactaram no desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Esse desenvolvimento é perceptível quando da análise dos dados do censo de 1960, que indica esse panorama, pois, como a região já se encontrava mais povoada e estruturada de forma mais organizada, tendo à época não mais apenas um município em seu espaço geográfico de abrangência, mas, sim, quatro com diversos distritos, e como os acessos rodoviários e aeroviários para a região encontravam-se num patamar de mais eficiência, as informações captadas pelo Censo de 60 na região foram melhores que as dos censos anteriores e indicaram o crescimento e o desenvolvimento regional, que se pode intuir pelo expressivo crescimento populacional da área.

Já o censo de 1970 apresentou informações ainda mais interessantes sobre a região, pois os acessos de tráfego da área foram ainda mais aprimorados, e as informações obtidas mais precisas e elas revelaram ainda o panorama de crescimento do período anterior, bem com um expressivo movimento de autonomia da área, que vivenciou a criação, no período 1960-69, de mais 14 municípios, o que facilitou a captação de informações e possibilitou que os resultados apontassem este espaço geográfico como sendo a terceira região em capacidade de atração de migrantes do espaço nacional, tal como se poderá verificar a seguir, quando analisaremos período por período. Vejamos.

⁶² No específico caso da região, dadas as características geográficas da área, diante das dificuldades de acesso à mesma e, ainda, dado o fato de que a área era considerada pouco habitada e de que ali existia apenas um município até o início da década de 1950, os dados disponibilizados pelos censos de 1940 e 1950 para este espaço geográfico são exíguos e limitados.

3.2. A Imigração e a Colonização no Oeste do Paraná de 1950 a 1960 - as Décadas Cruciais.

Percebe-se, na tabela anterior que a população regional do Oeste do Paraná saltou de um número aproximado de 7.600 pessoas em 1940, para um valor também aproximado de 16.400 em 1950 com uma variação positiva absoluta de mais de 100%. Já de 1950 a 1959, o crescimento populacional nominal da área é ainda maior, pois a população cresceu mais de oito vezes, passando de estimados 16.400 habitantes para mais de 135.000 pessoas.

Verifica-se então que, no povoamento do Oeste do Paraná, em termos de sua ocupação, distinguem-se pelo menos dois movimentos distintos, que embora não cheguem a ser contraditórios, preservam características muito diferentes entre si, cuja inter-relação é muitas vezes bastante frágil.

O primeiro movimento de ocupação foi até 194. Era de caráter precário e de densidade demográfica reduzida, cujo objetivo foi o de apenas explorar a atividade extrativa da madeira e da erva-mate. Nele a estrutura fundiária da área caracterizou-se pela formação de propriedades de grandes dimensões, dada a necessidade da posse de grandes reservas de madeira. (Wachowicz, 1988). Essa atividade não proporcionou ocupação mais efetiva da terra, pois:

“No caso da madeira, a sua exploração era feita de forma totalmente predatória e bastante itinerante, sem nenhuma intenção de reflorestamento. Em consequência, o número de serrarias imediatamente surgidas na área foi-se aos poucos reduzindo, na medida em que reservas florestais se iam rarefazendo. Como os proprietários das terras e os responsáveis pela extração da madeira não tinham nenhuma vinculação com a área - pelo contrário, presos aos centros urbanos mais promissores, não procuravam, mesmo porque não era sua intenção, investir, na região, parte que fosse dos seus lucros, em reflorestamento, mas preferiam desviá-los para outros setores, nos centros urbanos onde floresciam atividades bastante remuneradoras. Os trabalhadores, aos quais não assistia outra possibilidade de emprego, seguiam o itinerário da devastação das matas, não encontrando nenhuma razão para se fixarem em determinados pontos... pouco contribuindo para a concentração populacional”. (Padis, 1981; p. 165-166).

Tal movimento econômico no Oeste do Paraná foi de pouca significância demográfica, pois não resultou em efetiva fixação de população, bem como porque não gerou condições para o surgimento de atividades econômicas complementares capazes de atrair migrantes para área, pelo menos até o término da II Guerra Mundial.

Em outras palavras, a evolução econômica e demográfica da região não teria a conformação que apresenta atualmente, se novos e distintos fatores não houvessem surgido e interferido no processo. De modo que, até 1950, a região caracterizou-se por uma economia predominantemente de subsistência, com pouca comercialização de produtos agrícolas, e com um nível tecnológico baixo.

O segundo movimento surge quando a região Oeste do Paraná passou a viabilizar-se como área de colonização capaz de absorver grandes contingentes populacionais. Para Padis (1981), Magalhães (1996) e Piffer (1997), por causa destas características, a região manteve-se, durante muito tempo, até meados da década de 1970, como uma área de forte atração de migrantes no país, pois ainda permitia a inserção econômica destes, tal e qual aponta Martine (1991).

E, à semelhança do que aponta North (1977), em sua análise sobre crescimento econômico e desenvolvimento regional, a área apresentou historicamente características similares as por ele identificadas. O autor sustenta que distintas regiões de um país passam por uma seqüência de estágios diferenciados de desenvolvimento, que direcionam o tipo de especialização da economia e da produção que será praticado; e como tais transformações rebatem no mercado de trabalho regional, isto influenciou no cenário demográfico da área.

“[...] 1- o primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões é uma fase de economia de subsistência, auto-suficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população, a agrícola, localiza-se de acordo apenas com a distribuição dos recursos naturais; 2- à medida que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local. Surge uma segunda camada de população que começa a gerir modestas indústrias locais para os agricultores. Uma vez que as matérias-primas, o mercado e a mão-de-obra são supridas originalmente pelas populações agrícolas, a nova super-estrutura industrial tem sua localização determinada pela localização da camada básica; 3- com o aumento do comércio inter-regional, a região tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas, que

vão da pecuária extensiva, à produção de cereais, à fruticultura, à produção de laticínios e à horticultura; 4- Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar. Industrialização significa a introdução das chamadas atividades secundárias (indústria manufatureira e mineração) numa escala considerável, [...] é forçada a se industrializar e os seus primeiros estágios de industrialização baseiam-se, tipicamente, em produtos agrícolas, isto é, em atividades de processamentos de alimentos e, por último, 5- atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação. Nesse estágio a região exporta capital, mão-de-obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas”. (North, 1977; p. 293).

Esse processo descrito por North (1977) também se fez presente na argumentação elaborada por Martine (1992a), e, no Oeste do Paraná participou diretamente do desenvolvimento regional, fato constatado tanto por Piffer (1997).

Já Padis (1981) argumenta mais; sustenta ele que o migrante deslocado para a região Oeste do Paraná,

“ [...] ao mesmo tempo em que desenvolveu especialmente as culturas de trigo, milho, batata e frutas, incentivaram - embora em pequena escala - a criação de suínos e bovinos, desenvolvia atividades artesanais de fiação e tecelagem, fabricava vinho, moia o trigo, etc. Tais atividades se desenvolveram em nível tecnológico relativamente baixo, com pouca mecanização, apesar de certa especialização de atividades e, conseqüentemente, de uma visível divisão do trabalho” (Padis, 1981; p. 167).

Percebe-se então que, da mesma maneira, à medida que vão ocorrendo mudanças na organização agrícola regional, em conseqüência das políticas nacionais e da ampliação do mercado regional para o resto do país e do mundo, as mercadorias da área produzidas pelos colonos, principalmente os produtos agrícolas de exportação como a soja, passaram a ser os elos da região e de sua população com o resto do Brasil e, mais ainda, com o mercado nacional. Este fato acabou por “colocar a região” no mapa do país.

Sobre isto, Paula (1983, p. 45) argumenta que estes acontecimento somente foram possíveis em função da imigração na área, pois, analisando de modo mais específico o papel do homem no processo de desenvolvimento da região, percebe-se que: “a chegada

dos imigrantes permitiu a sua integração à sociedade capitalista, acumulando os requisitos para se tornar um pedaço da agricultura nacional”.

Desse modo, a organização do sistema produtivo da área gerou a necessidade de mais trabalhadores, com variadas qualificações e profissões, pois a região passou a demandar mecânicos, marceneiros, ferreiros, profissionais liberais, prestadores de serviços diversos, etc., que deram maior dinamismo para os núcleos urbanos da área. Estes, por sua vez, passaram a demandar uma oferta maciça de bens, serviços e mercadorias para suprir suas necessidades, fato que acabou atuando como elemento de atração de migrantes. Assim no decorrer da década de 1950:

“[...] o sistema produtivo de modo geral, repousava no tripé da produção agropecuária dos colonos, pequenos proprietários com trabalho familiar; na exploração de madeira por inúmeras pequenas serrarias, que empregavam muitos trabalhadores; o comércio de inúmeros armazéns familiares de secos e molhados para o fornecimento de produtos industrializados à população regional e intermediação na comercialização de produtos dos colonos” (Emer, 1991; p. 148).

Estes fatos resultaram na proliferação de núcleos urbanos na área, que chega à década de 1950 com uma ocupação muito maior do que na de 1940, tal qual apontado na Tabela 3.3. Estes fatores influenciaram a organização administrativa da região, fazendo com que, em 1959, a região apresentasse aspecto que se vê no Mapa 3.4.

Comparando-se os Mapas 3.3 e 3.4, percebem-se claramente as mudanças na região, pois o número de municípios subiu de um para quatro, sendo que ocorreu um elevado crescimento no tamanho da população regional, tal como se pode verificar na Tabela 3.1 anteriormente apresentada⁶³.

Estes acontecimentos ocorreram concomitantemente à definição do modelo de desenvolvimento econômico nacional, que foi resultante, em grande parte, da associação do capital industrial nacional ao capital estrangeiro. Estes fatores, para Piffer (1997), desencadearam no país uma acelerada urbanização, especialmente no Sudeste e no Sul,

⁶³ Mellos (1988) e Emer (1991), estudando a questão, argumentam que a extração da madeira nativa da região, durante a década de 1950 e mesmo na de 1960, foi um dos pilares da acelerada ocupação da área, mesmo que tendo sido praticada, quase exclusivamente, pelas colonizadoras, fato que possibilitou acumulação de capital resultante do comércio de terras e da exploração predatória das reservas madeireiras então existentes ali.

fazendo crescer sensivelmente a demanda por madeira, estimulando também o crescimento da demanda interna por gêneros alimentícios, e repercutindo de modo impressionante no comportamento econômico e demográfico da região, como se pode ver no mapa a seguir.

Mapa 3.4: Estado do Paraná – municípios existentes de 1950 a 59 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná)



FONTE: IAP, 2001.

OBS: Em 1950, a região ainda possuía apenas um município, Foz do Iguaçu – 4, porém contava com outros quatro núcleos urbanos na categoria de distritos, 1 - Cascavel, 2- Toledo, 3 - Guaíra, 5 - Guaraniáçu. Destes, três tornaram-se municípios durante a década – Cascavel, Guaíra e Toledo.

Assim, a exploração madeireira da região passou a ser efetuada noutras bases – econômicas e técnicas, levando ao surgimento de uma indústria madeireira regional com padrões técnicos avançados para a época⁶⁴.

Segundo Niederauer (2004), os madeireiros no Oeste do Paraná nesse período eram fundamentalmente imigrantes gaúchos que se associaram às colonizadoras da região, em especial a MARIPÁ, e que passaram a exercer ali suas atividades. Já Gregory (1997) argumenta, a respeito deste assunto, que diversas colonizadoras da área desenvolveram uma

⁶⁴ Segundo Niederauer (2004), tal atividade na área foi capitaneada por madeireiros migrados do Rio Grande do Sul, mas especificamente da Serra Gaúcha e arredores, que lá já não encontravam mais reservas madeireiras para serem exploradas e estavam desativando suas serrarias.

política de estímulos à instalação de manufaturas e indústrias na região, caso de empresas de carpintaria, de marcenaria, de fábricas de conservas (principalmente de palmito – que era extraído nativo) e de diversas outras atividades ligadas ao setor primário da economia regional; especialmente o madeireiro e isso estimulou ainda mais a imigração para a região.

Maccari (1999, p. 94-99), analisando a questão, aponta que o sucesso desses movimentos teve grande participação das colonizadoras porque estas passaram a oferecer para os imigrantes uma ampla gama de serviços, sendo o mais importante o da saúde, efetivado com o intuito de atrair maiores contingentes populacionais para a área.⁶⁵

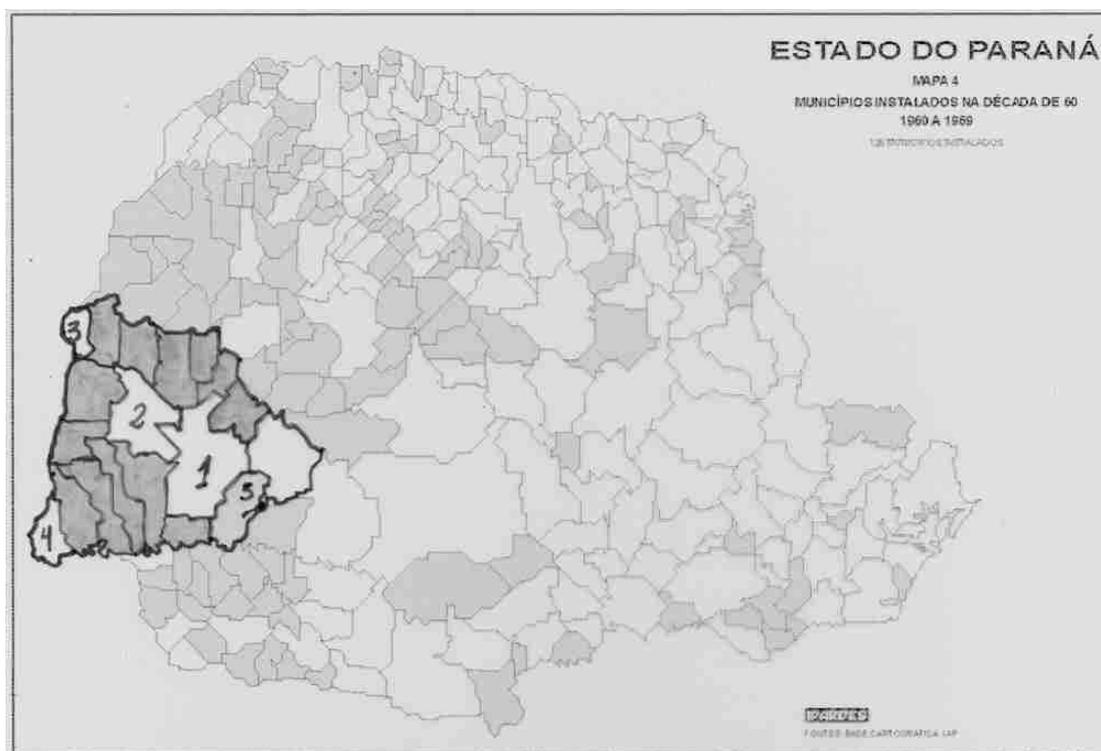
As colonizadoras também criaram outros estímulos para a atração de indivíduos para a região e para viabilização econômica da área. Passaram a oferecer incentivos diversos⁶⁶ para a criação de indústrias e manufaturas capazes de suprir parte das demandas da população regional e também gerar os primeiros movimentos de agregação de valor às matérias-primas (que passaram a ser vendidas não mais na forma bruta, mas, sim, manufaturadas ou beneficiadas), gerando mais renda e estímulos à criação de novos empregos, que também serviram para atrair novos migrantes. Desse modo, em 1960, a região apresentava a estrutura de produção de serviços e industrial que levou à criação de novos municípios. Vide mapa a seguir.

Tais acontecimentos repercutiram e muito na região de modo que conforme se pôde verificar no mapa 3.5, no ano de 1969 o número de municípios da área subiu de apenas quatro em 1960 - Foz do Iguaçu, Toledo, Cascavel e Guairá, para 17 em 1969; reconfigurando a ocupação espacial da região em termos de núcleos urbanos, distritos e cidades.

⁶⁵ Esse serviço contava com uma estrutura básica de assistência médica (o que implicou a construção de um número básico de hospitais e ambulatórios que atendessem às necessidades de saúde dos imigrantes). Sobre esse tipo de ação das colonizadoras do Oeste do Paraná, Niederauer (2004), à guisa de exemplo cita o fato de que por meio da Colonizadora Maripá, foi construído um hospital e contratado um médico clínico geral, já no de 1950 em Toledo, e outro em 1953, em Marechal Cândido Rondon. Esse exemplo foi seguido por outras colonizadoras, de modo que, em 1960, o número de hospitais presentes na região já atingia seis unidades, capazes de prestar atendimentos gerais e de urgência às populações locais.

⁶⁶ Entre os diversos incentivos apontados pelos autores, destacam-se a criação e manutenção, por parte das colonizadoras, de diversos serviços necessários às comunidades, bem como financiamento e apoio logístico aos interessados em se instalar na região com o intuito de suprirem os mercados locais de suas necessidades de consumo de bens e de serviços – na criação de hotéis, armazéns, farmácias, etc.

Mapa 3.5: Estado do Paraná – municípios existentes no ano de 1969 (destaque para a Mesorregião 288 – Oeste do Paraná)



Fonte: IAP, 2001.

OBS: Neste período, a região passa a contar com mais 14 municípios e diversos distritos. Destacando-se: 1 - Cascavel, 2- Toledo, 3 - Guaíra, 4-Foz do Iguaçu e 5 - Guaraniaçu.

Vê-se, assim, que o Oeste do Paraná constituiu-se numa região na qual a base econômica regional funcionou como esteio da imigração e que, quando essa se expandiu e se inseriu num contexto maior, propiciou o surgimento de um perfil absorvedor de migrantes. Isto porém detém um papel ambíguo, pois, num primeiro momento, atuou como um elemento atrator de pessoas e, num segundo momento, como elemento repulsor.

Tanto é assim que Piffer (1997) argumenta que, no período 1960-70, com o decorrer do tempo e com o “sucesso” do processo de ocupação/colonização da área, e a inserção dos produtos regionais noutros mercados via exportação dos bens primários e de subsistência, a região passou a apresentar para outros pretensos migrantes, motivos mais sólidos para a investir e se deslocar para lá. Estes indivíduos adquiriram terras ou iniciaram seus próprios negócios na região, gerando um circuito virtuoso de produção e renda. Esse circuito estimulou o crescimento econômico da área e a elevação da capacidade da região

de absorver mais pessoas, não apenas na zona rural da região, mas também nas zonas urbanas.

Vai surgindo assim, e se consolidando na região, a sua base econômica, que passa a agir como um grande “ímã populacional”, atraindo grandes levas de migrantes para a área e iniciando sua integração ao espaço econômico nacional no final da década de 1950 e início da de 1960. Paula (1983) argumenta que as relações mercantis que surgiram no Oeste do Paraná no período foram estruturadas e sustentadas pela base comercial formada pelos excedentes agrícolas disseminados em toda a região, o que aconteceu, segundo ele, desde as cidades já formadas, até mesmo com os pequenos núcleos e povoados.

“[...] a produção de alimentos, voltada anteriormente para o atendimento das necessidades da família, passa a ser destinada para fora do estabelecimento e até da própria comunidade rural, uma vez que o mercado já se infiltrava praticamente em toda a região”. (Paula, 1983; p. 59).

Todo esse processo resultou no fato de que, na década de 1960-70, o comportamento regional em termos de crescimento demográfico fosse espantoso, pois a população subiu, de aproximadamente 135.000, para aproximadamente 768.000 pessoas, comportamento este que tem na formação da base agrícola exportadora da região um dos principais motivos para esse desempenho, como se poderá verificar a seguir.

3.3. A Formação da Base Agrícola Exportadora - o Período de 1960-69 e as décadas seguintes

A década de 1950 foi marcada por um crescimento urbano particularmente intenso no país e na região. Parte desta explosão urbana é atribuída ao crescimento demográfico, mas sua maior causa foi uma profunda transformação social e econômica vivenciada pelo país, pois o lançamento de vários empreendimentos gerou grandes conseqüências em termos de organização espacial da economia do Brasil. Visto que durante a era Kubitschek, ampliou-se e muito o parque industrial nacional, ocorreu a transferência da capital federal para Brasília, deu-se a introdução de um maciço programa rodoviário e a ocupação de novas regiões de fronteira. (Martine e Diniz, 1991).

Foi justamente deste último elemento que o Oeste do Paraná usufruiu, de tal forma que, até o término da década de 1950, os processos migratórios colonizadores ocorridos no Oeste do Paraná caracterizaram-se por deslocamentos⁶⁷ expressivos de distintas populações direcionados fundamentalmente para o campo. (Wachowicz, 1988). Já segundo o IPARDES (1979), isso somente foi possível em função de que a área dispunha de grandes quantidades de áreas agricultáveis que foram disponibilizadas para um numeroso contingente de população migrante⁶⁸.

Piffer (1997), sobre isto, sustenta que nesta década a agricultura da região vislumbrou uma grande possibilidade de evolução através da incorporação de modernas culturas tecnificadas e da utilização de insumos mais avançados na produção. Tais insumos eram advindos do novo complexo industrial nacional de base agropecuária, caso como a metal-mecânica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), da agroindústria de processamento de café, óleos e frigoríficos, no interior do Paraná, do setor químico do São Paulo; que deram origem a transformações que propiciaram a ocupação de novas áreas e a reestruturação das regiões economicamente mais tradicionais da própria região e do Estado.

Isto se configura num importante ponto de ruptura com a estrutura econômica regional, pois, nas palavras de Emer (1991), a partir de 1955 o sistema produtivo do Oeste paranaense se encontrava estruturado em três frentes fundamentais para o desenvolvimento da região: a) na prática da agropecuária; b) na existência de uma grande maioria de pequenas propriedades familiares na região; e c) na exploração mais elaborada da madeira, que ocupava mão-de-obra assalariada, tanto na extração como no comércio, e que, além de fornecer gêneros e implementos, também intermediava a comercialização dos produtos dos colonos a outros centros.

⁶⁷ Neles, o predomínio durante as décadas de 1950 e de 60 foi de migrantes sulistas, oriundos em sua grande maioria do Rio Grande do Sul (migrantes de primeira etapa) e oeste de Santa Catarina (migrantes de segunda etapa). Já segundo Martine (1992), com exceção desta última característica, o oeste paranaense reproduziu comportamentos muito similares aos ocorridos em outras regiões do país, notadamente regiões de fronteira.

⁶⁸ Nas palavras de Graham & Holanda (1971), a experiência de colonização do Paraná foi baseada na colonização privada, com venda de lotes rurais de porte médio ou pequeno para migrantes proprietários detentores de um certo volume de capital que se dedicaram à prática de cultivos comerciais; provenientes em sua maioria de Estados próximos, SP, SC e RS. Sustentam que no Paraná transparece outra importante característica do processo de ocupação, qual seja: enquanto em outras áreas de fronteira nacional – caso do Centro-Oeste, a ocupação deu-se fundamentalmente em núcleos urbanos, no Paraná, e mais ainda no oeste do Estado o processo deu-se essencialmente nas áreas rurais. Esta característica do movimento de ocupação repercutiu diretamente em sua base produtiva e, mais ainda, na base econômica, área onde a colonização ocorreu com base em uma ocupação rural e com atividades produtivas inicialmente densas em mão-de-obra, fato que se revelou essencial para a atração de novos imigrantes para a área.

Por outro lado, de acordo com Rippel e Ferrera de Lima (1999), estas frentes produtivas e o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização praticada no país e na região geraram efeitos de encadeamentos produtivos que tornaram a agroindústria regional o “motor” e o centro dinâmico da economia da área. Nesse sentido, no início de 1960, a ampliação da dinâmica econômica nacional repercutiu na região de modo simultâneo e contundente. Desta forma, a área respondeu às transformações que estavam ocorrendo, fornecendo matérias-primas e mercadorias agroindustrializadas localmente, necessárias ao sistema produtivo nacional, inicialmente por meio do setor de carnes, depois de oleaginosas e de cereais (soja, trigo e milho). Assim surgiu no Oeste do Paraná uma base econômica voltada para exportação de excedentes, com um início de integração ao espaço econômico nacional que estimulou os produtores que antes produziam para o consumo local e regional, ou mesmo para complementação alimentar de animais, a produzirem para o mercado interno e externo.

Percebe-se que, ao se iniciar a década de 1960, mesmo com o crescimento da indústria madeireira na região, a base agrícola da área passa a ser o setor econômico mais importante. Tanto se tornou o setor mais importante da economia regional, que durante a década em questão, a região assumiu o primeiro lugar na produção de milho e na criação de suínos do Estado do Paraná. Com isso, essas “novas” culturas regionais, que eram demandadas pelos grandes centros nacionais, impulsionaram a dinâmica da área integrando-a definitivamente na economia nacional. Em função deste panorama, segundo Padis (1981), ocorreram na região acelerados movimentos de transformação social e econômica, provocando um considerável crescimento da renda monetária da população da área e uma inevitável elevação da demanda regional de bens manufaturados. Como consequência disto:

“[...] houve na área uma considerável multiplicação do número de estabelecimentos comerciais e um notável incremento do dinamismo dos centros urbanos existentes. O rápido processo de urbanização e a divulgação da notícia de uma verdadeira transformação econômica na área, trouxeram consequências para a região, cujos reflexos podem ser sentidos até hoje.” (Padis, 1981; p. 171).

Assim, embora os condicionantes da ocupação territorial regional não permitissem que a estrutura de produção da área deixasse de ser caracterizada pelo minifúndio e pela

ocupação extensiva da força de trabalho, nas áreas já ocupadas as perspectivas de obtenção de altos benefícios através da produção e da comercialização de produtos agrícolas modernos atraíram um grande contingente de migrantes.

“[...] .o caso da ocupação do Estado do Paraná, inicialmente pode ser conceitualizado como uma ação de expansão do capital na direção à atividades agrícolas em terras de boa qualidade, de preço relativamente baixo, que em condições propícias do mercado interno e externo, oferecem rentabilidade favorável (em comparação com a agricultura paulista ou sulina) e que atrai trabalhadores com frequência possuidores de pequenos capitais que podem invertê-los em compra de terras, trabalhadores esses com certa qualificação e em busca de oportunidades de ascensão.” (Balán, 1974; p. 51).

Esse acontecimento transparece quando se analisam os dados demográficos da área na década de 1960, período no qual a imigração para a ela foi muito intensa. Já Martine e Diniz (1991), analisando o período em questão, indicam que o modelo de ocupação de novas terras que foi levado a cabo no país na década de 1950 foi, de certa forma, mantido na década seguinte, fato que efetivamente ocorreu na área.

Apontam também os autores que o modelo de modernização conservadora implantado pelo regime militar pós-1964, estendeu as reformas econômicas e de infraestrutura até então desenvolvidas para todo o território nacional, principalmente por meio da ampliação das empresas estatais e da captação de recursos internacionais, enquanto o regime controlava os movimentos populares e sindicais ⁶⁹.

Analisando este crescimento da região e do Estado, o IPARDES (1979) sustenta que, no período, podem ser distinguidos três conjuntos de circunstâncias favoráveis à essa ampliação da ocupação de terras na região; que repercutiram no comportamento demográfico da área:

“[...] a) Em primeiro lugar, a manutenção da oferta agrícola à demanda urbana-industrial vinha sendo mantida em parte, pela reconversão de atividades de exportação, mas fundamentalmente pela ampliação de áreas agricultáveis a partir da incorporação de novas terras, e continuava sendo importante expandir esse este setor da economia para evitar uma pressão que atuasse sobre o custo da reprodução da força de trabalho” (IPARDES, 1979; p. 13).

⁶⁹ No oeste paranaense, segundo Emer (1991), estes efeitos políticos não foram percebidos de uma forma clara; ficaram mascarados pela efervescência econômica da década de 1960.

Deste modo, como a base técnica da produção agrícola do Estado e da região se encontrava quase que totalmente assentada no uso intensivo da mão-de-obra, especialmente a familiar, com o predomínio de técnicas de cultivo rudimentares; e como a maior parte do capital nacional vinha encontrando setores econômicos mais rentáveis e importantes para investimentos nas áreas urbano-industriais, a agricultura de alimentos foi mantida reservada para a exploração familiar.

Assim, uma numerosa população integrava a pequena agricultura mercantil de alimentos da área, realizando no seu interior parte importante dos bens de consumo e da própria produção. Este comportamento econômico barateava o custo dos alimentos, pois a produção vendida não necessariamente tinha que remunerar a força de trabalho nela envolvida, repassando-se, desse modo, um sobre-trabalho aos demais setores da economia regional. E, embora as discussões em torno desta questão realcem a exploração contida nesta relação, onde a agricultura subordina-se indiretamente ao capital, esta manteve nesse estágio um certo grau de independência do setor industrial, notadamente no interior do processo produtivo. Isto tornou possível atender à demanda crescente do Estado, da própria região e até da Federação, sem colocar em risco a reprodução desta categoria de produtores.

Ademais, percebe-se que a indústria nacional, considerando o crescimento da demanda por produtos agrícolas e o peso que esta produção representava no custo de reprodução da força de trabalho, guardava de certo modo um elevado grau de dependência da agricultura. Desta forma, era importante que a nova fronteira agrícola do Estado – o Oeste paranaense – possibilitasse o surgimento do desenvolvimento da pequena produção mercantil de alimentos, principalmente durante os anos da década de 1960.

“[...] b) até esse período as melhores terras do Estado haviam sido apropriadas para o avanço da atividade cafeeira. No entanto, ainda que as exportações e a própria renda interna guardassem grande dependência dessa atividade, este setor vinha sendo desestimulado. As medidas protecionistas que, por largo período, sustentaram os preços internacionais e mesmo internos do produto, significaram também acréscimos na área plantada e superproduções, contraditárias à necessidade de controlar a oferta deste produto no mercado. Com a redefinição no plano nacional de novos rumos da economia orientados para a expansão urbana-industrial, não apenas acontecem as reorientações de investimentos do café para este setor, como começam a ser repassados os custos de oscilações do mercado internacional aos próprios produtores.” (IPARDES, 1979; p. 14).

Desse modo, as terras do Oeste do Estado passaram a não representar mais a mera e simples perspectiva de expansão cafeeira própria do período anterior e puderam assim receber um destino mais afinado com os interesses do capital urbano-industrial nacional, para quem o custo monetário, e o custo real da força de trabalho, tanto em seu aspecto de gerador de matéria-prima para a indústria, como em seu aspecto de consumo de produtos manufaturados era naquele momento muito mais importante, assim:

“[...] c) um outro aspecto parece também muito ajustado a este tipo de expansão da fronteira agrícola brasileira. O desenvolvimento industrial encontrava-se numa fase em que o capital buscava oportunidades lucrativas para inversões (investimentos). O próprio atraso na implantação do setor de bens de produção, traduzido para alguns autores como “industrialização restringida”, impulsionava o capital a invadir áreas, como ramos imobiliários e de comercialização de produtos agrícolas. Embora a referência seja explícita ao ramo imobiliário urbano, o povoamento e ocupação do Paraná, em grande parte via colonizadoras, seguramente representou um espaço desta natureza.” (IPARDES, 1979; p. 15).

A situação espacial do Paraná também pode ser entendida como uma condição que facilitou o processo migratório na região, pois a localização da área e a política de ocupação de fronteiras desenvolvida pelos governos federal e estadual fizeram com que esse espaço, cujas terras se apresentavam à época como das mais propícias ao cultivo no país, se tornassem muito atraentes aos deslocamentos migratórios. Assim a região apresentou-se muito propícia à absorção de deslocamentos populacionais em massa, principalmente de populações cujas atividades econômicas nos seus locais de origem se inseriam no setor primário da economia, e que se constituíram no fluxo dominante da migração para a área.

A rigor, mesmo no período de maior agitação e ocupação das áreas de fronteira do Estado e da região, os fatores que afetaram decisivamente o processo, e que alargaram a fronteira real e que também asseguraram a fixação de um grande volume de mão-de-obra migrante no território, foram as características da agricultura da área que mantinham o trabalhador junto ao seu local de trabalho, tanto que, para o IPARDES (1979), isso também determinou a formatação das pequenas cidades do Estado. Assim, na década de 1960, foram criados na região 14 novos municípios, o que configura essa década como o período no qual foi emancipado o maior número de distritos numa única década no Oeste do Paraná; este fato pode ser observado na Tabela 3.3, a seguir.

Tabela 3.3: Região Oeste do PR – Municípios e Data de Criação

N	Município	Criação
1	Anahy	11/06/1990
2	Assis Chateaubriand	27/08/1966
3	Boa Vista da Aparecida	22/12/1981
4	Braganey	03/05/1982
5	Cafelândia	28/12/1979
6	Campo Bonito	31/10/1986
7	Capitão Leônidas Marques	28/04/1964
8	Cascavel	02/04/1951
9	Catanduvas	25/07/1960
10	Céu Azul	07/10/1966
11	Corbélia	10/06/1961
12	Diamante D'Oeste	21/12/1987
13	Diamante do Sul	11/07/1990
14	Entre Rios do Oeste	18/06/1990
15	Formosa do Oeste	10/06/1961
16	Foz do Iguaçu	14/03/1914
17	Guaira	14/11/1951
18	Guaraniaçu	25/07/1960
19	Ibema	12/06/1989
20	Iguatu	28/05/1990
21	Iracema do Oeste	04/07/1990
22	Itaipulândia	19/03/1992
23	Jesuítas	13/05/1980
24	Lindoeste	12/06/1989
25	Marechal Cândido Rondon	25/07/1960
26	Maripá	17/04/1990
27	Matelândia	25/07/1960
28	Medianeira	25/07/1960
29	Mercedes	13/09/1990
30	Missal	13/12/1981
31	Nova Aurora	25/09/1967
32	Nova Santa Rosa	20/06/1973
33	Ouro Verde do Oeste	12/06/1989
34	Palotina	25/07/1960
35	Pato Bragado	18/06/1990
36	Quatro Pontes	13/09/1990
37	Ramilândia	30/01/1991
38	Santa Helena	02/02/1967
39	Santa Lúcia	09/05/1990
40	Santa Tereza do Oeste	12/06/1989
41	Santa Terezinha do Itapu	03/05/1982
42	São José das Palmeiras	17/04/1985
43	São Miguel do Iguaçu	25/01/1961
44	São Pedro do Iguaçu	16/07/1990
45	Serranópolis do Iguaçu	13/12/1995
46	Terra Roxa	14/12/1961
47	Toledo	14/11/1951
48	Três Barras do Paraná	13/05/1980
49	Tupãssi	27/12/1979
50	Vera Cruz do Oeste	27/12/1979

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

Este desempenho, do crescimento do número de municípios, da área no período é devido, segundo Mellos (1988), sobretudo ao controle das terras por parte das colonizadoras da região, que permitiram aos pequenos agricultores, especialmente aos imigrantes interestaduais e intra-estaduais, chegarem a adquirir uma pequena propriedade no local, aumentando em muito a população regional, como apontado anteriormente e criando vários distritos pertencentes aos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Guairá, que, na década de 1960 já se encontravam em condições de se emanciparem.

Vê-se então que a dinâmica populacional da área, principalmente a oriunda da intensificação dos fluxos migratórios presentes no Estado nas décadas de 1950 e 1960, está intrinsecamente relacionada com as transformações da produção agropecuária nacional e estadual. Desse modo, a região, durante o período, não fugiu a essa tendência e, como reunia ampla gama de fatores atrativos, comportou, durante o espaço de tempo em questão, um dos maiores índices de absorção populacional praticados no país, tal como se pode verificar na Tabela 3.4, a seguir.

Tabela 3.4: Algumas das principais áreas de atração populacional no Brasil segundo participação da Imigração Líquida Estimada para o Período de 1960-70 na variação Absoluta da População Total

MICRORREGIÃO	Varição Absoluta da População no Período 1960 - 70	Saldo Migratório Estimado no Período 1960 - 70	$\frac{2 \times 100}{1}$
	1	2	
Grupo I: Áreas de Fortíssima Atração			
361 (Distrito Federal/GO)	404.273	253.609	62,73
020 (Araguaia Paraense/PA)	28.030	17.387	63,03
333 (Alto Guaporá-Jauru/MT)	66.083	37.971	57,46
334 (Alto Paranguai/MT)	29.000	16.057	55,37
336 (Rondonópolis/MT)	75.647	43.509	57,52
285 (Norte Novíssimo de Umuarama/PR)	404.451	217.971	53,89
286 (Campo Mourão/PR)	321.497	168.085	52,28
288 (Extremo Oeste Paranaense/PR)	621.223	374.082	60,22
Grupo II: Áreas de Forte Atração			
289 (Sudoeste Paranaense/PR)	221.415	97.913	44,22
308 (Porto Alegre/RS)	527.215	324.521	61,55
268 (Curitiba/PR)	325.461	181.865	55,88
262 (Grande São Paulo)	3.414.884	2.211.017	64,75
221 (Fluminense do Grande Rio/RJ)	1.097.357	594.229	54,15
182 (Belo Horizonte/MG)	745.113	427.866	57,42
150 (Salvador/BA)	451.599	216.672	47,98
059 (Fortaleza/CE)	398.688	190.597	47,81
207 (Vitória/ES)	192.888	111.452	51,78
031 (São Luis/MA)	129.858	65.153	50,17
248 (Campinas/SP)	305.431	185.175	60,63
257 (Jundiaí/SP)	89.392	53.014	59,31
266 (Baixada Santista/SP)	241.843	143.372	59,28

Fonte: IBGE (1979, p. 19) adaptações do autor.

Percebe-se então que, segundo, a tabela apresentada, a região foi uma das que, em termos de variação de população e de saldo migratório, durante a década de 1960, atingiu um dos mais elevados índices no país, o que fez com que sua migração líquida estimada para 1960-70 passasse a ter uma elevada participação no crescimento total da população da área. Tanto isso é verdade que o Oeste do Paraná era área classificado pelo IBGE (1979) como área de fortíssima atração migratória no território nacional

E, considerando-se que a taxa decenal de migração constitui-se em importante indicador passível de ser utilizado para a compreensão do processo, que seu uso permite entender melhor o específico cenário do Paraná no período em questão, e para que se possa melhor entender a magnitude do processo ocorrido na região, vejamos a Tabela 3.5, a seguir:

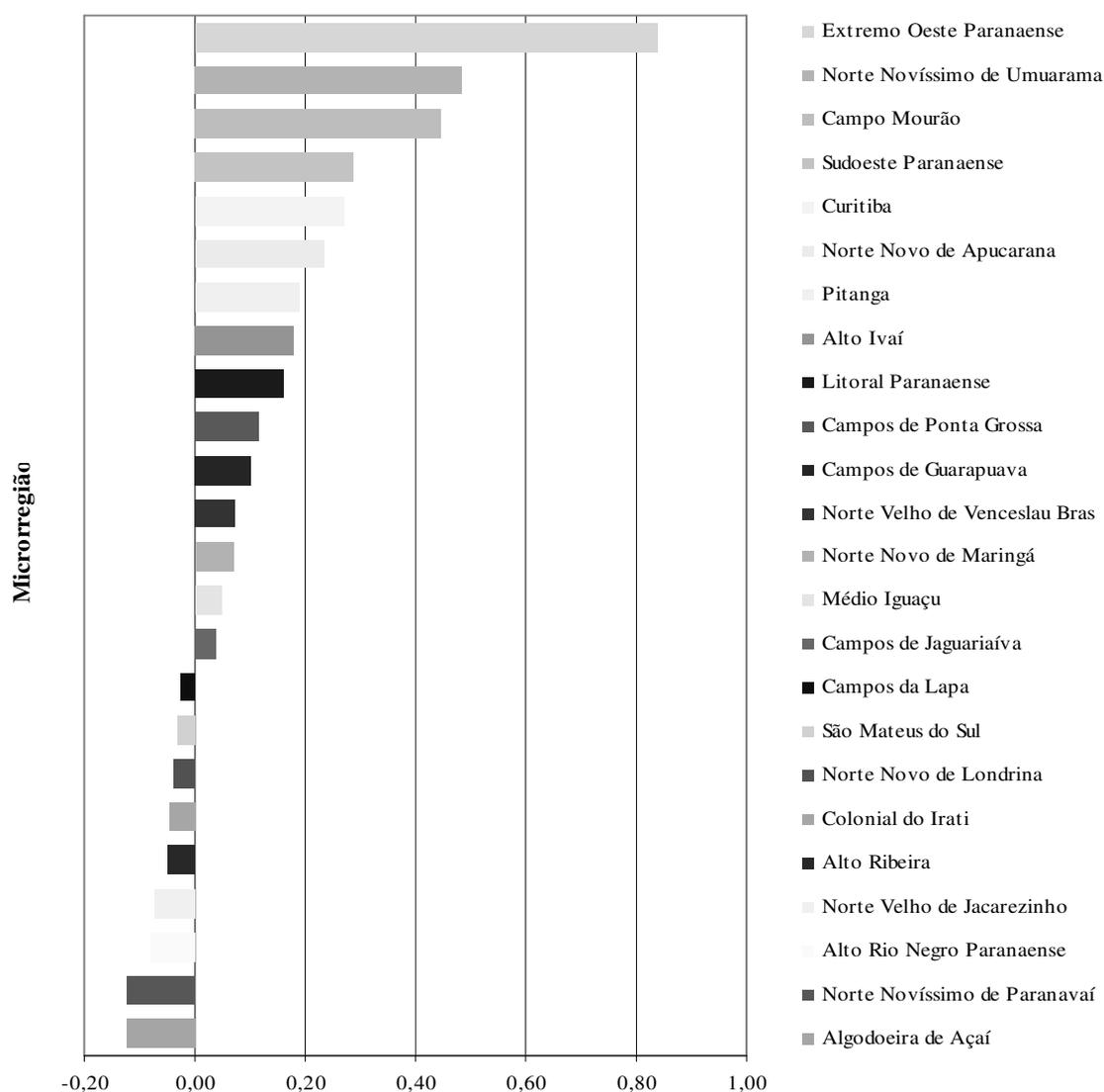
Tabela 3.5: Estado do Paraná - População Total em 1970 - Variação Absoluta e Componente Migratório - Período 1960-1970, Segundo Microrregiões Homogêneas.

Microrregiões Homogêneas		População Recenseada em 1970	Variação Absoluta da Pop. 1960/70	Saldo Migratório Estimado 1960/70	Taxa Decenal de Migração 1960/70
Número	Nome da Microrregião				
268	Curitiba	838.390	325.461	181.865	0,269166
269	Litoral Paranaense	116.571	39.318	15.522	0,160166
270	Alto Ribeira	30.003	4.153	-1.404	-0,050274
271	Alto Rio Negro Paranaense	29.617	2.520	-2.258	-0,079628
271	Campos da Lapa	78.799	10.227	-1.891	-0,025663
273	Campos de Ponta Grossa	240.722	65.246	24.164	0,116118
274	Campos de Jaguariaíva	41.360	9.073	1.458	0,039594
275	São Mateus do Sul	41.252	5.354	-1.174	-0,030434
276	Colonial do Irati	136.297	14.646	-5.847	-0,045335
277	Alto Ivaí	92.325	33.555	13.611	0,180164
278	Norte Velho de Venceslau Brás	201.603	53.348	12.753	0,072904
279	Norte Velho de Jacarezinho	391.532	38.118	-27.486	-0,073793
280	Algodoeira de Açaí	116.889	5.799	-13.887	-0,121826
281	Norte Novo de Londrina	691.220	91.845	-23.775	-0,036843
282	Norte Novo de Maringá	322.879	78.592	19.840	0,069962
283	Norte Novíssimo de Paranavaí	338.548	24.264	-39.527	-0,121094
284	Norte Novo de Apucarana	464.782	198.373	85.606	0,234155
285	Norte Novíssimo de Umuarama	653.174	404.451	217.971	0,483361
286	Campo Mourão	536.889	321.497	168.085	0,446867
287	Pitanga	106.916	43.744	16.195	0,190431
<u>288</u>	<u>Extremo Oeste Paranaense</u>	<u>756.900</u>	<u>621.223</u>	<u>374.082</u>	<u>0,838206</u>
289	Sudoeste Paranaense	450.338	221.415	97.913	0,288292
290	Campos de Guarapuava	191.085	58.051	16.246	0,100247
291	Médio Iguaçu	129.591	31.034	5.547	0,048626

Fonte: IBGE – Relatório - (1979, p. 76)

A tabela demonstra que, inserindo a região numa classificação de atração ou de repulsão, se percebe a forte sua atração migratória, principalmente quando comparada às demais do Estado. Ali se vê que a área apresentou uma taxa de migração líquida decenal de aproximadamente 84% na década de 1960, o que representa uma média anual em torno de 8% a.a., um desempenho bem destacado, como o Gráfico 3.1 demonstra.

Gráfico 3.1: Taxa Decenal de Migração de 1960 a 1970 das Microrregiões Homogêneas do Paraná

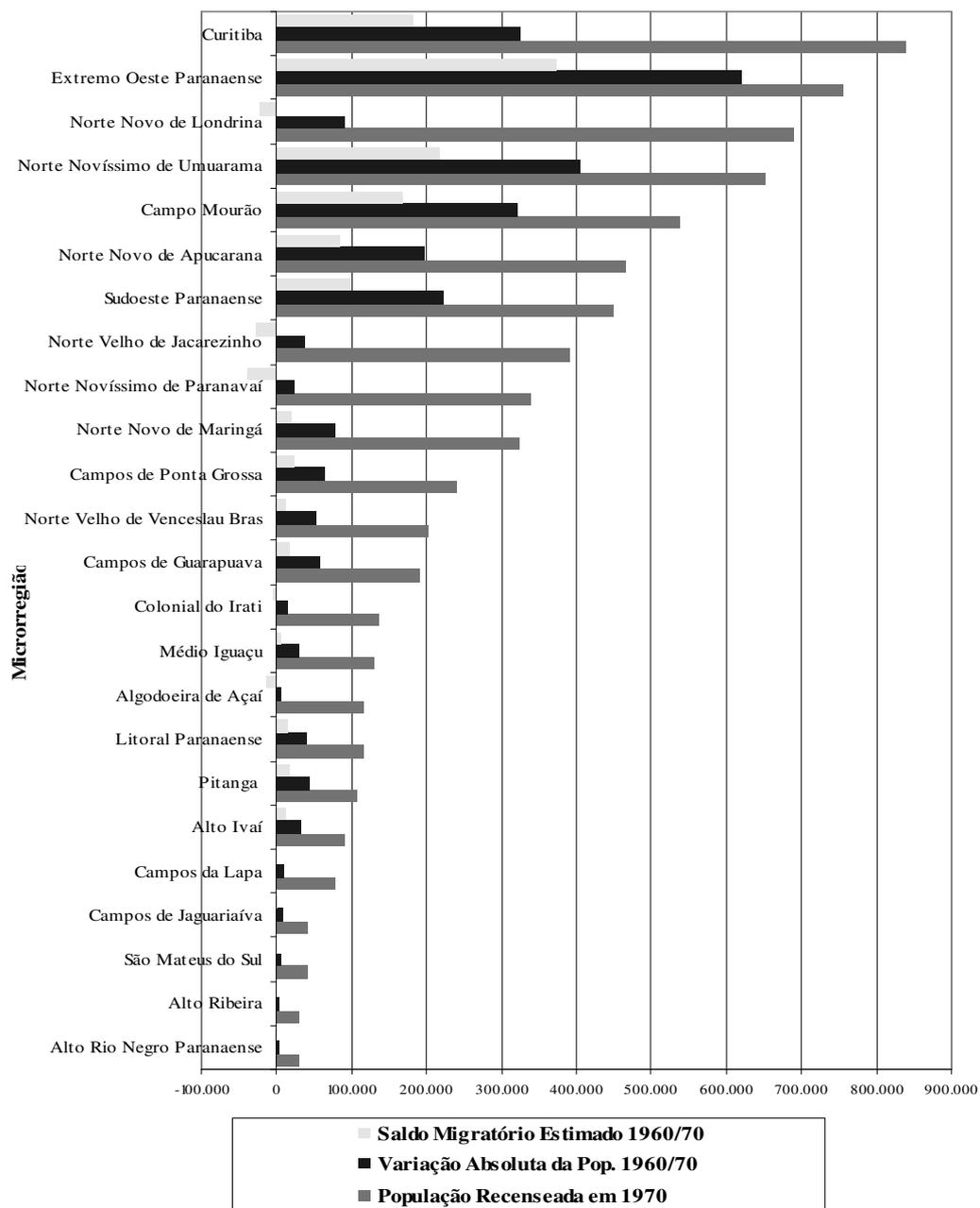


Fonte: Adaptação do autor a partir de IBGE – Relatório (1979, p. 76).

De modo que a região, em função desse panorama, foi classificada como área de avanço da fronteira agrícola nacional vinculada à expansão dos mercados das regiões Sul e Sudeste do país e como espaço geográfico no qual a grande disponibilidade de terras aptas

à ocupação e produção apoiadas nas atividades agrícolas intensivas em mão-de-obra acabou se constituindo na base da economia regional. Tal desempenho é visualizado no Gráfico 3.2, a seguir, que expõe a população em 1970, a variação absoluta da mesma de 1960 a 70 e o saldo migratório estimado para o período de cada MRH do Paraná em 1970. Vejamos:

Gráfico 3.2: Saldo Migratório Estimado e Variação Absoluta da População de 1960 e 1970 e População Estimada de 1970 das Microrregiões Homogêneas do Paraná



Fonte: Adaptação do autor a partir de IBGE – Relatório (1979, p. 76).

Além disso, o território do Oeste do Paraná foi sendo incorporado ao Paraná no contexto da agregação do Oeste do Brasil ao território nacional, bem como de sua inserção à sociedade e a economia nacional e estadual. Um dos efeitos dessa colonização na região, a partir da formação de uma economia baseada no predomínio da pequena propriedade rural e da organização dos espaços urbano e rural nos moldes do espaço colonial do Sul do país, foi a intensa imigração que se direcionou para a área durante as décadas de 1960 e 70.

E, muito embora na região os indivíduos migrantes realizassem esse movimento de inserção na economia nacional ainda fazendo uso de um grau de tecnologia considerado defasado para a época, a agropecuária local acabou se integrando aos objetivos do capital industrial nacional. Assim, o final da década de 1960 marcou a área de modo significativo, pois ali ocorreu a ampliação e a expansão da base de exportação da região, ação que atingiu o auge na década de 1970, quando aconteceu o acirramento dos movimentos de capitais e pessoas para outras fronteiras agrícolas do país, em decorrência do favorecimento de novas políticas nacionais de industrialização e mecanização da agricultura.

Por isso, a soja, que se tornou a mais importante das lavouras temporárias da região, foi a principal responsável pelo crescimento da produção agrícola da área, seguida pelo trigo, pois as áreas colhidas entre 1960-70 ampliaram-se, tal qual mostra a Tabela 3.6.

Tabela 3.6: Oeste paranaense - área colhida das principais culturas temporárias - variação percentual - 1960 – 1970

PRODUTOS	VARIAÇÃO %
Cana-de-Açúcar	23,3
Algodão	87,5
Milho	2.118,4
Arroz	2.252,8
Feijão	2.516,8
Trigo	3.474,7
Soja	23.019,8

Fonte: Piffer (1997, p. 95).

Nesse processo, os estabelecimentos agrícolas de porte médio passaram a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da região, pois foram os que, no período da década em questão, conseguiram absorver e suportar o padrão produtivo regional. Contudo, no anos 80 o cenário produtivo agrícola regional, estadual e nacional

necessitou mudar, vez que motivado pela “Revolução Verde⁷⁰”, o país demandou uma grande ampliação das áreas plantadas, principalmente com “commodities⁷¹ exportáveis (Piffer, 1997).

Nesse estágio de expansão econômica, a região estava intensamente relacionada com os elementos propulsores do crescimento nacional agrário, caso da expansão e facilidade dos produtores rurais para a obtenção de crédito rural subsidiado com juros negativos na compra de máquinas/equipamentos e insumos modernos para a produção da soja e do trigo, e da existência do seguro PROAGRO, da garantia de preços no mercado interno etc.

Tanto houve esta intensa relação que, segundo Rippel (1995), o crescimento econômico da área foi acoplado à dinâmica de expansão econômica nacional, na qual a política econômica foi voltada para o desenvolvimento industrial, para a integração e modernização da agricultura nacional, e para a ocupação das áreas de fronteira. Desse modo, a integração da economia da região com a indústria nacional significou a transformação da agricultura da área num ramo de produção semelhante a uma manufatura que passou a comprar insumos da indústria, “a montante”, e produzir matérias-primas para outros ramos de produção, ou seja, a agroindústria processadora ou indústria “a jusante”.

De modo geral, a base econômica de exportação estruturada na área foi formada principalmente pelas culturas temporárias que passaram a figurar intensamente no espaço agrícola regional, no qual a soja apresentou-se com destaque em termos de participação percentual no total da produção do Estado e do país; produzindo 9,5% do produto do Paraná em 1960 e 38,1% em 1970. Maior desempenho teve o trigo no período, pois em

⁷⁰ Para Sandroni (1999, p. 531), o que usualmente chamamos de Revolução Verde consistiu num processo de aumento da produtividade de cereais básicos, como trigo, arroz e milho, desenvolvido a partir dos anos da década de 1950, com o financiamento de institutos de pesquisa norte-americanos em áreas experimentais na América Latina e Ásia. Segundo ele, esse processo de transformação da produção de alimentos foi idealizado para permitir que a agricultura dos países em desenvolvimento aumentasse de forma expressiva. No entanto, para obter esse aumento, as culturas de grãos exigiram intensas aplicações de fertilizantes e defensivos, utilização de irrigação, máquinas e equipamentos diversos, etc., o que demandava recursos de que os países subdesenvolvidos não dispunham. Em consequência a Revolução Verde contribuiu para elevar a produtividade e os rendimentos da agricultura em geral, nas áreas onde os processos de produção e transformação de produtos agrícolas já eram avançados, mas não prosperou em regiões mais pobres, onde a agricultura até hoje utiliza-se de métodos tradicionais de cultivo.

⁷¹ Entende-se por *commoditie* - aquelas mercadorias de alta comercialização internacional, utilizada como base, matéria prima de uma ampla gama de setores industriais, principalmente agroindustriais – exemplo da soja”, exportáveis.

1960 representou 2,8% do Estado e em 1980 representou 36,2% , um crescimento de aproximadamente 13 vezes. O milho também se destacou nesse período, com um significativo desempenho, crescendo de 1,7% no total do Estado em 1960 para 18,2% em 1970. (Piffer, 1997).

Neste contexto, as culturas tradicionais, produtos básicos de alimentação (arroz, feijão, mandioca, etc.) foram substituídas pelas culturas modernas de maior lucratividade, fato que pode ser verificado no aumento das áreas com as novas culturas, na Tabela 3.7.

Tabela 3.7: Evolução da área plantada (ha), de algodão, milho, soja e trigo, na MRH – Oeste do Paraná 1960/80 (ha e %)

CULTURAS	1960 área plantada em hectares	1970 área plantada em ha	Variação % 70/60	1980 área plantada em hectares	Variação % 80/70
ALGODÃO	6.880	13.895	102,0	18.710	34,7
MILHO	14.490	321.450	2.118,4	334.900	4,2
SOJA	484	111.900	23.019,8	871.468	678,8
TRIGO	1.519	54.300	3.474,7	591.508	989,3
TOTAL	23.373	501.545	2.045,8	1.816.586	262,2

Fonte: IPARDES - 1976/1994, IPARDES, op. cit., p. 173-194

Percebe-se, assim, que as culturas de subsistência (tradicionais) na região ainda detinham certa predominância na área, porém, a partir de 1960 década, as culturas modernas foram dominando a paisagem territorial e se destacando com participações cada vez maiores.

Já no contexto demográfico, segundo Colognese e Schalleberger (1984), os indivíduos imigrantes influíram, e muito, no crescimento demográfico da região, vez que para lá se deslocaram respaldados em relações sociais de amizade, de parentesco e até de comércio previamente existentes na área, e isso acabou estimularam a vinda de outros indivíduos, dando origem ao surgimento naquela área ao fenômeno denominado de “redes sociais”⁷².

⁷² Via de regra, as redes sociais emergem de organizações sociais nas quais os indivíduos se unem para sustentar a vida social, material e afetiva. Estes laços sociais se dão com diferentes intensidades de acordo com o contexto e a estrutura interna da sociedade. Elas podem ser definidas como um tecido de relações e interações que se estabelecem com uma finalidade e se interconectam por meio de linhas de ação ou trabalhos conjuntos. Os pontos de rede podem ser pessoas, instituições ou grupos. Os diferentes tipos de redes têm uma função na vida de cada pessoa. As redes sociais que se estabelecem num movimento migratório têm normalmente uma classificação de rede social primária, pois, nesse caso, é constituída por todas as relações

Tais redes atuaram como esteios ao ingresso de novos indivíduos migrantes no Oeste do Paraná, influenciando diretamente no valor do saldo migratório da região, estimado em mais de 374.000 indivíduos na década de 1970, isso numa população total de aproximadamente 760.000 habitantes, fato que pôde ser observado anteriormente.

Em síntese, no caso do Oeste do Paraná, esse processo determinou a expansão e a consolidação da fronteira agrícola regional, que foi marcada por um grande número de pequenos estabelecimentos rurais e por uma estrutura de posse da terra relativamente desconcentrada até 1970, fato que, até aquela data, via de regra, condicionou o notável crescimento demográfico da área, cujo ritmo superou em muito a média nacional entre 1940 e 1970, como se pôde verificar.

Este cenário global neste período de tempo propiciou um comportamento migratório bastante diferenciado na região Oeste do Paraná, dando origem a diversas características interessantes no panorama do movimento, tal como se pode verificar no capítulo a seguir.

significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. Cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, organizações das quais participa: políticas, religiosas, sócio culturais, etc.(Colognese e Schalleberger, 1984).

IV - ALGUNS CONDICIONANTES DA MIGRAÇÃO E DO ÊXODO RURAL NO OESTE DO PARANÁ

Mediante o exposto, vê-se que a região nas últimas décadas vivenciou intensa transformação de sua base econômica e de sua dinâmica populacional; e que as mudanças ali ocorridas, deram-se principalmente em função das alterações na economia do país e do Estado; especialmente em função da consolidação da estrutura agro-exportadora nacional e dos efeitos da “Revolução Verde”⁷³, no processo.

Essa transformação consistiu no desenvolvimento de variedades de cereais de porte baixo, de alta produtividade e com baixa relação entre palha e grãos⁷⁴. No Brasil, impulsionou, a partir de 1960, a idéia de se adaptarem plantas de clima temperado a regiões de clima tropical e subtropical – caso da soja e do trigo no Sul do país, bem como o desenvolvimento genético das sementes destas culturas. No cenário interno, o processo foi desencadeado com o intuito de obter-se um rendimento superior das culturas, especialmente a soja; e pela expansão da economia e da colonização no país de áreas de fronteira, nas quais o Oeste do Paraná se insere.

Em várias regiões do Brasil, bem como na área sob análise, a utilização intensiva de tecnologia gerou um aumento na produção, incrementada pela expansão das áreas de plantio, sendo que, num primeiro momento, esses fatores aqueceram a demanda de trabalho no campo e impulsionaram também o mercado de máquinas e implementos agrícolas no país.

⁷³ Segundo Van Raajji (2004), a Revolução Verde consistiu num dos mais importantes avanços agrônômicos do século XX e foi responsável por um extraordinário aumento de produção de cereais na maior parte do planeta, principalmente na Ásia, onde possibilitou a obtenção de expressivos resultados na redução dos problemas da fome, destaque para a Índia, o Paquistão e a China. Esse processo de transformação das estruturas de produção agrícola mundial possibilitou um grande salto na produção de sementes melhoradas geneticamente, que se adaptavam a diferentes regiões e permitiam cultivar determinadas plantas onde antes parecia impossível, possibilitando a auto-suficiência agrícola em diferentes países subdesenvolvidos. Contudo, a ela não consistiu apenas na adoção de novas variedades de cereais, mas também na adoção de um amplo conjunto de ações de modernização do campo nos países e nas regiões onde isto foi possível; sendo que as principais técnicas e procedimentos utilizados para que ela acontecesse foram: a) o uso de material geneticamente melhorado para cultivos e para a produção animal; b) adoção de novas práticas agrícolas que incluíam o uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos para controle das pragas e doenças; c) uso da irrigação em áreas com limitações hídricas ou com períodos críticos de estiagem, e d) a intensificação do uso de máquinas e de equipamentos mecânicos mais modernos, como colheitadeiras, tratores e pulverizadores, processo conhecido como tecnificação da produção no campo.

⁷⁴ As variedades arroz, trigo e outros cereais de porte alto cultivados na época acamavam sob doses mais elevadas de nitrogênio, o que era um importante fator limitante do aumento da produtividade. As plantas de porte baixo não acamavam e permitiram a obtenção de alta produtividade, principalmente com doses elevadas de nitrogênio na adubação (Van Raajji, 2004, p. 3).

Porém, num segundo instante, os produtores rurais perceberam que os ganhos de produtividade e redução de custos com a intensificação do uso da tecnologia eram economicamente mais interessantes, de modo que se iniciou um processo de demissão e extinção de vagas de trabalho rural, pois a produção foi mantida com maior participação de maquinário no processo. Esse cenário tornou-se assim, propício ao surgimento de movimentos de emigração.

Essa transformação do setor agrícola e pecuário nacional e estadual acabou por impactar na dinâmica do setor na região. Mediante essa transformação, o comportamento da população regional também foi influenciado por essa mudança, já que acabou por condicionar os movimentos migratórios que ali se fizeram presentes.

Diante deste cenário, torna-se importante conhecer as exigências de adequação da estrutura fundiária no período de expansão da agricultura moderna no Oeste paranaense, uma vez que a terra, como fator de produção, é um elemento que assegura historicamente a permanência ou expulsão do homem do campo. Também é importante porque se percebe na área a existência de uma estreita ligação entre a modernização da agricultura, o processo de concentração fundiária e os movimentos migratórios regionais.

Igualmente Fleischfresser (1988) argumenta que a posse ou propriedade da terra, somada às condições de extensão e /ou fertilidade do solo podem garantir ou não a incorporação de tecnologia pelos produtores e, por conseguinte, sua manutenção ou não no campo. Nesse sentido, o desenvolvimento regional do Oeste do Paraná se concretizou de forma bastante restrita, pois a estrutura fundiária da área constituiu-se num delimitador do tipo de crescimento que se buscou imprimir à agricultura da área e, portanto, a toda a economia regional (Piffer, 1997).

Mediante este panorama, já na década de 1980, a região, marcada pela crise nacional que gerou uma política econômica federal de agressiva redução nos subsídios ao setor agrícola, viu sua característica rural reduzir-se em muito. A isto paulatinamente se somou uma maior participação de recursos próprios dos agricultores e pecuaristas regionais na realização da produção, o que implicou um quadro cujo resultado foi um acirrado movimento de liberação de terras por parte dos produtores que eram proprietários, parceiros ou arrendatários e que não mais conseguiram se adequar à nova realidade produtiva, fundamentalmente por causa dos elevados custos e, assim, foram alijados do sistema, resultando um expressivo movimento de êxodo rural na área.

Vê-se, assim, que as questões atinentes à agricultura também subsidiam a análise das tendências da dinâmica da população na região e são relativas aos elementos definidores do ritmo e da continuidade do crescimento e desenvolvimento agrícola da área, bem como do modelo de produtor com que se viabilizou esse processo. Nessa circunstância, a problemática migratória regional ganha nova dimensão, na medida em se alteram as condições de acesso a terra, propiciando a reprodução conjuntural de formas de trabalho "modernas", reduzindo e até em alguns municípios, extinguindo as possibilidades de manutenção no campo de pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários. Deste modo, os resultados do processo foram muitas vezes socialmente perversos, pois se, por um lado, ocorreram ganhos de produtividade e aumento da produção agropecuária da região, também ocorreu uma elevada migração rural-urbana com o crescimento da tecnificação da produção do campo, reduzindo-se o nível de emprego no setor num período de crise e desemprego urbano.

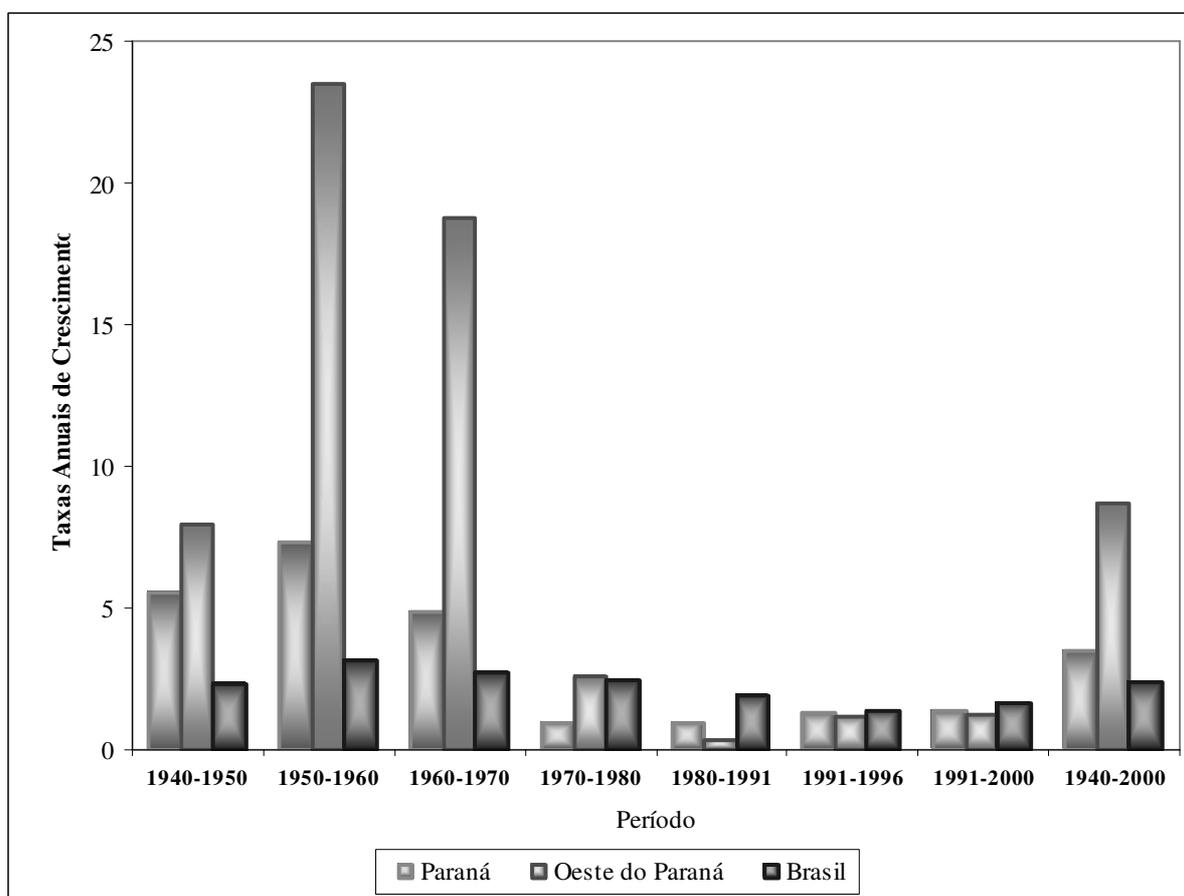
Segundo Gonzatto (1984), a análise desse cenário regional em meados da década de 1980 revelava uma situação de crise e desemprego urbano da área, que se somava a uma grave crise agrícola que a região vivenciava. Essa crise apresentou, entre outras coisas, uma redução substancial da produção alimentar gerada por pequenos produtores rurais da área. Estes, por não mais conseguirem se manter nas propriedades abandonaram a zona rural, e isso, longe de representar um dinamismo do processo, significou um recuo nas formas de subsistência dos indivíduos residentes nas áreas rurais do Oeste paranaense. E também representou, segundo a autora, um agravamento da situação de crescimento dos núcleos urbanos da região, que passaram a vivenciar um acelerado inchaço populacional, com o surgimento de cinturões de pobreza no entorno das principais cidades da área.

Este panorama foi analisado por diversos autores que, enfocando a questão pelo crivo da economia, atribuem ao setor rural o principal papel nas modificações do meio ambiente econômico, social e natural da região. Entre eles podem-se citar Câmara (1985) e Moretto, Rodrigues e Parré (2002). Segundo eles, o Oeste paranaense, ao longo das décadas de 1970 e 80, passou a apresentar um panorama demográfico caracterizado por movimentos de emigração da população da região para outros locais da própria região (movimento intra-regional), para outras

regiões do Estado (movimento intra-estadual), ou ainda para outras UFs, caracterizando-a como zona de emigração. Além disso, a região passou a apresentar uma feição amplamente urbana ⁷⁵.

Como já dito no capítulo anterior, esse comportamento refletiu diversas fases de transformação da estrutura produtiva regional e isto instigou diferenciados movimentos demográficos, ora determinando a elevação das taxas de crescimento populacional, ora provocando a reversão de tendências, como se pode perceber no Gráfico 4.1, a seguir.

Gráfico 4.1: Taxas de Crescimento Populacional Anuais - Paraná, Oeste do PR e Brasil - 1940-2000



Fonte: Base de Dados NEPO/Unicamp/IBGE, -2003 (cálculos do autor)

⁷⁵ Tais movimentos representaram altos custos socioeconômicos resultantes da acelerada emigração do campo regional, tanto que, nas palavras de Camara (1985), esse processo se deu como resultante de mutações no setor da economia agrícola da região, que apresentou quase que simultaneamente durante a década de 1980, a ocorrência de três fenômenos socioeconômicos inéditos na história da região, quais sejam: a) um crescente processo de concentração fundiária, b) um acelerado movimento de tecnificação da agricultura regional, e c) um contundente movimento de êxodo rural.

É interessante ressaltar que este comportamento deu-se concomitantemente à expansão territorial que a área ainda vivenciava em termos da ocupação de sua fronteira territorial, quando se ocuparam todos os espaços produtivos rurais da região, sejam eles de primeira, segunda ou terceira qualidade em termos de fertilidade, topografia e relevo; fatores fundamentais para a ocupação e expansão econômica regional, tanto dos produtores da região, quanto da população em geral.

Porém, de 1980 para cá, a situação modificou-se, sendo que a transformação em questão foi tanto no cenário produtivo da área quanto demográfico, vez que, a partir daí, passou a ocorrer a intensificação da produção rural via crescimento da produtividade mediante os fatores que anteriormente já expusemos, e isto se refletiu na capacidade que a região passou a ter de continuar mantendo as taxas de crescimento demográfico que vivenciava até então; processo que também pode ser visualizado no gráfico anterior.

Diante deste conjunto de fatores e mediante a colonização e crescimento da área, vê-se que a década de 1970 representou, na verdade, um momento de inflexão significativo no comportamento demográfico e no desenvolvimento da região. Assim, ali foi desencadeado um intenso processo de esvaziamento populacional, que repetiu o que também ocorria nos demais Estados do Sul, fazendo com que o Oeste paranaense, de receptor de imigrantes, passasse a se constituir numa área de forte expulsão de população, fundamentalmente em função de um fenômeno de “reconcentração fundiária”⁷⁶.

De fato, as evidências apontam a continuidade da modernização da agricultura no Estado e na região, bem como para a concentração fundiária e a exclusão social oriundas disto, acontecimento que Silva (1981) chamou de “modernização dolorosa” da agricultura no Brasil, que provocou impactos expressivos em termos do movimento de concentração de terras, muito evidente no Oeste do Paraná.

“A agricultura tem uma particularidade fundamental em relação à indústria: o meio de produção fundamental – a terra – não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem.

⁷⁶ De modo que intensas correntes emigratórias do Oeste do Paraná deslocaram-se para as áreas urbanas da própria região, para as outras regiões do Estado, para centros urbanos do Sudeste, bem como para as zonas agrícolas pioneiras do Norte e do Centro-Oeste brasileiros. É justamente nesse momento, da década de 1970 até meados da década de 1980, que, segundo o IPARDES (1997), o Paraná, que havia experimentado as mais altas taxas de incremento demográfico no período, experiência esta que vai até meados da década de 1970, se transforma no Estado que contribuiu com a maior parcela de emigrantes internos oriundos da Região Sul nos anos 70, destacando-se como a UF de menor crescimento populacional do Brasil; neste contexto, o Oeste do Paraná, em específico, foi a área do Estado que apresentou o fenômeno da emigração com maior intensidade.

A sua distribuição torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo: compreender o que é a estrutura agrária significa, em outras palavras, entender o papel de um dos condicionantes básicos da produção agrícola. Exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, a maneira como se dá sua apropriação inicial, ou seja, a sua ocupação histórica, é de fundamental importância. Nesse sentido, a região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – apresentou particularidades visíveis em relação às demais regiões do país, dada a importância que assumiu a pequena propriedade na sua colonização” (Silva, 1981; p. 90).

No Oeste do Paraná, esse processo de mudança da distribuição, apropriação e organização das áreas rurais seguiu um procedimento que ocorreu não apenas ali, mas também no Estado do Paraná, pois, segundo Osório (1978):

“Na sua fase inicial as companhias de colonização privadas tiveram um papel relevante e contaram com apoio oficial para estabelecerem uma estrutura fundiária onde predominavam as médias e pequenas propriedades. Após a fase de consolidação fundiária, começou a haver uma desestruturação dos pequenos lotes que foram repassados aos grandes proprietários, mudando em muitos casos a atividade do café para a pecuária ou para outras lavouras de exportação (a soja, por exemplo), via de regra poupadoras de trabalho. Hoje os locais que foram frentes há duas ou três décadas se tornam expelidores de população. Boas partes dos fluxos migratórios do Paraná seguiram o rumo norte, para o Mato Grosso, e recentemente, para Rondônia” (Osório, 1978, p.14).

Isso pode ser verificado, de forma evidente, na Tabela 4.1, a seguir, que apresenta as transformações fundiárias da região em termos de tamanho das propriedades, área ocupada pelos diversos extratos de tamanho de propriedade e taxa de crescimento anuais calculadas por quinquênio. Vejamos:

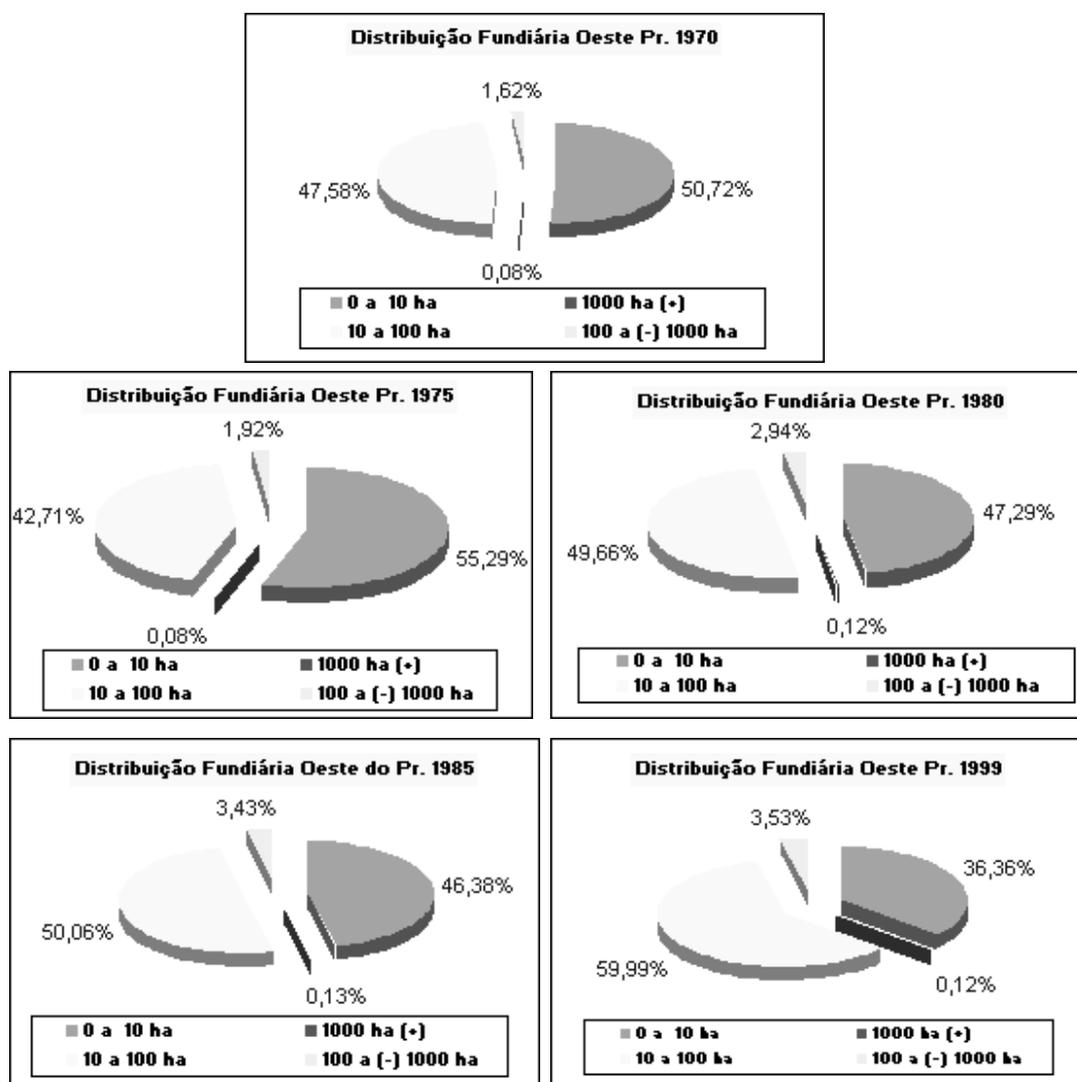
Tabela 4.1: Número de Estabelecimentos (propriedades rurais) do Oeste do Paraná de 1975 a 1999. Participação Percentual por faixa no Total da área produtiva rural da região. Taxas de Crescimento Geométrico e Variação Percentual por Período

Classe de Área Total Em Hectares	1970	% da área em 70	1975	% da área em 75	Taxa de Crescimento Anual 70-75	Variação de 1970 a 75	1980	% da área em 80	Taxa de Crescimento Anual 75-80	Variação de 1975 A 80	1985	% da área em 85	Taxa de Crescimento Anual 80-85	Variação de 1980 a 85	1999	% da área em 99	Variação de 1985 a 99	Taxa de Crescimento Anual 85-99	Taxa de Crescimento Anual 1975-99	Variação de 1970 a 1999
de 0 a 10	41878	50,7	50.267	55,3	3,72	20,03	35.509	47,29	-6,72	-29,36	32.500	46,4	-1,76	-8,5	23.631	36,36	-27,3	-2,25	-3,10	-43,57
de 10 a 100	39286	47,6	38.827	42,7	-0,23	-1,17	37.290	49,66	-0,80	-3,96	35.078	50,1	-1,22	-5,9	38.984	59,99	11,14	0,76	0,02	-0,77
de 100 a (-) de 1000	1335	1,62	1.742	1,92	5,47	30,49	2.205	2,94	4,83	26,58	2.406	3,43	1,76	9,12	2.295	3,53	-4,61	-0,34	1,16	71,91
1000 ou mais	68	0,08	71	0,08	0,87	4,41	89	0,12	4,62	25,35	88	0,13	-0,23	-1,1	79	0,12	-10,2	-0,77	0,45	16,18
Total	82567	100	90.907	100	1,94	10,10	75.093	100	-3,75	-17,40	70.072	100	-1,37	-6,7	64.989	100	-7,25	-0,54	-1,39	-21,29

Fonte: Censos Agropecuários IBGE, SEAB. Relatório 2000

Percebe-se a partir dos dados da tabela, que houve uma expressiva modificação fundiária na área, modificação que repercutiu num forte estímulo à emigração rural, comportamento apontado por diversos autores, entre eles Câmara (1985) e Boni e Cunha (2002). Percebe-se, ainda, que, de certo modo, a distribuição das terras da região, historicamente, determinou a estrutura fundiária da área, que, por sua vez, exerceu grande influência no comportamento demográfico regional, tanto nos movimentos migratórios, quanto no seu crescimento. Isso pode ser verificado nos Gráficos 4.2 e, de modo mais específico, nos capítulos a seguir, quando serão abordadas as questões relativas aos saldos migratórios da região, os fluxos de migração e as características demográficas destes.

Gráficos 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 : Evolução da Distribuição Fundiária do Oeste PR de 1970 a 1999



Fonte: Relatórios Anuais da SEAB – Delegacias de Toledo e Cascavel.

Mediante os gráficos, se percebe que, em termos de ocupação de território, a área até 1970 ainda estava em expansão, pois ainda detinha terras para serem ocupadas. Isto atuava como um eficiente ponto de apoio à expansão da agricultura da regional de forma extensiva e permitia ainda absorver volumes expressivos de imigrantes. Analisando-se a questão, vê-se que, em 1970, as mini e pequenas propriedades correspondiam a 50,72% do território agrícola da região, e os médios produtores detinham 47,58% das áreas agrícolas da região e, juntos, detinham mais de 98% das terras produtivas.

Já em 1975, quando a fronteira agrícola regional deixou de se ampliar, dado que as áreas a serem ocupadas já se haviam esgotado, percebe-se uma importante variação na distribuição fundiária das propriedades da região, pois se percebe ali claramente a expansão das mini e pequenas propriedades, que passam a ocupar 55,29 % das terras agrícolas da área. Já os produtores médios viram sua participação cair para 42,71% do total de terras do território. Porém, em conjunto, estas duas classes de proprietários mantiveram sua participação no total ainda em torno dos mesmos 98% de 1970.

Contudo, uma mudança muito importante ocorreu, pois a parcela de áreas que se encontravam ocupadas por mini e pequenos produtores a partir de 1975 passa a encolher, enquanto a que cabe aos produtores médios cresce. Tanto é que a distribuição fundiária do Oeste do Paraná passa a apresentar, em 1999, a seguinte estrutura: 36,36% das terras em mãos dos mini e pequenos produtores, e 59,99% sob controle dos médios, com um pequeno crescimento dos grandes propriedades e dos latifúndios, tal como se pôde perceber no conjunto de Gráficos 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, e 4.6.

Como se pode ver, o comportamento é compatível com a argumentação desenvolvida por Singer (1977) e por Wood e Carvalho (1994), da qual nos utilizamos na base teórica e que sustenta nossa análise, qual seja a de que, mediante a modernização da região ocorrida em função de maiores volumes de investimentos em tecnologia de produção, passa a ocorrer no Oeste do Paraná um movimento de exclusão de pequenos proprietários, de arrendatários e de parceiros do campo da área porque estes não têm condições econômicas de acompanharem os investimentos que o novo perfil e os novos produtos demandados na região exigem. Assim, não conseguem se manter ali produzindo e não conseguem ficar nas zonas rurais da área.

Pelos dados apresentados, vê-se que houve uma transposição do controle de terras dos mini e pequenos estabelecimentos para os médios, pois o somatório da participação de ambos no total de áreas da região cai muito pouco, para algo em torno dos 96% no total. Isso indica que as

propriedades médias expandiram-se por meio da ocupação de áreas que anteriormente eram ocupadas pelos mini e pequenos estabelecimentos rurais. Assim, faz-se necessário explorar um pouco mais a questão da estrutura fundiária regional, dada a sua importância no comportamento das variáveis demográficas da área, especialmente da migração e do crescimento populacional.

Analisando-se a questão, percebe-se que no primeiro quinquênio da década de 1970, a fronteira agrícola do Oeste do Paraná ainda estava sendo ocupada, tanto que com exceção da classe de proprietários de 10 a 100 hectares, todas as demais cresceram em termos de número de estabelecimentos rurais na região. Já no período de 1975 a 1980, a primeira classe (0-10 ha.) apresentou decréscimo em seu número, fato que repercutiu diretamente no território regional ocupado por cada classe de área agrícola.

Na década de 1960, que é o período no qual a imigração líquida no Oeste do Paraná foi a maior, o processo deu-se fundamentado nas pequenas propriedades, as quais segundo Gabardo Câmara (1985), consistiam em sua maioria em áreas de terras pequenas, de no máximo 20 hectares e que desenvolviam pequenas produções⁷⁷, tal como se pôde verificar nos Gráficos 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, e 4.6. Já nos períodos seguintes esta conduta não se manteve.

Pois se vê ali a evidente perda de participação da área ocupada pela classe de 0-10 hectares que manteve seu ritmo de queda. Tanto que a distribuição de estabelecimentos rurais em 1975 atribuía-lhe 55% do total do território regional, em estimados 50.267 estabelecimentos rurais; e em 1999 a participação dessa classe cai para 36,36% da área e estimados 23.631 estabelecimentos, uma redução superior a 19% na área ocupada e de mais de 47% no número de propriedades nesta classe de estabelecimentos, fato que indica claramente um processo de reconcentração fundiária, que, como se verá adiante, resultou em forte emigração rural.

Isso ocorreu porque, no início da década de 1970, o país já contava com um setor secundário-industrial estruturado, que serviu de suporte para o desenvolvimento nacional e que fez com que o processo de formação de capital nacional passasse a se apoiar principalmente na produção interna, atenuando a dinamicidade do comportamento do setor externo no sistema, e estimulando o surgimento de um mercado para as *commodities* mais demandadas, caso da soja, o que implicava áreas maiores, mais tecnologia e maior custo de produção⁷⁸.

⁷⁷ A autora destaca também que as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nestas propriedades utilizavam técnicas tradicionais de produção, e aproveitavam intensivamente a mão-de-obra, que em sua maior parte era obtida junto aos próprios familiares e isso ocorria em áreas pequenas, ainda capazes de dar sustentação ao núcleo familiar, pois os produtos gerados por estas classes de produtores ainda encontravam mercado.

⁷⁸ Ainda, segundo Câmara (1985), tal produção ocorreu fundamentalmente em estabelecimentos rurais que possuíam um tamanho de área mínima mais adequado à produção das “*commodities*”, que passaram a ser geradas no país para

Nessa situação, era clara a necessidade de se produzir mais e melhor, bem como a de incrementar e diversificar as exportações agrícolas nacionais; assim, a estratégia adotada foi à busca do aumento da produtividade do setor agrícola via tecnificação, o que de fato ocorreu e repercutiu de modo evidente no Oeste do Paraná na década de 1980. (Boni e Cunha, 2002).

Na área, segundo Câmara (1985) esse aparato e mobilização do Estado somente apresentou resultados anos depois, na década de 1980; pois, para eles, embora essa intensificação da produção agrícola tivesse ocorrido em praticamente todo o país, ela se deu de maneira mais contundente nas regiões do Paraná que na década de 1970 e início da de 80 já se encontravam num patamar de produção rural mais organizado e apto a receber tais incentivos e responderem com o crescimento da produtividade, mesmo que em diferentes graus, caso do Oeste do Estado; sustentam ainda que tais regiões eram as que se encontravam mais preparadas para desenvolverem uma produção agrícola maior, mais ampla, e capitalista.

Este cenário nacional e estadual rebateu diretamente no Oeste do Paraná e isso, por sua vez, repercutiu num acelerado movimento de redução da população regional rural, tal como se pode perceber na Tabela 4.2, a seguir.

Tabela 4.2: Evolução da Composição da População e Densidade Demográfica do Oeste Paraná. Por área urbana ou rural de residência - de 1970 a 2000

Ano do Censo	População Urbana			População Rural			População Total	
	Total Urbano	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Rural	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Geral	Densidade Demográfica (hab/Km2)
1.970	149.516	19,87	6,53	602.916	80,13	26,32	752.432	32,85
1.980	484.504	50,43	21,15	476.225	49,57	20,79	960.729	41,94
1.991	728.126	71,67	31,78	287.803	28,33	12,56	1.015.929	44,35
1.996	832.691	77,20	36,35	245.893	22,80	10,73	1.078.584	47,08
2.000	929.092	81,60	40,56	209.490	18,40	9,14	1.138.582	49,70

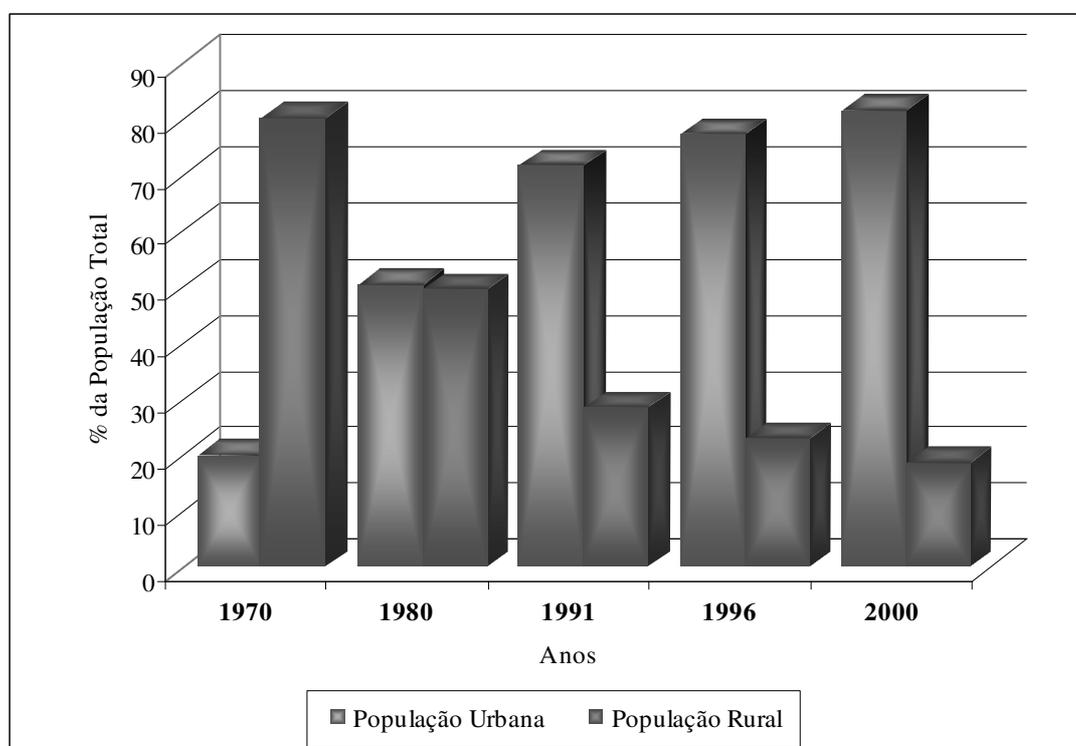
Fonte: Censos Demográficos Brasileiros – FIBGE, 1970 a 2000 e Contagem da População, 1996

Analisando-se a tabela, percebe-se a inversão na composição da população do Oeste do Paraná, que, em 1970, apresentava 80,13% de seus habitantes com domicílio rural e apenas 19,87% nas áreas urbanas, e, no Censo de 2000, passou a ter apenas 18,40% do seu total de habitantes em domicílios rurais e 81,60% nas áreas urbanas.

a exportação, caso da soja no oeste paranaense. Sustenta ela ainda que o efeito mais latente desse processo foi a difusão das relações capitalistas de produção no setor agrário brasileiro, por meio do assalariamento do trabalhador rural, bem como da eclosão de uma série de transtornos sociais gerados pelo desemprego no campo, fator este considerado um dos mais influentes no surgimento de diversos movimentos migratórios expressivos no Brasil, dentre eles, aqueles que tiveram lugar no Oeste do Paraná.

Os dados referentes à concentração demográfica da região demonstram, de forma clara, essa mudança da distribuição populacional da área e o seu crescimento urbano, pois estas áreas da região, ao longo do período, apresentaram um intenso adensamento populacional, em 1970 detinham uma densidade de 6,53 habitantes por quilômetro quadrado e em 2000 esse valor sobe para 40,56. Já a densidade demográfica rural regional vivenciou um movimento inverso, pois era de 26,32 habitantes por quilômetro quadrado em 1970, cai para apenas 9,14 em 2000. Esta mudança impactou de modo evidente na distribuição da população regional segundo área de domicílio, rural ou urbano, tal como se vê no Gráfico 4.3, a seguir.

Gráfico 4.3: Evolução da População segundo situação de domicílio - Oeste do Paraná - 1970/2000



Fonte: Base de Dados NEPO/Unicamp/IBGE, -2003

Esse comportamento demonstrado pelo gráfico foi essencialmente resultante da modernização do setor rural, pois ocorreu, na região, a passagem da agricultura do chamado “complexo rural” para a dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAIs); impulsionados pelo aumento da produtividade agrícola. Desse modo, o comportamento demográfico regional foi parcialmente condicionado pela economia rural da área, de tal modo que a região vivenciou diversas alterações em seu padrão migratório, tal como se poderá verificar a seguir.

4.1. As transformações produtivas na agricultura do Oeste do Paraná e os impactos demográficos

Para Câmara (1985), a modernização do campo e a reconcentração fundiária da região, tal qual apontada anteriormente, gerou um elevado volume de desemprego rural no Oeste Paranaense, fruto da consolidação no setor de um padrão produtivo voltado para o mercado externo que implicou na redução da produção de diversas culturas. Segundo Wood e Carvalho (1994), a queda da produção de culturas tais como as de feijão preto e mandioca constituem uma indicação da cada vez mais precária viabilidade econômica das pequenas propriedades agrícolas.

Segundo eles, os analistas atribuem a produção estagnada ou declinante dos produtos alimentares tradicionais às políticas creditícias e de subsídios que discriminaram os pequenos agricultores em favor dos grandes estabelecimentos que desenvolvem culturas de exportação. Isto causou importantes repercussões nas áreas urbanas das regiões agrícolas, especialmente as de fronteira, como era o caso do Oeste do Paraná no período das décadas de 1950 a 1970.

Mediante estes acontecimentos argumentam que, com o enfraquecimento da agricultura de pequena escala, as grandes empresas agroindustriais assumiram o papel dominante no setor rural brasileiro, onde a utilização de sistemas de produção e de transporte verticalmente integrados desalojou pequenos produtores rurais, bem como fornecedores e comerciantes também classificados como pequenos.

Isso ocorreu, segundo Fleischfresser (1988), porque, em Estados como o Paraná, a política nacional para o setor agrícola apresentou um importante ganho de força na década de 70. Porém paulatinamente a estes ganhos passou a ocorrer o esgotamento de suas fronteiras agrícolas e o crescimento dos problemas sociais na área.. Tais políticas nasceram por pressão do setor industrial e privilegiaram as tecnologias de “produto”. Esta postura gerou profundas mudanças na economia e no setor rural estadual e da região. Essa transformação ocorreu porque as bases modernizantes e industriais da “revolução verde” foram apenas adquiridas e não apreendidas, e deste modo geraram em sua implantação um acelerado movimento de expulsão de trabalhadores rurais, acirrando o do êxodo do campo paranaense.

Essas medidas também estimularam a exclusão de certos tipos de produtores rurais, notadamente os minis e pequenos, numa época em que não havia mais a possibilidade de expansão da agropecuária paranaense de modo extensivo, vez que a maior parte da superfície territorial do Estado já se encontrava ocupada resultando em graves problemas no Oeste do

Paraná, pois essa foi a área do Estado na qual a modernização agrícola se deu acompanhada de forma mais contundente, do êxodo rural e do crescimento da desigualdade no Estado, fato que pode ser visualizado na observação a seguir:

“[...] as desigualdades sócio-econômicas entre os produtores se acentuam, porque antes se já não dispunham de condições homogêneas de produção, com a introdução de técnicas produtivas externas ao meio rural as diferenças se intensificam. Assim, as condições materiais, a própria localização física, bem como os tamanhos da área apresentam-se para uns como oportunidade e para outros como barreira à introdução do progresso técnico e à apropriação de seus frutos” (Fleischfresser, 1988: 76).

Neste cenário, o que se verificou é que as mudanças no setor agrário regional, iniciadas durante meados da década de 1970, consolidaram-se na década de 1980 e desencadearam, entre diversas outras conseqüências, um evidente movimento de emigração das áreas rurais da região.

Este processo é explicado a partir de Manoel (1986, p. 58). Segundo ele: *“[...] a questão do tamanho da empresa agrícola está estreitamente relacionada com as da produtividade e da posse da terra e com as formas de organização do processo produtivo agrícola [...]”*.

Isso decorre do fato de que a concentração da posse de terra determina a estrutura de produção e exerce uma poderosa influência sobre diversos elementos importantes da produção agrícola, a saber: a) sobre a produtividade agrícola, b) sobre a inovação tecnológica e c) sobre o emprego rural, suscitando preocupações dos mais variados níveis, como a busca de uma garantia de níveis mínimos para a população do campo, que a mantenha vinculada a esse campo; análise que Graziano da Silva (1978 a) efetuou e à qual já nos referimos⁷⁹.

Analisando este cenário e a questão da distribuição fundiária da região, Rippel (1995) Piffer (1997), sustentam que, apesar do movimento de reconcentração fundiária, na área não existem propriedades classificadas como “latifúndio por exploração”⁸⁰, vez que o solo da região é considerado dos melhores e, em função disto e da topografia, o preço do hectare de terra na área é

⁷⁹ Vê-se então que no Oeste do Paraná a modernização agrícola regional e o aumento da produtividade da área somente foi possível mediante a ocorrência de três importantes fenômenos econômicos e dois demográficos. Vejamos: 1) a adoção de um novo padrão produtivo implicou no uso de novas tecnologias demandantes de áreas de terras mais extensas para se viabilizarem; 2) como conseqüência ocorreu uma acelerada concentração das terras; e, 3) isto provocou a expulsão dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos trabalhadores braçais do campo que não mais conseguiram se inserir no novo processo. Tais fatos repercutiram no comportamento demográfico da região que: a) tornou-se eminentemente mais urbana; e, b) deixou ser uma área de destino de imigrantes e passou a ser uma área de origem de importantes movimentos de emigração.

⁸⁰ Latifúndio por exploração – extensas áreas de terras de propriedade única, utilizadas como reserva de valor e como elemento de especulação imobiliária.

muito elevado, inviabilizando a aquisição de propriedades apenas para fins de especulação⁸¹. Assim a reestruturação da agricultura regional implicou na necessidade de organização de um eficiente sistema de comercialização e financiamento do setor, fato que, segundo Piffer (1997), permitiu mudanças qualitativas no tipo de atividade industrial existente na área, e que foram resultantes da interação que passou a existir entre os setores primário e secundário da economia.

Assim, a maior mercantilização da agricultura regional gerou uma hierarquia de riqueza, *status* e poder que diferenciou as diversas camadas que compõem a população rural da área. Este fato está intrinsecamente relacionado com a propriedade da terra e com o êxodo rural. Vê-se então que na área, a partir de 1980, além dessa hierarquização ocorreu também, como já mencionado, um acirrado processo de urbanização. Além do que, a região também vivenciou nesse período o dinamismo do setor agropecuário nacional, que passou a ser agroindustrial⁸², e que possibilitou a expansão dos setores de processamento de seus produtos, caso da soja e dos óleos vegetais, da carne, da madeira, do milho e das rações, etc.

Rippel (1995), analisando este panorama, argumenta que este processo de elevada emigração do campo⁸³, de descapitalização de grande parte dos indivíduos da região, e acelerada urbanização da área, obrigou os empresários e políticos da região a buscarem respostas mais eficientes para enfrentar a crise daquela década. Tais respostas foram apoiadas na adoção de um modelo de economia alimentar industrializada que passou a ser o carro-chefe do crescimento econômico da área, já que os segmentos relativos à produção rural e à distribuição final foram gradativamente se constituindo nos pólos dinâmicos do complexo agroindustrial regional, o que converge com os estudos de Silva (1982).

Aliado a isso, o processo de abertura comercial praticada pelo governo federal, em curso desde final dos anos 1980, possibilitou a maior integração da economia da área com a nacional, especialmente no agronegócio. Isso aconteceu como consequência da expansão da produção

⁸¹ Segundo Mellos (1988), isso ocorreu no Oeste do Paraná pelos motivos previamente apontados, mas também porque, na área, o processo caminhou de uma ampla gama de pequenos e mini produtores rurais para uma situação de concentração de propriedades classificadas como empresas rurais.

⁸² Tais atividades são usualmente instaladas em áreas urbanas, estimulando a migração para as cidades, seja pela oferta de oportunidades de trabalho, seja pela comodidade e conforto que se desenvolvem nas cidades, também resultantes de uma maior arrecadação de impostos e taxas, ou pelos efeitos sinérgicos de geração de outros empregos, fatores muito atrativos para os indivíduos que já não mais conseguiam manter-se sobrevivendo no campo.

⁸³ Diante da complexidade daquele cenário, os pequenos produtores que não conseguiram mais se inserir no novo sistema produtivo regional passaram a vender suas propriedades e emigraram para distintos destinos: parte deslocou-se para as áreas urbanas da própria região, parte migrou para novas áreas de fronteira – especialmente o Mato Grosso, Rondônia e Roraima –, parte deslocou-se para outras áreas do próprio Estado e parte emigrou para o interior do Estado de São Paulo e do Estado de Santa Catarina, tal como se pôde verificar no capítulo anterior.

regional de soja, trigo e outras culturas, que viram sua área plantada e produção se ampliarem e muito, dada a sua maior capacidade de inserção no mercado, vejamos.

Tabela 4.3: Evolução quinquenal da produção da soja e do trigo no Oeste do Paraná – 1970-2000

ANOS	SOJA				TRIGO			
	Área(ha)	Variação % quinquenal	Produção (t)	Variação % quinquenal	Área (ha)	Variação % quinquenal	Produção (t)	Variação % quinquenal
1970	195.000	-	228.230	-	92.100	-	81.363	-
1975	1.091.800	459,90	2.669.523	1069,66	324.741	252,60	180.529	121,88
1980	1.304.561	19,49	2.542.900	-4,74	1.013.446	212,08	1.028.130	469,51
1985	740.720	-43,22	1.429.807	-43,77	476.640	-52,97	1.040.354	1,19
1990	685.370	-7,47	1.474.051	3,09	492.928	3,42	277.394	-73,34
1995	693.112	1,13	1.929.996	30,93	305.420	-38,04	657.538	137,04
2000	759.612	9,59	1.947.650	0,91	211.591	-30,72	73.075	-88,89

Fonte: SEAB/DERAL/Governo do Estado do Paraná – Relatórios Anuais de Produção dos Núcleos Regionais da Secretaria de Abastecimento e Agricultura de Toledo e de Cascavel-2000

Assim, estas culturas passaram a ser as principais da base agrícola regional. Percebe-se então que, na região, houve de modo geral uma maior incorporação de áreas para o cultivo da soja⁸⁴ e do trigo, e, grosso modo, os dados apontam como a região respondeu de modo contundente à tecnificação no campo, em termos de produção e de área plantada dos produtos de exportação, cenário que propiciou um nível razoável de enriquecimento para a área mas que trouxe consigo também problemas sociais, tais como urbanização desordenada, êxodo rural e um volume elevado de emigração, observável na análise dos saldos migratórios da região no período como se pode ver abaixo:

Tabela 4.4: Saldos Migratórios Estimados para o Oeste do Paraná Segundo Situação do Domicílio e Sexo - 1970/80, 1980/90, 1990/2000.

Período	Urbano	Rural	Total
1970-1980	298.459	-354.638	-56.179
1980-1990	93.871	-293.925	-200.054
1990-2000	80.893	-156.401	-75.508

Fonte: Período 1970-80 e 1980-90 - Magalhães (2003, 85) e Período 1990-2000 - Ipardes (2004)

⁸⁴ Trintin (2001, p. 84), sobre este acontecimento na região argumenta que: “Os primeiros municípios que a plantaram (a soja) em maior escala no Estado foram: Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Paranavaí e Cambé [...] No entanto, sua expansão ocorreu de fato a partir de meados da década de 1970 [...], principalmente na sua região central, e no oeste [...] No período, as microrregiões que mais se destacavam na sua produção eram as microrregiões de Ponta Grossa, Toledo e Maringá”. O autor argumenta também que a diferença em relação ao crescimento do plantio desta oleaginosa na região, comparando-a com o Estado, se deve ao fato de que no Oeste a soja cresceu não apenas apoiada em termos de expansão de plantio, mas também, e muito, em intensidade e o volume de expansão. Nesse sentido, o Oeste do Paraná foi a área do Estado onde esse crescimento foi o mais rápido e expressivo.

Analisando-se a tabela, vê-se que, de 1970-80, a região apresentou um volume de emigração que resultou num saldo migratório negativo estimado em 56.179 pessoas, fato muito diferente de estimados 370.000 imigrantes a mais do que emigrantes. Na década seguinte, essa tendência de emigração na região manteve-se, porém os volumes de emigração tornaram-se ainda maiores, se comparados aos da imigração, e o saldo migratório estimado foi de aproximadamente 200.000 emigrantes a mais do que imigrantes; de 1990-2000, os volumes de emigrantes e de imigrantes na região caíram e muito, de tal modo que o saldo no período foi de aproximadamente -75.000 pessoas, mantendo-se assim a tendência de perdas de população da região.

Na verdade, os volumes, as quantidades de pessoas envolvidas nos processos migratórios da região diminuíram, e muito ao longo do período, provavelmente em função do surgimento de novas áreas de atração migratória – especialmente novas áreas de fronteira e novos núcleos urbanos economicamente mais atraentes, e isto repercutiu na manutenção da tendência de perdas de migrantes da área, mesmo que, como se pode perceber, as áreas urbanas tenham apresentado em todo o período, um saldo migratório positivo.

Há que se ressaltar porém, que este comportamento de áreas urbanas do Oeste do Paraná não foi o suficiente para reverter a tendência de perdas populacionais na região, pois os volumes da migração rural foram muito maiores que os urbanos, tanto que os saldos migratórios rurais no período sempre foram negativos e bem maiores que os urbanos. Percebe-se também que, a década onde os resultados foram mais negativos foi a de 1980, fato que, de certo modo, confirma nossas colocações anteriores, que indicam que na área foi nesse período que os efeitos da concentração fundiária e da acelerada tecnificação da produção rural transpareceram de modo evidente, impactando contundentemente no processo migratório e no desempenho demográfico regional.

Como, porém, os saldos migratórios nos dão apenas uma noção dos volumes envolvidos no processo e há a necessidade de se entender melhor o que ocorreu, principalmente em termos da intensidade dos acontecimentos migratórios na região, utilizaremos também do cálculo das Taxas Migratórias Líquidas Anuais - TMLs⁸⁵ da área, com a intenção de obter mais aspectos capazes de melhor nos esclarecerem o processo, pois, com os saldos, temos a noção do volume do processo e com as Tmls teremos a noção da intensidade do mesmo. Vejamos então a Tabela 4.5.

⁸⁵ A escolha de TMLs anuais deve-se ao fato de que assim estas podem ser comparadas com as taxas de crescimento demográfico já apresentadas no capítulo 3 do trabalho.

Tabela 4.5: Taxas de Migração Líquida Anual - Estimadas para o Oeste do Paraná Segundo Situação do Domicílio e Sexo - 1970/80, 1980/90, 1990/2000

Período	1970-1980	1980-1990	1990-2000
Urbano	6,16	1,34	0,87
Rural	-7,45	-9,77	-7,47
Total	-0,58	-1,20	-0,66

Fonte: Adaptação do autor a Magalhães (2003, 85) e Ipardes (2004 – Tabela 8 dos Anexos).

Na tabela vê-se que as Taxas Migratórias Líquidas Anuais apontam que a distribuição da população da regional corrobora o cenário de esvaziamento demográfico do rural, em oposição ao crescimento das áreas urbanas da região, pois, durante todo o período as taxas do setor urbano foram positivas e as do setor rural negativas.

Entretanto, a análise destas taxas permite ver que nos três períodos, o rural da área apresentou-se sempre com perdas de proporções muito expressivas, ao passo que o urbano, no primeiro espaço de tempo 1970-1980 apresentou um ganho expressivo, porém inferior às perdas do rural. Nos períodos seguintes os ganhos urbanos foram bem menores, em termos proporcionais do que as perdas rurais, porém estes ganhos urbanos passaram a ser muito mais significativos se considerarmos que a população urbana cresceu muito e a rural encolheu muito.

Pode-se perceber, então, que há, efetivamente, uma relação entre os saldos migratórios negativos, as taxas de migração líquidas, a concentração fundiária e a tecnificação da produção rural no Oeste do Paraná. Fato que pode ser visualizado quando se comparam as informações e se analisam os Gráficos 4.2 da concentração fundiária, a Tabela 4.4 dos saldos migratórios da área e a Tabela 4.6 a seguir, que apresenta o crescimento do parque de máquinas agrícolas na região.

Tabela 4.6: Números de arados, máquinas e tratores na região Oeste do Paraná nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995

Equipamento	ANOS		Var % 1975/80	1985	Var % 1980/85	1995	Var % 1985/95	Var % 1975/95
	1975	1980						
Arados (tração animal)	35.414	35.819	1,14	38.535	7,58	20.618	-46,50	-41,78
Arados (tração mecânica)	13.684	21.761	59,03	22.173	1,89	17.625	-20,51	28,80
Máquinas (plantio)		13.704	-	19.389	41,48	18.357	-5,32	
Máquinas (colheita)	5.968	9.064	51,88	5.235	-42,24	4.801	-8,29	-19,55
Tratores	10.216	16.247	59,03	20.667	27,21	31.986	54,77	213,10

Fonte: Censos Agropecuários – Paraná-IBGE – 1975, 1980, 1985, 1995.

Como se pode ver, a modernização da agricultura regional se confunde com a expansão da produção de *commodities* na área, pois, conforme foi crescendo a produção das mesmas, cresceu também a utilização de tecnologia na produção, principalmente daquela representada por máquinas de plantio e de colheita, bem como de tratores, três importantes equipamentos para

uma produção mais rápida e eficiente, mas que também geram um volume expressivo de desemprego no campo.

Isto é importante porque, segundo Ambercombie (1972)⁸⁶, em média, cerca de 19 trabalhadores eram substituídos por um trator em fazendas com tamanho entre 50 e 200 hectares de terra. Ele também aponta que a taxa de substituição entre máquinas e trabalhadores caía regularmente com o aumento do número de hectares cultivados, e que, era maior em cereais como o trigo, por exemplo.

Assim se, à guisa de exemplo, levarmos em consideração o crescimento do total de tratores na região, verificaremos que este valor se eleva concomitantemente à diminuição da população rural da área, e, se aprofundarmos nossa especulação sobre o assunto e multiplicarmos a diferença nominal do total de tratores na região entre 1975 e 1999 obteremos 21.770 equipamentos a mais entre um período e outro.

Multiplicando esta diferença por dezenove, número médio de trabalhadores substituídos no campo por trator, conforme sustenta Ambercombie (1972), obteremos um total estimado de mais de 416.000 trabalhadores desalojados da zona rural no período apenas em função da introdução de mais tratores nas áreas de produção rural da região. Ou seja, há uma clara ligação entre a modernização da produção agrícola do Oeste do Paraná e a emigração destas áreas.

Desta forma, uma análise mais aprofundada desta temática faz-se necessária, para organizar todas as informações e dados apresentados até o presente momento. Pois é evidente que a modernização da produção rural no Oeste do Paraná exerceu forte influência no comportamento demográfico da área, assim vejamos:

4.2 A Modernização da agricultura e o comportamento da PEA no Oeste do Paraná – rebatimentos migratórios.

Durante as últimas décadas do século XX, a região Oeste do Paraná viu a evolução da distribuição de sua população segundo situação de domicílio modificar-se completamente, tanto que conforme apontado anteriormente em 1970 aproximadamente 81,13% de seus estimados 768.000 habitantes tinha domicílio rural, coisa de aproximadamente 614.000 indivíduos e apenas

⁸⁶ Autor cujo estudo sobre a agricultura latino-americana permitiu observar, o impacto da mecanização sobre a absorção de mão-de-obra, e que aponta que o mesmo dependia do tamanho da fazenda; e que utilizando-se de dados referentes à Colômbia indica que a mecanização traz produtividade mas gera desemprego no campo.

19,87% nas áreas urbanas (154.000 pessoas) , e, em 2000, passou a ter apenas 18,40% de sua população (209.000 indivíduos) residindo em domicílios rurais e 81,60%, aproximadamente 930.000 pessoas nas áreas urbanas; modificação esta deveras contundente.

Isso é mais importante ainda, se considerarmos que a região parte de uma situação de produção agrícola intensiva no uso de mão-de-obra, notadamente familiar “simples e rústica”, para uma situação de produção intensiva em tecnologia com baixo uso de mão-de-obra⁸⁷, tal qual se pode verificar na Tabela 4.7. Isto se deu concomitantemente à disseminação e intensificação do uso de modernas tecnologias de plantio, manutenção e colheita, tal qual citado anteriormente, e que representou, ao longo do tempo, um importante fator condicionante do movimento migratório da região.

Discutindo cenário similar com referência ao país e especialmente alguns condicionantes da migração, Wood e Carvalho (1994) apontam que a mecanização da produção agrícola e seu comércio crescem, via de regra, de forma simultânea e que este fato rebate no comportamento demográfico de várias regiões do Brasil. Eles argumentam que deslocamentos populacionais de origem rural têm, como aspecto mais significativo, a redução da demanda de mão-de-obra permanente no campo, vez que, com a mecanização das fazendas, ocorre a substituição de grande parte dos empregados rurais permanentes, de arrendatários e de parceiros, por trabalhadores assalariados temporários; intensificou-se, assim, o uso da tecnologia e alterou-se o sistema de produção, tornando-o mais independente da mão-de-obra em sua execução⁸⁸.

Diante deste contexto, percebe-se que a região reflete este tipo de situação, pois dados indicam, tal qual apontado por Câmara (1985) e Piffer (1997), entre outros, que a região vivenciou uma brutal redução da agricultura familiar e do seu volume total de trabalhadores no campo, vez que o padrão produtivo regional e a mercantilização dos produtos agrícolas reduziram em muito as possibilidades de inserção da produção familiar anteriormente existente.

No Oeste do Paraná, observa-se que o crescimento da produção agrícola regional teve uma forte expansão nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, não ocorreu ali uma equivalente elevação da ocupação de novas áreas da região; e nem uma elevação da população rural ou da população economicamente ativa do setor primário regional. Isso coincide com o período no qual

⁸⁷ Neste caso a mão-de-obra utilizada no campo, via de regra ainda é menos qualificada que a urbana, porém é muito mais qualificada se comparada com a que era utilizada no início da década de 1970. (Rippel, 2005a).

⁸⁸ Nesta discussão utilizam-se dos trabalhos de Ambercombie (1972) e mediante o uso deste referencial aplicado para uma análise do Brasil, indicam que esse processo (tecnologia no campo x exclusão de trabalhadores rurais), no país foi e ainda é presente. A guiza de exemplo, aponta que ,na cultura de batatas, a introdução de maquinário reduzia em média 6,0% e 19,0 % as necessidades de mão-de-obra, já na cultura do trigo essa redução podia atingir de 50,0% a 90,0% dessa necessidade.

o Estatuto do trabalhador Rural do Brasil (o dito Estatuto da Terra), da 1962, passou a ser aplicado com maior rigor no país, ocorrência esta que também se refletiu na região. Esta realidade, agregada ao cenário das profundas modificações do campo nacional, reduziu em muito a população economicamente ativa presente no setor agrícola do Oeste do Paraná, tal como se pode verificar na Tabela 4.7, a seguir.

Como se pode observar ali, o comportamento da PEA regional no período 1970-2000 indica que, em 1970, ela totalizava aproximadamente 266.000 indivíduos, ou 35,46% do total da população regional. Destes 78,80% trabalhavam no setor primário, o que significa que a maior parte das atividades econômicas do Oeste do Paraná no período concentravam-se neste setor.

Gradativamente esse cenário se alterou, tanto que, em 1980, do total da PEA regional, estimada em aproximadamente 341.000 indivíduos (35,53% do total da população da área), 46,96% trabalhavam no setor primário. Isso significa que o setor primário regional teve sua participação no que se refere à absorção de força de trabalho reduzida e muito, vez que, de 1971 a 1980, esse setor da economia em termos da PEA ocupada encolheu 2,68% ao ano.

Esse fato porém é o oposto ao que ocorreu com o desempenho econômico do setor da prestação de serviços, que cresceu ainda mais em termos de participação no PIB regional.

Entretanto, isto também não implica afirmar que o setor primário perdeu sua posição de ramo da economia mais importante da área, em termos de absorção da PEA. Significa isso sim, que o mesmo se ajustou a um novo cenário produtivo quando comparado à situação de dez anos antes⁸⁹.

Na verdade no período ocorreu um acelerado crescimento da PEA dos outros setores da economia regional, tais como: o da prestação de serviços, que passou a representar 13,93% do total da população regional; o de atividades industriais, que alcançou 12,60% do total; o do comércio de mercadorias, que atingiu 13,60%; e o do setor das atividades sociais, que cresceu 12,65% ao ano no período. Já em 1991, o cenário novamente se alterou. O setor primário mais uma vez encolheu, tanto em termos absolutos quanto em relativos, passando a 30,23% do total da PEA e aproximadamente 12,17% da população regional cedendo novamente espaço para atividades econômicas mais urbanas.

⁸⁹ Segundo Rippel (1995) e Piffer (1997), nesse período o valor agregado regional de origem primária se expandiu, especialmente em função da especialização da produção agropecuária e dos ganhos de produtividade obtidos, contudo tal expansão foi muito menor do que as dos demais setores da economia da área.

Tabela 4.7: Oeste Paranaense - População Economicamente Ativa - PEA por Setor da Economia de 1970 a 2000, dados censitários e taxas de crescimento anuais

Setor de Atividade Econômica	PEA 1970	% sobre Pop.Tota l da região em 1970	% sobre PEA Regional em 1970	PEA 1980	% sobre Pop.Tota l da região em 1980	% sobre PEA Regional em 1980	Taxa de Crescto. anual de 1971-80	PEA 1991	% sobre Pop.Tota l da região em 1991	% sobre PEA Regional em 1991	Taxa de Crescto. anual de 1981-91	PEA 2000	% sobre Pop.Tota l da região em 2000	% sobre PEA Regional em 2000	Taxa de Crescto. anual 1991-00	Taxa de Crescto. anual de 1970-00
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	210.254	27,94	78,80	160.301	16,69	46,96	-2,68	123.604	12,17	30,23	-2,34	102693	9,02	20,76	-2,04	-2,36
Prestação de Serviços	12.144	1,61	4,55	47.535	4,95	13,93	14,62	87.634	8,63	21,44	5,72	47761	4,19	9,65	-6,52	4,67
Transportes, comunicações	4.861	0,65	1,82	11.642	1,21	3,41	9,13	15.215	1,50	3,72	2,46	30172	2,65	6,10	7,90	6,27
Atividades Industriais	16.661	2,21	6,24	54.593	5,68	15,99	12,60	67.977	6,69	16,63	2,01	93004	8,17	18,80	3,54	5,90
Comércio de Mercadorias	10.170	1,35	3,81	36.397	3,79	10,66	13,60	64.860	6,38	15,86	5,39	120101	8,17	24,28	7,09	8,58
Atividades Sociais	4.637	0,62	1,74	15.254	1,59	4,47	12,65	27.403	2,70	6,70	5,47	29152	2,56	5,89	0,69	6,32
Administração Pública	3.221	0,43	1,21	7.845	0,82	2,30	9,31	13.458	1,32	3,29	5,03	22787	2,00	4,61	6,03	6,74
Outras Atividades	4.876	0,65	1,83	7.769	0,81	2,28	4,77	8.680	0,85	2,12	1,01	49047	4,31	9,91	21,22	8,00
Total	266.824	35,46	100,00	341.336	35,53	100,00		408.831	40,24	100,00		494717	41,07	100,00		

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos Brasileiros 1970, 1980, 1991 e 2000

De fato os demais setores econômicos passaram a representar 69,77% da PEA, sendo que os anteriormente apontados, como os mais importantes por essa inversão, mantiveram-se na liderança em termos de crescimento, fato este que ocorreu concomitantemente a um novo decréscimo do setor primário da economia regional, que perdeu de 2,34% de população ao ano no período.

Em 2000, esse panorama mais uma vez se transformou, porém manteve-se a tendência de queda da participação do setor primário na PEA regional, redução esta que atingiu aproximadamente 30,23% no período, saindo de um valor aproximado de 123.604 indivíduos em 1991 para 102.693, perfazendo apenas 20,76% da PEA total e 9,02% da população total regional. No processo manteve-se a tendência de expansão dos outros setores da economia regional. Vê-se, então, que a região passou a apresentar efetivamente um perfil efetivamente mais urbano em termos de PEA, pois a maior parte desta, em 2000, desenvolvia atividades econômicas que, via de regra, têm um caráter mais urbano⁹⁰.

Há aqui, então, uma situação contraditória; pois, apesar de ter sua representatividade em termos de participação no total da PEA e no total da população diminuída, no valor econômico agregado anual da área a participação do setor primário cresceu. Infere-se então, que essa aparente contradição é resultante da reorganização da produção regional, reorganização que já foi previamente explanada e que resultou, de um lado, no expressivo crescimento da produtividade rural e, de outro, em dois “efeitos colaterais”: um do aumento do desemprego no campo e outro da redução dos espaços territoriais disponíveis para os pequenos e mini produtores rurais, fato que levou a grande maioria destes a emigrar.

A isso se soma o crescimento das áreas urbanas da região e a consolidação das principais cidades da área como pólos regionais – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, tal como se pôde verificar no capítulo anterior, acompanhadas nesse processo pelo surgimento de diversas

⁹⁰ Como de pode verificar, nesse período ocorreu um elevado crescimento do setor econômico das atividades industriais da região, pois esse passou a absorver 18,80% da PEA da área em 2000, contra 6,24% em 1970; outro setor que também se expandiu e muito foi o do comércio de mercadorias cuja participação elevou-se para 24,28% do total, contra 3,81% em 1970. Deste modo, considerando-se o período todo, vê-se que a participação da PEA do setor primário do Oeste do Paraná no total geral da PEA da área, de 1970 para 2000 apresentou um decréscimo anual da ordem de 2,26% a.a., e que, nos demais setores da economia regional, ocorreu um expressivo crescimento, facilmente visualizável na tabela. E considerando-se também a análise da participação da PEA do setor primário da região no total da população da área, novamente o que se observa é uma grande redução, pois essa população, que em 1970 representava 27,94% do total geral da população regional, chega a 2000 com apenas 9,02% do total, sendo que todos os demais setores da economia do Oeste-paranaense se expandiram e apresentaram crescimento.

outras cidades menores, que absorveram uma importante parte dos emigrados do campo, e temos, então uma região totalmente reorganizada, onde a população urbana e as atividades econômicas deste espaço passam a representar a maioria da região.

Há que se destacar a participação, nessa transformação, de um outro evento deveras significativo, qual seja a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que interferiu de modo decisivo na região, transformando, de maneira contundente, a composição do espaço e da distribuição populacional da região. Segundo argumentação apresentada no trabalho *Redes Urbanas Regionais* uma publicação conjunta do IPEA /IBGE /UNICAMP /IPARDES (2000), a modernização da produção agrícola regional e a construção da hidrelétrica originaram um forte eixo de aglomeração urbana na área integrando Toledo / Cascavel / Foz do Iguaçu.

Com características distintas do restante dos eixos urbanos do Estado, essa aglomeração, polarizada por Cascavel, que juntamente com Toledo, forma a maior área produtora de grãos, suínos e aves do Estado, se desenvolve atualmente em torno da produção agroindustrial.. Adicionalmente, Foz do Iguaçu distingue-se como pólo turístico e centro comercial de fronteira, conformando, juntamente com Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazu na Argentina uma aglomeração urbana de caráter internacional. (IPEA, 2000).

Mediante isto, o volume de trabalhadores rurais permanentes da área, que já sofrera queda entre 1970/80, teve sua importância como componente do total da força de trabalho regional diminuída ainda mais durante as décadas de 1980/90. Essa proletarianização dos trabalhadores rurais resultou no surgimento de um contingente de trabalhadores sem terra, conhecidos como "bóias-frias", que vivem nas áreas urbanas e que trabalham no campo durante as épocas de pico da demanda por mão-de-obra, principalmente durante as colheitas. Quando a demanda cai, esses trabalhadores reingressam no setor informal das cidades, tal como apontado por Mellos (1988).

Como se pode verificar, muitos dos indivíduos economicamente ativos da região, em função destas transformações da área no período, foram empurrados para fora e emigraram do campo, muitos deles para os núcleos urbanos da região. Como porém, não detinham habilidades produtivas e de formação pessoal capazes de inseri-los prontamente em outros setores da economia, principalmente o secundário e o terciário, que são os mais importantes em áreas urbanas, passaram então a se ocupar com funções de baixa qualificação e remuneração, pois não conseguiram efetivamente se inserir no sistema produtivo urbano e passam a trabalhar como

autônomos, fazendo pequenos trabalhos manuais, e muitos deles foram absorvidos pela categoria “trabalhador agrícola volante”, que corresponde ao que usualmente denominamos bóia-fria⁹¹.

Com o tempo e a maior integração da economia regional ao cenário nacional e internacional, esse processo se acirrou, tanto que, como se pode verificar anteriormente, ocorreu na área uma forte reconcentração fundiária. Além do que, o binômio da soja e do trigo na área passou a sofrer grande influência do que sucedia com estes produtos no mercado internacional, revelando a grande dependência da região em relação a estes produtos, tornando o cenário da economia regional ainda mais frágil às oscilações dessas *commodities* nas bolsas de mercadorias e futuros, obrigando os produtores rurais a procurarem cada vez mais aumentar sua produtividade, e isto deu-se em termos de implementação de tecnologia.

Isso levou parte dos produtores rurais da área a produzir outras culturas, as quais funcionaram como fatores de apoio à sua manutenção na atividade agrícola – caso da mandioca e do milho, da piscicultura e da pecuária moderna, levando-os a produzir suínos e aves em larga escala, apoiados num sistema de integração com as empresas abatedoras⁹².

Entretanto, nem este tipo de opção se revelou eficiente na contenção da evasão do campo regional, pois os empregos ali gerados não apresentaram suficiente capacidade de absorver os excluídos. Mediante esta realidade, vê-se que os sistemas de produção agropecuária do Oeste do Paraná são, de modo geral, repulsores de população, ou seja, sua maior característica reside na incapacidade que apresentam de se desenvolverem e modernizarem preservando os empregos rurais, mantendo os indivíduos diretamente envolvidos presentes e participantes no

⁹¹ Segundo Coodman e Redclift (1977) *apud* Wood e Carvalho (1994), no novo panorama produtivo agrícola, os "bóias-frias" representam um novo tipo de trabalhador, altamente móvel entre os mercados de trabalho urbano e rural, e muito embora os dados sobre o número de "bóias-frias" sejam fragmentados, há um consenso geral de que no Sul do Brasil este tipo de emprego temporário esteja crescendo à custa dos trabalhadores residentes das várias formas de arrendamento. Há que se destacar que essa classe trabalhadora que já foi analisada por diversos pesquisadores, que a enfocaram em diversos cenários e assumem ser ela importante elemento de análise, no presente trabalho não é objeto específico de análise.

⁹² Nesse processo, a busca da integração do produtor com a agroindústria privada ou mesmo de origem cooperativa, aparece na região como uma oportunidade de sobrevivência e de sua manutenção no campo. Isso acontece via de regra com a produção de suínos e de aves. Porém, o que ocorre é que a renda suplementar, derivada deste regime de produção, trabalho de parceria, e em alguns casos assalariado de tempo parcial, com frequência, contribui para a sobrevivência dos produtores camponeses que poderiam, de outra forma, ser forçados a abandonar suas pequenas propriedades; porém nem esse tipo de iniciativa tem força suficiente para fixar os pequenos produtores e demais trabalhadores no campo. E existe uma outra face do processo, qual seja a de que os agricultores nessa situação ficam de certo modo dependentes das agroindústrias do setor e devem fornecer apenas para elas, submetendo-se a situações de controle da produção muito rígidas, muitas vezes injustas, o que faz com que diversos, apesar de estarem inseridos neste sistema, também busquem emigrar.

processo⁹³. Nesse cenário, percebe-se outro fato, o de que a industrialização da produção agrícola apresenta duas tendências contraditórias, uma que tende a dissolver e a outra que tende a conservar as pequenas propriedades rurais, fato que tem sido objeto de muito debate.

Após o exposto no presente capítulo, percebe-se que não se pode entender a dinâmica demográfica do Oeste do Paraná sem uma análise detalhada sobre os processos migratórios que envolvem esta área. Tais processos, como se demonstrou, ainda detêm forte relação com o que acontece com a população rural e mesmo com o próprio campo regional.

Essa compreensão do processo na região é parte da percepção do que ali ocorreu. Para tanto reportamo-nos à abordagem elaborada por Wood e Carvalho (1994), que, analisando um cenário semelhante, porém aplicada ao país como um todo, procuraram retratar alguns dos principais mecanismos através dos quais a comercialização e a mecanização da produção agrícola redundaram na emigração rural.

Mediante a argumentação destes autores, as informações que apresentamos e o diagrama que propomos no referencial teórico, argumenta-se que as transformações ocorridas na agricultura da região levaram à emigração rural e constituíram-se em um fator fundamental para as grandes mudanças demográficas que a região vivenciou, pois os principais fatores econômicos atuantes no processo efetivamente geraram conseqüências demográficas importantes, que têm como principal decorrência, a emigração rural, que, como se viu, na região foi muito expressiva.

Tais acontecimentos, contudo, foram motivados, via de regra, por seis fatores que atuaram nessa direção. O primeiro deles, a mecanização da produção, imposta pela adoção de novas culturas intensivas em tecnologia, resultou na drástica queda da demanda de trabalhadores agrícolas, sejam eles proprietário, parceiros ou arrendatários.

O segundo: a mercantilização da agricultura, muito embora não possa ser julgada fenômeno novo no país, o foi na região, e resultou, de modo evidente, na utilização de métodos intensivos em capital para a produção de culturas para a exportação na busca de *commodities* e penetração crescente da economia de mercado nas zonas rurais da área. Esta postura tem dois motivos, primeiro a busca de rentabilidade das culturas de exportação, e a segunda, porque os

⁹³ É importante notar, contudo, que os "fatores de mudança" não levam invariavelmente à dissolução das pequenas propriedades, dos contratos de arrendamento e de parceria e até à emigração. Ao contrário, o uso crescente de mão-de-obra assalariado sazonal por grandes estabelecimentos agrícolas comerciais oferece, em muitos casos, trabalho a pequenos detentores de terra semi-proletarizados, porém fez eclodir, em boa parte da região Oeste do Paraná, uma massa de trabalhadores rurais informais sem nenhuma ou quase nenhuma qualificação para as ocupações urbanas, "os bóias-frias".

governos têm, nestas culturas e nas cadeias produtivas delas advindas, uma importante fonte de receita tributária.

O terceiro e quarto fatores atuaram em conjunto; quais sejam a inflação e a elevada valorização das terras da área, pois a terra, em momentos de alta inflação, é muito atraente como reserva de valor e investimento, tanto que diversos autores apontam esse fenômeno. No Oeste do Paraná, a demanda crescente por áreas produtivas inflacionou ainda mais o preço das propriedades rurais da região, isso agregado ao fato de que o solo da área, segundo Rippel (1995) e Piffer (1997), um dos mais férteis do país, fez com que o preço do hectare na região disparasse, estimulando que os emprestadores de dinheiro executassem hipotecas levando a que os pequenos proprietário endividados vendessem suas terras⁹⁴, o que leva a uma concentração ainda maior das propriedades.

O quinto fator, as políticas creditícias, que atuam, na verdade, em conjunto com os demais fatores, pois o amparo que deveria vir do crédito agrícola para os pequenos não veio, ou não lhes foi permitido o acesso. Isso, por si só, é uma grande incongruência; vez que no Brasil a maior parte deste tipo de crédito, segundo Wood e Carvalho (1994), originou-se no Banco do Brasil e deveria priorizar o desenvolvimento econômico e social do país. Porém, na verdade, o que se viu é que o banco direcionou suas linhas de financiamento⁹⁵ para os estabelecimentos agrícolas maiores e mais eficientes, em detrimento dos menores, dificultando ainda mais a manutenção dos pequenos proprietários no campo.

O sexto fator: a concentração da propriedade da terra, resulta da ação de todos os outros fatores, e, apesar do fato de que no Oeste do Paraná não se pode dizer que as áreas estejam monopolizadas por uma minoria, percebe-se que ali ocorreu um movimento contrário ao do início da colonização da área, que, como se viu deu-se apoiada em pequenas propriedades de 0 a 10 hectares, que, até 1975, eram responsáveis pelo uso de mais de 55% das terras da região. Como o novo cenário produtivo não lhes foi favorável e como tais propriedades dificilmente conseguiam manterem-se rentáveis frente à adoção do binômio produtivo da soja e do trigo como principais culturas da área, o que se viu foi uma reconcentração, principalmente nas médias propriedades

⁹⁴ Nesse cenário, outra face perversa do processo se fez presente, quando se percebe que na média o preço pago pelos produtos crescia sempre de modo inferior a expansão dos insumos, inviabilizando cada vez mais a produção das pequenas propriedades que não conseguiam alcançar uma escala de produção mais eficiente.

⁹⁵ Linhas estas normalmente oferecidas à atividade agrícola no período das décadas de 1960, 1970 e 1980 a taxas de juros reais negativas, altamente subsidiadas.

cujos tamanhos vão de 10 até 100 hectares e que, atualmente, respondem por aproximadamente 60% das terras da região, enquanto que as pequenas passaram a responder por apenas aproximadamente 36%.

Isso indica claramente uma perda de representatividade territorial, econômica e produtiva das pequenas propriedades no período, perda que, agregada ao desemprego rural gerado pela mecanização, provocou na área uma forte emigração rural, levando claramente ao novo cenário demográfico da região que passa de rural para urbano, que leva ao surgimento de diversos fluxos migratórios, que serão objeto de análise posterior.

Vê-se desta forma que, na região, suas características agrícolas tiveram e ainda têm muita influência no comportamento migratório e na dinâmica demográfica dos indivíduos, de tal modo que o processo que inicialmente é detentor de um cenário de imigração para a área, especialmente de imigração de origem rural com destino rural e que nas décadas de 1950, 1960 e parte de 1970 é ainda pautado por um número maior de imigrantes do que emigrantes, passa a ser de emigrantes, que exercem muitas vezes um itinerário rural-urbano. Assim, reportando-nos a Pacheco (1992), que analisa cenário similar, porém nacional, vemos que:

"Ainda que as migrações inter-regionais reflitam processos complexos, com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que gradativamente vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano, seus determinantes estruturais podem ser entendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desemprego econômico das cidades de cada região. Em grande parte a expulsão do campo foi consequência da concentração da estrutura fundiária" (Pacheco, 1992, p. 24).

Diante deste novo cenário regional, o próximo capítulo discute os principais fluxos migratórios vivenciados pela região de 1970 a 2000, para que o processo de análise da dinâmica populacional da região se torne ainda mais claro.

V - OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO OESTE DO PARANÁ E A DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL DE 1970 A 2000

Mediante o apontado até agora, percebe-se que o Oeste do Paraná iniciou a mudança de sua base produtiva impulsionado pelo cenário econômico nacional e pelas políticas estatais que atuavam, via incentivos, à modernização agropecuária e pela integração da região aos mercados interno e externo, concomitantemente à ação das colonizadoras privadas e dos produtores, que foram agentes e alvos destas transformações. Nesse processo, as décadas de 1970 e 1980 foram fundamentais para o desenvolvimento e o comportamento demográfico da região.

Assim, na década de 1970, a área, que ainda era palco da ampliação de fronteiras agrícolas, viu-se envolvida num processo de forte atração de indivíduos, o que repercutiu na expansão do total da população regional e que permitiu à área, tal como apontado anteriormente⁹⁶, ser considerada como uma das novas fronteiras do país.

Porém se, durante os anos 1970, a região ainda atraía muitos imigrantes, na seguinte o cenário foi outro, vez que foi observada ali uma forte redução da imigração, pois, no período, o local já não podia contar com o efeito sinérgico e cumulativo dos investimentos realizados durante a década de 1960. Com efeito os anos 70 é que possibilitaram a região ser um dos principais locais de destinos de migrantes dentro do Estado.

Já durante o transcorrer da década de 1980 o cenário econômico demográfico do Estado e, em especial, o da região, transformou-se. Segundo Câmara (1985) e Piffer (1997), o Oeste do Paraná vivenciou a mutação econômica que as outras regiões do Estado e do país já haviam sofrido na década anterior, qual seja, a do esgotamento da fronteira territorial, fato agregado a uma grande transformação do padrão de produção no campo.

Analisando questões similares, porém relativas à transformação da agricultura e seus impactos nos movimentos migratórios no Centro-Oeste brasileiro, Cunha (2002) aponta que:

“Como efeito da nova dinâmica da agricultura, as parcerias agrícolas e os pequenos arrendamentos foram muitas vezes dissolvidos. Mesmo na condição de proprietários rurais, não havia trabalho suficiente para todos empregar. O resultado foi que uma grande parcela da população rural dessa região viu-se na contingência de migrar”. (Cunha, 2002, p.15).

⁹⁶ Vide os estudos do IBGE (1973) e do IPARDES (1983b).

De modo que boa parte dos pequenos produtores rurais da região e do Estado, sejam eles agregados, arrendatários ou proprietários, precisaram abandonar o campo com o intuito de conseguirem trabalho em outro local ou noutra cenário econômico. Diante disto, percebe-se que a problemática migratória paranaense constitui-se numa das partes dos ajustes exigidos pelo desenvolvimento recente na estrutura produtiva, fundiária e da força de trabalho rural no Estado e na região. Cabe precisar agora a abrangência desse processo e a vulnerabilidade dos segmentos sociais Assim, vê-se que:

“A modernização do campo paranaense, embora possa ser entendida como movimento muito forte e geral, ainda apresenta muita desigualdade. Em boa parte essa desigualdade reflete no próprio nível do desenvolvimento tecnológico. Para alguns produtos, o suporte para a disseminação de insumos modernos, novas práticas agrícolas e para a mecanização já estava resolvido mesmo antes de 1970, para outros a década de 70 acelerou o processo, [...] Para grande parcela de pequenos proprietários que não tiveram acesso ao crédito rural, a deterioração de suas unidades de produção foi patente, pois, não conseguindo incorporar o progresso técnico, não conseguiram reunir condições para competir com aqueles que o fizeram. Seus produtos perderam mercado, e passaram a depender da rede de intermediação que se formou para dar suporte ao crescimento dos negócios da agricultura, rebaixando muito os preços recebidos, deixando de remunerá-los adequadamente”. (IPARDES, 1983a, p. 13-18).

A respeito destas motivações, Martine (1978) sustenta que os deslocamentos geográficos da população têm motivação subjetiva que varia de indivíduo para indivíduo, mas que geralmente ocorre, quando estas pessoas buscam a elevação de sua qualidade de vida.

“Os deslocamentos geográficos da população, nas suas dimensões e características, são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação setorial e espacial de recursos e pela conseqüente distribuição desigual das oportunidades econômicas. Ao nível de grupos e indivíduos, esta perspectiva é correspondida pela evidência empírica de que a busca de emprego e de melhor renda constitui a motivação principal para migrar” (Martine, 1978, p. 51).

Dado o acelerado crescimento urbano do Oeste do Paraná de 1970 a 2000, pressupõe-se que os movimentos de imigração realizados na região foram, em sua grande maioria, para as áreas urbanas, pois os valores de participação absoluta da população urbana na região cresceram de modo vertiginoso na área nesse período. Isto é perceptível na Tabela 5.1, a seguir.

Tabela 5.1: Dezesete Maiores Municípios e Região Oeste do Paraná - População Urbana e Rural em 1970, 1980, 1991 e 2000

Municípios	População em 1970					População em 1980					População em 1991					População em 2000				
	Urb 70	%	Rur 70	%	Tot 70	Urb 80	%	Rur 80	%	Tot 80	Urb 91	%	Rur 91	%	Tot 91	Urb 00	%	Rur 00	%	Tot 00
Assis Chateaubriand	9.915	15,42	54.365	84,58	64.280	23.810	53,47	20.718	46,53	44.528	28.828	72,61	10.872	27,39	39.700	27.052	81,20	6.265	18,80	33.317
Capitão Leônidas Marques	2.110	12,06	15.385	87,94	17.495	7.092	23,62	22.928	76,38	30.020	7.772	43,60	10.053	56,40	17.825	9.753	67,84	4.624	32,16	14.377
Cascavel	34.331	41,26	48.878	58,74	83.209	102.103	83,29	20.481	16,71	122.584	177.668	92,11	15.216	7,89	192.884	228.673	93,20	16.696	6,80	245.369
Catanduvas	773	6,90	10.434	93,10	11.207	3.575	24,27	11.158	75,73	14.733	3.710	37,85	6.092	62,15	9.802	4.944	47,44	5.477	52,56	10.421
Céu Azul	2.504	19,35	10.436	80,65	12.940	5.467	47,54	6.033	52,46	11.500	5.820	55,05	4.753	44,95	10.573	7.197	68,90	3.248	31,10	10.445
Corbélia	2.985	7,52	36.687	92,48	39.672	11.968	41,68	16.749	58,32	28.717	13.923	61,06	8.880	38,94	22.803	12.542	79,36	3.261	20,64	15.803
Formosa do Oeste	4.491	10,14	39.787	89,86	44.278	10.063	27,95	25.937	72,05	36.000	7.182	47,43	7.961	52,57	15.143	5.030	57,45	3.725	42,55	8.755
Foz do Iguaçu	18.864	67,23	9.196	32,77	28.060	93.542	74,96	31.247	25,04	124.789	186.362	98,03	3.753	1,97	190.115	256.524	99,22	2.019	0,78	258.543
Guaíra	11.219	34,13	21.656	65,87	32.875	19.578	67,12	9.591	32,88	29.169	22.757	75,93	7.214	24,07	29.971	24.878	86,81	3.781	13,19	28.659
Marechal Cândido Rondon	7.189	16,42	36.587	83,58	43.776	25.076	44,61	31.134	55,39	56.210	26.425	53,56	22.916	46,44	49.341	31.246	76,20	9.761	23,80	41.007
Matelândia	2.651	10,79	21.910	89,21	24.561	8.573	33,63	16.922	66,37	25.495	10.382	59,90	6.950	40,10	17.332	10.151	70,77	4.193	29,23	14.344
Medianeira	6.756	32,11	14.287	67,89	21.043	22.192	60,35	14.578	39,65	36.770	29.538	76,47	9.091	23,53	38.629	33.246	87,89	4.581	12,11	37.827
Nova Aurora	2.845	9,30	27.743	90,70	30.588	6.335	34,45	12.054	65,55	18.389	8.359	53,98	7.127	46,02	15.486	9.061	66,42	4.580	33,58	13.641
Palotina	5.252	12,21	37.753	87,79	43.005	12.843	45,47	15.405	54,53	28.248	19.658	64,22	10.952	35,78	30.610	20.740	80,48	5.031	19,52	25.771
Santa Helena	2.082	7,76	24.752	92,24	26.834	5.416	21,45	19.830	78,55	25.246	6.500	34,48	12.350	65,52	18.850	9.818	47,91	10.673	52,09	20.491
São Miguel do Iguaçu	2.178	8,63	23.064	91,37	25.242	7.881	23,01	26.366	76,99	34.247	10.908	43,92	13.930	56,08	24.838	14.260	58,37	10.172	41,63	24.432
Terra Roxa	6.310	16,50	31.927	83,50	38.237	10.696	42,42	14.519	57,58	25.215	11.787	59,51	8.019	40,49	19.806	11.042	67,74	5.258	32,26	16.300
Toledo	12.558	22,58	43.049	77,42	55.607	40.251	54,95	33.002	45,05	73.253	72.380	76,30	22.477	23,70	94.857	85.920	87,49	12.280	12,51	98.200
Subtotal	135.013	21,00	507.896	79,00	642.909	416.461	54,43	348.652	45,57	765.113	649.959	77,51	188.606	22,49	838.565	802.077	87,40	115.625	12,60	917.702
Total Regional	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432	484.504	50,43	476.225	49,57	960.729	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929	929.092	81,60	209.490	18,40	1.138.582

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 Tabulações Especiais do Nepe / Unicamp - 2004

Na tabela são listados os municípios demograficamente mais representativos da região. Pode-se perceber como, em cada um deles, o cenário demográfico das áreas urbanas se expandiu e o das áreas rurais encolheu. Como se vê, ali estão listados 17 dos cinquenta municípios da região, pois são eles que concentram a maior parte do total da população regional no período.

Isso permite afirmar que foram eles que conduziram a maior parte do comportamento demográfico da região, dados os seus expressivos volumes de população total, de população migrante. Refinando-se ainda mais a análise, pode-se também perceber que três deles, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, condensaram, ao longo do período, mais de 40% do total da população regional, seja em seu valor total absoluto no total da população rural, ou mesmo no total da população urbana.

A Tabela 5.1 evidencia ainda que a população total da região cresceu 51,18% no intervalo de 30 anos compreendidos pelas décadas de 1970, 1980 e 1990, e que, nesse período, a população urbana cresceu 620,92% e a população rural decresceu 65,30%. Uma das hipóteses, para que esses fatos tenham ocorrido, refere-se a do expressivo crescimento da produção rural da região, que foi resultante, de maneira geral, da elevação do padrão tecnológico de produção agropecuária da área, por meio da produção de mercadorias voltadas para o mercado externo – *commodities* exportáveis, de alto valor intrínseco, caso da soja –, no período. Vejamos então o processo, detalhadamente na busca de respostas.

5.1. Os movimentos migratórios do Oeste do Paraná de 1970-2000: Explicações Gerais

Com o intuito de se obter uma maior compreensão das diversas nuances que cercam a migração e o desenvolvimento do Oeste do Paraná e de seus desdobramentos, apresentar-se-ão os principais movimentos migratórios da área e seus impactos nos municípios mais importantes da região em três modalidades diferentes: a) movimentos migratórios interestaduais, b) movimentos migratórios intra-estaduais e c) movimento migratórios intra-regionais.

Há que se fazer um destaque aqui, o de que a migração de retorno ao Oeste do Estado do Paraná não será abordada na análise a ser desenvolvida, dado o fato de que na área não ocorreu, pelo menos até o censo de 2000, um volume expressivo deste tipo de movimento migratório, já

que os retornos à região quando ocorreram, atingiram um máximo estimado, em torno de 4%, do total dos movimentos migratórios da área.

Assim, levando-se em consideração o que é possível realizar com os dados sobre migração dos Censos de 1980, 1991 e 2000, utilizou-se de uma periodização quinquenal nos seguintes termos 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000; tal procedimento foi adotado por causa das restrições impostas à análise principalmente pelo Censo de 2000, pois nele as informações migratórias disponíveis ali são do tipo Data Fixa e quinquenais.

Este constrangimento à análise contudo não nos impede de tentar compatibilizar ainda as informações censitárias sobre migração nos últimos censos, portanto utilizou-se no censo de 2000 e de 1991 da informação do tipo data fixa; e como o censo de 1980 não disponibiliza este tipo de informação de migração, buscou-se uma informação comparável aplicando-se um filtro aos dados do tipo: Tempo de residência menor do que cinco anos⁹⁷; procedimento similar ao utilizado por Brito, Garcia e Souza (2004)⁹⁸.

Assim dados estes fatos e o de que o censo de 1991 contempla os dois tipos de quesitos sobre migração, optou-se pela seqüência última-etapa, data fixa, data fixa; mesmo sabendo dos problemas inerentes a ela. Pois, apesar dos problemas dessa opção, quando comparados entre si, estes dados permitem perceber as tendências em termos de fluxos migratórios na região de forma mais evidente. Claro que não estão sendo desconsideradas as limitações dessa escolha, mas como é deveras importante trabalhar com um período maior para observar às mudanças ocorridas, dado todo o panorama da região que previamente já apontamos, utilizamos a mesma.

⁹⁷ Para maiores informações *vide* Ribeiro, Carvalho e Wong, (1996) e Rigotti (1999).

⁹⁸ Os autores utilizam este procedimento em função de que no censo de 1980 é possível apenas obter a informação migratória tipo “última etapa”; no censo de 1991 existe a informação de “última etapa” e a informação do tipo “data fixa” e já no censo de 2000 existe apenas a informação “data fixa”. Segundo Carvalho *et al.* (2000) – o quesito “data fixa” de informações migratórias, indaga às pessoas de cinco ou mais anos de idade e que tenham declarado residir há menos de dez anos no município que indiquem o nome do município ou UF, ou país estrangeiro, em que residiam numa data fixa cinco anos antes, no caso do censo demográfico brasileiro de 1991 em 1º. de setembro de 1986. Desta forma os migrantes de “data fixa” são aqueles indivíduos que em uma determinada data, residiam em localidade diferente da que residem na data de referência do Censo. Já o quesito “última etapa” pede aos indivíduos com menos de dez anos de residência no município, que apontem o município e UF, ou país estrangeiro, em que moravam antes de se mudarem para o município de residência na data do censo em questão. Assim, de 1975-1980 utilizou-se da informação do migrante com tempo de residência menor do que cinco anos; e para os períodos de 1986-1991 e 1995-2000 fez-se uso da informação de “data fixa”.

Vejamos então agora inicialmente a análise da migração interestadual da região, depois, logo a seguir, faremos a análise da migração intra-estadual e intra-regional, sempre respeitando os períodos selecionados para uso.

5.2. Migração Interestadual do Oeste do Paraná – 1970/2000

Na análise da migração da região, outro procedimento adotado foi o da seleção dos principais municípios que, historicamente, foram os maiores responsáveis pelos movimentos migratórios interestaduais da área. Cinco foram os selecionados: Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Toledo. Tal escolha apóia-se no fato de que apesar do elevado número de municípios da região, estes selecionados mantiveram sempre uma expressiva participação nos volumes de migrantes; outro elemento considerado para a escolha foi o tempo de existência destes como município e a participação percentual no total de cada um no movimento.

Nesse processo, se percebe que, no conjunto dos movimentos migratórios da região, os interestaduais historicamente assumiram relevante papel no contexto do desenvolvimento econômico regional e, mais ainda, em seu crescimento demográfico. Tanto que a Tabela 5.2 nos apresenta os dados destes municípios e da região em termos de emigração e de imigração interestadual de 1970 a 2000. Ali se percebe que, embora no total da região eles representem apenas 10% do total numérico de municípios da área, são eles que detêm a maior parte dos movimentos migratórios ali ocorridos. De fato, os cinco municípios concentram, na menor de suas participações, um valor mínimo de 50,29% do total de migrantes interestaduais da região.

Tabela 5.2: Principais Municípios do Oeste do Paraná – Volumes de Emigração - Imigração Interestadual quinquenal–1970 a 2000.

Principais Municípios	Imigração interestadual						Emigração InterEstadual					
	1975-80-UE		1986-91-DF		1995-00-DF		1975-80-UE		1986-91-DF		1995-00-DF	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Assis Chateaubriand	880	2,43	975	2,58	682	2,22	16.039	10,45	3.048	4,49	1.650	3,54
Cascavel	4.932	13,64	8.351	22,07	7.947	25,85	27.598	17,99	14.750	21,70	10.180	21,84
Foz do Iguaçu	13.256	36,66	10.921	28,86	7.578	24,65	13.061	8,51	10.231	15,06	10.575	22,69
Formosa do Oeste	392	1,08	393	1,04	236	0,77	8.934	5,82	1.621	2,39	820	1,76
Guaira	797	2,20	1.862	4,92	1.287	4,19	7.918	5,16	3.833	5,64	1.793	3,85
Marechal C. Rondon	1.870	5,17	1.839	4,86	1.290	4,20	5.336	3,48	3.405	5,01	1.945	4,17
Medianeira	2.617	7,24	1.384	3,66	1.144	3,72	5.227	3,41	2.250	3,31	1.396	3,00
Palotina	1.363	3,77	1.160	3,06	671	2,18	4.927	3,21	2.421	3,56	1.676	3,60
Santa Helena	1.238	3,42	348	0,92	354	1,15	5.650	3,68	1.836	2,70	576	1,24
Terra Roxa	608	1,68	408	1,08	369	1,20	9.252	6,03	2.184	3,21	494	1,06
Toledo	2.347	6,49	3.050	8,06	3.097	10,08	12.544	8,18	5.601	8,24	3.775	8,10
Subtotal	30.300	83,80	30.691	81,09	24.655	80,21	116.486	75,93	51.180	75,31	34.880	74,84
Total da região	36.157	100,00	37.847	100,00	30.737	100,00	153.415	100,00	67.957	100,00	46.603	100,00

FONTE: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp 2004.

Como se pode verificar na tabela, a região apresentou um volume de imigração interestadual cujos valores foram bem menores do que os da emigração, principalmente nos dois primeiros quinquênios em análise. Nossa suposição é a de que isto ocorreu em função do fato de que principalmente o primeiro quinquênio de análise 1975-1980 é o momento de maior destaque no cenário nacional de uma nova e importante área de fronteira agrícola, qual seja a representada pelos atuais Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, que atraíram importante fluxos de emigrantes internos para lá, entre eles um contingente expressivo de pessoas do Oeste do Paraná como se poderá verificar adiante nos mapas que serão apresentados posteriormente.

Outro fato que a tabela deixa evidente é que, em termos de imigração interestadual e ao longo de todo este período, a região não apresentou grandes mudanças em volume nominal, pois a mudança foi apenas de participação relativa no total da população da área, que atraiu usualmente um volume de imigrantes da ordem de aproximadamente 35.000 mil indivíduos, que eram bem mais representativos na década de 1970 e muito menos da década de 1990, pois o total da população regional praticamente dobrou de um período para o outro.

Também se verifica na Tabela 5.2, que durante os últimos trinta anos, estes municípios centralizaram os movimentos migratórios interestaduais⁹⁹. Assim, a nossa argumentação será montada em torno dos cinco mais importantes movimentos migratórios que ocorreram ali; visto que esse procedimento permite uma visão mais ampla do processo. Neste cenário, focando-se inicialmente os movimentos de emigração, se vê que, no período 1975/80, os cinco municípios foram responsáveis por aproximadamente 50,29% do total de emigrantes interestaduais da área, atingindo estimados 77.000 indivíduos; já o restante dos coube aos demais municípios da região com um valor aproximado de 76.000 emigrantes.

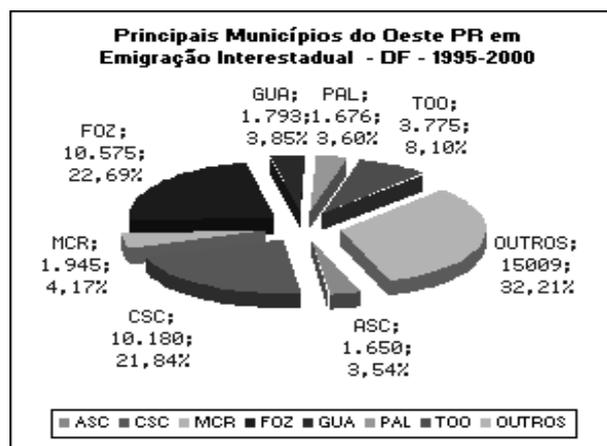
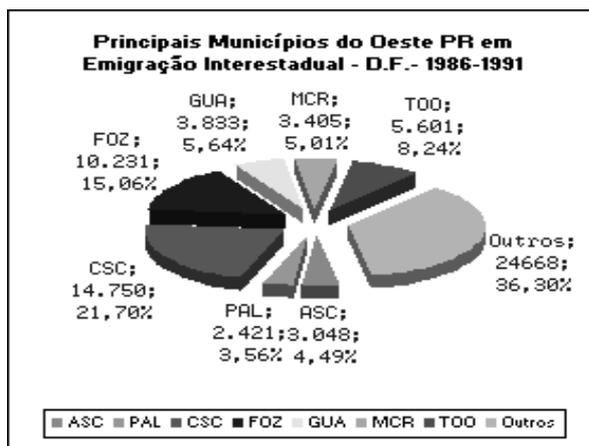
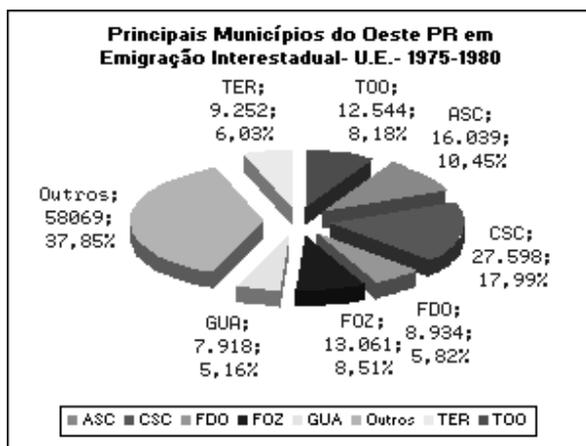
De 1986 a 1991 o volume de emigração interestadual se reduz e cai de aproximadamente 153.000 emigrantes do período anterior, para estimados 68.000 indivíduos. Presume-se que a principal explicação para essa expressiva mudança reside no fato de que no período, o Oeste do Paraná vivenciava a principal etapa da construção da obra da hidrelétrica binacional de Itaipu e que isto atraiu para a região um volume elevado de imigrantes bem como reteve um grande

⁹⁹ Os mais importantes nesse processo foram Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, locais estes que desde o início da colonização da região mantiveram-se à frente do crescimento demográfico e econômico regional, bem como dos deslocamentos migratórios, detendo as maiores populações da região.

montante de indivíduos dentro da região, que passaram a realizar migrações intra-regionais, assunto a ser abordado com maiores detalhes adiante.

Assim, pressupõe-se que o volume total de emigrantes interestaduais tenha se reduzido no período principalmente por causa deste fato. Nesse período, a participação no total pelos cinco municípios cresce para 55,13% do movimento; porém com um número absoluto de emigrantes menor, fato que pode ser observado nos Gráficos 5.1, 5.2 e 5.3, a seguir. De 1995 a 2000, o cenário se repete e a emigração interestadual regional volta a cair: reduz-se para aproximadamente 46.000 indivíduos. Porém, apesar da queda no total de emigrantes da região, os cinco municípios voltaram a apresentar nova ampliação em sua participação no total, passando a responder por 60,02% da emigração interestadual no período. Vejamos:

Gráficos 5.1: 5.2 e 5.3 Principais Municípios de origem dos emigrantes interestaduais do Oeste do PR – 1975 a 2000



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

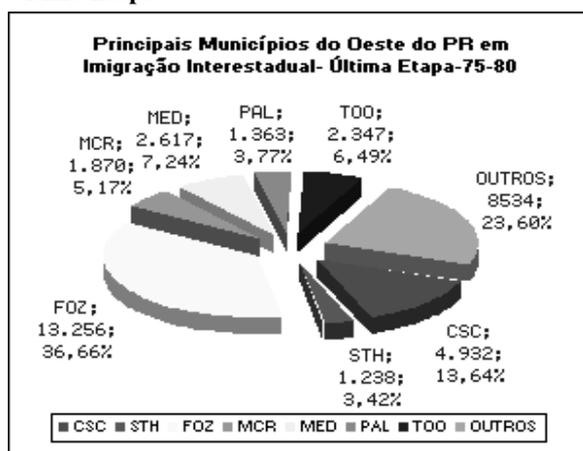
Legenda: ASC – Assis Chateaubriand, CLM – Capitão Leônidas Marques, CSC – Cascavel, FDO – Formosa do Oeste, FOZ – Foz do Iguaçu, GUA – Guaíra, MCR – Marechal Cândido Rondon, MED – Medianeira, PAL – Palotina, STH – Santa Helena, TER – Terra Roxa e TOO – Toledo.

Como se pode observar, o conjunto de gráficos permite verificar, de modo evidente, que, durante os últimos trinta anos, os municípios do Oeste do Paraná que centralizaram os movimentos de emigração interestadual da área foram, na verdade, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, municípios que, de certo modo, capitanearam o processo na região.

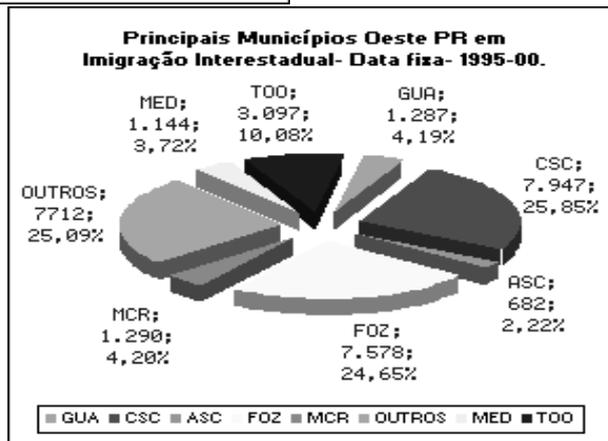
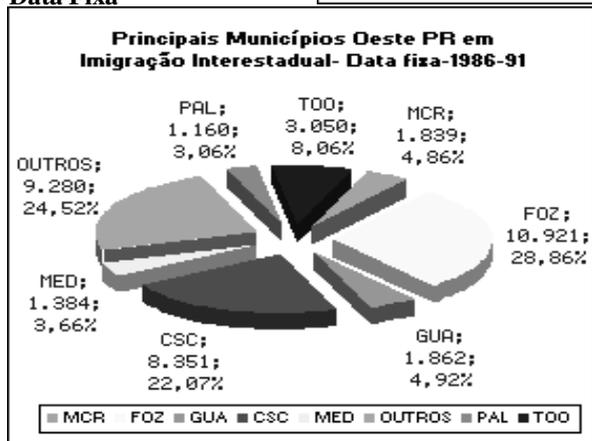
Já quando se enfoca a imigração interestadual, percebe-se que Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo novamente responderam pela maior parte do movimento, pois de 1975-80 responderam por 56,79% do total de imigrantes interestaduais, estimados em 36.000 indivíduos. Neste cenário, Foz do Iguaçu destacou-se, por ser responsável por aproximadamente 36,66% do total do movimento – provavelmente por causa da obra de Itaipu como apontado anteriormente.

Gráficos 5.4, 5.5 e 5.6: Principais Municípios destinos dos imigrantes interestaduais do Oeste do PR – 1975 a 2000

Última Etapa



Data Fixa



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Legenda: ASC – Assis Chateaubriand, CLM – Capitão Leônidas Marques, CSC – Cascavel, FDO – Formosa do Oeste, FOZ – Foz do Iguaçu, GUA – Guaíra, MCR – Marechal Cândido Rondon, MED – Medianeira, PAL – Palotina, STH – Santa Helena, TER – Terra Roxa e TOO – Toledo.

No período seguinte 1986-1991, a região apresentou uma pequena elevação no total dos imigrantes interestaduais, atingindo estimadas 37.900 pessoas. Deste total, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu apresentaram crescimento na participação no total do movimento, com 58,99% do valor. Este por sua vez foi menor em termos numéricos do que no período anterior. Apesar disto, Foz do Iguaçu manteve-se como a cidade de maior volume de imigrantes interestaduais, absorvendo 28,86% do total, tal como se pode observar no conjunto de gráficos.

No quinquênio de 1995-2000, a imigração interestadual regional manteve-se concentrada em Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, porém o volume total de imigrantes deste tipo na região sofreu nova redução, de modo que o montante foi de aproximadamente 30.000 indivíduos, destes 68,50% direcionaram-se para um dos cinco principais municípios. Sendo que para Toledo, Foz e Cascavel, absorveram em conjunto 60,58% do movimento. Há que se ressaltar que neste quinquênio, o município com o maior volume de absorção de migrantes interestaduais foi Cascavel, que atingiu 25,85% do total.

Como se pode perceber, o cenário deste tipo de migração alterou-se bastante no período. Algumas das possíveis explicações para tais mudanças residem inicialmente no fato de que, nos períodos em análise, a área já havia esgotado sua fronteira territorial passível de ocupação que exercia grande atração sobre os migrantes, tal qual apontado no Capítulo 4. Outro fator que se supõe ter atuado neste sentido foi o surgimento, no país, de novas áreas de fronteira agrícola, e novas áreas economicamente dinâmicas, principalmente em função de industrialização (caso do interior do Estado de São Paulo e de Santa Catarina), áreas com as quais a região manteve fortes relações migratórias como se verá adiante. Estes fatos, agregados às já apontadas transformações no meio rural da área, influíram de forma decisiva no comportamento da migração da região, ora estimulando a imigração para a área, ora empurrando indivíduos para a emigração.

Assim, como se pode verificar, tanto a emigração quanto a imigração interestadual ocorridas na região, nos três períodos, concentraram-se, de um modo geral, nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Há que se ressaltar, porém, que ambos os movimentos vêm diminuindo, tanto em volume quanto em trocas, pois, mesmo na década de 1970, período no qual a fronteira agrícola de região ainda se encontrava em expansão e ocupação, o cenário foi este, como pode ser observado na Tabela 5.3 e na Tabela 5.4, a seguir.

Mediante este cenário, conforme as informações obtidas, percebe-se que a análise pura e simples dos dados da emigração e da imigração não se constitui em elemento suficientemente

para o entendimento claro da dinâmica populacional de uma determinada região, principalmente se considerarmos que, segundo Ravenstain (1980), para cada corrente migratória importante sempre se produz uma contra-corrente compensadora.

De modo que, como apenas a análise da imigração e da emigração não são suficientes para caracterizar eficientemente os processos migratórios, assim outros indicadores devem se utilizados, tais como o Índice de Eficácia Migratória¹⁰⁰. A tabela a seguir apresenta este índice, bem como o panorama regional, destacando a migração líquida ocorrida na região, nos municípios selecionados, e nos outros em conjunto.

Tabela 5.3: Migração Líquida, Bruta e Índice de Eficácia Migratória do Oeste do Paraná Calculados para 1975-80 (última etapa); 1986-91 e 1995-2000 (data fixa)

Município	Migração Líquida			Migração Bruta			Índice de Eficácia Migratória		
	1975-80	1986-91	1995-000	1975-80	1986-91	1995-000	1975-80	1986-91	1995-000
Cascavel	-11.107	5.303	6.297	20.971	11.399	9.597	-0,53	0,47	0,66
Foz do Iguaçu	-14.342	-3.829	-2.602	40.854	25.671	17.758	-0,35	-0,15	-0,15
Marechal Cândido Rondon	-11.191	-8.392	-9.285	14.931	12.070	11.865	-0,75	-0,70	-0,78
Medianeira	-5.301	-2.449	-649	10.535	5.217	2.937	-0,50	-0,47	-0,22
Toledo	-10.197	-2.551	-678	14.891	8.651	6.872	-0,68	-0,29	-0,10
Subtotal	-52.138	-11.918	-6.917	102.182	63.008	49.029	-0,51	-0,19	-0,14
Outros	-65.120	-18.192	-8.949	87.390	42.796	28.311	-0,75	-0,43	-0,32
Total da região	-117.258	-30.110	-15.866	189.572	105.804	77.340	-0,62	-0,28	-0,21

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Na tabela verifica-se que a migração líquida regional nos três períodos foi negativa. Visualiza-se também, que foi no primeiro deles que a região apresentou sua maior perda, pois o volume de emigrantes a mais do que imigrantes atingiu aproximadamente 117.000 indivíduos. Nos quinquênios seguintes, a tendência de perdas foi mantida, porém em patamares bem menores. Se nossa análise partir para um enfoque mais detalhado em instância de município, percebe-se que, apesar do desempenho negativo também dos municípios no primeiro quinquênio, nos seguintes Cascavel apresentou-se com uma migração líquida positiva, enquanto os demais mantiveram-se numa situação de perdas migratórias superiores aos ganhos; isto de certa forma evidencia o já indicado papel de destaque deste município na região.

¹⁰⁰ Este índice, cuja conceituação e metodologia de cálculo encontra-se explanada no manual de métodos de medição da migração interna da ONU/DAES (1980); segundo Cunha (1997, 100), é calculado a partir do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E); é determinado pelo seguinte quociente:

$$IEM = \frac{\text{Migração Líquida do Local " X " no período " y "}}{\text{Migração Bruta do Local " X " no período " y "}}$$

Enfocando-se a análise do IEM de forma mais específica, reportamo-nos a Cunha (1997) que argumenta que o uso deste índice permitiria evidenciar uma outra dimensão das características migratórias de uma região, ou seja, a eficácia desta última no processo migratório a que se encontra exposta. Particularmente, dos valores teóricos possíveis, um deles, o zero, teria um significado muito interessante: estaria indicando a possibilidade da existência de uma circulação migratória. De modo que este índice, ainda segundo Cunha (1997), permite identificar quão eficaz é o local sob análise, no ato de reter migrantes¹⁰¹.

Assim, os dados da tabela indicam que o Oeste do Paraná no quinquênio de 1975-1980 era caracterizado como área de evasão populacional. De 1986-1991 isso se altera, pois alguns municípios passaram a assumir uma posição local de absorção migratória interestadual caso de Cascavel. Já a região desenvolve uma característica de circularidade migratória.

De 1995 à 2000 ocorreram alterações no comportamento migratório dos municípios da área e Marechal Cândido Rondon apresentou, no período, um comportamento de perdas migratórias; Foz do Iguaçu, Medianeira e Toledo de circularidade; e Cascavel, de absorção migratória interestadual; os demais municípios da região, e a própria região em conjunto, apresentaram um comportamento de circularidade.

Contudo nossa análise não pode se restringir a estes elementos. Ela deve caminhar no sentido de se obter uma compreensão mais ampla do processo, buscando-se compreender os elementos motivadores dos deslocamentos dos indivíduos ao longo do tempo. Assim surge a necessidade de que o foco da análise se amplie para o exame da origem e do destino interestadual dos emigrantes e dos imigrantes da área. Ademais, nota-se que, no transcurso dos trinta anos referentes ao período de 1970 a 2000, a situação dos fluxos interestaduais com a região modificou-se muito, como se pode ver na Tabela 5.4, a seguir.

¹⁰¹ Há que se ressaltar que este índice é mais um a colaborar para a interpretação dos fenômenos relativos a migração, porém ele sozinho não permite classificar as características migratórias das áreas sob análise, para isto outros indicadores são utilizados. E, como ele não mede atratividade ou repulsão populacional sozinho, utilizamos mesmo com os já apresentados: saldos migratórios, e as taxas migratórias, de modo se torne mais um elemento a reforçar as características de atração ou repulsão da região. Neste sentido, mesmo no caso de IEM ser calculado próximo a zero (circulação), ou seja, nem mesmo caracteriza uma área com circulação *per se*, já que por exemplo uma zona com saldo próximo a zero (numerado do IEM) e migração bruta muito pequena (denominador do IEM) não poderia ser considerada de circulação por envolver um número muito pequeno de migrantes. Assim o IEM deve apontar para a eficácia, mas isso não implica que a migração seja ou não importante. Nesse cenário, valores próximos a 1 indicariam áreas de elevada atração migratória (ou seja, somente imigração) e valores próximas a -1, áreas de alta evasão populacional (somente emigração). A obtenção de valores próximos a zero revelaria as áreas com circulação migratória (imigração em níveis semelhantes à emigração).

Tabela 5.4: Principais Estados brasileiros como Destino e Origem dos Fluxos Migratórios no Oeste do Paraná. 1970-2000 – Quinquênios de 1975-80 (U.E.), 1985-91 e 1995-2000 (D.F.).

Estado	Imigração Interestadual no Oeste do Paraná						Emigração Interestadual do Oeste do Paraná					
	75-80	%	86-91	%	95-00	%	75-80	%	86-91	%	95-00	%
Rondônia	300	0,83	4480	11,84	1794	5,84	27985	18,24	6526	9,60	2331	5,00
Minas Gerais	3388	9,37	1195	3,16	940	3,06	4945	3,22	1813	2,67	1714	3,68
São Paulo	8658	23,95	6788	17,94	8062	26,23	51142	33,34	17996	26,48	12026	25,81
Santa Catarina	8047	22,26	5810	15,35	6592	21,45	10452	6,81	11936	17,56	13645	29,28
Rio G do Sul	11807	32,65	7021	18,55	6196	20,16	4672	3,05	4820	7,09	5015	10,76
Mato G. do Sul	2685	7,43	2989	7,90	3195	10,39	20763	13,53	5672	8,35	3891	8,35
Mato Grosso	504	1,39	9047	23,90	3940	12,82	30631	19,97	15349	22,59	7921	17,00
Outras Ufs	768	2,12	517	1,37	18	0,06	2825	1,84	3845	5,66	60	0,13
Total	36157	100,00	37847	100,00	30737	100,00	153415	100,00	67957	100,00	46603	100,00

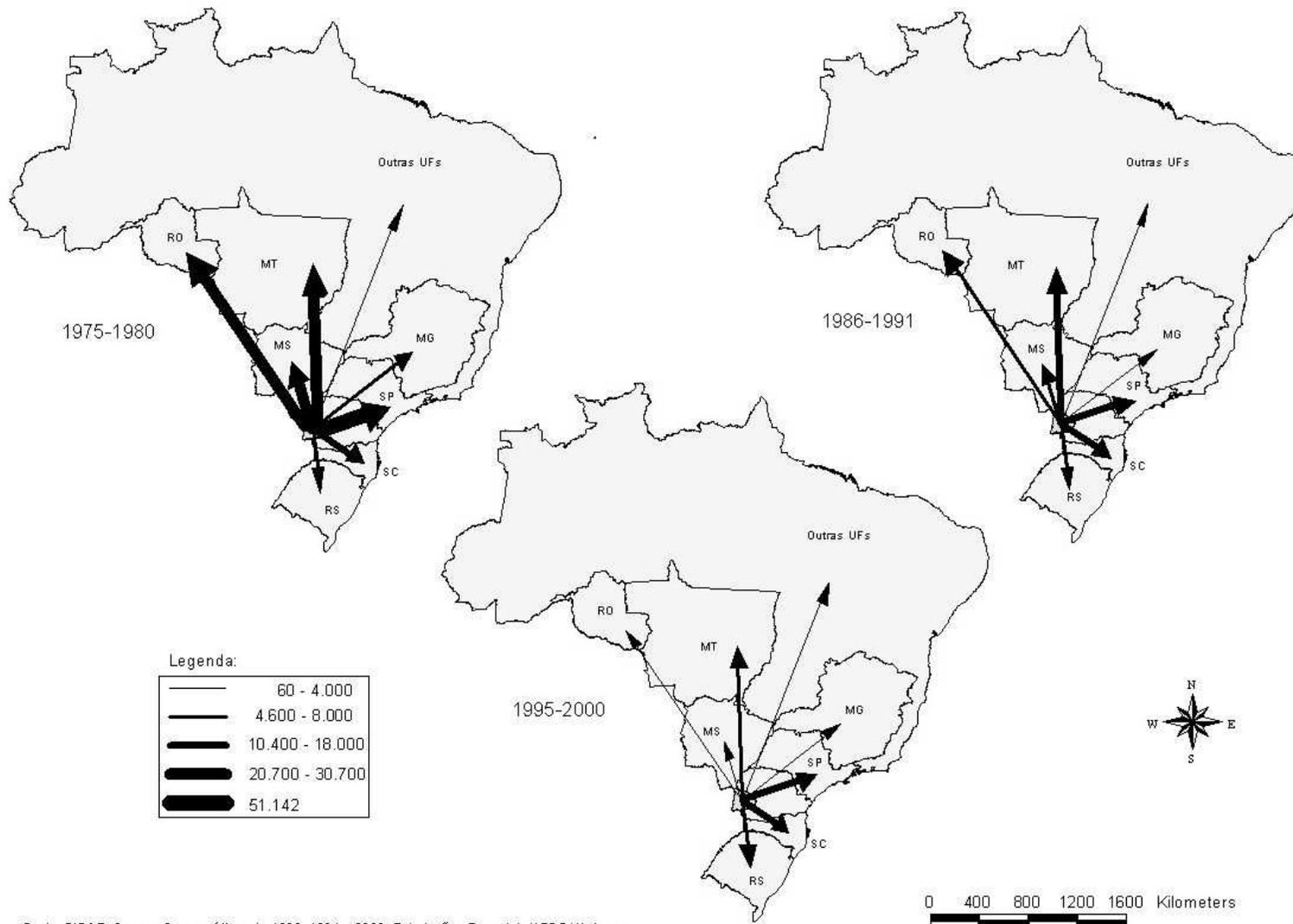
Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp - 2004

Analisando-se a tabela, nota-se que, de 1975 a 1980, a região apresentou um montante de aproximadamente 153.000 emigrantes interestaduais e apenas 36.000 imigrantes, o que indica um volume de migração líquida negativo de aproximadamente 117.000 indivíduos no período. Esse quinquênio coincide com uma das etapas de transformação produtiva mais expressivas na região, período no qual ocorreu forte intensificação do uso das novas tecnologias no campo, onde aconteceu o esgotamento da fronteira territorial agrícola da área, e onde se deu a implementação mais expressiva do binômio produtivo da soja e do trigo e que é o período no qual a região perdeu o maior volume de migrantes interestaduais nos últimos trinta anos.

Já de 1986-1991 se vê que os fluxos diminuiriam. Isso ocorreu porque a emigração interestadual caiu para 68.000 indivíduos, queda de mais de 55% em relação ao período anterior, e a imigração apresentou um comportamento estável entre um período e outro, pois apresentou pequeno crescimento no total de imigrantes interestaduais. Ainda assim a área se manteve como local de perdas migratórias, pois a migração líquida desta fase foi novamente negativa.

No período seguinte, 1995-2000, os fluxos encolhem ainda mais, pois os movimentos viram seus montantes se reduzirem e à emigração interestadual da região se reduziu para aproximados 47.000 indivíduos. Neste cenário, os municípios selecionados responderam por 68,50% da imigração e 60,02% da emigração interestadual do período, de tal forma que a migração líquida regional foi novamente negativa, atingindo, aproximadamente, 16.000 migrantes. Vê-se então que, no geral, os fluxos diminuiriam, como pode ser observado nos Mapas 5.1, 5.2, e 5.3 a seguir

Mapas 5.1, 5.2 e 5.3: Principais fluxos de emigração interestadual do Oeste do Paraná – 1975-80, 1986-91 e 1995-2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

Mediante estes dados, vê-se que, de 1975-80, em termos numéricos, os Estados para os quais a região enviou o maior número de emigrantes interestaduais foram São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul; Estados caracterizados ou por constituírem-se em áreas de fronteira, ou por deterem economias muito dinâmicas ou porque fazem fronteiras com o Paraná. No período seguinte, em termos de ordem de importância como destinos da emigração do Oeste paranaense, a ordem se manteve, já de 1995-2000 a seqüência, alterou-se um pouco, pois o Estado de Santa Catarina foi aquele que recebeu o maior número de emigrantes da região, seguido por São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais e outros.

O mais importante a ser ressaltado mediante estas informações é que, de um modo geral, os destinos dos emigrantes interestaduais do Oeste do Paraná ao longo dos trinta anos em questão foram os mesmos, e que a ordem de importância dos Estados como locais de destino dos migrantes da região pouco se alterou.

O que se alterou e muito foi a intensidade com a qual o fenômeno se deu e ela revela que, do primeiro período para o segundo, houve na região uma queda muito expressiva no volume de emigrantes, queda esta já analisada.

Entretanto, outra ocorrência evidencia-se quando da análise destes dados. É a de que nos períodos sob análise, os principais destinos dos emigrantes interestaduais do Oeste do Paraná foram Unidades da Federação que eram: próximas ao Estado e à região; ou que possuíam as economias mais dinâmicas do país; ou que nos períodos sob enfoque, eram consideradas novas áreas de fronteira. Isso pode ser observado na Tabela 5.3 anterior e nos Mapas 5.1, 5.2 e 5.3 já apresentados.

Depois de exposto o cenário da emigração interestadual da região, iremos apresentar o panorama da imigração interestadual que se direcionou, de 1975 a 2000, para a região Oeste do Paraná. Para tanto nos reportaremos à Tabela 5.4, já apresentada.

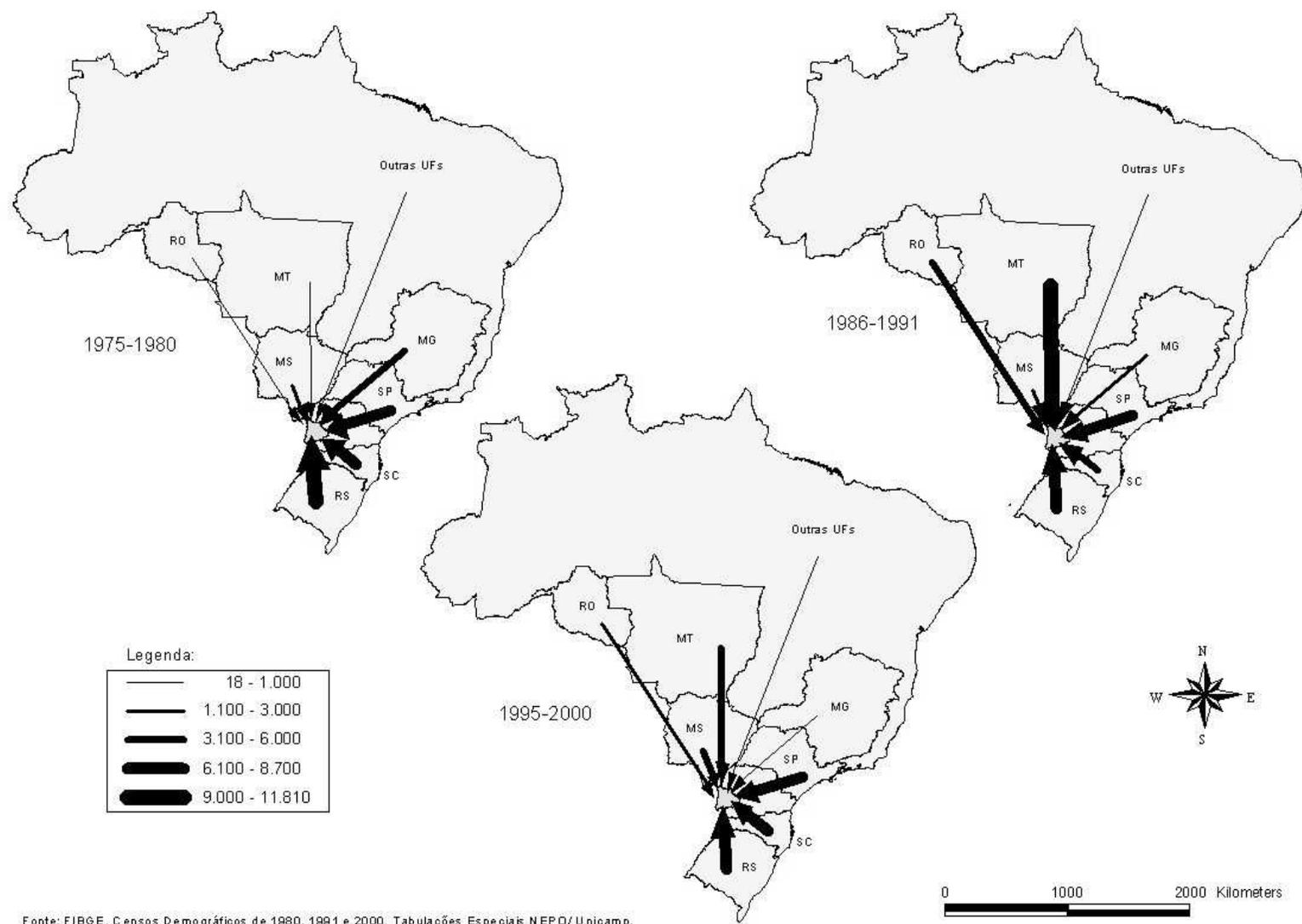
Como se pode observar, a tabela apresenta o fato de que, no tocante a imigração interestadual na área, de 1975 a 1980 os Estados da União de quem o Oeste do Paraná recebeu os maiores montantes de imigrantes foram, na seqüência: Rio Grande do Sul, com 32,65% do total; do movimento seguido por São Paulo, Santa Catarina; Minas Gerais; Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Outras Unidades da Federação com 2,12% do total.

Já de 1985 a 1991, o cenário da imigração interestadual na região Oeste do Paraná se alterou pouco em termos da origem dos imigrantes, porém alterou-se em termos da composição do movimento que viu os principais Estados, vez que o volume total de imigrantes interestaduais distribuiu-se de forma mais equilibrada que no período anterior, tendo o Estado do Mato Grosso respondido com 23,90% do total, seguido do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais; e, outras UFs, com cerca de 1,37% do total.

De 1995 a 2000 o panorama da imigração interestadual na região foi composto pela chegada de migrantes advindos, em sua maioria, praticamente dos mesmos Estados anteriormente indicados: São Paulo com 26,23% do total; Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram as principais origens dos imigrantes na região, seguidos pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais e Outras UFs.

Outro elemento que se percebe no processo da imigração interestadual no Oeste do Paraná nos quinquênios sob análise; e que nos gráficos se evidencia, é o de que as principais origens dos imigrantes interestaduais do Oeste do Paraná foram sempre Unidades da Federação próximas ao Estado ou à região. Isto pode ser observado nos Mapas 5.4, 5.5 e 5.6 que são apresentados a seguir, que apontam principais Estados de origem dos movimentos.

Mapas 5.4, 5.5, 5.6: Principais fluxos de imigração interestadual do Oeste do Paraná – 1975-80, 1986-91 e 1995-2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

Vê-se então que, na região, o período de 1975 a 1980 foi um período de grande agitação em termos migratórios interestaduais entre a área e os demais os estados do país, especialmente os Estados mais próximos a ela. Neste período se verifica que a região vivenciou um elevado movimento de emigração interestadual que se presume ter ocorrido em função dos seguintes fatores: pela abertura de novas áreas de fronteira agrícola nacional, pelas mudanças ocorridas no rural da região, e pelo crescimento econômico que o país ainda vivenciava no período, crescimento este resultante dos efeitos sinérgicos dos investimentos realizados no período do “milagre econômico”, o que tornava diversas regiões do país atraentes à emigração dos indivíduos do Oeste do Paraná.

Já em termos dos movimentos imigratórios, a intensidade do fluxo foi muito menor e se manteve relativamente estável em termos de volume, oscilando sempre em torno de 35.000 imigrantes na região. Tal comportamento encontra explicação em função da reorganização econômica da área, fato já previamente apontado.

No período seguinte, com a crise que o país passou a vivenciar e com acomodação da economia e da emigração regional, de 1986 a 1991, a área apresentou uma queda em suas trocas migratórias interestaduais, pois caíram e muito os volumes de migrantes, principalmente da emigração. Já com a imigração interestadual, o que se verifica é que, se a mesma for comparada com a do quinquênio anterior, pouca coisa mudou em termos de volumes e origens dos migrantes.

Entre 1995 e 2000, o panorama nacional refletiu-se mais uma vez na área e a região com a expansão dos setores de trabalho nas áreas urbanas regionais e o surgimento e a consolidação de novos municípios. As trocas migratórias mais uma vez encolheram e, mesmo assim, a migração líquida regional ainda se manteve negativa, porém num volume muito menor.

De tal forma que, o cenário geral da migração interestadual ocorrida no Oeste do Paraná aponta para um comportamento demográfico que, com o decorrer do tempo, se transformou em termos de volume, mas que manteve sua tendência de perdas maiores do que os ganhos de indivíduos ao longo do tempo em questão, mesmo que os montantes tenham historicamente se reduzido.

Um fato fica evidente neste processo, qual seja, o de que, conforme a região foi se acomodando em termos migratórios interestaduais em função das mudanças na economia

nacional, da reestruturação do sistema produtivo regional, bem como em função do próprio desenvolvimento do Estado do Paraná, as migrações interestaduais foram caindo, pois foram gradativamente surgindo dentro do Estado novas regiões economicamente mais dinâmicas e atrativas à emigração intra-estadual. A primeira destas foi a criação em Curitiba da CIC – Cidade Industrial de Curitiba, que fez crescer toda a região metropolitana e arredores e que passou a atrair um volume muito grande de imigrantes oriundos de diversas regiões do Estado.

Este comportamento, que aconteceu não somente com Curitiba, mas também com outras regiões do Estado, caso da região do Norte Novo de Londrina, e Norte Novo de Maringá que também passaram a se desenvolver e atrair imigrantes intra-estaduais, inclusive do Oeste do Paraná. Estes acontecimentos influíram diretamente na gradativa redução dos fluxos emigratórios interestaduais da região direcionados, pois estimularam a emigração para dentro do próprio território do Paraná, não apenas para as regiões citadas, mas para diversas outras que se tornaram, por um motivo ou outro, atraentes aos migrantes da área.

Esse processo que sucedeu com os movimentos emigratórios também se fez presente nos movimentos imigratórios, pois, com o passar do tempo, com o desenvolvimento da região, com a consolidação das três principais cidades da área como pólos econômicos e com a própria construção de Itaipu, a região também passou a ser o alvo de várias imigrações oriundas do próprio Estado.

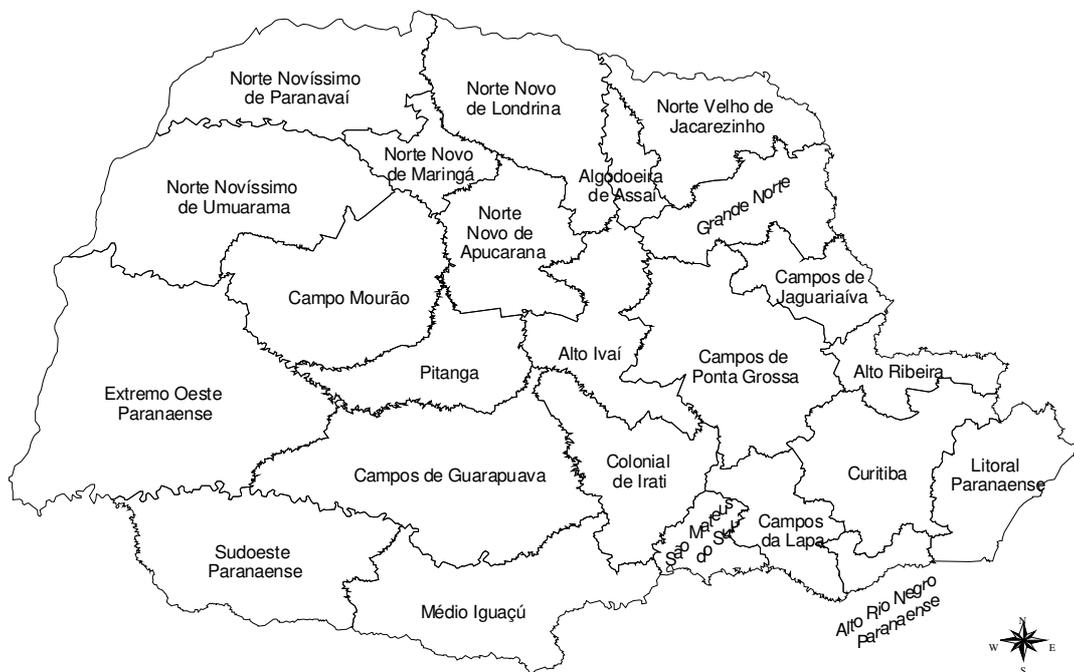
Diante disto e da importância que a questão de migração intra-estadual passou a assumir com referência ao Oeste do Paraná, passaremos a partir de agora a analisar este tipo de movimento migratório com ao intuito de melhor se compreender o que sucedeu entre a área e o próprio Paraná.

5.3. Migração Intra-Estadual: o Oeste Paraná e as demais Microrregiões Homogêneas do Estado

Depois de enfocarmos os fluxos migratórios interestaduais vivenciados pelo Oeste do Paraná, como já dito, analisaremos, a partir de agora, o panorama dos movimentos intra-estaduais. Entretanto, para que o trabalho de análise da migração, que envolve a região e as demais microrregiões homogêneas do Paraná, possa ser realizado de uma forma mais homogênea

optou-se por utilizar uma base geográfica territorial do Paraná de 1980, com 24 microrregiões, tal qual o Mapa 5.5 apresenta.

Mapa 5.5: Microrregiões Homogêneas do Paraná



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980.
Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Tal opção decorre do fato de que, nos últimos anos, no Estado ocorreu a criação de um elevado número de municípios, o que gerou diferenças expressivas em termos de sua composição, bem como de suas microrregiões homogêneas. E, em função disto, reorganizou-se o número de regiões do Estado, que cresceu de 20 em 1980 para trinta e nove em 2000. Isso porque tal transformação dificulta a agregação, desagregação e comparação dos dados para a análise, vez que o objeto de nossa análise é o Oeste do Paraná, que como já apontado, é composto pelas microrregiões homogêneas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

Assim utilizando a base cartográfica de 1980 e inserindo-se dentro de cada região existente naquele período os novos municípios criados a partir de então, acredita-se que a comparação tornou-se mais abalizada e profícua. Esta escolha deve-se também ao fato de que a análise da migração intra-estadual que iremos realizar será efetuada entre o Oeste do Paraná e as demais microrregiões homogêneas presentes no mapa anterior, principalmente pela necessidade

que se tem de examinar com profundidade os vários fluxos migratórios intra-estaduais que se estabeleceram entre a área e as demais regiões do Estado.

5.3.1 O Oeste Paranaense e os movimentos migratórios intra-estaduais

Para análise da região e dos fluxos migratórios intra-estaduais que a envolveram, adotou-se um procedimento mediante o qual foram escolhidos 17 municípios da área com maior expressão¹⁰² em termos dos deslocamentos migratórios, e que, em conjunto, representam 33% do total da área, que atualmente é formada por 50 municípios.

Além disto, selecionaram-se num momento posterior, sete municípios que se fizeram presentes ao longo dos períodos com participações destacadas em termos de emigração e de imigração intra-estadual¹⁰³, e que detiveram a maior parte percentual dos movimentos. Mediante isto se calculou a emigração e a imigração intra-estadual, a migração líquida, a migração bruta e o índice de eficácia migratória de cada um deles com o intuito de apresentar um cenário mais amplo do processo. Este procedimento culminou na elaboração da Tabela 5.5 a seguir.

Nela se verifica que o total de emigrantes intra-estaduais da região de 1975 a 1980 foi de aproximadamente 78.000 indivíduos, deste total, 89,87% referem-se aos dezessete municípios selecionados. De 1986 a 1991 essa emigração se reduz para aproximadamente 48.000 pessoas sendo que os 17 responderam por 80,53% do total.

No período de 1995 à 2000, a tendência de queda da emigração intra-estadual da região foi revertida e este tipo de migração cresceu para aproximadamente 67.000 pessoas, porém a participação percentual dos 17 selecionados foi menor do que no período anterior e atingiu 68,14% do total, mesmo com o volume total se expandindo. Isto significa que os demais municípios da área passaram a apresentar uma emigração intra-estadual maior do que antes.

¹⁰² Nossa escolha foi pautada pela seleção dos dezessete municípios da área que concentraram, ao longo do tempo, os principais fluxos de pessoas na região, seja em movimentos de emigração ou de imigração.

¹⁰³ Neste cenário, entendemos por emigração intra-estadual aquela que ocorre quando indivíduos residentes no Oeste do Paraná emigram para outras regiões do próprio Estado; e obviamente por imigração intra-estadual aquela que se estabelece quando pessoas oriundas de outras regiões do Paraná fixam residência no Oeste.

Um dos prováveis motivos para esta mudança é que estes municípios passaram a apresentar uma gama de atrativos¹⁰⁴ mais ampla que possibilitou a queda de suas perdas populacionais, fato que não se repetiu nos demais municípios do Oeste do Paraná. Assim, vejamos a Tabela 5.5, que nos apresenta os movimentos dos municípios selecionados, da região e dos restantes 33, agregados numa categoria “outros”.

Tabela 5.5: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais de Última Etapa e Data Fixa Principais Municípios do Oeste do Paraná Quinquênios de 1976-1980, 1986-1991 e 1995-2000.

Município	Emigração						Imigração					
	Última Etapa		Data Fixa				Última Etapa		Data Fixa			
	1975-1980		1986-1991		1995-2000		1975-1980		1986-1991		1995-2000	
	Valor	%										
Assis Chateaubriand	9.288	11,97	3.043	6,33	2.480	3,72	4.495	4,65	1.421	3,00	1.796	3,56
Capitão Leônidas Marques	2.698	3,48	1.266	2,63	1.404	2,10	5.499	5,69	861	1,82	3.086	6,12
Cascavel	17.624	22,71	10.170	21,16	10.914	16,36	20.126	20,83	11.041	23,31	11.943	23,68
Céu Azul	1.625	2,09	487	1,01	383	0,57	2.103	2,18	455	0,96	290	0,57
Corbélia	3.220	4,15	828	1,72	800	1,20	3.442	3,56	992	2,09	387	0,77
Formosa do Oeste	3.668	4,73	1.563	3,25	1.009	1,51	4.649	4,81	704	1,49	252	0,50
Foz do Iguaçu	6.629	8,54	7.686	15,99	11.491	17,22	23.562	24,38	10.900	23,02	8.714	17,28
Guaira	2.862	3,69	2.308	4,80	3.100	4,65	2.403	2,49	1.174	2,48	876	1,74
Marechal Cândido Rondon	2.637	3,40	965	2,01	1.721	2,58	1.602	1,66	706	1,49	999	1,98
Matelândia	2.181	2,81	965	2,01	1.255	1,88	2.334	2,42	779	1,64	277	0,55
Medianeira	1.638	2,11	1.385	2,88	1.491	2,23	3.209	3,32	2.085	4,40	1.557	3,09
Nova Aurora	2.158	2,78	1.067	2,22	1.600	2,40	1.613	1,67	628	1,33	403	0,80
Palotina	1.733	2,23	902	1,88	1.259	1,89	1.515	1,57	860	1,82	1.267	2,51
Santa Helena	1.607	2,07	508	1,06	1.001	1,50	1.589	1,64	130	0,27	474	0,94
São Miguel do Iguaçu	1.764	2,27	841	1,75	603	0,90	2.054	2,13	508	1,07	864	1,71
Terra Roxa	3.465	4,46	1.481	3,08	1.130	1,69	1.968	2,04	879	1,86	434	0,86
Toledo	4.950	6,38	3.238	6,74	3.821	5,73	4.989	5,16	4.465	9,43	4.235	8,40
Subtotal	69.747	89,87	38.703	80,53	45.462	68,14	87.152	90,18	38.588	81,48	37.854	75,05
Outros	7.860	10,13	9.356	19,47	21.253	31,86	9.485	9,82	8.768	18,52	12.586	24,95
Total da região	77.607	100,00	48.059	100,00	66.715	100,00	96.637	100,00	47.356	100,00	50.440	100,00

FONTE: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp.

A tabela expõe os fatos que apontam o cenário já indicado da migração intra-estadual realizada pelos indivíduos do Oeste do Paraná, tanto em termos de evasão quanto de absorção de migrantes. Nela se verifica que a imigração intra-estadual foi superior à emigração nos dois

¹⁰⁴ Entre esta gama de atrativos, segundo Rippel (1995) e Piffer (1997), podem ser citados: uma melhor infraestrutura urbana, crescimento econômico dos municípios que gerou renda e emprego e que retiveram mais os indivíduos propensos a migrar, melhoria no setor da prestação de serviços, tais como saúde, transporte, educação, etc.

primeiros quinquênios enfocados, e que somente no último é que a imigração intra-estadual foi inferior à emigração.

A explicação disto é encontrada no processo de consolidação de grande parte do sistema produtivo agrícola e industrial regional, bem como da estrutura urbana, nos municípios que, de 1975 a 1980 e de 1986 a 1991 ainda tornavam a área atraente aos migrantes oriundos do próprio Estado. Um dos pressupostos para este desempenho reside no fato de que, no período se deu, um forte crescimento das áreas urbanas da região, bem como dos setores secundário e terciário da economia regional, dado o crescimento dos municípios da área que passaram a absorver volumes maiores de indivíduos economicamente ativos, tal como se viu na Tabela 4.7 no Capítulo 4.

Outro fator que influenciou diretamente no processo da migração intra-estadual do mesmo modo que na migração interestadual foi à construção da hidrelétrica de Itaipu, pois segundo Zaar (1999), diversas cidades do Oeste do Paraná passaram a absorver grandes levas de migrantes, especialmente nas áreas urbanas, por causa das necessidades da prestação de diversos serviços complementares e de apoio ao andamento da grande obra; entre elas destacam-se Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, e Cascavel.

Já à análise da imigração intra-estadual na região, aponta que a participação dos 17 municípios no somatório do movimento de 1975 a 1980 foi de 90,18% do total de aproximadamente 97.000 pessoas; no período de 1986-1991 tanto a participação percentual dos 17, quanto o número total de migrantes captados neste deslocamento caem. Com isso, a imigração intra-estadual para a região se reduz, perfazendo um valor total estimado de 47.000 indivíduos, sendo que 84,48% deste total, se dirigiu para os dezessete municípios.

Uma das possíveis explicações para esta queda tão expressiva no volume de imigrantes intra-estaduais no Oeste do Paraná, encontra-se apoiada no fato de que a área, ao consolidar sua base produtiva e sua distribuição demográfica, passou a exigir maior qualificação dos imigrantes para inseri-los produtivamente, de modo que na região passou também a existir o que Brito (2000) identificou no cenário nacional: uma maior seleção dos imigrantes com um crivo mais rígido e elevado, absorvendo cada vez menos pessoas e exigindo destes uma formação mais ampla, de tal modo que a inclusão reduziu-se muito.

Outro motivo que, em nosso entendimento fez-se atuante nesta redução, foi o fato de que a construção da Hidrelétrica de Itaipu neste período já findava e, com isso, boa parte dos

operários e outros trabalhadores que atuaram da obra passaram a se deslocar da região, principalmente aqueles profissionais específicos deste tipo de construção, os ditos “barrageiros”, que totalizaram no ápice de obra, mais de 15.000 indivíduos.

Numa análise mais específica dos municípios da região, percebe-se que Cascavel despontou como o mais importante local da área nestes tipos de movimentos, o que se presume ser resultante do fato de que, na região, é o município com a maior população e economia. Desse modo verifica-se que de 1975 a 1980, na área ocorreu um fluxo de emigrantes intra-estaduais de aproximados 78.000 indivíduos; sendo Cascavel detentor do maior volume respondendo por 22,71% do total do movimento, seguido por Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu, Toledo, Terra Roxa, locais estes que em conjunto totalizaram 54,12% do movimento, cabendo ao restante dos municípios da região foi 45,88 % do total¹⁰⁵, tal como se pode ver na Tabela 5.5.

No quinquênio 1986-1991, o volume do fluxo de emigrantes intra-estaduais cai e atinge aproximadamente 48.000 emigrantes. Cascavel foi novamente o município de maior movimento com 21,16% do total, seguido por Foz do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Guairá, e Guaraniacú – municípios que perfizeram 52,04% movimento, cabendo aos demais quarenta e cinco 47,96% da emigração intra-estadual da região.

De 1995-2000, o que se viu é que o volume do fluxo aumenta e a emigração intra-estadual atinge aproximadamente 67.000 pessoas, um crescimento de 25,73% no total do movimento. Cascavel manteve-se como o local de maior participação no processo, com 21,91% do total, seguido por Foz do Iguaçu, Toledo, Capitão Leônidas Marques, e Assis Chateaubriand locais que conjuntamente totalizaram 54,62% da emigração intra-estadual.

É visível então que, na agregação dos cinco principais municípios apontados em cada quinquênio, ocorreram modificações na composição do conjunto, porém três deles, que se constituem nas maiores economias e populações da área (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo), mantiveram-se na maior parte do tempo presentes no grupo e responderam, em conjunto, por 37,63% do total do movimento no período de 1975-80¹⁰⁶; 43,89% de 1986-1991 e 45,67% de

¹⁰⁵ Este valor pode parecer muito, mas ele se refere a um total de quarenta e cinco outros municípios, o que, na média daria para cada um uma participação muito reduzida no total do movimento.

¹⁰⁶ Nesse período, em termos de emigração intra-estadual, um outro elemento que se evidencia na análise é o de que no período, Assis Chateaubriand foi um dos três municípios da região com as maiores perdas emigratórias intra-

1995-2000, o que implica uma média em torno 43,00 % dos movimentos de emigração intra-estadual da região no período de 1975 à 2000, constatação que referenda a já apontada importância demográfica dos mesmos na região.

A explicação para este desempenho via de regra já se encontra no fato de que foram eles que, historicamente, capitanearam o crescimento econômico regional, e que receberam os maiores investimentos da região. Isto resultou no fato de que formaram as maiores populações da área, absorveram e repeliram as maiores levadas de migrantes, serviram de ponto de apoio à obra de Itaipu, e que se transformaram, ao longo do tempo, nos locais do Oeste do Paraná dotados das melhores estruturas educacionais, de saúde, e de serviços da região¹⁰⁷.

Na seqüência, a análise enfoca a questão da imigração intra-estadual. Nesse contexto, essa faceta da migração intra-estadual aponta que novamente estes três municípios se destacaram. Porém outros, ao longo do tempo, também assumiram posição de evidência no cenário migratório da região, tal como se pode perceber na Tabela 5.5.

Ali se verifica que, de 1975 a 1980 a região absorveu um fluxo de imigrantes intra-estaduais de aproximadamente 97.000 pessoas. Nesse total, Foz do Iguaçu foi o município preferido dos migrantes, totalizando 24,38% do movimento¹⁰⁸. Sucedem-lhe Cascavel, Capitão Leônidas Marques, Toledo, Formosa do Oeste, municípios que em conjunto, totalizaram 60,87%; cabendo aos demais 45 municípios da área o restante do movimento.

Observa-se ainda, na tabela que de 1986 a 1991, o volume do fluxo total da imigração intra-estadual reduziu-se e foi de aproximadamente 47.000 indivíduos, sendo que Cascavel absorveu 23,31% do total do movimento, seguido por Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira e Vera Cruz do Oeste; e o grupo totalizou 63,77% do movimento cabendo o restante 36,23% desta imigração aos demais municípios da região.

De 1995 à 2000, segundo os dados o Oeste do Paraná absorveu um fluxo de imigrantes intra-estaduais maior que o do período anterior, totalizando 50.440 pessoas. Nesse período Cascavel, novamente absorveu o maior volume com 21,91% do movimento. Seguido por Foz do

estaduais, isso se deve via de regra, às brutais transformações produtivas ocorridas na área no período, que culminaram com uma elevada evasão do homem do campo do município.

¹⁰⁷ Diversos são os autores que apontam este cenário regional, entre eles destacam-se Piffer (1997) e Peris (2003).

¹⁰⁸ A explicação para isto deve-se ao fato de que é justamente neste período que se inicia a obra da Hidrelétrica de Itaipu, assim não é por acaso que Foz obteve este desempenho.

Iguaçu, Toledo, Capitão Leônidas Marques e Assis Chateaubriand; Estes cinco em conjunto totalizaram 54,12% do fluxo e aos outros municípios coube a participação restante.

Numa análise geral do que aconteceu na migração intra-estadual na região no período de 1975 a 2000, percebem-se alguns elementos essenciais: de 1975 a 1980 a área apresentou-se como local cujo volume de imigrantes intra-estaduais foi superior ao de emigrantes resultando numa migração líquida positiva de aproximados 19.000 indivíduos, situação que pelos fatos já expostos, ao menos no cenário intra-estadual, tornava a região ainda um local de interesse dos migrantes no Estado. No quinquênio seguinte, esta tendência se alterou e a área perdeu o *status* de região de atração e assumiu uma posição de área de evasão populacional intra-estadual, vez que o total de emigrantes foi superior ao de imigrantes em aproximadamente 700 indivíduos. Este número aparentemente pode parecer pequeno, mas se torna expressivo se, na análise, agregarmos o fato de que, comparado com o elevado saldo positivo do período anterior, verificamos que a região na verdade transformou-se muito em termos de sua migração.

De 1995 a 2000 a tendência de perdas populacionais para outras regiões do Estado se acirrou, pois tanto a zona rural quanto a urbana da região, não conseguiram reverter esse pendor evasivo da área, e o Oeste do Paraná deixou, efetivamente, segundo dados, de ser um local atrativo aos indivíduos imigrantes intra-estaduais e as migrações líquidas negativas subiram muito, fenômeno este que ocorreu em quase todas as cidades da área.

Uma das possíveis explicações para este comportamento das décadas de 1980 e 1990, evidentemente diverso do apresentado no período da década de 1970¹⁰⁹, reside, como comentado anteriormente, em primeiro lugar no efeito que a expansão da economia da Região Metropolitana de Curitiba passou a exercer sobre os indivíduos do Oeste do Paraná, que se encontravam propensos a emigrar. A segunda explicação estaria ligada ao fenômeno da retração da economia regional que reduziu em muito a capacidade de absorção migratória da área por causa do arrefecimento do crescimento econômico regional, isso apesar do acelerado crescimento das áreas urbanas e dos efeitos positivos que isto exerceu sobre a população e a economia regional.

E, ao acrescentar a esse processo, a consolidação da modernização do campo na região, resultante da adoção do já citado “neopadrão” tecnológico rural, encontraremos mais um fator de

¹⁰⁹ E considerando-se que a área foi a última fronteira do Estado, e que ela ainda usufruía os efeitos sinérgicos de expansão de sua economia, resultantes dos investimentos efetuados na região durante as décadas de 1960, vê-se, nesse conjunto de fatores, motivos deste desempenho ainda positivo em termos de migração na década de 1970.

estímulo à adoção de emigração como possibilidade de melhoria de vida, e como a economia e meio ambiente social da região não detinham a capacidade de reter os migrantes e contrabalançar as perdas populacionais do rural, o cenário foi de perdas.

Agrega-se ainda a este panorama o fato de que, na área, a sedução exercida pela Região Metropolitana de Curitiba já desempenhava um importante papel na atração de fluxos migratórios, fato que também sucedeu com as regiões de Londrina e Maringá, que também exerciam atração sobre os emigrantes da área, resultando na formação de fluxos entre elas.

Esta transformação suscita uma série de indagações específicas de como esse processo se deu, pois é importante sabermos para onde os fluxos emigratórios e imigratórios intra-estaduais se dirigiram e de onde vieram. Assim, observando estes movimentos na indicados na Tabela 5.6, pode-se perceber o grau de inter-relações que surgiram entre a região e as demais regiões do Estado.

Os dados evidenciam ainda, o fato de que as microrregiões homogêneas do Estado que se revelaram as mais importantes em movimentos migratórios com a região, tanto em termos de origem quanto de destino, foram efetivamente aquelas que faziam fronteiras territoriais com a região ou que se constituíam nas áreas economicamente mais importantes do Paraná, ou que eram as detentoras das maiores aglomerações urbanas do Estado.

O resultado disto, como também se pode verificar anteriormente e também na Tabela 5.6, é que o Oeste do Paraná, em relação às demais MRHs do Estado, à exceção do quinquênio de 1975 à 1980, enviou mais migrantes para outras áreas do Paraná, do que delas recebeu.

A tabela permite ainda perceber que, no terceiro quinquênio, estas perdas foram muito maiores do que no segundo, e isto se deve via de regra ao fato de que no período de 1986 a 1991 o Oeste do Paraná ainda vivenciava um período de crescimento e expansão da economia da região, que permitia contrabalançar as perdas migratórias para o Estado, minimizando-as. No período de 1995 a 2000 isso já não ocorria e a região perdeu um contingente maior de indivíduos para o próprio estado, nos moldes já indicados anteriormente. Vejamos a Tabela 5.6.

Tabela 5.6: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais - Emigração e Imigração e Trocas Migratórias Intra-Estaduais na Mesorregião Oeste do Paraná de 1975 a 2000 em Três Quinquênios - 1975-80 (UE), 1986-91 (DF), 1995-2000 (DF).

MicroRegião Homogênea Anterior	Imigração no Oeste do Estado do Paraná						Emigração do Oeste do Estado do Paraná						Trocas Migratórias Intra-Estaduais		
	75-80	%	86-91	%	95-00	%	75-80	%	86-91	%	95-00	%	75-80	86-91	95-00
MRH 01 – MGN - Grande Norte	1436	1,49	1033	2,18	833	1,65	879	1,13	531	1,10	685	1,03	557	502	148
MRH 02 – MNJ - Norte Velho de Jacarezinho	1329	1,38	683	1,44	654	1,30	494	0,64	351	0,73	512	0,77	835	332	142
MRH 03 – MAA - Algodoeira de Assaí	752	0,78	368	0,78	220	0,44	306	0,39	221	0,46	306	0,46	446	147	-86
MRH 04 – MNL - Norte Novo de Londrina	6183	6,40	2646	5,59	2835	5,62	4938	6,36	3821	7,95	5452	8,17	1245	-1175	-2617
MRH 05 – MNM - Norte Novo de Maringá	4646	4,81	1365	2,88	1690	3,35	4232	5,45	3877	8,07	3998	5,99	414	-2512	-2308
MRH 06 – MNP - Norte Novíssimo de Paranavaí	2677	2,77	996	2,10	646	1,28	1556	2,00	1034	2,15	1419	2,13	1121	-38	-773
MRH 07 – MNA - Norte Novo de Apucarana	3293	3,41	812	1,71	1134	2,25	2263	2,92	810	1,69	1746	2,62	1030	2	-612
MRH 08 – MNU - Norte Novíssimo de Umuarama	10978	11,36	5465	11,54	4500	8,92	8130	10,48	3474	7,23	4278	6,41	2848	1991	222
MRH 09 – MCM - Campo Mourão	18141	18,77	6011	12,69	3941	7,81	7581	9,77	3504	7,29	4297	6,44	10560	2507	-356
MRH 11 – MSP - Sudoeste Paranaense	19548	20,23	14198	29,98	12283	24,35	6686	8,62	6213	12,93	6029	9,04	12862	7985	6254
MRH 12 – MLP - Litoral Paranaense	408	0,42	159	0,34	243	0,48	621	0,80	547	1,14	1776	2,66	-213	-388	-1533
MRH 13 – MAR - Alto Ribeira	43	0,04	40	0,08	308	0,61	0	0,00	23	0,05	6	0,01	43	17	302
MRH 14 – MRN - Alto Rio Negro Paranaense	18	0,02	11	0,02	102	0,20	113	0,15	156	0,32	140	0,21	-95	-145	-38
MRH 15 – MCL - Campos da Lapa	99	0,10	118	0,25	146	0,29	159	0,20	223	0,46	460	0,69	-60	-105	-314
MRH 16 – MPG - Campos de Ponta Grossa	1213	1,26	1206	2,55	1314	2,61	1792	2,31	856	1,78	1781	2,67	-579	350	-467
MRH 17 – MCJ - Campos de Jaguariaíva	338	0,35	443	0,94	272	0,54	453	0,58	510	1,06	462	0,69	-115	-67	-190
MRH 18 – MSS - São Mateus do Sul	85	0,09	2	0,00	34	0,07	138	0,18	15	0,03	208	0,31	-53	-13	-174
MRH 19 – MCI - Colonial do Irati	541	0,56	420	0,89	631	1,25	1219	1,57	812	1,69	910	1,36	-678	-392	-279
MRH 20 – MAI - Alto Ivaí	125	0,13	233	0,49	539	1,07	393	0,51	139	0,29	648	0,97	-268	94	-109
MRH 21 – MHP - Pitanga	814	0,84	879	1,86	933	1,85	1373	1,77	723	1,50	557	0,83	-559	156	376
MRH 22 – MCG - Campos de Guarapuava	6522	6,75	4921	10,39	4435	8,79	6130	7,90	4349	9,05	4480	6,72	392	572	-45
MRH 23 – MMI - Médio Iguaçu	880	0,91	486	1,03	803	1,59	565	0,73	509	1,06	891	1,34	315	-23	-88
MRH 24 – MHC - Curitiba	5844	6,05	4246	8,97	7094	14,06	27586	35,55	15361	31,96	25674	38,48	-21742	-11115	-18580
Ignorado no Paraná	10724	11,10	615	1,30	4850	9,62	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10724	615	4850
Total	96637	100,00	47356	100,00	50440	100,00	77607	100,00	48059	100,00	66715	100,00	19030	-703	-16275

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp – 2004

Na tabela percebe-se que, os destinos mais importantes dos emigrantes do Oeste do Paraná dirigidos para o próprio Estado, durante os três quinquênios de análise, foram às regiões fronteiriças à área, caso das Microrregiões Sudoeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umuarama, Campos Gerais, Campo Mourão, ou as regiões economicamente mais dinâmicas do Estado, caso das microrregiões homogêneas de Londrina, de Maringá e Metropolitana de Curitiba. Tanto que, numa análise rápida por períodos, percebe-se que os destinos mais importantes dos emigrantes da área de 1975 a 1980, 1986 a 1991 e 1995 a 2000 mantiveram-se os mesmos .

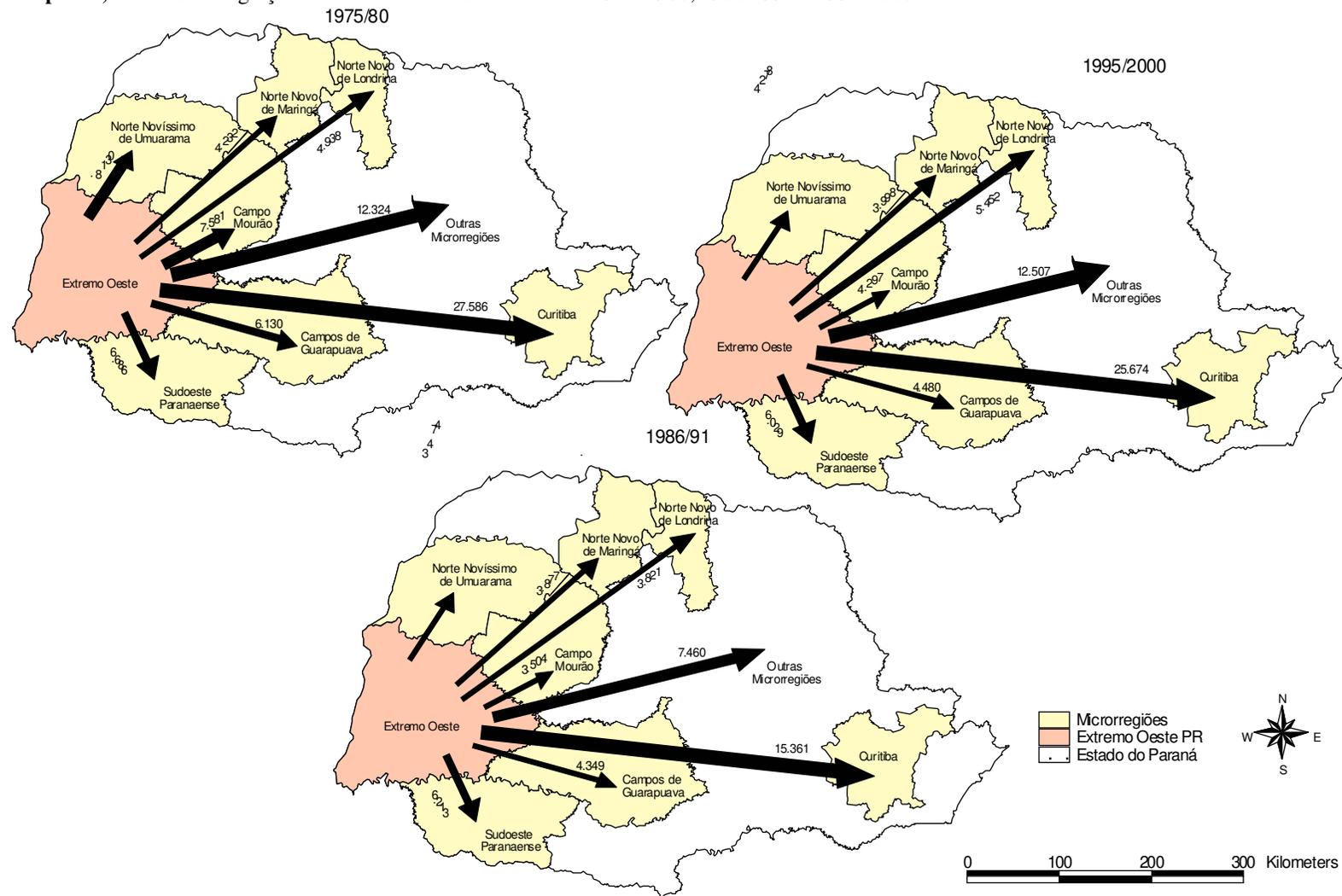
Diante deste panorama todo, o que se percebe no período que vai de 1975 a 1980, como o acontecimento mais importante, é que, apesar de já estar vivendo grandes transformações econômicas que motivaram diversos processos de emigração inclusive um expressivo êxodo rural, o Oeste do Paraná ainda se revelava com local atraente como destino de emigração dentro do território do Estado. Esse acontecimento se pressupõe ser devido ao acelerado crescimento dos setores secundário e terciário da economia da região, bem como do desenvolvimento de suas áreas urbanas.

Cabe, entretanto, apontar que a região metropolitana de Curitiba absorveu sozinha, no período, 35,55% do fluxo, seguida pelas áreas do Norte Novíssimo de Umuarama, de Campo Mourão, do Sudoeste Paranaense, dos Campos de Guarapuava, do Norte Novo de Londrina, do Norte Novo de Maringá e a categoria “outras” (com as 17 outras MRHs do Estado), totalizando 15,88% do movimento.

No período de 1986 a 1991, os principais fluxos emigratórios intra-estaduais da região mantiveram-se praticamente os mesmos e a região Metropolitana de Curitiba absorveu 31,96% do movimento. Depois vêm: o Sudoeste Paranaense, os Campos de Guarapuava, o Norte Novo de Londrina, o Norte Novo de Maringá, a região de Campo Mourão, o Norte Novíssimo de Umuarama, e as demais regiões do Estado que totalizaram 15,52% do movimento.

Entre 1995 e 2000, os fluxos de maior destaque mantiveram-se e a região de Curitiba absorveu 38,48% do movimento, seguida pelas MRHs do Sudoeste do Paraná, Norte Novo de Londrina, Campos de Guarapuava, Campo Mourão, Norte Novíssimo de Umuarama, Norte Novo de Maringá; e outras com 18,75%. Há que se destacar que todos estes fluxos são facilmente visualizáveis nos Mapas 5.6, 5.7 e 5.8, a seguir. Vejamos.

Mapa 5.6, 5.7 e 5.8: Emigração Intra-Estadual do Oeste do PR – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

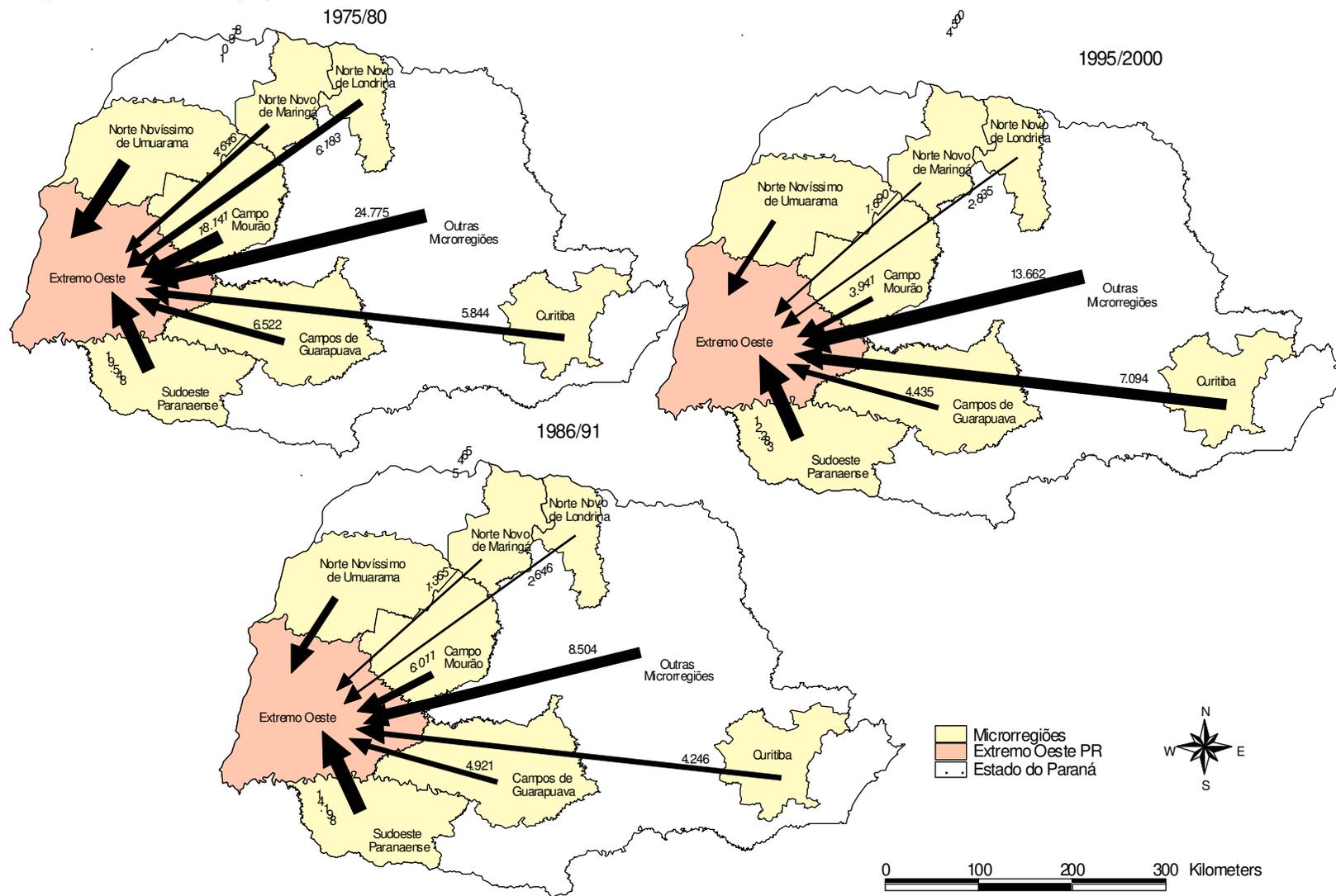
Nos mapas percebe-se claramente que as relações de emigrações intra-estaduais do Oeste do Paraná com outras regiões do Estado, indicam o grande destaque que a região Metropolitana de Curitiba (MHC) - Região 24, tem no processo. Ali se percebe que a seta (Oeste – MRH de Curitiba), que é indicadora do movimento se destina a esta referida área é a maior, justamente em função da intensidade deste fluxo, tal qual indicado anteriormente.

Também se percebe, que além da Região Metropolitana de Curitiba (área mais industrializada e com o setor de serviços mais avançados do Paraná), os principais destinos dos emigrantes intra-estaduais da região Oeste do Paraná, foram às microrregiões detentoras de uma estrutura produtiva similar à existente na própria área sob estudo e mais próximas desta, caso das Microrregiões Homogêneas do Sudoeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umuarama, Campos Gerais, Campo Mourão; ou aqueles que além da MRH de Curitiba são as economicamente mais dinâmicas do Estado, caso das microrregiões homogêneas de Londrina, de Maringá.

Há que se ressaltar também que se pressupõe que os principais destinos dos emigrantes intra-estaduais do Oeste do Paraná foram procurados em função dos seguintes motivos: ou por que detêm grande proximidade com a área, ou por terem as mesmas características produtivas e econômicas, ou, ainda, por se constituírem em microrregiões caracterizadas por um elevado grau de urbanização e com uma economia mais dinâmica; fatores estes que servem de motivadores ao movimento de emigração.

Mudando o foco de nossa análise para os fluxos imigratórios intra-estaduais, o que se verifica é que, de modo similar ao movimento de emigração intra-estadual, as principais origens dos imigrantes intra-estaduais presentes no Oeste do Paraná, também foram as regiões fronteiriças à área, a região Metropolitana de Curitiba e as MRHs de Londrina e de Maringá, fato facilmente perceptível na argumentação e nos dados da Tabela 5.6 e Mapas 5.9, 5.10 e 5.11, a seguir.

Mapa 5.9, 5.10, 5.11: Imigração Intra-Estadual no Oeste do PR – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

Observando-se os mapas das imigrações intra-estaduais direcionadas para a região Oeste do Paraná, percebe-se que, os fluxos deste tipo na área durante os três quinquênios foram oriundos das mesmas regiões que eram locais de destino dos emigrantes intra-estaduais que partiram da área para outras regiões do Estado. De modo que, de 1975 a 1980, as principais regiões de origem dos imigrantes intra-estaduais no Oeste do Paraná foram às que fazem fronteira territorial com a área, seguidas pelas regiões Metropolitana de Curitiba, de Londrina e de Maringá, respectivamente.

Neste quinquênio, a região absorveu um valor aproximado de 96.637 imigrantes intra-estaduais. Sendo que deste total 20,23% eram provenientes do Sudoeste Paranaense; seguido das regiões de Campo Mourão; do Norte Novíssimo de Umuarama; dos Campos de Guarapuava; da Microrregião Norte Novo de Londrina; da região Metropolitana de Curitiba; e 19,35% do total eram originários das outras áreas do Estado. O que chama a atenção neste cenário é o fato de que 11,10% do total do movimento, aproximadamente 10.700 pessoas tinham uma origem ignorada.

De 1986 a 1991 as principais origens destes imigrantes foram também as regiões de fronteira com a área, seguidas pela região Metropolitana de Curitiba, e pelas MRHs de Londrina e de Maringá, respectivamente, sendo que no período o total de imigrantes intra-estaduais na região foi de aproximadamente 47.356 indivíduos. Destes 29,98% eram oriundos da região do Sudoeste Paranaense, sucedida, pelas regiões de Campo Mourão, do de Umuarama, dos Campos de Guarapuava, da região Metropolitana de Curitiba; do de Londrina, de Maringá; e 17,96% do movimento eram de pessoas originárias de alguma das outras dezessete regiões do Estado.

De 1995 a 2000, a região recebeu um total estimado de 50.440 imigrantes intra-estaduais e manteve, como principais locais de origem, as regiões limítrofes à área, seguidas pela região de Curitiba, de Londrina e de Maringá, assim: 24,35% vinham do Sudoeste Paranaense, que tinha, na seqüência as regiões, Metropolitana de Curitiba; Norte Novíssimo de Umuarama; Campos de Guarapuava, de Campo Mourão; Norte Novo de Londrina; sendo que 9,62% tinham origem ignorada, e 28,82% eram provenientes de alguma das demais microrregiões homogêneas do Paraná.

De modo que no transcorrer dos quinquênios, aconteceram na região dois tipos distintos de tendências nos movimentos migratórios: um movimento de imigração intra-estadual que se apresentou em patamares superiores aos da emigração do mesmo tipo empreendida na área de 1975 a 1980, e outro quando nos demais períodos a migração líquida se inverteu e tornou-se

negativa. Esse cenário permite apontar que a migração intra-estadual vivenciada pela região relaciona-se, de forma intensa, com o que ocorreu em algumas outras regiões do Estado, e que elas, pela proximidade ou pela importância econômica configuram-se como locais de fortes inter-relações migratórias com o Oeste do Paraná, comportamento facilmente perceptível quando da análise da Tabela 5.6 e nos mapas 5.6 à 5.11.

Assim é que, por exemplo, quando a região Sudoeste do Paraná se encontrou com a sua capacidade de expansão agrícola por meio extensivo terminada, fato que se deu concomitantemente a um período de crise da economia nacional que prejudicou sobremaneira as pequenas propriedades rurais da área, parte importante dos emigrantes do Sudoeste paranaense dirigiram-se para o Oeste do Estado, que já se encontrava num patamar de desenvolvimento mais avançado.

Esse relacionamento é perceptível se direcionarmos a análise para a questão da migração líquida da região. Ali se verifica que, ao longo dos quinquênios, apenas a MRH Metropolitana de Curitiba recebeu mais emigrantes da área do que enviou migrantes para a lá; sendo que as demais microrregiões alternaram situações de absorção e de expulsão de migrantes do Oeste do Paraná ao longo do tempo conforme oscilaram suas econômicas. Esse comportamento, em termos de fluxos migratórios intra-estaduais ocorridos entre as demais microrregiões do Estado e o Oeste, pode ser visualizado nos mapas.

Apesar de apresentar um volume expressivo de emigração intra-estadual, a área, no quinquênio 1975 a 1980, obteve uma migração líquida positiva de aproximadamente 19.000 indivíduos, o que evidencia seu poder de atração migratória no período. Presume-se, então, que essa atração para a área, via de regra existiu, seja pelos ainda presentes efeitos sinérgicos dos investimentos econômicos efetuados ali na década de 1960, ou pelo processo de expansão territorial agrícola da região via ocupação das últimas áreas (terras), de fronteira, do território da região.

Além da migração líquida positiva no quinquênio de 1975 a 1980, deve-se levar em conta também o efeito de atração da obra de Itaipu e o potencial de expansão econômica e territorial da região, especialmente no setor agrário, dado que a área passava naquele período, talvez pela etapa mais dinâmica da sua economia, tanto no setor rural com a expansão do binômio soja e trigo e do parque agro-industrial da área, seja na consolidação das áreas urbanas e dos

diversos setores atinentes a ela – quais sejam os de serviços, de administração pública, da indústria, etc., que produziram um movimento de absorção de migrantes no período.

Esse panorama explica em grande parte os saldos da migração líquida apresentada pela região; e explica também os fluxos tanto de emigração quanto de imigração intra-estadual da área, que na maior parte do tempo, direcionou-se sempre para as áreas economicamente mais ativas do Estado, ou para as áreas próximas à região, como se pode observar nos mapas apresentados.

Diante deste panorama ambíguo, surge a necessidade de tentar entender melhor este cenário e essa relação da região Oeste do Paraná com as demais áreas do Estado, pois o que se percebe é que a região, de certo modo transformou-se em local de trânsito migratório dentro do Estado, pois recebe e envia um volume respeitável de migrantes intra-estaduais. Este estudo será efetuado mediante a agregação de mais um indicador na análise, no caso o IEM, que permite melhor avaliar esta característica, e cuja aplicação já foi devidamente explicada quando da análise da migração interestadual.

Diante disso, o indicador será estimado tanto para a região quanto para os municípios selecionados. Este indicador, em conjunto com os volumes de emigração e de imigração e a migração líquida nos permite entender que, na região, o comportamento migratório intra-estadual ao longo do período foi caracterizado por movimentos bem distintos, pois, em alguns destes interregnos de tempo, a área apresentou um comportamento repulsor de migrantes, noutros absorvedor; porém apresentou-se, em termos genéricos, com uma conduta de local de circulação de migrantes deste tipo.

Os dados que indicam este comportamento são visíveis na Tabela 5.7 que será apresentada a seguir. Mediante as informações ali listadas percebe-se que, entre 1975 e 1980, á exceção de Marechal Cândido Rondon e de Assis Chateaubriand que foram municípios que se constituíram em áreas de repulsão de migrantes, e de Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu e Medianeira, locais de absorção de migrantes, os demais municípios da região Oeste do Paraná, e a própria região como um todo, constituíram-se em áreas de circulação migratória intra-estadual.

Tabela 5.7: Oeste do Paraná e Principais Cidades da Região - Migração Líquida, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória de 1975-1980 e de 1986-1991.

Município	Migração Líquida (I-E)			Migração Bruta (I+E)			Índice de Eficácia Migratória		
	Última Etapa	Data Fixa		Última Etapa	Data Fixa		Última Etapa	Data Fixa	
	1975-80	1986-91	1995-00	1975-80	1986-91	1995-00	1975-80	1986-91	1995-00
Assis Chateaubriand	-4.793	-1.622	-684	13.783	4.464	4.276	-0,35	-0,36	-0,16
Capitão Leônidas Marques	2.801	-405	1.682	8.197	2.127	4.490	0,34	-0,19	0,37
Cascavel	2.502	871	1.029	37.750	21.211	22.857	0,07	0,04	0,05
Céu Azul	478	-32	-93	3.728	942	673	0,13	-0,03	-0,14
Corbélia	222	164	-413	6.662	1.820	1.187	0,03	0,09	-0,35
Formosa do Oeste	981	-859	-757	8.317	2.267	1.261	0,12	-0,38	-0,60
Foz do Iguaçu	16.933	3.214	-2.777	30.191	18.586	20.205	0,56	0,17	-0,14
Guaíra	-459	-1.134	-2.224	5.265	3.482	3.976	-0,09	-0,33	-0,56
Marechal Cândido Rondon	-1.035	-259	-722	4.239	1.671	2.720	-0,24	-0,15	-0,27
Matelândia	153	-186	-978	4.515	1.744	1.532	0,03	-0,11	-0,64
Medianeira	1.571	700	66	4.847	3.470	3.048	0,32	0,20	0,02
Nova Aurora	-545	-439	-1.197	3.771	1.695	2.003	-0,14	-0,26	-0,60
Palotina	-218	-42	8	3.248	1.762	2.526	-0,07	-0,02	0,00
Santa Helena	-18	-378	-527	3.196	638	1.475	-0,01	-0,59	-0,36
São Miguel do Iguaçu	290	-333	261	3.818	1.349	1.467	0,08	-0,25	0,18
Terra Roxa	-1.497	-602	-696	5.433	2.360	1.564	-0,28	-0,26	-0,45
Toledo	39	1.227	414	9.939	7.703	8.056	0,00	0,16	0,05
Subtotal	17.405	-115	-7.608	156.899	77.291	83.316	0,11	0,00	-0,09
Outras Cidades	1.625	-588	-8.667	17.345	18.124	33.839	0,09	-0,03	-0,26
Total	19.030	-703	-16.275	174.244	95.415	117.155	0,11	-0,01	-0,14

FONTE: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp – organizado pelo autor.

No período seguinte Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Formosa do Oeste, Guaíra, Nova Aurora, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa foram municípios que se constituíram em áreas em que a migração líquida e o IEM apontaram uma postura de evasão de migrantes intra-estaduais; Foz do Iguaçu e Toledo eram municípios de absorção; e os demais da região, e a própria, constituíram-se em novamente áreas de circulação de migrantes intra-estaduais

Esse panorama de circulação migratória regional explica, em grande parte, os saldos da migração líquida apresentada pela região; e explica também os fluxos tanto de emigração quanto de imigração intra-estadual da área que, na maior parte do tempo, direcionou-se sempre para as mesmas áreas do Estado, ou delas vieram, como se pode observar nos mapas. Isso indica, de modo evidente, a grande ligação demográfica que o Oeste do Paraná detém com tais áreas,.

Contudo, no período de 1995 a 2000, há uma intensificação deste movimento e a região passa a apresentar uma quantidade maior de emigrantes intra-estaduais, com valores que superam os de imigrantes do mesmo tipo. Neste processo as trocas migratórias realizadas pela região,

deram-se novamente, entre ela e as mesmas áreas anteriormente apontadas. Esse cenário nos permite inferir que o comportamento demográfico migratório vivenciado pela região Oeste do Paraná é intensamente relacionado ao que ocorre com algumas das MRHs do Estado, e que elas, seja pela proximidade, seja pela importância econômica, configuram-se como locais de fortes inter-relações com a área, comportamento facilmente perceptível quando da análise dos Mapas 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10, e 5.11.

Desse modo, os dados indicam o Oeste do Paraná nos três quinquênios como uma região que detinha, em termos da migração intra-estadual, um perfil de circularidade migratória, onde se percebe que alguns municípios como Cascavel, Toledo e Foz foram os grandes responsáveis tanto pela atração de migrantes paranaenses como pela evasão dos que se sentiram impelidos a emigrar da região.

E se direcionarmos a análise para a questão da migração líquida, o que se vê é que ao longo dos três quinquênios apenas a Microrregião Homogênea Metropolitana de Curitiba recebeu mais emigrantes do Oeste do Paraná do que enviou imigrantes para a área.

As demais regiões do Estado alternaram este comportamento, ora recebendo mais do que enviando migrantes para a região, ora vendo sua emigração para o Oeste crescer e a imigração de lá oriunda diminuir. Alternando então, em síntese migrações, intra-estaduais líquidas positivas com migrações líquidas negativas.

5.4. Dinâmica Migratória Intra-Regional do Oeste do Paraná no período de 1970-2000

Depois da apresentação dos fluxos migratórios interestaduais e intra-estaduais da região Oeste do Paraná, abordar-se-á a seguir os intra-regionais, que são aqueles realizados dentro da própria região. A abordagem desenvolvida teve a intenção de tornar o estudo da questão o mais amplo possível, respeitadas as limitações das informações censitárias. Nesse panorama intra-regional, nosso enfoque objetivou compreender melhor o poder de influência das cidades nos elementos demográficos migratórios da própria região.

Na Tabela 5.8, exposta logo a seguir, estão presentes as informações dos dezessete municípios do Oeste do Paraná detentores dos fluxos migratórios intra-regionais mais

expressivos. Já nos mapas 5.12, 5.13 e 5.14, que se seguem apresentam-se os sete principais municípios da área em termos de participação no total destes movimentos.

Desta maneira, quando se observa o período 1975-1980, percebe-se que na região o total de emigrantes intra-regionais do período foi de aproximadamente 106.000 pessoas, e o município mais representativo desse fluxo foi Cascavel, com uma emigração intra-regional estimada em 14.779 indivíduos, representando 13,93% do total do movimento, vejamos a tabela.

Tabela 5.8: Movimentos Migratórios Intra-Regionais do Oeste do Paraná Tipo Última Etapa e Data Fixa -Períodos de 1975-80, 1986-91 e 1995-2000.

Município	Emigração Intra-Regional						Imigração Intra-Regional					
	Última Etapa		Data Fixa				Última Etapa		Data Fixa			
	1975-1980		1986-1991		1995-2000		1975-1980		1986-1991		1995-2000	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Assis Chateaubriand	8.398	7,91	2.932	4,25	3.111	5,95	3.461	3,26	2.417	3,50	1.207	2,31
Capitão Leônidas Marques	4.762	4,49	3.202	4,64	1.251	2,39	3.087	2,91	1.181	1,71	1.448	2,77
Cascavel	14.779	13,93	8.658	12,55	6.455	12,35	20.284	19,11	13.709	19,86	12.090	23,13
Céu Azul	5.242	4,94	1.205	1,75	833	1,59	3.396	3,20	1.013	1,47	664	1,27
Corbélia	4.913	4,63	1.855	2,69	1.411	2,70	2.461	2,32	1.314	1,90	926	1,77
Formosa do Oeste	2.897	2,73	1.315	1,91	634	1,21	3.051	2,87	1.029	1,49	325	0,62
Foz do Iguaçu	5.846	5,51	5.434	7,87	5.934	11,35	26.081	24,58	9.086	13,17	6.301	12,05
Guaira	1.680	1,58	1.358	1,97	1.129	2,16	1.844	1,74	1.391	2,02	1.027	1,96
Marechal Cândido Rondon	4.738	4,46	3.429	4,97	1.573	3,01	2.933	2,76	2.509	3,64	1.828	3,50
Matelândia	6.360	5,99	2.924	4,24	1.415	2,71	5.543	5,22	1.195	1,73	858	1,64
Medianeira	6.755	6,37	3.300	4,78	2.332	4,46	6.290	5,93	2.776	4,02	2.195	4,20
Nova Aurora	2.936	2,77	1.672	2,42	1.278	2,44	1.452	1,37	1.237	1,79	473	0,90
Palotina	3.838	3,62	1.752	2,54	999	1,91	1.751	1,65	1.646	2,39	814	1,56
Santa Helena	7.256	6,84	2.103	3,05	1.430	2,74	2.615	2,46	1.412	2,05	714	1,37
São Miguel do Iguaçu	8.542	8,05	2.283	3,31	1.291	2,47	4.253	4,01	1.807	2,62	1.433	2,74
Terra Roxa	2.027	1,91	1.084	1,57	895	1,71	1.740	1,64	1.892	2,74	557	1,07
Toledo	7.993	7,53	6.475	9,38	3.963	7,58	7.824	7,37	7.683	11,13	5.921	11,33
Subtotal	98.962	93,25	50.981	73,87	35.934	68,74	98.066	92,41	53.297	77,23	38.781	74,19
Outras	7.161	6,75	18.032	26,13	16.339	31,26	8.057	7,59	15.716	22,77	13.492	25,81
Total	106.123	100,00	69.013	100,00	52.273	100,00	106.123	100,00	69.013	100,00	52.273	100,00

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

A tabela indica que, depois de Cascavel como principal município da região em termos de evasão intra-regional de população no período de 1975 a 1980, seguem os municípios de São Miguel do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Toledo, Santa Helena, sendo que estes municípios em conjunto foram responsáveis por aproximadamente 44% do total de emigrantes intra-regionais do Oeste do Paraná no período, cabendo aos outros quarenta e cinco municípios o restante.

Já no período que vai de 1986 a 1991, pode-se ver que na região o total de emigrantes intra-regionais do período foi de aproximadamente 69.000 pessoas, ou seja, uma redução

aproximadamente 35% no volume deste tipo de migrante na área. Neste período, o município com a maior participação no movimento foi Cascavel, com 12,55% do total. Sucedem-no em termos de participação no movimento Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, e Medianeira, este grupo de municípios em conjunto foi responsável por 39,55% do total da emigração intra-regional, aos demais municípios corresponde o restante do movimento, 60,45%.

No quinquênio seguinte (1995-2000), o cenário de queda no volume total do movimento se mantém e o montante total de emigrantes intra-regionais cai de estimados 69.000 emigrantes do período anterior, para aproximadamente 52.000 indivíduos neste período, uma redução da ordem de 24,26%. Entretanto, quando se analisa o período em questão, percebe-se que a maior parte dos municípios considerados como os mais importantes, em termos de locais de origem dos fluxos de emigração, mantêm-se presentes.

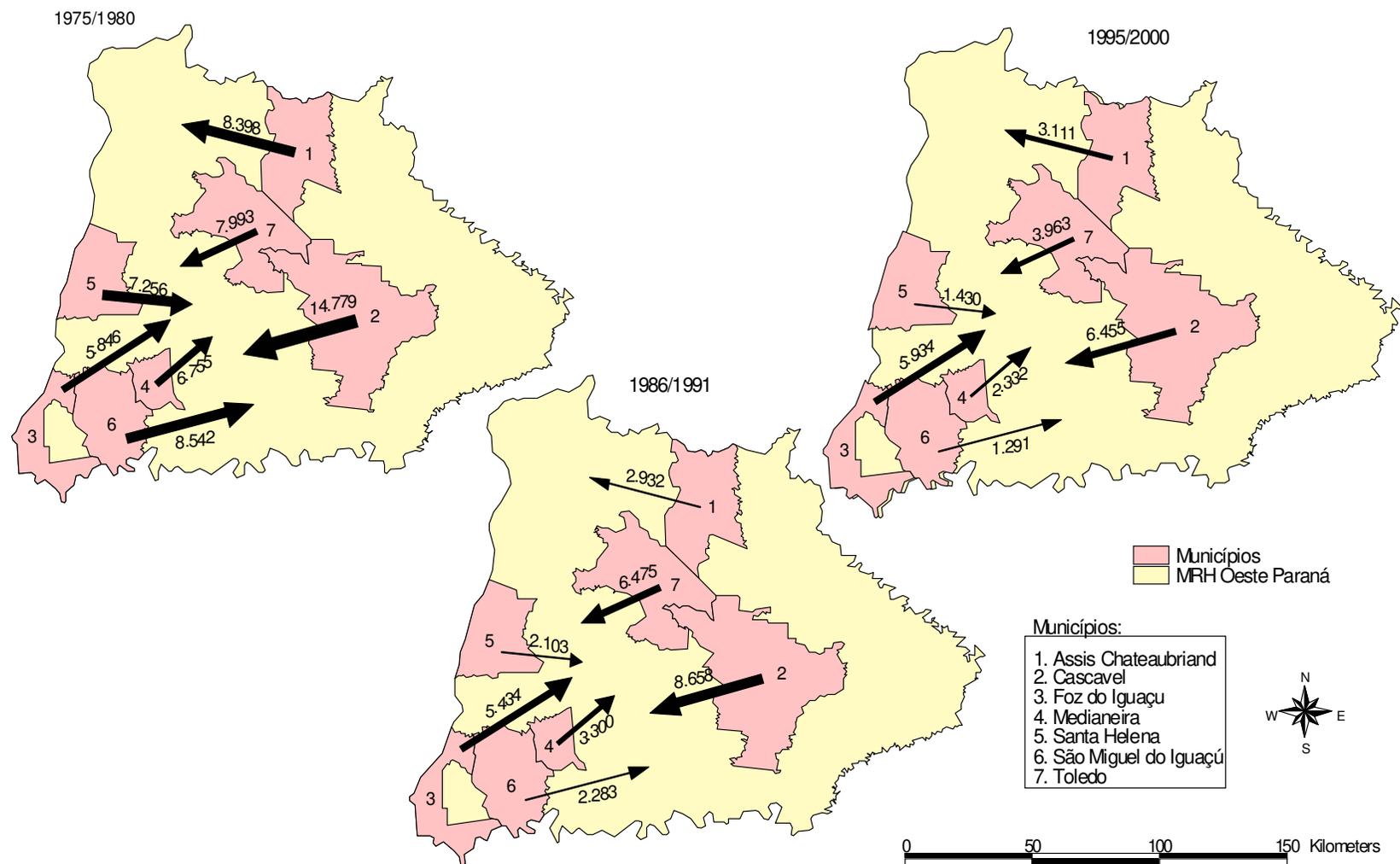
Sendo que Cascavel mais uma vez foi o município ao qual coube a maior participação no total com 12,35% do movimento, seguido de Foz do Iguaçu, Toledo, Assis Chateaubriand e Medianeira. Este conjunto de municípios totalizou 41,69% do movimento, sendo que o restante da emigração intra-regional foi praticada pelos demais municípios da região, que atingiram 58,31% de participação no processo, valor este, que se for rateado entre os 45 que compõem este “restante”, torna-se muito baixo.

Como se pode perceber, durante todos os estes períodos, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu mantiveram-se presentes como importantes locais de origem dos movimentos de emigração intra-regional.

É também evidente quando da análise conjunta da tabela, dos dados gráficos e dos mapas que, do primeiro para o último quinquênio, ocorreu na região uma forte redução do montante total do movimento, redução que se presume ocorreu em função do fato de que boa parte dos municípios da região desenvolveu uma infra-estrutura em termos econômicos e sociais que lhes possibilitou arrefecer os movimentos, e reter de modo mais eficiente os migrantes.

Essa paisagem dos movimentos pode ser visualizada nos Mapas 5.6 a seguir, que apontam em detalhes o comportamento dos principais municípios da região em termos da emigração intra-regional. Os mapas também nos permitem perceber que, durante os períodos, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu mantiveram-se como grandes locais de origem dos movimentos de emigração intra-regional mais fortes da área.

Mapa 5.12, 5.13 e 5.14: Principais Municípios do Oeste do PR em volume de Emigração Intra-Regional 1975-1980 e 1986-1991.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

Dando seqüência à análise e abordando a imigração intra-regional, o que se observa é que, no transcurso do tempo dos quinquênios sob análise, a situação migratória deste tipo de fluxo na região alterou-se razoavelmente em termos de montante, mas não em termos das principais origens dos imigrantes, tal como se pode verificar na Tabela 5.8.

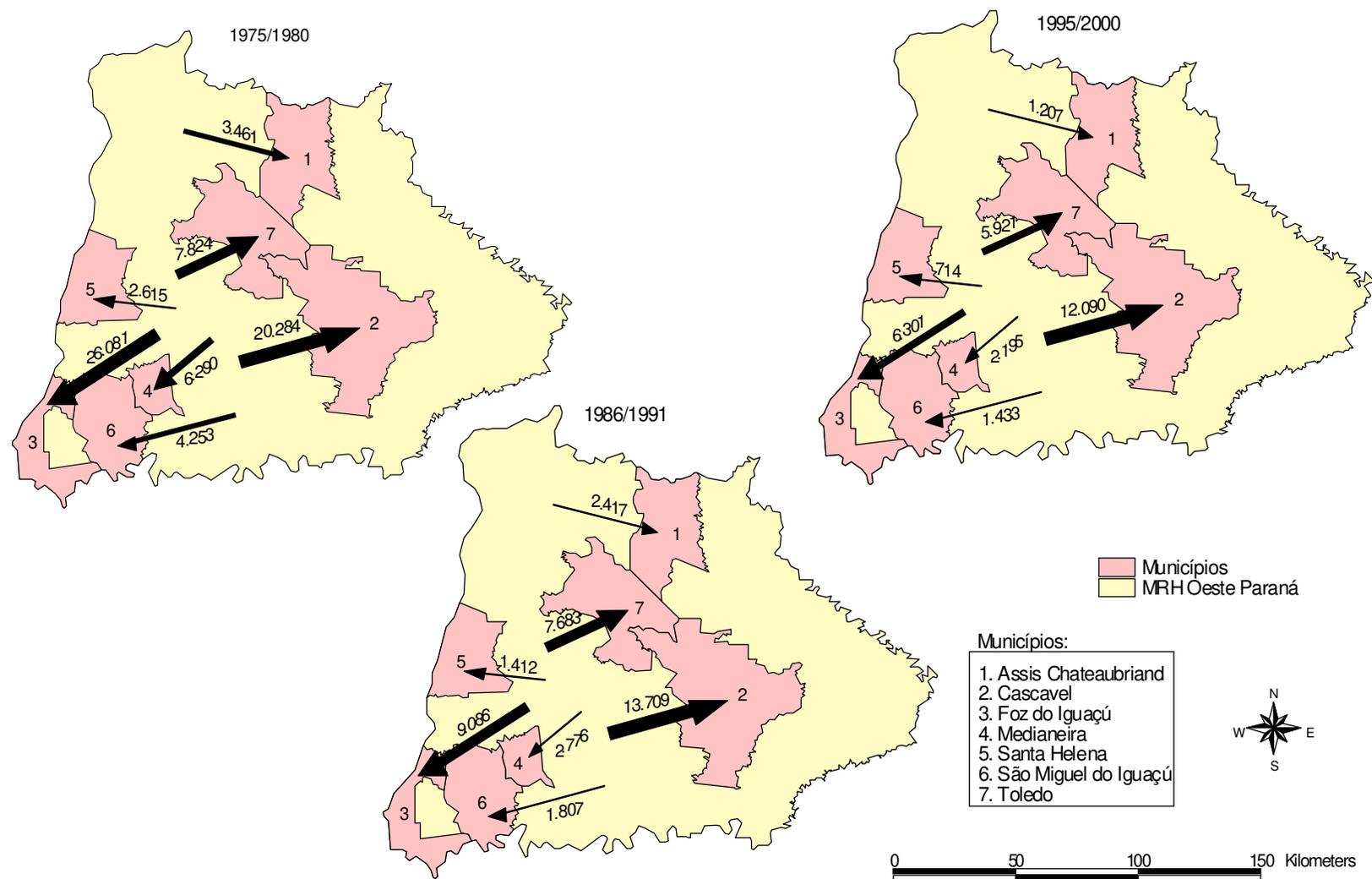
Ali se percebe que, de 1975 a 1980, no total do movimento, o município mais representativo foi Foz do Iguaçu, que absorveu 24,58% do total, valor de aproximadamente 26.000 imigrantes. Os seguintes municípios lhe sucedem: Cascavel, Toledo, Medianeira, Matelândia, os cinco em conjunto totalizam 62,21% da imigração intra-regional do período, ou seja, foram efetivamente os principais locais de destino deste tipo de migração na região.

De 1986 a 1991 ocorre uma importante redução no total do movimento, redução esta que já foi tratada na emigração intra-regional (que obviamente tem o mesmo volume), porém uma análise mais apurada permite perceber que o município mais representativo em termos de absorção de indivíduos oriundos da própria região no período foi Cascavel, com 19,86% do total do movimento. Sucodem-no os seguintes locais: Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, sendo que este grupo de municípios respondeu por 51,82% da imigração intra-regional do Oeste do Paraná no período.

No quinquênio seguinte (1995-2000), como já indicado anteriormente na análise da emigração intra-regional, ocorreu uma queda no total de migrantes dentro da própria região. Apesar disto os municípios apontados como as principais origens do fluxo, do período anterior, mantêm-se presentes. Cascavel foi novamente o município mais representativo absorvendo 23,13% do volume total do fluxo de imigração intra-regional. Sendo que os seguintes municípios lhe sucedem no restante do panorama: Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, municípios que comandaram o processo de absorção dos imigrantes intra-regionais e que, em conjunto, foram responsáveis por 54,21% do movimento.

Assim, o cenário apresentado pela região com referência aos movimentos migratórios intra-regionais, pode ser visualizado nos Mapas 5.15, 5.16 e 5.17, a seguir, que apontam novamente que durante os três quinquênios Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu mantiveram-se como sendo os locais de maior destaque no cenário de migração intra-regional.

Mapas 5.15, 5.16 e 5.17: Principais Municípios do Oeste PR em volume de Imigração Intra-Regional – 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Esses municípios, como se pode verificar nos mapas, em todos os três períodos foram os locais de destino mais importantes da região, constituindo-se nos principais municípios receptores da imigração intra-regional. Nesta exposição, visualiza-se a grande circulação de indivíduos que algumas cidades da região apresentaram no período, notadamente em função do valor de suas trocas migratórias, tal como se verifica tanto nos mapas anteriores e pode-se observar na Tabela 5.9 que será apresentada mais adiante.

Cabe, porém ressaltar que se percebe de modo evidente que alguns municípios da área mais do que outros vivenciaram intensas trocas migratórias, em função dos fluxos migratórios que partiram ou se direcionaram para eles.

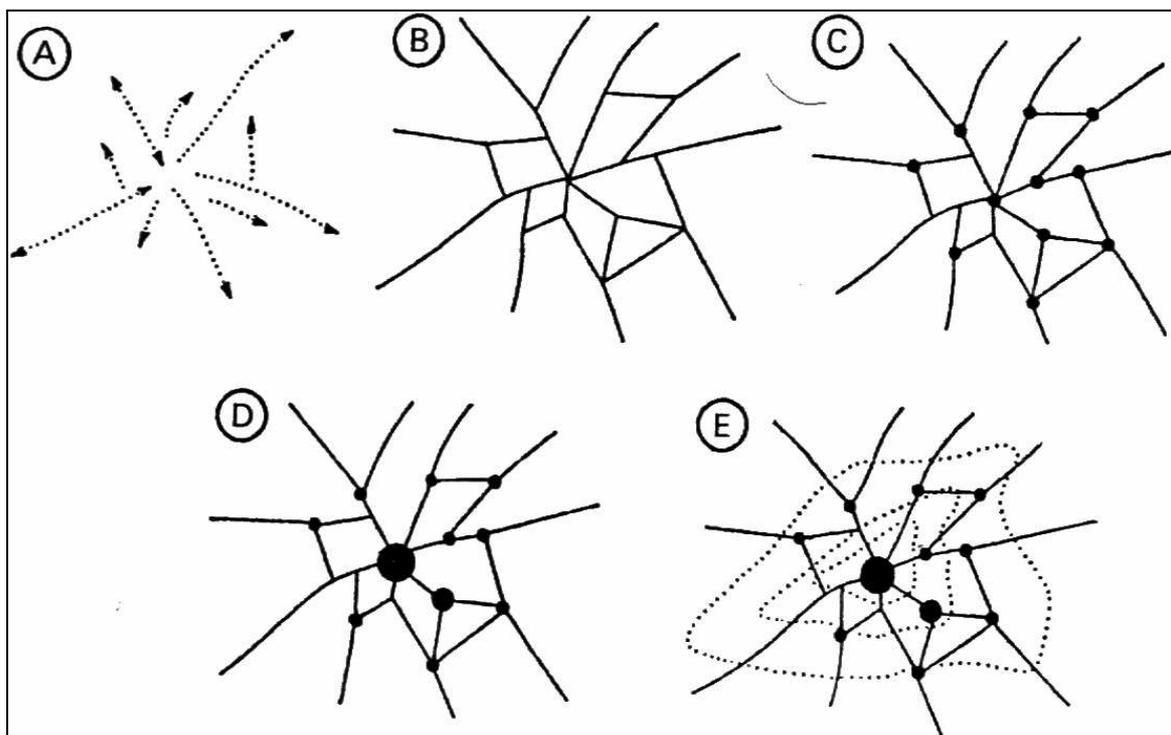
Mediante o exposto até o presente momento e o que se pode perceber pela análise dos mapas, faz-se necessário, segundo nosso entendimento, compreender de forma mais concisa por que motivo, ao longo dos três quinquênios o Oeste do Paraná assumiu um perfil em termos de migração intra-regional no qual os municípios que comandaram o processo resumem-se a três. Porque esta região, principalmente em termos da organização do espaço, da área encontra-se estruturada no em torno destes três locais.

Desta realidade surgiu a necessidade de planilhar o que aconteceu ali de modo mais completo. Assim, recorrendo a Haggett (1973), percebe-se que a evolução do espaço regional é usualmente polarizada pelo espaço urbano. A partir desta constatação, o autor estrutura e fundamenta sua análise por meio de um conjunto de etapas de compreensão do processo, etapas que são apresentadas por ele num esquema que exhibe como a evolução de polarização e urbanização de uma região ocorre, assim vejamos, a Figura 5.1.

Pela Figura 5.1 e mediante as argumentações do autor, vê-se que a organização de uma região polarizada e urbanizada é mantida através de fluxos constantes de indivíduos, de mercadorias, de dinheiro e de informações. Quando há um excesso de fluxos para o interior do sistema, ocorre o desenvolvimento das cidades e a expansão urbana, e a diminuição dos movimentos provoca contrações de cidades. Desta forma, o processo de polarização e urbanização regional se inicia através dos movimentos e fluxos (A); esses movimentos formam uma rede (B), que acarreta na formação de nós e/ou pólos (C). E é na etapa posterior que se dá a configuração da hierarquia das cidades (D). A última etapa configura uma região, com pólos e hierarquias já definidos (E). Sendo que a formação das

regiões urbanas e polarizadas ocorre nas três últimas etapas, através da intensidade de fluxos e refluxos.

Figura 5.1: Etapas de Polarização, Urbanização e Movimentação Populacional



Fonte: Elaboração do Autor a partir de Haggett, 1973.

Espelhando-se na figura e em sua interpretação transposta para a região Oeste do Paraná, nota-se que na área ocorreu um processo muito similar ao ali exposto. Isto porque, o esquema “A” de certo modo retrata a expansão extensiva da ocupação do Oeste paranaense por parte da população, notadamente migrante. Nosso pressuposto é o de que este esquema mais o “B” indicam o processo de evolução da área. O primeiro representa a chegada dos colonos que se espalham pela região mediante a aquisição de propriedades notadamente rurais.

Com o tempo, seja por questões de relacionamentos pessoais antecedentes (redes sociais anteriores), seja pela proximidade da atividade econômica ou pela interferência das colonizadoras formaram-se diversos núcleos urbanos na região, na forma de distritos e vilas, todos eles pertencentes a um único município, Foz do Iguaçu, como já exposto. O

esquema “B” apontaria então o estabelecimento das rotas de comunicação e transporte entre estes pequenos núcleos populacionais e a sede do município, que serviram para a circulação de pessoas, transporte de mercadorias e de produtos, etc.

A etapa “C”, analogicamente, aponta o estabelecimento de núcleos urbanos mais estruturados, que servem de apoio às necessidades dos indivíduos, principalmente daqueles alocados em áreas rurais mais distantes. Tal comportamento é condizente com o processo de colonização ocorrido no Oeste do Paraná, que levou ao surgimento de cidades que se hierarquizaram fazendo surgir na etapa “D”, os pólos regionais (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo). A etapa “E” apresentaria então justamente a maturação desse processo, quando se vê o surgimento de um pólo econômico demográfico regional central, que, via de regra, influi em todo o comportamento da região, que, no caso do Oeste do Paraná, vem a ser Cascavel.

Do mesmo modo, Silva, Rippel e Lima (2000) afirmam que o surgimento do pólo é uma conseqüência do processo de desenvolvimento. Neste caso, o desenvolvimento é caracterizado como um fenômeno desequilibrado, de forma que forças poderosas induzem à concentração espacial do crescimento econômico, em torno de pontos (núcleos urbanos) onde este processo se inicia. Esse fato transparece na configuração histórica do território do Oeste do Paraná¹¹⁰, com o movimento de consolidação de alguns municípios como pólos econômicos e demográficos da região.

Essa realidade fez aflorar na área uma característica migratória interessante, a de que tais municípios constituem-se em locais de circularidade migratória, de modo que, com a intenção de apresentar esse processo, aplicamos também ao caso da migração intra-regional regional o cálculo dos Índices de Eficácia Migratória, o que pode ser verificado na Tabela 5.9, a seguir.

¹¹⁰ Deve-se ressaltar que a região deve ser entendida como a área de influência de um pólo. Nesse sentido, as regiões se organizam em torno de uma cidade central, que polariza em torno de si principalmente a economia e a população, dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas. Assim, o espaço polarizado, organizado em torno de uma cidade (pólo), é uma região (ANDRADE, 1987).

Tabela 5.9: Movimentos Migratórios Intra-Regionais do Oeste do Paraná Migração Líquida, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória. Do Tipo Última Etapa. Períodos de 1975-1980 e 1986-1991.

Município	Migração Líquida (I-E)			Migração Bruta (I+E)			Índice de Eficácia Migratória		
	Última Etapa	Data Fixa		Última Etapa	Data Fixa		Última Etapa	Data Fixa	
	1975-80	1986-91	1995-00	1975-80	1986-91	1995-00	1975-80	1986-91	1995-00
Assis Chateaubriand	-4.937	-515	-1.904	11.859	5.349	4.318	-0,42	-0,10	-0,44
Capitão Leônidas Marques	-1.675	-2.021	197	7.849	4.383	2.699	-0,21	-0,46	0,07
Cascavel	5.505	5.051	5.635	35.063	22.367	18.545	0,16	0,23	0,30
Céu Azul	-1.846	-192	-169	8.638	2.218	1.497	-0,21	-0,09	-0,11
Corbélia	-2.452	-541	-485	7.374	3.169	2.337	-0,33	-0,17	-0,21
Formosa do Oeste	154	-286	-309	5.948	2.344	959	0,03	-0,12	-0,32
Foz do Iguaçu	20.235	3.652	367	31.927	14.520	12.235	0,63	0,25	0,03
Guairá	164	33	-102	3.524	2.749	2.156	0,05	0,01	-0,05
Marechal Cândido Rondon	-1.805	-920	255	7.671	5.938	3.401	-0,24	-0,15	0,07
Matelândia	-817	-1.729	-557	11.903	4.119	2.273	-0,07	-0,42	-0,25
Medianeira	-465	-524	-137	13.045	6.076	4.527	-0,04	-0,09	-0,03
Nova Aurora	-1.484	-435	-805	4.388	2.909	1.751	-0,34	-0,15	-0,46
Palotina	-2.087	-106	-185	5.589	3.398	1.813	-0,37	-0,03	-0,10
Santa Helena	-4.641	-691	-716	9.871	3.515	2.144	-0,47	-0,20	-0,33
São Miguel do Iguaçu	-4.289	-476	142	12.795	4.090	2.724	-0,34	-0,12	0,05
Terra Roxa	-287	808	-338	3.767	2.976	1.452	-0,08	0,27	-0,23
Toledo	-169	1.208	1.958	15.817	14.158	9.884	-0,01	0,09	0,20
Subtotal	-896	2.316	2.847	197.028	104.278	74.715	0,00	0,02	0,04
Outras Cidades	896	-2.316	-2.847	15.218	33.748	29.831	0,06	-0,07	-0,10
Total	0	0	0	212.246	138.026	104.546	0,00	0,00	0,00

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp.

Conforme os dados da Tabela 5.9, vê-se que, na região, no quinquênio de 1975 a 1980, em termos de movimento migratório intra-regional, os municípios de Assis Chateaubriand, Corbélia, Marechal Cândido Rondon, Nova Aurora, Palotina, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu constituíram-se em locais que em função de seu IEM e dos demais indicadores apresentados, podem ser classificados como municípios nos quais ocorreu o fenômeno da repulsão migratória, porém em níveis reduzidos. Neste período Foz do Iguaçu foi o único município da região que apresentou um índice de absorção migratória importante, sendo que isto ocorreu basicamente em função da efervescência econômica do local, que vivenciava o início das obras da hidrelétrica de Itaipu, fato que tornou o município local de expressivo fluxo de imigração intra-regional.

Há que se destacar ainda, que no período, apenas os municípios de Assis Chateaubriand, Corbélia, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu poderiam ser classificados como locais de repulsão migratória, pois atingiram valores significativos de imigração líquida negativa e de IEM que os apontam como tais. Os demais municípios da região apresentaram índices que os classificam como locais de circularidade de migrantes,

alternando valores positivos e negativos no processo, e estes locais recebiam e repeliam indivíduos em graus de intensidade muito próximos. Este também é o resultado obtido pela região como um todo, pelos demais municípios da área e pelo conjunto dos 17 selecionados¹¹¹.

Com referência ao período seguinte (1986-1991), os dados apontados na tabela indicam que existia no período um caráter de circulação de indivíduos por parte de alguns municípios da região, notadamente em função do valor de suas trocas migratórias, tal como também se verifica nos mapas anteriores. Há que se destacar, porém, que se visualiza, de forma evidente que alguns deles, mais do que outros, vivenciaram trocas e movimentos mais intensos.

Conforme os dados apontados da Tabela 5.9, vê-se que, na região, no quinquênio de 1986 a 1991, em termos de movimento migratório intra-regional, Capitão Leônidas Marques e Matelândia eram cidades que podiam ser classificadas como sendo locais de repulsão migratória. Já Cascavel e Foz do Iguaçu eram municípios nos quais os dados de emigração e de imigração, migração líquida e valores de IEM classificavam-nos como locais de absorção de migrantes; os demais municípios da região comportaram-se durante o período como áreas de circulação de migrantes, ou seja, estes locais recebiam e repeliam indivíduos em graus de intensidade muito próximos.

Com referência ao período seguinte (1995-2000), os dados apontados na tabela indicam que Matelândia, Assis Chateaubriand, Nova Aurora e Formosa do Oeste e eram municípios que se apresentaram como locais de repulsão migratória; que Cascavel apresentou um comportamento de absorção de migrantes e que as demais cidades da área apresentaram um comportamento caracterizado por circulação de migrantes intra-regionais.

E, mais uma vez, similarmente ao quinquênio anterior, calculando IEM intra-regional para o conjunto dos dezessete municípios selecionados e levando em consideração os demais indicadores apresentados, verificou-se que, de 1986 a 1991, eles se constituíam numa área classificada como de circulação migratória. Já com os demais municípios da

¹¹¹ Com a região como um todo, encontramos novamente 0,00 e não poderia ser diferente, pois, como tratamos de migração dentro do específico território de uma região, tanto os emigrantes quanto os imigrantes intra-regionais, quando tratados no total, devem ser equivalentes, pois os indivíduos circulam dentro da própria região.

região encontramos o valor de IEM negativo, mas que mantém a característica circulação de pessoas da região.

Ao analisar o quinquênio 1995 a 2000, vê-se que os indicadores da migração e em especial o IEM intra-regional para o conjunto dos dezessete municípios selecionados, os mantêm classificados como locais de circulação migratória. Já com os demais municípios da região encontramos a mesma característica de circulação de pessoas da região.

Este conjunto de informações nos permite perceber o efetivo caráter de circulação de indivíduos migrantes que o Oeste do Paraná desenvolveu ao longo dos três quinquênios, período no qual alguns municípios da região historicamente apresentaram um comportamento de cidades-pólo.

Comportamento este que, de certo modo, é condizente com a argumentação e a exposição de Haggett (1973), da qual fizemos uso, e que nos permite apontar que a evolução do espaço regional do Oeste do Paraná foi polarizada em termos migratórios pelos espaços urbanos da área. E de modo especial pelo município de Cascavel.

Ademais viu-se, nesse capítulo, no caso do cenário inter-estadual, que os fluxos migratórios vivenciados pela região foram sempre direcionados para os Estados que são mais próximos a área, ou configuram-se nas maiores econômicas do país, ou que eram considerados áreas de fronteira agrícola nacional no início do processo.

No panorama dos movimentos migratórios intra-estaduais, percebe-se que os principais destinos dos emigrantes do Oeste do Paraná foram à região metropolitana de Curitiba, as regiões de Londrina e Maringá, áreas de maior força econômica do Estado ou ainda as regiões do Estado do Paraná, fronteiriças ao Oeste, que eram dotadas de estruturas econômicas similares à região.

Finalmente na paisagem intra-regional, o que se percebeu, é que no período, em termos dos fluxos migratórios da área, seja no movimento de emigração ou no de imigração, é que três municípios historicamente comandaram o processo, quais sejam, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Não por acaso, estes são os municípios do Oeste do Paraná que são histórica e atualmente os detentores das maiores populações e economias da região.

VI - CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

Neste capítulo são apresentadas algumas das características dos migrantes da região no período sob estudo. Serão analisadas várias, entre elas as distribuições por sexo e idade dos migrantes, bem como a sua qualificação educacional. Tais elementos são importantes para a compreensão da região e dos papéis que a migração representou no seu desenvolvimento. Avaliou-se especialmente de que forma ela aconteceu. Analisam-se também os tipos dos arranjos familiares dos chefes migrantes e as formas de suas inserção nos setores produtivos da área.

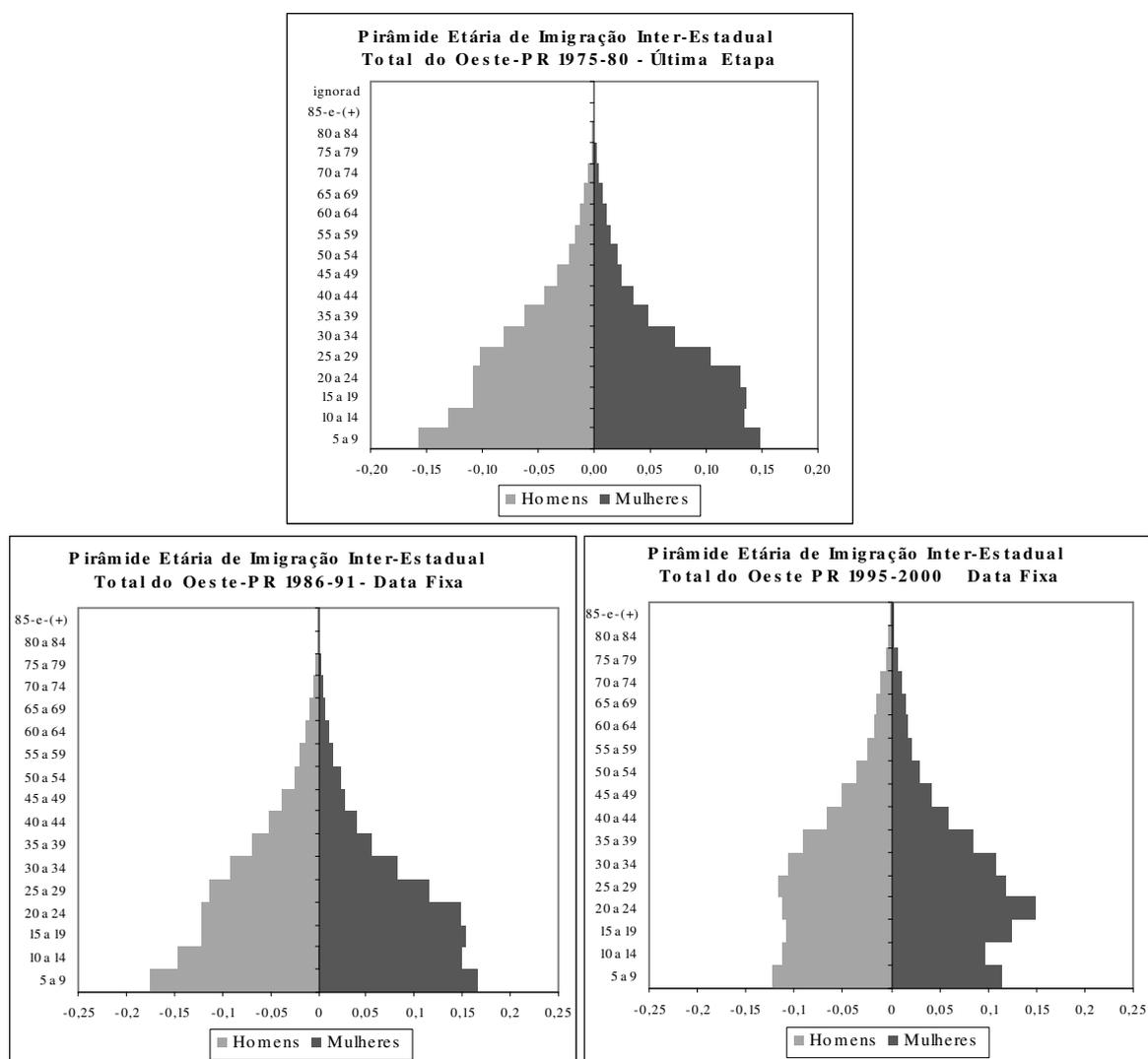
Como já mencionado, as transformações ocorridas no país e no Estado implicaram em importantes transformações demográficas na região, parte delas apontadas pelo Ipardes (1997), que foram decorrentes do acentuado declínio dos níveis de fecundidade e das taxas de mortalidade nacional e regional, bem como da configuração de novos processos migratórios no território do Brasil e no Paraná, cenário este no qual o Oeste do Paraná teve relevante papel, e que historicamente afetou a composição etária e de sexo de sua população.

Estes acontecimentos rebateram em várias faixas de idade dos migrantes da região, fato perceptível nas pirâmides etárias que serão apresentados no decorrer do capítulo. Por meio delas e dos demais indicadores revelam-se aspectos fundamentais relacionados à seletividade do fenômeno migratório na região, principalmente quando esta é estratificada por sexo e idade. Isto porque, tal qual indicado, populações como as do Oeste do Paraná, que historicamente foram submetidas a intensas transformações econômicas, apresentam, via de regra, alterações demográficas importantes, pois vêem seus fluxos migratórios se modificaram, especialmente em suas estruturas etárias e de sexo, de qualificação educacional, e de composição familiar.

Com esse fato concorda Cunha (2003a). Assim, a análise dos migrantes na área, especialmente das faixas etárias afetadas, configura-se em fator essencial para entender como ocorreu esse processo. Como cada tipo de movimento migratório gera fluxos distintos e apresenta características próprias. Analisam-se, então, as pirâmides migratórias, também organizadas em diferentes processos: interestaduais, intra-estaduais e intra-regionais.

Enfocando-se, assim, a imigração interestadual, observa-se que, no quinquênio de análise de 1975 a 1980, na região, a distribuição por grupos de idade não apresenta indivíduos na faixa etária da base da pirâmide, isto porque a informação de data fixa não permite captar essa informação, vez que a pergunta deste quesito informativo da migração nos censos refere-se como já apontado, ao local de residência cinco anos antes, de modo que crianças de zero a cinco anos de idade não são captadas por essa informação. Isto se percebe nos Gráficos 6.1, 6.2 e 6.3, abaixo.

Gráficos 6.1, 6.2 e 6.3: Pirâmides Etárias de Imigração Inter-Estadual no Oeste-PR 1975-2000



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp.

Ademais, a pirâmide de 1975-80 apresenta concentração de indivíduos nas faixas etárias centrais, que aglutinam parte da população em idade ativa de 20-40 anos. Pressupõe-se, a respeito disto, que esta situação seja resultante da maior disposição a migrar que estes indivíduos detêm. Tal disposição ocorre dada a busca de melhores condições de trabalho, e de inserção econômica e social; bem como do fato de a região ter sido grande absorvedora de migrantes em idade ativa no período, tanto no setor primário regional, que ainda possuía capacidade de absorver migrantes, como pelos setores secundário e terciário, que se encontravam em franca expansão e podiam assimilar novos indivíduos. (Rippel, 1995).

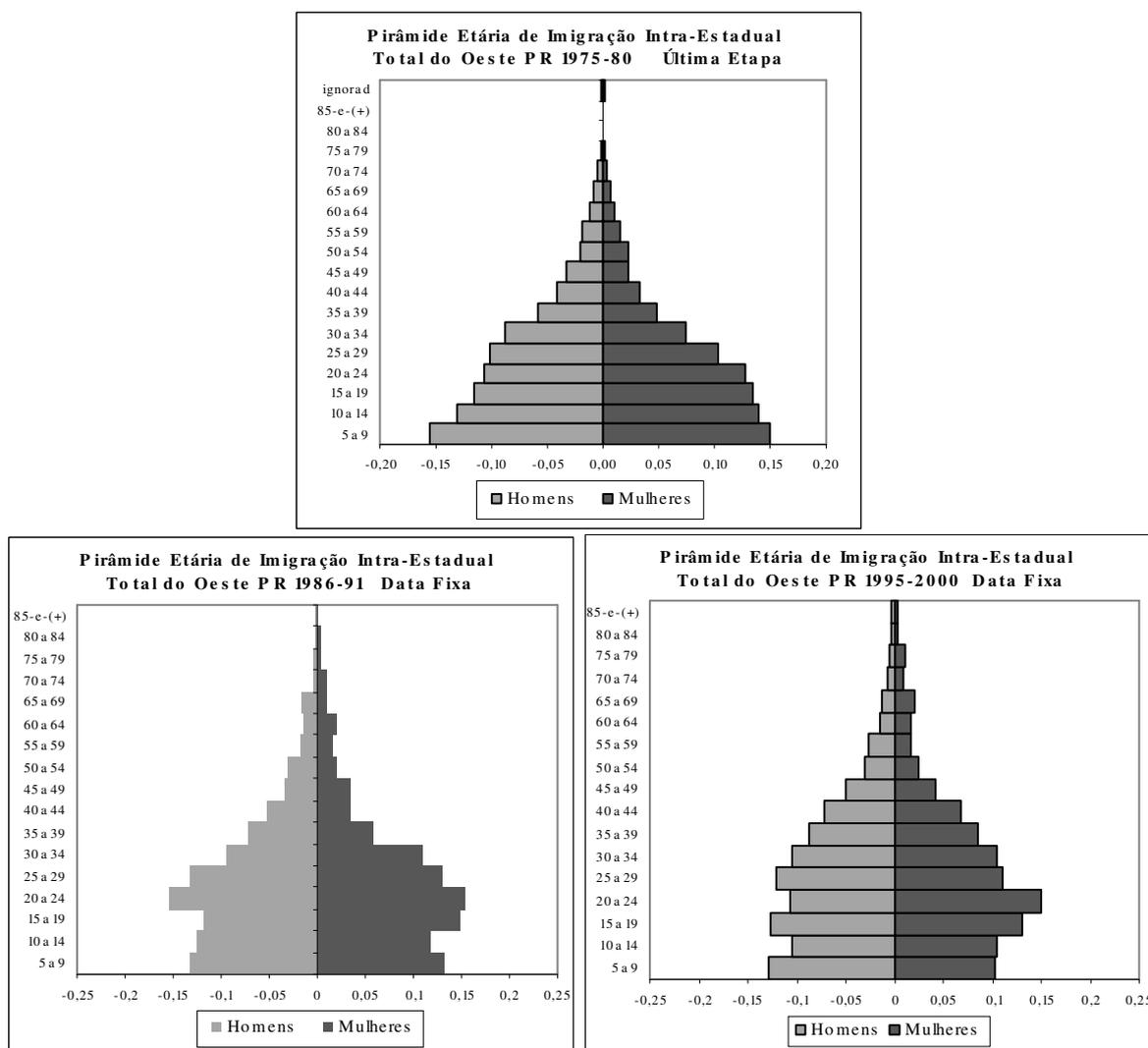
De 1986 a 1991, esse tipo de migração na região em termos de sua composição por sexo e idade modificou-se pouco em relação ao período anterior, mas muito em termos de volume, que se reduziu muito. O que mudou foi a composição da população migrante, pois a participação masculina no processo cresceu mais que proporcionalmente que a feminina, especialmente nas faixas etárias que vão dos 15 até os 49 anos.

Presume-se que isto possa ser resultante do comportamento da economia da região, pois, segundo Piffer (1997), neste período ocorreu à consolidação dos principais setores econômicos da área, principalmente a agroindústria, setor altamente absorvedor de mão-de-obra masculina, fato que estimulou uma ligeira elevação da participação dos homens no processo. Há que se ressaltar que isto também é devido possivelmente à redução do movimento da imigração, redução esta provavelmente motivada pelo fato de que a região teve reduzida sua capacidade de absorver novos migrantes, e com isso se elevou o crivo de exigências para a inserção dos que passaram a imigrar. O que fez parecer, que migração feminina proporcionalmente a masculina caiu, mas, na verdade, o que ocorreu foi uma intensificação da migração masculina dadas as maiores possibilidades destes se inserirem produtivamente.

De 1995 a 2000, a imigração interestadual na região apresentou-se mais envelhecida, pois cresceu a proporção dos indivíduos captados nos grupos etários mais avançados da pirâmide, de modo que esta encolheu em sua base, e por outro lado, se expandiu no topo, indicando que, proporcionalmente um volume maior de pessoas de idades mais avançadas do que jovens imigraram para a região. Há, porém, que se relativizar esta ocorrência em função do fato de que, muito provavelmente isto também é resultante da redução da migração ocorrida na área, e em particular da familiar.

Vejamos agora o cenário da imigração intra-estadual. Percebe-se que neste movimento de 1975 a 1980 o formato da pirâmide etária de imigração intra-regional é muito similar ao da imigração interestadual do mesmo período, o que indica, via de regra, que este momento ainda era um espaço de tempo no qual ocorria um processo de ocupação do Oeste do Paraná, essencialmente caracterizado por uma migração familiar. Vejamos.

Gráficos 6.4, 6.5 e 6.6: Pirâmides Etárias de Imigração Intra-Estadual no Oeste-PR 1975-2000



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Analisando-se as pirâmides intra-estaduais, há que se ressaltar porém, que a similaridade termina aí, já que no período de 1986 a 1991 diferentemente dos movimentos interestaduais, na imigração intra-estadual que a região vivenciou, deu-se uma maior

concentração de homens nas faixas etárias dos 15 até os 39 anos de idade. Diante disso, supõe-se que esta situação seja resultante de uma maior propensão a migrar dessas faixas etárias, e do fato de que a região, no período, era grande absorvedora de indivíduos em idade ativa que se inseriam no setor agroindustrial da área, que se encontrava em acelerada expansão no período.

Assim, a distribuição etária e de sexo dos imigrantes no período revela que os homens aparentemente migraram mais para a região do que as mulheres em todas as faixas etárias, porém existe na pirâmide uma certa proporcionalidade de uma faixa etária masculina mais avançada com as faixas etárias femininas posteriores, o que nos leva a supor que, além dos fatores citados que influíram no processo, que o processo estivesse ocorrendo em função de imigração familiar.

De 1995 a 2000 viu-se, na região, o estreitamento da base da pirâmide e o alargamento de várias outras, indicando, de modo geral, um processo de envelhecimento no conjunto destes indivíduos, vez que cresceu a proporção de indivíduos captados em faixas etárias mais velhas.

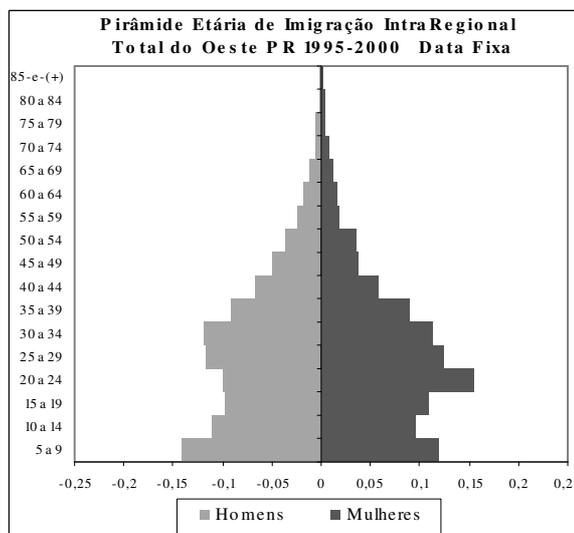
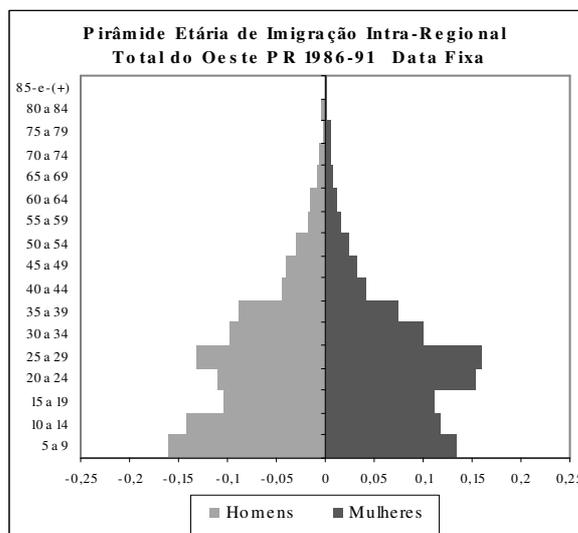
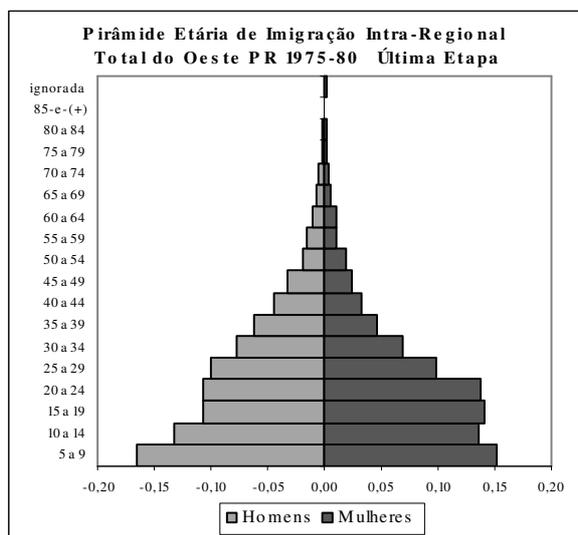
Desse modo, a pirâmide encolheu na base e cresceu no topo. O pressuposto aqui é o de que mais pessoas em idade ativa migraram para a região; pois, no panorama migratório intra-estadual total do período, o número de imigrantes masculinos superou o feminino, em quase todas as faixas etárias. E, nesse período, segundo Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001), a região encontrava-se em franca expansão de setores produtivos agroindustriais, e estes em sua maioria, empregam mais mão-de-obra masculina.

Outra possível explicação apóia-se no fato de que no Oeste do Paraná, as características de região de fronteira, altamente atrativas aos imigrantes foram se esgotando, e, o volume dos fluxos diminuindo, de tal modo que quem passou a migrar para a região no quinquênio de 1995 a 2000, o fez em idades mais avançadas pela própria necessidade que estes indivíduos tiveram de se qualificar, para poderem se inserir produtivamente na área. Isso porque, os crivos, e a seleção dos imigrantes em termos de possibilidade de inserção subiu, e quem imigrou o fez numa faixa etária mais elevada.

Já no panorama migratório intra-regional, o que se percebe é que o processo deu-se novamente nos mesmos moldes dos demais movimentos migratórios vivenciados pela região, pois a pirâmide do período de 1975 a 1980 aponta para um cenário análogo ao dos

outros movimentos migratórios já analisados, porém ali se percebe que a base é expandida na primeira faixa etária, superior as dos movimentos interestaduais e intra-estaduais, mas que porém se reduz nas demais. Vejamos os gráficos 6.7, 6.8 e 6.9.

Gráficos 6.7, 6.8 e 6.9: Pirâmides Etárias de Imigração Intra-Regional no Oeste-PR 1975-2000



Fonte: FIBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais: NEPO / Unicamp

Nesse cenário, as faixas etárias que vão dos 15 aos 29 anos apresentaram o predomínio de imigração feminina, nas demais masculina. Vê-se então que no movimento, a concentração maior de indivíduos ocorreu nas populações em idade ativa. Isso de certo modo confere com o momento econômico vivenciado pela região, de franca expansão de sua fronteira territorial e crescimento de diversos setores da economia, capitaneados por

alguns municípios que se tornaram grandes absorvedores destes migrantes regionais, o que torna presumível que grande parte do conjunto dos imigrantes era de famílias.

Pois nessa época na área e no próprio país ainda se vivia um processo de transição demográfica incompleto, mais ainda em regiões de fronteira, onde o usual era a existência de famílias com um maior número de filhos e ainda existia uma necessidade de mão-de-obra elevada, especialmente no campo. (Fleischfresser, 1988).

De 1986 a 1991 ocorreram na região alterações econômicas e sociais que influíram nos movimentos dos imigrantes regionais. A pirâmide referente a estes movimentos (Gráfico 6.8) aponta uma forte alternância de predominância de sexo dos migrantes em termos de participação no total, especialmente em alguns grupos etários (dos 20 aos 39 anos).

Apesar dos movimentos migratórios mais importantes concentrarem-se ainda nas idades ativas, eles alternaram-se em termos de faixas etárias e de gênero, ora foram masculinos os movimentos mais importantes, ora foram femininos. Percebe-se assim que as faixas etárias que vão dos 15 aos 39 anos, masculinas e femininas, foram as que mais agregaram indivíduos nos deslocamentos ocorridos dentro da região e isso somado as alterações no perfil da distribuição da população, se constitui em mais um indicador da modificação da base produtiva regional da área no período.

De 1995 a 2000 esse cenário de alternância dos sexos nas faixas etárias que mais absorveram imigrantes intra-regionais se manteve, o que se modificou foi à própria forma da pirâmide, que se tornou mais concentrada, assumindo um formato mais retangular, indicando a acomodação da absorção de imigrantes, e o envelhecimento dessa população; bem como a concentração dos mesmos nas faixas que vão de 20 a 49 anos. Vê-se ali também presente um certo equilíbrio em termos de intensidade, dos gêneros de pessoas migrantes.

Diante de todo este panorama, e à luz do que os períodos e as pirâmides nos indicam, o que se pode presumir, olhando-se para distribuição de sexo e de idade que as pirâmides apontam, é que, estamos diante de uma imigração de famílias que aos poucos foi se reduzindo e modificando, tal qual foi se alterando o próprio perfil produtivo da região e suas características demográficas.

Desse modo, a maior parte dos movimentos foi, na verdade, realizada por famílias, porque se percebe alguns fatos interessantes, quais sejam: olhando-se para as três pirâmides verifica-se que todas detêm uma base larga o que indica a presença de uma população infantil grande, e um meio que se estreita o que indica a presença de casais, de tal modo que, juntando-se estes dois fatores pode-se pressupor a imigração de famílias.

A esta constatação outro fato se agrega como indicador da migração de famílias, pois nelas se percebe a presença de casais no movimento migratório, fato visível quando da constatação da diferença de idade que se percebe nas pirâmides nas idades centrais. Ali se identifica uma quantidade de mulheres mais jovens (especialmente nas faixas etárias de 20 a 29 anos) e de homens um pouco mais velhos (de 25 a 34 anos) que se contrabalançam e presumivelmente apontam para uma migração de casais, e que é perfeitamente condizente com o padrão de comportamento da sociedade brasileira em geral, qual seja o de casais formados por homens um pouco mais velhos e mulheres pouco mais jovens.

Outra indicação que as pirâmides apontam, e que também corrobora a idéia de imigração de famílias, é a de que existem alguns “buracos” – ou – “recuos” em algumas faixas etárias, que podem estar perfeitamente indicando a existência de famílias que foram captadas no momento inicial de seu ciclo vital enquanto famílias, pois na parte de cima das pirâmides estariam os casais e em baixo as crianças.

Ao mesmo tempo em que essas transformações demográficas e econômicas são fenômenos que atuaram na estrutura etária dos migrantes da área, eles provocaram efeitos na composição da população regional, vez que ali intensos deslocamentos populacionais ocorreram. Nesse cenário, há que se destacar que tais constatações suscitadas pelas pirâmides são corroboradas pela observação da distribuição dos chefes de famílias migrantes na região, sejam eles interestaduais, intra-estaduais ou intra-regionais, organizadas por tipos de arranjos familiares.

Isso evidencia que, ao longo do tempo, independentemente do tipo de imigração, a maior parte dos chefes migrantes da área deslocaram-se para a mesma em família, pois, como se pode verificar na Tabela 6.1 a seguir, o arranjo familiar de “casal com filhos” foi o mais importante detectado nos imigrantes do oeste no Oeste do Paraná no três períodos.

Tabela 6.1: Arranjos Familiares dos Chefes de Família Imigrantes no Oeste do PR Organizados por tipo de Migração – 1980, 1991 e 2000.

Espécies de Arranjos Familiares	Tipos de Movimentos Migratórios - Valores em Percentual								
	Imigração Interestadual			Imigração Intra-Estadual			Imigração Intra-Regional		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Indivíduo sozinho / domicílio coletivo	6,59	2,10	1,74	3,23	2,22	2,13	3,20	2,13	1,54
Responsável sozinho	2,79	4,65	7,43	3,12	4,71	10,75	2,37	3,87	6,87
Casal sem filhos	9,92	12,40	11,26	9,09	11,10	13,97	8,34	11,19	12,50
Casal com filhos	63,01	54,86	53,59	66,03	56,22	49,73	66,89	58,06	54,70
Casal sem filhos e com parentes	1,16	2,95	1,46	1,10	2,58	1,34	1,30	1,93	1,71
Casal com filhos e com parentes	6,94	7,54	8,87	6,86	8,87	6,98	7,27	7,75	8,46
Casal com ou sem filhos e com agregados	0,77	0,61	0,20	0,76	0,46	0,77	0,66	0,49	0,24
Casal com filhos, agregados e parentes	0,08	0,02	0,07	0,13	0,06	0,00	0,06	0,05	0,01
Chefe com filhos	4,17	10,17	8,80	5,29	7,92	7,00	5,76	9,51	6,94
Chefe com filhos e parentes	0,83	0,96	2,81	0,77	1,49	1,96	0,79	1,22	2,07
Chefe sem filhos e com parentes	1,61	2,11	2,45	1,58	2,24	2,71	1,28	1,85	2,96
Chefe com filhos e agregados	0,04	0,06	0,11	0,07	0,06	0,32	0,08	0,06	0,11
Chefe sem filhos e com agregados	0,12	0,24	0,30	0,16	0,50	0,61	0,14	0,14	0,64
Chefe com filhos, parentes e agregados	0,00	0,00	0,03	0,02	0,00	0,00	0,03	0,01	0,03
Famílias com pensionistas	1,87	1,20	0,67	1,72	1,28	1,39	1,74	1,52	1,07
Outros tipos	0,10	0,13	0,22	0,07	0,28	0,35	0,08	0,23	0,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP (2005)

Pela tabela percebe-se que, ao mesmo tempo em que há a predominância de migração do tipo familiar para o Oeste do Paraná, também ocorre a redução do peso destas categorias de arranjo doméstico na composição do movimento ao longo do período, especialmente na condição de “casal com filhos”, “responsável sozinho”, “casal sem filhos”, “casal com filhos e com parentes”, e “chefe com filhos”.

De qualquer modo, na década de 1970, a área caracterizou-se pela expressiva predominância da migração familiar no cenário imigratório regional, principalmente da categoria “casal com filhos”, que deteve, à época, uma participação percentual no total, nos três tipos de movimentos imigratórios, da ordem de mais de 60% no período.

Os motivos que levaram isto a ocorrer de certo modo já foram explanados e referem-se ao fato de que a área vivia um momento no qual ainda ocorria a expansão de sua fronteira territorial, tal qual exposta no capítulo quatro. E, nessa condição, a ocupação regional deu-se fundamentalmente por meio da imigração de famílias para a região, comportamento este que, segundo Cunha (2004), é típico da ocupação de uma área de fronteira.

Na década de 1980, apesar da progressiva urbanização regional, a predominância do tipo de arranjo familiar “casal com filhos” se manteve, mesmo que em percentuais inferiores àqueles anteriormente apresentados. Isso permitiu que outras modalidades de arranjos domésticos começassem a se mostrar importantes na composição da migração da região, tanto que a participação das outras categorias cresceu em detrimento desta, destacando-se novamente a participação das categorias “responsável sozinho”, “casal sem filhos”, “casal com filhos e com parentes”, e “chefe com filhos”.

Este fato ocorreu provavelmente porque já nesta época a região havia deixado a condição de área de fronteira agrícola e em função disto também deixou de ser um local de ocupação majoritariamente familiar. Isso sucedeu porque a região passou a ter um perfil diferenciado, mais urbano e porque na área deixaram de se fazer presentes os motivos que estimularam as migrações familiares e passaram a se desenvolver outros.

A região deixa então de atrair tantas pessoas, desenvolve um perfil mais urbano, e, mediante isto, elevaram-se às exigências as quais os migrantes deveriam atender para se inserirem. De modo que os grandes volumes de imigração não mais se fizeram presentes na área. Eles caem, pois as possibilidades de inserção se reduziram e tornaram-se mais criteriosas, exigindo mais qualificação dos imigrantes. Isto finalmente repercutiu numa queda ainda maior da imigração.

Na década de 1990 esta tendência se confirmou e se acirrou, pois, apesar do volume total de migrantes ter se reduzido de maneira significativa no período e de a categoria “casal com filhos” ter apresentado nova queda em termos de participação percentual no total dos chefes migrantes, vê-se claramente que este tipo de arranjo familiar manteve-se como o mais importante.

Do ponto de vista do comportamento da população da região, percebe-se que a relação entre o perfil dos arranjos domésticos e a imigração vivenciada pela área no seu desenvolvimento representa o que ali ocorreu. De fato, basta observar que os dados indicam que na área, durante a década de 1970, o percentual de migrantes com arranjos familiares tipo “casal com filhos” foi superior aos apresentados nas décadas seguintes, e a todos os outros tipos de arranjos familiares, isto ocorreu porque foi na década de 1970 que este arranjo familiar se constitui no mais importante e significativo no crescimento demográfico da área, e se desencadeou no momento da efetiva ocupação da fronteira agrícola regional.

Assim, nota-se que, muito embora a migração do tipo familiar no período tenha sido uma característica predominante na imigração da região, também fica claro que na área quando ainda havia dinamismo da ocupação da fronteira, esta tendência apresentou seu momento de maior destaque; pois naquele momento os programas de colonização justificaram essa importância deste tipo de ocupação, similarmente ao que Sydentricker e Torres (1991) apontam, quando analisam a ocupação da fronteira Norte do país.

Desse modo, nas últimas décadas, mediante os resultados obtidos na pesquisa, infere-se que esse comportamento se manteve, pois, as informações obtidas sugerem que movimentos de fronteira pioneira e o desenvolvimento das culturas agrícolas de exportação foram os elementos que justificariam esta conduta dos migrantes na região, vez que estes buscavam sua reprodução social através da inserção econômica, inicialmente a partir da atividade agrícola fundeada na pequena propriedade, depois na colocação em setores produtivos urbanos.

Contudo, como se pode perceber, grande parte do processo migratório ocorrido na área se deu em função de ocorrências econômicas que incidiram sobre a capacidade que a região tinha de ser atraente às imigrações. Nesse movimento um fator merece importância, o da existência de oportunidades aos migrantes. Oportunidades que estes não teriam em seus lugares de origem, pois os indivíduos não se inserem na área apenas e tão somente porque têm essa ou aquela qualificação, mas sim porque a área lhes oferece oportunidades, ou porque eles vislumbram ali possibilidades de colocação produtiva, de modo que, mediante estes fatos, é que eles efetuam ou não o seu deslocamento. Assim, na verdade, quem determina a existência ou não de oportunidades à inserção é a região.

Mediante este panorama, outro dado passível de ser utilizado é a análise da forma de inserção produtiva dos chefes migrantes¹¹² na área, pois ela permite melhor interpretar a problemática migratória na região, vez que, a partir desta informação, é possível compreender melhor a progressiva transformação da área em termos de suas formas de ocupação econômica e seus aspectos sobre a dinâmica demográfica.

¹¹² Segundo Cunha (2004), esta variável foi construída de maneira a espelhar as condições de inserção dos migrantes na estrutura social dos locais de destino. Embora não tenha a pretensão de ser uma proposta de estrutura sócioocupacional, as categorias construídas a partir do cruzamento entre o “setor da atividade” e “posição na ocupação” pretendem, de maneira aproximada, revelar a forma como o migrante se insere na estrutura social do Estado, particularmente no que tange ao seu vínculo com as atividades agrícolas e urbanas.

E, embora a população migrante da área apresentasse estruturas etárias e de composição por sexos semelhantes ao longo do tempo, como pode ser observado nas pirâmides, nota-se que existiu uma leve predominância da migração feminina e uma maior proporção de migrantes que se situam na assim chamada “idade jovem adulta”. de ambos os sexos. Percebe-se, ainda, que as idades medianas da população migrante do Oeste do Paraná, nos períodos sob análise são próximas.

São essas idades medianas que distinguem o Oeste do Paraná como área receptora de uma imigração que, *a priori*, estaria mais preparada a se inserir no sistema produtivo regional, de modo mais eficiente e com resultados mais positivos. Porém, como o volume de emigrantes, especialmente nas últimas duas décadas, vem superando o total dos imigrantes na região, a área mais perde migrantes do que recebe; e desenvolve a característica de evasão e circularidade migratória já abordada.

Desta maneira, a análise da composição da imigração na região e da força de trabalho da área reflete, de modo evidente, as mudanças ali ocorridas, tanto que uma análise mais apurada da população economicamente ativa do Oeste do Paraná e da inserção ocupacional dos imigrantes na região, permite perceber as grandes mudanças em termos de adequação da força de trabalho regional nos diversos setores econômicos da área.

Essas mudanças da PEA regional têm na migração um dos elementos motivadores de suas alterações. Desse modo, essa análise permite perceber o quanto a migração foi influente no processo, fato já discutido no Capítulo 03, onde foram apresentando os dados da população economicamente ativa da região e de sua evolução histórica e das situações contraditórias oriundas desse processo¹¹³.

Com a consolidação do novo panorama econômico e demográfico da área, outro fator determinante do comportamento e atuação da força de trabalho na região passou a se fazer presente, qual seja o crescimento das áreas urbanas regionais e a consolidação das principais cidades da região como pólos econômicos e demográficos, caso de Cascavel, Foz

¹¹³ Analisando-se o cenário, que já foi previamente discutido, percebe-se a situação que é contraditória, porém reveladora, qual seja, apesar de perder representatividade em termos de participação no total da PEA e da população regional; no valor econômico agregado anual produzido na área, a participação do setor primário cresceu muito. O contraditório apontado é resultante da reorganização da produção na área. Reorganização que se deu ao longo de mais de duas décadas mediante o crescimento do uso de máquinas e equipamentos modernos na produção agrícola, que resultou de um lado no expressivo crescimento da produtividade no campo e de outro num “efeito colateral” de aumento do desemprego no campo e redução dos espaços territoriais disponíveis para os pequenos e mini produtores rurais. (Piffer, 1997).

do Iguaçu e Toledo. Há que se ressaltar que esse processo foi acompanhado pelo surgimento e consolidação de outros municípios menos expressivos que absorveram boa parte dos emigrados da zona rural da região, caso de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, etc ¹¹⁴.

Entretanto, para que a análise fique mais completa, há a necessidade do uso de mais elementos de análise, pois a PEA regional, via classificação por setor de ocupação, não consegue responder plenamente a todas as indagações a respeito do processo, vez que esse tipo de informação não aponta quais foram as condições de inserção dos migrantes por setor de ocupação, especialmente dos chefes de família, na área ¹¹⁵.

A partir desta constatação, elaborou-se a Tabela 6.2, que apresenta a variável "condição de ocupação" dos chefes migrantes. Ela permite perceber a forma de inserção dos imigrantes nos setores econômicos da região. Os dados obtidos refletem um quadro da forma de ocupação dessa área, e dos seus principais atrativos, em particular a expansão da fronteira e o crescimento de certos centros urbanos.

Percebe-se, nesse dado, a existência de uma clara relação entre a expansão da fronteira e o perfil da migração vivenciada pela área, pois nos períodos onde o processo de ocupação da fronteira agrícola na região foi mais intenso é que foram registrados os maiores percentuais de inserção dos chefes de família imigrantes na agropecuária na condição de "autônomo ou conta própria na atividade agropecuária".

Há que se salientar que os percentuais dessa forma de inserção eram, nos anos 1970, superiores aos registrados na década seguinte, o que se mostra coerente com a tendência de esgotamento do tipo tradicional de ocupação na região, tal como se pode observar nos capítulos anteriores. Assim, na Tabela 6.2 se vê um dos elementos essenciais

¹¹⁴ Esse processo de urbanização ocorrido no oeste do Paraná segundo IPEA (2000), foi objeto de análise no trabalho Redes Urbanas Regionais. Nesse estudo apontou-se a modernização da produção agrícola e a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu como fonte e origem do surgimento do mais importante eixo de aglomeração urbana na região, integrando Toledo / Cascavel / Foz do Iguaçu; com características distintas do restante dos eixos urbanos do Estado. Tal aglomeração, polarizada por Cascavel, desenvolve-se em torno do dinamismo agroindustrial da área, tornando-se, rapidamente, a maior produtora de grãos do Estado. Adicionalmente, Foz do Iguaçu distingue-se como pólo turístico e centro comercial de fronteira, conformando, juntamente com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, formando uma aglomeração de cunho internacional.

¹¹⁵ De modo que, a partir de um enfoque apontado por Cunha (2002), indica-se que os setores de atividades e as condições de inserção ocupacional estão diretamente relacionados com o perfil das áreas econômicas da região, especialmente com o que historicamente ocorreu com a agricultura e a pecuária da área, que absorviam os maiores contingentes de indivíduos na área.

para a compreensão das condições com as quais os migrantes se colocam nas áreas de destino, a sua inserção produtiva. Segundo Cunha (2002), a partir desse fator tornam-se visíveis as relações entre os processos econômicos e os demográficos que estruturam uma determinada região. Desse modo, na verdade, o perfil da imigração registrado na região reflete, de certa maneira, o papel da mesma no desenvolvimento regional.

Tabela 6.2: Chefes de Família Imigrantes Interestaduais com Tempo de UF menor do que 10 anos, Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva no Oeste do PR. 70/80; 81/91; 90/2000.

Condição de Ocupação 1980, 1991 e 2000	Total 1980	%	Total 1991	%	Total 2000	%
Trabalhador Agrícola Volante	743	2,53	955	3,53		
Parceiro/Meeiro Empregado	217	0,74	433	1,60		
Parceiro/Meeiro Autônomo/Conta Própria	416	1,42	585	2,16		
Agricultura	1.347	4,59	354	1,31	1.058	5,31
Pecuária	267	0,91	338	1,25	909	4,57
Outros Agropecuários	81	0,28	132	0,49		
Indústria	7.522	25,65	4.052	14,97	2.666	13,39
Indústria Extrativista		0,00			87	0,44
Comércio e Serviços	7.054	24,06	10.236	37,82	6.172	31,00
Construção		0,00			1.537	7,72
Educação, Saúde, Atividades Recreativas e Associativas, Serviços Pessoais e Organismos Internacionais		0,00			1.896	9,52
Outros Mal Definidos	70	0,24	145	0,54		
Atividades Mal Especificadas		0,00			302	1,52
Autônomo/Conta Própria Agricultura	6.476	22,09	1.717	6,34	1.159	5,82
Autônomo/Conta Própria Pecuária	156	0,53	111	0,41	388	1,95
Autônomo/Conta Própria Outros Agropecuária	80	0,27	87	0,32		
Autônomo/Conta Própria Indústria	812	2,77	1.785	6,60		
Autônomo/Conta Própria Comércio/Serviços	2.762	9,42	3.442	12,72		
Autônomo/Conta Própria Outros Mal Definidos	94	0,32	63	0,23		
Funcionário Público					1.224	6,15
Empregador	1.107	3,78	1.802	6,66	1.428	7,17
Sem Remuneração	117	0,40	297	1,10		
Trabalhador Doméstico Empregado		0,00	395	1,46	228	1,15
Trabalhador Doméstico Autônomo/Conta Própria		0,00	134	0,50	858	4,31
Não remunerado em ajuda a membro domicílio		0,00		0,00		0,00
Total Geral de Trabalhadores Captados	29.321	100,00	27.063	100,00	19.912	100,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP (2005)

Na tabela visualiza-se que a forma de inserção produtiva “Autônomo ou Conta Própria na Agropecuária”¹¹⁶ no conjunto dos chefes migrantes da área reduziu-se muito em termos de participação no total de chefes imigrantes na área nos últimos 30 anos. Essa

¹¹⁶ Nesse caso particular, acredita-se que, dentre as possibilidades oferecidas pelo censo demográfico, esta categoria seria a que mais se aproxima da identificação do pequeno proprietário familiar.

queda deu-se associada ao arrefecimento da migração do período, sendo que essa redução ocorreu nos seguintes termos: em 1980, segundo o censo, esta categoria absorvia 22,09% destes chefes, já em 1991 este percentual reduz-se para algo em torno de 6,34% e para apenas 5,82% em 2000¹¹⁷.

Olhando-se a Tabela 6.2, vê-se ainda que, ao longo do período de 1970 a 2000, somadas as categorias da agricultura e da pecuária, absorviam quase um quarto dos chefes de família imigrantes; e que, apesar disto, no computo geral, sofreram forte redução em sua capacidade de inserção dos indivíduos, dado que mostra claramente o declínio das oportunidades de inserção dos chefes migrantes no campo.

Não se pode deixar de mencionar que os dados são inequívocos na indicação da tendência generalizada de precarização da inserção produtiva dos migrantes que chegaram às diversas regiões do território. Nota-se que os elevados percentuais desses indivíduos situados na categoria "autônomo/conta-própria em outras atividades" (estas basicamente urbanas), de certo modo, sugerem tal situação, principalmente se, se, levar em conta que uma grande parte desses imigrantes é de baixa renda.

Assim, visualiza-se que muitos dos chefes imigrantes que aportaram na área inseriram-se nela como autônomos e acabaram sendo absorvidos pela categoria "trabalhador agrícola volante", que corresponde ao que atualmente, de modo geral, é denominado de bóia-fria. É interessante ainda notar que na região, nas duas últimas décadas indicadas na tabela, a maior parte dos chefes migrantes inseriram-se em atividades tipicamente urbanas, "Comércio e Serviços" e "Indústria", que absorveram respectivamente 24,06% e 25,65% dos mesmos em 1980, contra apenas 22,9% de "autônomos /conta própria na agricultura".

Em 2000, o movimento imigratório para a região arrefeceu e a forma de inserção "autônomos / conta própria na agricultura" respondeu por apenas 5,82% da inserção dos chefes de famílias migrantes na área, contra 31,00% da categoria "comércio e serviços", e 13,39% da "indústria". Tais números demonstram que o "potencial atrativo" da área como território de fronteira agrícola não consolidado, foi progressivamente se esgotando, e que

¹¹⁷ Cabe ressaltar, porém que, segundo Cunha (2004), faz-se importante alertar para o fato de que, no Censo de 2000, existe uma possibilidade que na categoria "conta-própria na agropecuária" estejam também contabilizados os parceiros e meeiros, cuja condição não foi levantada no referido censo.

isso refletiu diretamente nas possibilidades de inserção dos migrantes, cuja maioria ainda era composta de trabalhadores rurais e pequenos produtores descapitalizados a quem restaram poucas alternativas, senão as de se direcionarem para os centros urbanos.

Deste modo, vê-se que, no setor primário regional, a única forma de inserção produtiva dos chefes migrantes no Oeste do Paraná que apresentou crescimento em termos da absorção destes, foi a denominada “autônomo ou por conta própria na pecuária”, que cresceu de 0,53% em 1980 para 1,95% em 2000.

Este desempenho pode aparentemente parecer pouco, mas se consideramos a participação dos que migraram e se inseriram na pecuária na condição de empregados; verificamos que estes em 1980 totalizaram 0,91% dos chefes inseridos, e em 2000 sua participação subiu para 4,57% do total de chefes migrantes inseridos; assim percebe-se que o valor torna-se mais expressivo, atingindo em conjunto, no ano de 2000 um número de chefes de família migrantes que corresponde a 6,49% do total¹¹⁸.

Nota-se também que, no período, a maior parte dos chefes migrantes passaram a se inserir mais em atividades econômicas tipicamente urbanas – caso de: “Comércio e Serviços” e “Indústria”, que absorveram em 1980 em conjunto absorveram 49,71% do total dos chefes migrantes na área; já em 1991 novamente em conjunto totalizaram 52,79%.

Em 2000 estas categorias absorveram conjuntamente 44,39% do total de chefes migrantes inseridos, uma queda em relação ao período anterior. Isto pode ser explicado pela absorção que outros setores realizaram e pela própria acomodação dos setores. Esse desempenho deve ser ressaltado principalmente se levarmos em consideração que em 1980 o setor “Autônomo ou por conta própria na agricultura” absorvia 22,09% e em 2000 apenas 5,82% do total de chefes migrantes.

Realizada esta argumentação sobre o ocorrido no cenário do Oeste do Paraná em termos da inserção dos chefes migrantes, neste capítulo de caracterização do processo no Oeste do Paraná traçaremos algumas considerações sobre o perfil educacional destes chefes de família imigrantes na região. O uso deste dado permite realizar algumas considerações a respeito dos indivíduos migrantes na área, pois reflete de modo amplo boa parte das

¹¹⁸ Este desempenho dos dois subsectores da economia regional confere com o que aconteceu na região em termos do crescimento da participação no PIB regional das atividades relativas à produção pecuária, especialmente aquelas relativas ao abate e industrialização de suínos e aves, tanto que a região concentra o maior plantel de produção avícola do país e um dos maiores de suínos. (Piffer, 1997).

condições socioeconômicas destes e de suas motivações para a migração. Assim, a predominância de pessoas ligadas à agricultura captadas neste setor quando da inserção ocupacional dos chefes de família migrantes na região, e também corroborada pelo volume de população economicamente ativa captada no setor primário da região durante as décadas em questão, especialmente às de 1960 e 1980, permite vislumbrar que este era efetivamente o setor da economia regional que mais absorvia migrantes.

Este fato, agregado à baixa qualificação educacional identificada em boa parte dos chefes migrantes, permite supor que de fato muitos que se dirigiram para a área, fizeram-no para inserir-se na agricultura e pecuária; tal como apontado por Wachowicz (1988), Niederauer (2004), Silva (1989) e Piffer (1997), pois efetivamente buscaram a região pelas possibilidades de inserção em setores que não exigissem qualificação, que, no caso de uma área de fronteira, é a agropecuária.

Cunha (2004), analisando caso similar, aponta que esse tipo de panorama permite supor que boa parte destes migrantes seja desprovida de recursos financeiros e pessoais, fato que, de certo modo, é corroborado quando se percebe a baixa escolaridade, de grande parte dos chefes imigrantes quando se dirigiram para o Oeste do Paraná na década de 1960. Sendo que na região, ao longo de todo o período sob análise, os perfis destes indivíduos variaram, tal como se pode observar na Tabela 6.3.

Ali se acrescentou o período de 1960/70, dada a sua importância na explicação do processo via nível educacional (ou anos de estudo). Nesse período, o predomínio de chefes imigrantes que sequer haviam completado o primário era quase absoluto, pois respondiam por aproximadamente 82,73% do total, sendo que 37,51% destes não tinham nenhuma instrução e 45,22% tinham menos de quatro anos de estudo¹¹⁹.

É também nesse período que a fronteira agrícola regional se expandiu de modo mais expressivo. Então, mediante isto, entende-se ser razoável inferir que a grande maioria dos chefes de família imigrantes na região no período inseriram-se produtivamente no setor primário da economia regional, dado justamente o seu baixo nível educacional. Além disso,

¹¹⁹ Essa informação é importante porque a década de 1960 foi a que apresentou a maior expansão populacional na região e isto ocorreu principalmente em função dos saldos migratórios que foram positivos e muito elevados, tal como apontado no capítulo 3.

a zona rural da região no período absorveu elevados contingentes de indivíduos, justamente em virtude da distribuição da população total da área apresentada no Capítulo 3.

De 1970 a 1980 ocorreu na região uma interessante modificação no perfil de sua migração¹²⁰. Nessa década, a região ainda se manteve como local de atração migratória, porém em volumes bem menores do que aqueles praticados na década anterior. Nessa década também o perfil dos chefes imigrantes modificou-se razoavelmente em termos de nível educacional, vez que o percentual destes indivíduos sem instrução caiu para 25,73% do total de chefes imigrantes no período; e o percentual daqueles com menos de quatro anos de estudo, ou seja, com o primário incompleto, também apresentou redução e totalizou 29,99%, de modo que estas duas categorias juntas passaram a representar aproximadamente 56% do total de chefes migrantes na região.

Isso se deve basicamente a dois fatores: ao próprio desenvolvimento do país, que passou a demandar trabalhadores minimamente mais instruídos e a política nacional de educação praticada, que se havia iniciado nas décadas anteriores e que na década de 1970 apresentava os primeiros resultados. Tanto que o nível educacional dos chefes imigrantes na região de um modo geral se elevou, pois todas as demais categorias educacionais apresentaram uma composição que indica que o nível educacional dos chefes que se inseriram no período cresceu, como se vê na Tabela 6.3.

No período seguinte (1981/91), a tendência de queda da participação de chefes migrantes com baixo nível educacional se manteve, bem como permaneceu a tendência de ampliação da participação percentual no total de chefes migrantes com um grau de escolaridade maior. Em termos da composição da população de imigrantes na área, pode-se afirmar que os chefes mais instruídos nesse período passaram a ser a maioria. Cresceu o contingente daqueles com o nível “ginásio incompleto” que atingiram 35,01%, os de “segundo grau incompleto” para 11,78% e os chefes imigrantes com “segundo grau completo ou mais” viram sua participação no total se ampliar ainda mais, pois totalizaram 17,11% e conjuntamente responderam por mais de 52% do total de chefes inseridos.

De 1990 a 2000 essa tendência tornou-se ainda mais expressiva, principalmente porque, em termos de volume, os chefes migrantes com “segundo grau completo ou mais”

¹²⁰ Fato que é facilmente identificado nos capítulos anteriores do trabalho.

atingiram 26% do total; os de segundo grau incompleto atingiram 16,55% e os de ginásio incompleto 33,19%. Desse modo, estas três categorias totalizaram mais de 75% do movimento, ocorrendo assim uma destacada transformação na composição do conjunto. E isso se deu concomitantemente à redução da participação no conjunto, daqueles com instrução inferior ao primário.

Como já mencionado, diversos fatores participaram direta ou indiretamente nesta evolução do nível de qualificação das pessoas e dos chefes imigrantes no Oeste do Paraná, quais sejam: cai a migração de fronteira na área pelos motivos já expostos, esta mudança faz reduzir em muito as oportunidades de inserção de indivíduos com pouco anos de instrução, concomitantemente a isto as políticas nacional e estadual de educação possibilitaram parte da mudança deste cenário na região.

Outro fato importante que se pode verificar na Tabela 6.3, logo a seguir, é o ocorrido com a situação dos chefes de família migrantes com “ginásio incompleto”. Nela se percebe, ao longo de todo o período, que os mesmos mantiveram praticamente a mesma participação no processo, perfazendo 33,19% do total; e que aqueles com o “segundo grau incompleto” também apresentaram um importante crescimento atingindo uma participação percentual de 16,55% no total de chefes migrantes.

Assim ao longo de todo período observado, na região Oeste do Paraná, aconteceram importantes transformações no perfil dos chefes imigrantes da área, pois ao longo do período estes passaram a apresentar níveis educacionais mais elevados. O que se percebe no processo é que ocorreu um sensível melhora nos níveis educacionais dos chefes imigrantes na região, não só pelas questões da queda da imigração na região, ou por causa das políticas educacionais nacionais, mas também porque os sem instrução diminuíram seu volume de imigração para a área, pois esta passou a elevar o grau de exigência para a inserção de novos imigrantes, o que obrigatoriamente rebateu na maior participação percentual dos imigrantes mais qualificados ao longo do tempo.

Tabela 6.3: Chefes de Família Migrantes segundo Anos de Estudo / Escolaridade, Principais Municípios e Oeste do Paraná – Participação Percentual nos períodos: 1960/70, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000.

Anos de Estudo	Nenhum				Menos de 4				De 4 a 7				De 8 a 10				11 e mais			
Escolaridade	Sem Instrução				Primário Incompleto				Ginásio Incompleto				2o. Grau Incompleto				2o. Grau Completo ou mais			
Município	60/70	70/80	81/91	90/00	60/70	70/80	81/91	90/00	60/70	70/80	81/91	90/00	60/70	70/80	81/91	90/00	60/70	70/80	81/91	90/00
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Assis Chateaubriand	6,10	1,65	0,51	0,25	4,80	1,78	0,80	0,45	1,30	1,55	0,92	0,81	0,06	0,16	0,36	0,34	0,08	0,28	0,44	0,52
Cap.Leônidas Marques	1,03	1,31	0,30	0,17	1,97	1,80	0,55	0,25	0,40	1,25	0,41	0,53	0,03	0,06	0,16	0,24	0,01	0,09	0,09	0,28
Cascavel	3,02	4,55	2,15	1,59	5,04	5,14	4,01	3,33	1,92	6,14	7,60	7,75	0,34	1,46	2,98	4,53	0,36	1,82	5,28	7,88
Céu Azul	1,19	0,95	0,17	0,06	1,44	0,87	0,23	0,17	0,34	0,68	0,47	0,38	0,03	0,11	0,15	0,15	0,02	0,09	0,10	0,17
Corbélia	2,42	0,93	0,29	0,12	2,06	1,04	0,45	0,22	0,61	0,78	0,47	0,52	0,02	0,05	0,16	0,17	0,03	0,07	0,20	0,12
Formosa	2,76	1,33	0,34	0,06	2,92	1,22	0,37	0,13	0,43	0,64	0,43	0,21	0,03	0,05	0,14	0,12	0,02	0,10	0,12	0,07
Foz do Iguaçu	0,68	3,98	2,54	1,61	1,74	6,30	4,23	4,15	0,65	7,47	7,59	7,90	0,21	2,02	2,89	4,43	0,17	2,28	4,73	7,46
Guaíra	2,64	0,62	0,40	0,30	1,40	0,60	0,72	0,48	0,56	0,65	1,16	0,85	0,04	0,18	0,44	0,43	0,05	0,22	0,52	0,66
Mal. Cândido Rondon	1,03	0,44	0,18	0,12	2,94	0,76	0,44	0,43	1,79	1,70	1,10	1,33	0,09	0,25	0,47	0,60	0,07	0,39	0,70	1,13
Matelândia	1,78	1,49	0,25	0,12	1,33	1,12	0,24	0,17	0,42	0,70	0,48	0,37	0,02	0,08	0,19	0,14	0,00	0,10	0,19	0,17
Medianeira	0,91	0,95	0,33	0,13	2,12	1,32	0,76	0,62	1,14	2,18	1,60	1,37	0,04	0,22	0,50	0,74	0,03	0,36	0,70	1,12
Nova Aurora	2,32	0,59	0,25	0,05	1,74	0,46	0,30	0,15	0,32	0,37	0,35	0,33	0,02	0,04	0,12	0,09	0,01	0,07	0,06	0,13
Palotina	2,01	0,46	0,31	0,19	3,28	0,60	0,49	0,27	0,81	0,74	0,88	0,60	0,02	0,08	0,22	0,31	0,06	0,26	0,52	0,54
Santa Helena	1,18	0,80	0,12	0,16	2,17	0,94	0,15	0,16	0,80	1,14	0,48	0,50	0,01	0,09	0,14	0,24	0,02	0,11	0,14	0,37
São Miguel do Iguaçu	0,97	0,93	0,34	0,30	1,61	1,23	0,38	0,40	0,71	1,01	0,59	0,60	0,02	0,10	0,16	0,23	0,02	0,12	0,28	0,43
Terra Roxa	2,39	0,61	0,42	0,16	2,66	0,53	0,32	0,22	0,41	0,50	0,42	0,30	0,04	0,10	0,09	0,10	0,02	0,12	0,12	0,21
Toledo	3,18	1,62	1,18	0,79	3,40	2,03	2,47	1,17	1,72	2,30	3,69	3,06	0,14	0,31	1,24	1,76	0,13	0,47	1,75	2,31
Outros	1,90	2,54	3,75	2,12	2,62	2,24	4,69	3,21	0,60	1,86	6,36	5,79	0,03	0,18	1,37	1,96	0,04	0,15	1,83	2,44
Total da região	37,51	25,73	13,83	8,29	45,22	29,99	21,60	15,97	14,93	31,65	35,01	33,19	1,20	5,54	11,78	16,55	1,14	7,09	17,77	26,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP (2005)

Este fato é bastante sugestivo na medida em que permite supor que a imigração direcionada para a área, ao mesmo tempo em que se reduz de maneira significativa, também vai elevando o seu grau de instrução, pois isto é um dos fatores que auxiliam na inserção produtiva.

Este fato corrobora de certo modo as modificações apresentadas anteriormente referentes às condições de ocupação e de inserção dos chefes migrantes na área, que paulatinamente deixam a configuração global de uma inserção de tipo rural para se transformar em urbana, daí que passa a ser maior a necessidade de qualificação em termos de nível educacional dos migrantes.

Assim, o volume total de migrantes na área passa a ter maior participação de indivíduos detentores de níveis de escolaridades mais elevados, o que confere com a afirmação de Brito (2000), previamente apresentada, de que as regiões passaram a estabelecer e gerar critérios mais rígidos de absorção de migrantes, exigindo destes um grau de qualificação profissional e educacional maior. Isso acaba por se transformar num processo seletivo destes indivíduos, que passam a enfrentar diversas barreiras à entrada nas áreas de destino.

Embora a tendência reflita, em certa medida, o que se passou no país como um todo, não deixa de ser relevante, para a compreensão do processo migratório regional, o fato de que de o percentual de chefes imigrantes com escolaridade superior ao ensino médio de 1,14% em 1970; tenha alcançado 26% em 2000.

Em todo caso, não se pode perder de vista que este comportamento só foi possível graças à forte redução de imigração para a área, em particular daquela ligada à ocupação pioneira de seu território que, como se demonstrou, era essencialmente composta de indivíduos de baixa escolarização, direcionados para o setor primário da economia regional, e de que este comportamento é retratado em termos de participação percentual na composição do processo. Se uma categoria tem sua participação no processo cair é porque outra se elevou (caso dos sem instrução, versus os de segundo grau completo ou mais).

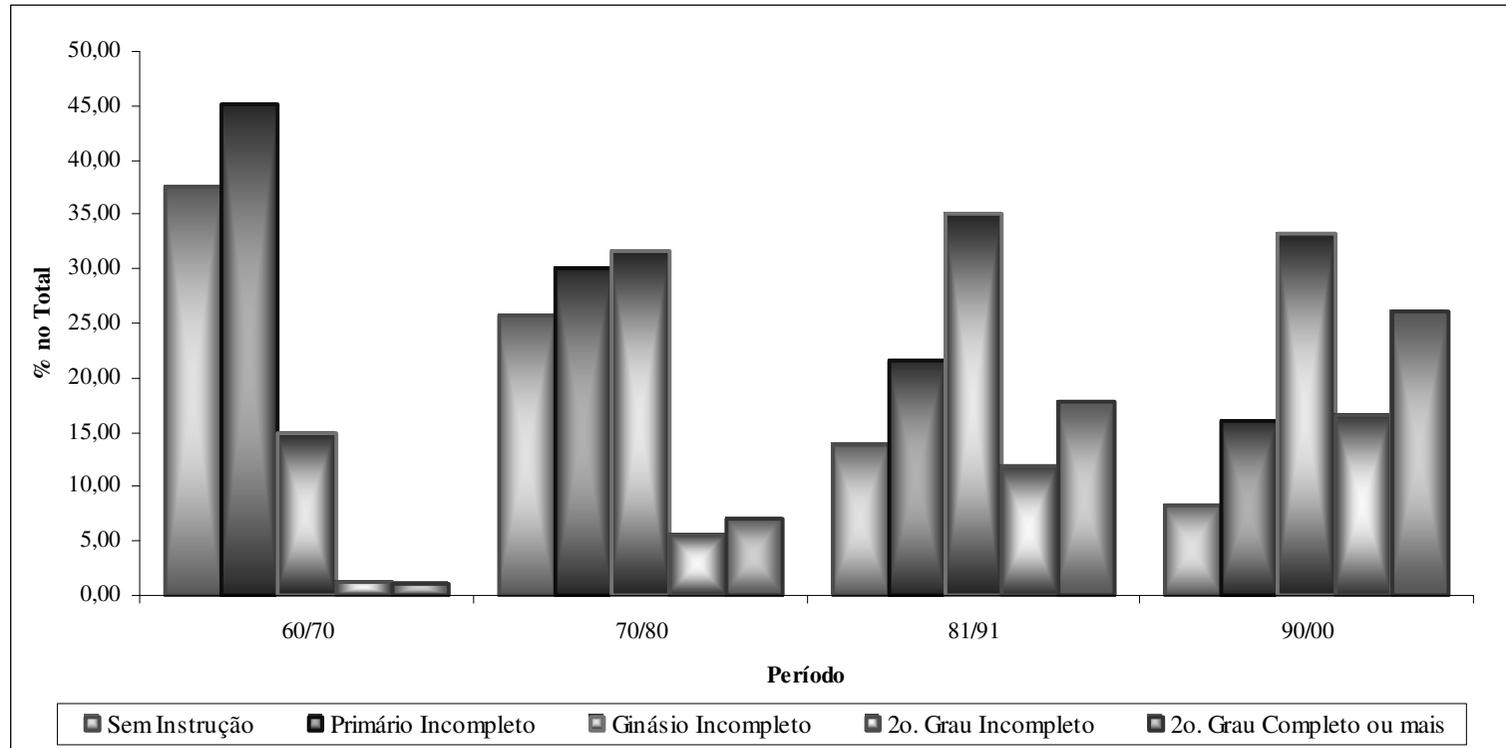
Assim, olhando-se o mesmo gráfico, percebem-se claramente as transformações ocorridas na composição educacional do conjunto de chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná. Estas transformações, por sua vez, apresentaram pouca variabilidade em relação

às modificações econômicas da área, pois se visualiza que em 2000 há um claro indício de que os chefes migrantes passaram a apresentar níveis de escolaridade bem superiores aos da década de 1960.

Como as condições de inserção em termos de setor de ocupação dos migrantes, dos chefes e mesmo de suas famílias transformaram-se visivelmente, acompanhando a evolução econômica regional e o desenvolvimento ali empreendido, mudaram-se também os condicionantes do processo e os critérios para a inserção econômica e até social dos migrantes.

E este complexo cenário tem, de modo muito evidente no nível de qualificação educacional dos chefes imigrantes, um indicador de que realmente este processo de absorção migratória acompanhou as profundas mudanças ocorridas na área. Deste modo, vejamos, no Gráfico 6.6, o que ocorreu com o nível educacional dos chefes de família imigrantes na região durante todo o período que vai de 1960 a 2000.

Gráfico 6.6: Chefes de Família Imigrantes no Oeste do Paraná Segundo Escolaridade de 1960 – 2000 Participação percentual em termos de anos de Estudo



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP (2005)

Como exposto nesse capítulo, o novo perfil da migração na área é resultante de seu arrefecimento e do fato de que a mesma tornou-se menos numerosa e mais escolarizada; bem como do fato de que, com o crescimento econômico da região e seu desenvolvimento, os critérios para inserção dos migrantes foram elevados. Isso passou a exigir um maior grau de qualificação dos indivíduos que se dirigiram para a área.

Desse modo, atualmente está se configurando o que será nos próximos anos, e talvez décadas, a nova feição do fenômeno da migração no Oeste Paranaense: que de uma área de expansão da fronteira agrícola pioneira, ou seja, com áreas a serem ocupadas e “exploradas” por pequenos produtores e trabalhadores rurais que buscavam incessantemente terras para se estabelecerem, a região se transformou num dos expoentes da agricultura agro-exportadora brasileira e num território onde a pecuária tecnificada e integrada, bem como a agricultura de alta tecnologia é cada mais intensiva e dominante.

Além disso, se percebe que, no contexto da migração da região, o ajuste da agricultura do Oeste do Paraná, do complexo agrícola para o complexo agroindustrial, deu-se no bojo da chamada “modernização dolorosa”, apontada por Silva (1982), fato que implicou uma profunda transformação tecnológica no setor e que resultou em elevados volumes de emigração do campo e redução da capacidade de inserção de novos indivíduos na área rural da região.

Isso tudo agregado ao processo de desenvolvimento da área, que se deu apoiado especialmente no crescimento das atividades econômicas dos setores secundário e terciário da economia, resultou numa urbanização expressiva do Oeste do Paraná.

Vê-se, então, que este panorama das características dos migrantes na região, e de suas relações com a dinâmica migratória nacional, é congruente com o quadro de concentração fundiária e tecnificação da produção rural da região que foi apontado no Capítulo 4, e se coaduna com as informações e dados apresentados neste capítulo.

VII - CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o desenvolvimento do Oeste do Paraná a partir de dois enfoques: o demográfico e o econômico. Ambos foram compilados e analisados para demonstrar de que modo a migração vivenciada pela área influenciou no seu desenvolvimento. Adotou-se para tanto um procedimento dedutivo que partiu do cenário nacional, passando pelo estadual e concentrando-se no regional. Assim, o estudo foi direcionado para a análise do crescimento demográfico da área, de como ele se desenvolveu e de qual foi o papel dos fluxos migratórios nesse processo.

Há que se ressaltar que nos parece pouco questionável a importância da variável migração na análise de muitos dos aspectos envolvidos no desenvolvimento regional, bem como na constituição de mercados e na formação de redes urbanas dos pólos econômicos e urbanos. Nesse sentido, a caracterização das áreas de influência demográfica dos municípios-pólo da região traduziu-se, de forma bastante clara e precisa, ao longo das últimas décadas, na dinâmica migratória corrente, em nível macro e microrregional.

Para identificar estas ocorrências, utilizou-se dos avanços metodológicos que os estudos da migração e das informações censitárias sobre o fenômeno propiciaram nas últimas décadas. Essa necessidade foi impulsionada com o intuito de se ampliar o conhecimento sobre os intrincados processos de mobilidade espacial da população regional, bem como pela grande quantidade de informações sobre o assunto que passou a estar disponível, notadamente a partir do censo de 1980. Assim, os dados obtidos para o Oeste do Paraná efetuaram contribuições expressivas para o desenvolvimento da compreensão de que a migração na área constitui-se numa importante faceta do desenvolvimento regional.

Assim, no transcorrer do trabalho como um todo se analisou, primeiramente, a dinâmica do crescimento econômico do Oeste do Paraná e seus impactos na migração. Nele se viu que a política agrícola adotada pelo governo federal caracterizou-se por uma transformação nos padrões técnicos de produção agrícola nacional, que foi reorganizada e reestruturada, fato facilmente perceptível na região do Oeste paranaense. Viu-se também que a modernização do campo introduziu na região formas de produção tecnologicamente avançadas, créditos subsidiados, assistência técnica, preços de garantia e outros fatores que permitiram a expansão

acelerada da mecanização e da evolução da área cultivada com as novas culturas. Isso repercutiu no estabelecimento de um novo panorama econômico para a área, no qual a quantidade de pequenas propriedades agrícolas diminuiu e cresceu o volume de população urbana em detrimento da rural.

Nisso se percebe que os fatores exógenos decisivos para o crescimento regional são representados pelas políticas econômicas e de desenvolvimento nacional. Por isso, grande parte do crescimento econômico da área foi decorrente da dinâmica econômica e demográfica nacional. Quando da inserção da área nesse processo, a partir da década de 1950, é que grandes levadas de imigrantes dirigiram-se para o Oeste do Paraná e passaram a influenciar seu desenvolvimento, tal como se pode visualizar no Quadro 7.1 a seguir.

Esse processo ocorreu porque a execução das políticas de ocupação de fronteiras e do desenvolvimento nacional atuaram por diversas vias, tais como: concessão de crédito rural para a colonização, por incentivos para a inovação tecnológica, através de custeio e comercialização, por meio da compra de insumos industriais subsidiados, da política de garantia de preços mínimos e do seguro agrícola por parte do governo, além do concomitante fornecimento de subsídios às exportações, juros baixíssimos, etc; que repercutiram de modo muito forte na área atraindo grandes contingentes de migrantes.

Num primeiro instante foi exatamente isto que ocorreu, porém no momento seguinte, quando tais estímulos econômicos deixaram de se fazer presentes, a vinda para a região de novos imigrantes para a área diminuiu, porque os mesmos já não visualizavam ali atrativos e oportunidades que justificassem este deslocamento. Além do que, quando isto ocorreu, outros locais dentro do cenário nacional passaram a ser atraentes aos migrantes, caso da fronteira do Centro Oeste e do Interior do Estado de São Paulo.

Mediante estes fatores todos, o que se percebe, de modo evidente, é que o crescimento econômico do Oeste do Paraná e o comportamento demográfico da região estiveram e estão correlacionados entre si, bem como com fatores exógenos e endógenos à área, que atuaram no processo, e que se encontram expostos no Quadro 7.1. Vejamos.

Figura 7.1: Fases e Fatores de Interferência na Ocupação Migratória no Oeste do Paraná - 1946/2000

Fatores de Interferência	I Fase (1946/1970) Conquista e Ocupação do Espaço Regional		II Fase (1970/1985) Saturação e Ruptura Demográfica Regional		III Fase (1985-2000) Ajuste e Acomodação Demográfica Regional	
	Econômico	Demográfico	Econômico	Demográfico	Econômico	Demográfico
Exógenos	Marcha para o Oeste	Propensão à migração por parte de pequenos produtores de outras áreas do país	Implementação da política nacional de desenvolvimento do setor agroexportador	Criação de novas áreas de fronteira com capacidade de absorção migratória	Inexistência de novos e expressivos locais nacionais capazes de atraírem investimentos	Quedas das taxas de natalidades nacionais
	Financiamento federal e estadual	Famílias com elevado número de componentes	Consolidação da "Revolução Verde" no território nacional	Estabelecimento de novos fluxos em direção à fronteira	Estabilidade econômica nacional	Arrefecimento dos estímulos à migração do país
	Demarcação da fronteira internacional	Altas taxas de natalidade	Financiamento aos produtores a taxas de juros abaixo da inflação	Fortalecimento dos fluxos em direção ao núcleo motor do desenvolvimento nacional "região Sudeste"	Reduzido ritmo de crescimento econômico do país	
			Tecnificação acelerada da produção agrícola com absorção de insumos industrializados, via de regra, de origem de empresas transnacionais			
			Fortalecimento do Complexo Agroindustrial nacional			
			Consolidação de áreas intra-estaduais e interestaduais com acelerada expansão econômica (exemplo de São Paulo e da região metropolitana de Curitiba).			
			Adoção do binômio soja e trigo como carros-chefes da política agrícola do país			
			Crise econômica da década de 1980 no país ("década perdida")			
Endógenos	Solo fértil	Região praticamente despovoada	Redistribuição e concentração fundiária	Saturação da capacidade das propriedades da região de manterem todos os integrantes das famílias na área	Crescimento e consolidação do complexo agroindustrial da região	Estabelecimento de elevadas taxas de circularidade migratória no entorno das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Medianeira
	Terras a preços acessíveis	Grande capacidade de absorção de migrantes	Intensificação tecnológica da produção rural	Emigração notadamente de origem rural para destinos diversos	Fortalecimento do setor de serviços e de comércio das principais cidades da região	Reduzidas taxas de natalidade na região (2,2)
	Clima propício	Baixo grau de exigência da qualificação da mão-de-obra a ser absorvida	Modernização e consolidação das rotas de transporte da área	Êxodo rural		Elevação da qualificação da mão-de-obra regional
	Topografia favorável	Uso intensivo da mão-de-obra familiar	Ocorrência de um ciclo continuado de geadas que culminaram na "geada negra" de 1975	Grande capacidade inicial de absorção de migrantes por parte das áreas urbanas da região	Queda da capacidade das áreas urbanas dos municípios da região de absorverem trabalhadores mantendo qualidade de vida	Saturamento da capacidade de assimilação de indivíduos pelas áreas urbanas
	Pouca necessidade de tecnificação da produção		Início e conclusão da construção da Hidrelétrica de Itaipu			
	Ocupação extensiva do território da região via pequenas propriedades rurais		Uso intensivo do território da região via propriedades rurais médias e grandes		Uso intensivo do território da região via propriedades rurais médias e grandes	
	Financiamento privado pelas colonizadoras da área					

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos resultados da Pesquisa

Diante do quadro, percebe-se que os fatores endógenos desse processo atuaram respondendo aos estímulos externos, de tal modo que foram sendo modificados e tornando-se parte do processo produtivo, quais sejam eles: solo fértil de conformação plana, facilidade de mecanização com possibilidades mínimas de erosão, clima subtropical, recursos hídricos, etc. Fatores que já existiam mas que necessitavam ser organizados para serem integrados ao mercado nacional e permitirem à região interligar-se aos grandes centros do país e do Estado, estimulando a vinda para a região dos migrantes necessários para o crescimento econômico da área e seu posterior desenvolvimento.

Esses fatores (endógenos e exógenos) influenciaram diretamente na organização demográfica da área, no comportamento, direcionamento e na intensidade dos fluxos migratórios ali vivenciados, que se constituíram em motivadores e indicativos do estágio de desenvolvimento da região; pois conforme a área cresceu economicamente e demograficamente falando, cresceram os fluxos, primeiramente de imigração, depois de emigração.

No início da colonização efetiva (1946), o desenvolvimento do Oeste paranaense esteve fundamentado no processo de diversificação de sua economia, inicialmente centrada na exploração dos produtos *in natura* da região, na especulação em torno das vendas das terras, na venda da madeira, e na absorção de grandes levas de migrantes. Já os anos da década de 1960 passaram a se assentar no crescimento da produção de produtos primários voltados para a “exportação”: suínos, aves, da soja, do trigo e do milho; que, em conjunto, possibilitaram a formação e a acumulação de capital, gerando oportunidades de investimentos nos mercados internos nacionais e regionais, especificamente urbanos, bem como o incremento da diversificação e das inovações tecnológicas dos meios de produção e comercialização do setor exportador ao complexo agroindustrial regional.

Percebe-se, porém, que isto somente foi possível mediante um acirrado processo de reconcentração fundiária, que expulsou grandes levas de indivíduos do campo, gerou uma acelerada urbanização da região, e provocou praticamente a extinção dos fluxos imigratórios externos à área, e gerou intensos fluxos de emigração.

Atualmente, a região está economicamente embasada nas atividades da pecuária e da agricultura moderna de exportação, que impulsionam o comércio e a economia regional, fornecendo as bases para implantação de indústrias, principalmente as ligadas ao setor agropecuário. Isto se traduz em efeitos de difusão da base de exportação sobre a economia da

área, provocando um expressivo movimento de capitais, de serviços e de pessoas, principalmente nas áreas urbanas da região, notadamente nos maiores municípios. Esse movimento refletiu no acelerado crescimento das cidades da região, e possui uma clara dependência das atividades agroindustriais da área, que por sua vez, induzem o crescimento de atividades econômicas complementares.

Os elementos endógenos têm características muito particulares na região, inerentes às peculiaridades de ocupação e de desenvolvimento da área. Isso, por sua vez, é resultado da conformação de uma habilidade oportunista de seus capitalistas de responderem às ações da política nacional de desenvolvimento, impulsionando o crescimento da região. Tais particularidades da região estão fortemente ligadas à sua própria formação econômica, política e social, oriundas da forma de ocupação recente e da produção em pequenas e médias propriedades rurais, assim como passaram a ter coesão no discurso político dos empresários e das autoridades regionais para reivindicações em prol da região.

Especialmente no tocante às décadas de 1970, de 1980 e de 1990; procurou-se identificar semelhanças e diferenças no espaço e no tempo em relação a categorias analíticas em que se pôde decompor a migração na área.

Vê-se, então, que o território foi rapidamente povoado a partir de meados dos anos 40, e se manteve como palco de intensos movimentos migratórios no transcorrer das últimas décadas. Nesses períodos, no início da efetiva ocupação da área, o volume de imigrantes na região foi surpreendente, a ponto de colocá-la na situação de uma das mais importantes áreas de absorção de migrantes do país, tal qual apontado no texto.

Entretanto, rapidamente a região se converteu num local no qual substantivas transformações na sua economia e no seu sistema produtivo deflagraram intensos processos de esvaziamento das áreas rurais, exacerbação dos movimentos de urbanização, e, expressivas perdas populacionais da área com um todo via emigração. É evidente que esses processos, nos seus diversos âmbitos de operação, interestadual, intra-estadual, e intra-regional desenvolveram-se, muitas vezes, de modo heterogêneo e com diferentes intensidades, imprimindo dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional, e provocando reordenamentos contínuos da distribuição espacial da população da área.

No período de aproximadamente duas décadas, do início dos anos 1970 até o término da década de 1980, a região vivenciou expressivas reduções no volume de sua população migrante,

tanto no meio rural quanto no total. Esses fatos determinaram que a área apresentasse ritmos de crescimento populacionais interdecenais muito distintos. E como apontado no texto, há que se fazer um destaque aqui, o de que a migração de retorno ao Oeste do Estado do Paraná não foi objeto de estudo específico, dado o fato de que na área não houve até o censo de 2000, um volume expressivo deste tipo de movimento migratório, já que os retornos quando ocorreram, perfizeram no máximo de 4% do total dos movimentos migratórios da região.

Isso se constitui em elemento fundamental a ser levado em consideração, tanto do ponto de vista dos efeitos diretos ocasionados pelo retorno dos naturais do Estado, quanto dos indiretos associados à imigração de não-naturais provocada pelo retorno de paranaenses, pois indica uma característica migratória importante da área, a de que os migrantes quando dali se deslocam, não retornam.

Ademais, como se viu, a marco analítico do estudo delimitou os contornos de três etapas distintas de evolução populacional no Oeste do Estado do Paraná: a primeira, que vai de meados da década de 1940 até meados da década de 1970, é a etapa de ocupação territorial e expansão demográfica da região; a segunda, pode ser chamada de etapa de saturação do processo e consiste no período que vai de 1975 a 1990, na qual se esgotou a possibilidade de expansão territorial da área e de absorção de imigrantes direcionados para o setor rural da região; a terceira etapa, que pode ser chamada de maturidade, abrange o período da década de 1990 até o momento atual, no qual evidencia-se uma certa estabilidade nos fluxos migratórios externos à área, bem como o estabelecimento de critérios mais elevados de qualificação pessoal para absorção e inserção de migrantes.

Como se percebe, nessas etapas o componente migratório atuou de modo diferente com traços marcantes, vez que o período de tempo compreendido entre os anos de 1946 e 1975 representou um momento de intenso crescimento demográfico da área, alimentado especialmente por fortes correntes migratórias. Tanto que os saldos migratórios estimados no período para a região atingiram altos valores, assim a migração foi considerada o principal fator de crescimento populacional da região. Os expressivos montantes de imigrantes na área geraram altas taxas de incremento populacional, e evidenciam o vertiginoso crescimento tanto das áreas rurais quanto das urbanas da região na década de 1960.

Nesse panorama a despeito da significativa capacidade demonstrada pelos centros urbanos da região de absorverem amplos contingentes de população egressa do meio rural, o

conjunto dos municípios da região apresentou historicamente saldos migratórios negativos. Muito embora até 1970 a população regional ainda fosse predominantemente rural, ela chega a 1980 com um valor de participação percentual no total da população da área praticamente equivalente ao urbano (mais ou menos 50% de participação para cada).

Já no período de 1980 a 1990 há um movimento forte emigração da área – estimulada pela conformação dos pólos econômicos de Curitiba, Londrina e Maringá dentro do Estado, de outros pólos existentes nos vizinhos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo; que absorveram sucessivamente vastas quantidades de indivíduos da área. Concomitantemente a este movimento, não se pode esquecer do ocorrido com os Estados definidos como região de fronteira agrícola, que passaram também a absorver grandes levas de emigrantes do Oeste do Paraná.

No período seguinte de 1990 a 2000, como se pode verificar, os saldos migratórios da região encolheram, mas ela ainda manteve sua tendência de perdas migratórias, mesmo como a constante capacidade dos setores urbanos da região de absorverem elevados contingentes de pessoas, tal qual nos indicam os saldos migratórios.

Assim, o que se viu então é que, a partir de meados da década de 1970, no Oeste do Paraná, similarmente ao que ocorria no Estado, houve uma significativa reversão do direcionamento do processo migratório, que transformou a área, de um local de elevada imigração, para um de intensa emigração.

Mediante este cenário, as alterações na estrutura agrícola da região promoveram um esvaziamento demográfico rural. Isso ocorreu principalmente naquelas áreas que haviam sido ocupadas e estruturadas em função das pequenas propriedades. Como tais propriedades não mais conseguiram prover a sobrevivência e a inserção econômica dos indivíduos ali alocados, e como foram elas as que mais haviam crescido na etapa precedente, quando foram as responsáveis pela intensa absorção dos imigrantes na região, deu-se uma guinada nos saldos migratórios da área, que deixaram de ser positivos e passaram a ser negativos.

Os dados analisados a respeito da migração indicam que os principais destinos dos fluxos emigratórios interestaduais do Oeste paranaense, de 1975 a 1980, foram a região Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, as áreas de fronteira agrícola em expansão do Centro-Oeste, sobressaindo-se nesse movimento os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, e

os Estados do Sul, com os quais a região tradicionalmente mantêm relações demográficas expressivas.

Já os dados de 1986-1991 e 1995-2000 confirmaram os destinos identificados no quinquênio anterior, como principais destinos dos fluxos emigratórios interestaduais do Oeste paranaense, que foram o Estado de São Paulo, as áreas de fronteira agrícola em expansão do Centro-Oeste sobressaindo-se nesse movimento os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, e os Estados do Sul.

Os intercâmbios migratórios vivenciados pela região durante as décadas que vão de 1950 a 2000 foram intensos ao longo do período. Na década de 1950 a região se caracterizou pelo seu desbravamento e pela criação de uma estrutura básica que pudesse dar à colonização o suporte necessário. Nesse período, absorveu grandes fluxos imigratórios que definiram um padrão de ocupação regional caracterizado naquele momento exatamente pela imigração; nessa circunstância vivenciou-se ali uma expressiva elevação do total da população de estimadas 16.400 pessoas em 1950 para 135.000 em 1960, tal como apontado no Capítulo 3.

Na década seguinte, a de 1960, na área ocorreu uma imigração ainda mais intensa que a da década anterior. Isto implicou um acelerado crescimento populacional, mais de 630.000 pessoas no período; pois a população da região atingiu aproximadamente 768.000 pessoas em 1970, sendo que deste montante atribui-se à imigração um saldo migratório positivo de mais de 370.000 indivíduos, fato que, como previamente indicado, proporcionalmente falando, colocou a região entre os principais destinos dos migrantes nacionais.

Na década de 1970 se percebe que foram intensas as mudanças econômicas e demográficas, e os movimentos migratórios da área. Nesse processo, nota-se que as áreas preferenciais de destino dos emigrantes intra-estaduais da região foram as regiões próximas a ela e as detentoras dos maiores parques industriais do Estado, bem como das maiores aglomerações urbanas, caso da região metropolitana de Curitiba, a região Norte Novo de Maringá e Norte Novo de Londrina. Estas regiões do Estado, juntamente com aquelas fronteiriças a área absorveram as maiores quantidades dos emigrantes do Oeste, bem como foram os principais pontos de origem dos seus imigrantes.

Nos anos 80, a dinâmica populacional surpreendeu. Por mais de uma década, o crescimento demográfico regional foi fortemente cadenciado pelos movimentos migratórios, mesmo quando já não se esperava mais tanta influência dessa variável demográfica. Subjacente a

esse comportamento permaneceu atuando na área uma forte emigração rural, a tal ponto que, computados os anos 1970 e 1980, o contingente de população rural do Oeste do Paraná se reduziu a menos da metade do que apresentava no início dos anos da década de 1970. Em contrapartida, o processo de urbanização regional aprofundou-se, delimitando com maior clareza uma espacialização concentrada da urbanização.

Mediante este panorama vê-se que os saldos migratórios apontam a continuidade do processo, não na mesma magnitude que na década anterior, porém, em níveis expressivos. Assim, do ponto de vista regional, houve um acirramento da tendência expulsora das áreas rurais, entre uma década e outra, sugerindo uma propagação da frente modernizadora das atividades agrícolas e dos seus efeitos excludentes por sobre o território da região.

Em termos urbanos, os saldos mantiveram-se positivos, ainda que, em muitos casos, declinantes, sobressaindo-se, no entanto, as cidades de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Matelândia e Medianeira, que apresentaram elevados ganhos urbanos que compensaram em parte as perdas rurais, mas que também em partes acarretaram vários problemas econômicos e sociais para as populações urbanas da área.

Nas trocas intra-estaduais ainda intensas, os fluxos decresceram substancialmente. Nesse cenário, a RMC permaneceu como a mais importante área receptora de migrantes provenientes do Oeste paranaense; comportamento que também se manteve em relação à Londrina e Maringá, bem como com referência às regiões Norte Novíssimo de Umuarama, Campos de Guarapuava, Sudoeste Paranaense, Campo Mourão.

A análise dos dados relacionados à migração reforçou o papel de alguns espaços regionais e dos movimentos migratórios de curto prazo, no desenvolvimento da área, no comando dos fluxos migratórios bem como do crescimento demográfico regional. Reforçou também o papel de alguns espaços regionais paranaenses no cenário das migrações que a região estabeleceu com outras do Estado. As regiões RMC, Londrina e Maringá, Sudoeste Paranaense, Campo Mourão, Umuarama, destacaram-se nesse cenário.

A década de 1990 parece configurar o início de um terceiro estágio da dinâmica demográfica do Oeste paranaense, marcado por uma leve recuperação do ritmo de crescimento populacional, condicionada, principalmente, pelo declínio acentuado do ímpeto emigratório da área. A estimativa preliminar de saldo migratório dos anos 1990, para o Oeste do Paraná, evidenciou um resultado ainda negativo, indicativo de perda líquida populacional, porém bastante

baixo, com um saldo ainda negativo porém reduzido, em função do aumento no volume da imigração.

Numa análise de todo o período da década de 1970 ao ano de 2000, o que se vê é que a Região Metropolitana de Curitiba se manteve sempre absorvendo mais migrantes oriundos do Oeste do Paraná, do que enviando indivíduos para o mesmo, sendo que a área foi gradativamente elevando seu grau de atração.

No âmbito intra-regional, passaram a prevalecer, na área, ao longo de todo o período, os deslocamentos inter-municipais, notando-se um aumento substantivo da participação percentual das cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu no conjunto das trocas migratórias desse tipo na região.

Assim, como se pode verificar, o Oeste Paranaense absorveu grandes levas de migrantes ligadas ao campo, de modo que, até meados da década de 1970, a área cumpriu um papel importante no processo de redistribuição espacial da população nacional e estadual. Contudo, sua trajetória nessa condição foi uma das mais curtas do país, pois entre o período de intensa absorção de migrantes de 1950 a 1975 e o de repulsão de indivíduos; que começa a ocorrer de meados da década de 1970 em diante, o espaço de tempo foi “muito reduzido”, mesmo para um Estado que já havia vivenciado tal processo, caso da região do Norte Pioneiro paranaense.

Claro que os dois processos, o ocorrido no Oeste e o do Norte Pioneiro do Paraná, detêm semelhanças, porém elas se esgotam no comportamento de intensa absorção e forte repulsão de migrantes, pois no Norte Pioneiro Paranaense entre um e outro movimento transcorreram aproximadamente 50 anos, enquanto no Oeste do Paraná o prazo é estimado em no máximo 20 anos.

Vê-se, então, que os dados analisados neste estudo demonstram não apenas a redução do ímpeto migratório para a área, mas indicam também relações entre este fato e as mudanças nas formas de inserção dos migrantes, que refletiram na urbanização da região e na grande desarticulação das formas de ocupação do território do Oeste do Paraná, que possibilitaram a colonização e “ocupação” desta parte do Estado.

Nesse panorama, as alternativas de manutenção do homem no campo e de garantia de seu rendimento apareceram com o surgimento de novas atividades econômicas produtivas na zona rural da região, principalmente a pecuária “integrada” de suínos e aves; a criação de gado de

leite e a piscicultura. Tais atividades econômicas constituíram-se historicamente em possibilidades concretas de brechar o processo de “urbanização forçada” de grandes parcelas de migrantes no Oeste do Paraná, até mesmo de nativos e residentes mais antigos da região; porém não tiveram suficiente força para frear a acelerada evasão de população rural da região.

Apesar da área ainda deter na zona rural uma significativa parcela de sua população, principalmente se comparada às outras mesorregiões do Estado, e mesmo de outras Unidades da Federação, de fato, o que se verificou em todo o período é que estes processos de evasão populacional rural podem ser encontrados em praticamente todos os municípios do Oeste do Paraná.

Assim o que se percebe é que, no tocante as novas atividades econômicas, é fundamental que a forma de implantação e gerenciamento das mesmas sejam repensadas de maneira a torná-las uma saída “real” para aqueles que pretendem viver “no e do rural”, pois as atividades econômicas hegemônicas (pecuária e soja) deixaram e deixam ainda hoje, suas marcas na região. Implicando, via de regra, em um considerável movimento de des-ruralização e crescimento urbano que, na grande maior parte do território, se deu de forma incontestante e sem efetivas condições de reter esse processo. Este contínuo “movimento da fronteira” é percebido pela avaliação das tendências demográfica dos diversos municípios da região.

Há que se ressaltar que esta transformação da região, que teve grande impactos em termos de perdas demográficos, foi compensada por elevados ganhos econômicos com as atividades agrícolas mais modernas da região, que elevaram a produtividade da área, aumentaram a arrecadação de impostos regional, fizeram crescer o PIB do Estado e dos municípios da área, enfim possibilitaram um efetivo crescimento econômico que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da área.

Isto significa que, de um lado a modernização do campo regional apresentou resultados economicamente positivos, e, de outro, demográficos negativos, pois no caso da população da área a modernização originou diversos problemas sociais na região, tais como urbanização acelerada, desemprego no campo, êxodo rural, etc.

Tanto que, concordando com Cunha (2003a), sustenta-se que a análise do Oeste do Paraná fornece um cenário interpretativo do processo bastante interessante do ponto de vista de compreensão das várias formas pelas quais a migração se entrelaça com fatores econômicos e acelera ou retarda um processo de desenvolvimento regional.

Deve-se deixar claro que não se pretendeu aqui deitar “loas” ou críticas ao processo de produção capitalista praticado na região. Pois há que se ressaltar que o estudo com os enfoques desenvolvidos não tem a intenção de realizar qualquer espécie de destaque a existência de alguns possíveis efeitos daninhos da expansão capitalista da agricultura na região, o que se desejou foi identificar como os processos se deram e quais os resultados obtidos, tanto os positivos quanto os negativos.

Até porque, neste contexto, convém frisar que o setor primário na região foi e ainda é um dos principais componentes, senão o principal pilar do crescimento econômico da área; porém, em função de erros históricos que se acumulam, estas atividades do setor, de modo especial a agricultura e a pecuária, não conseguiram e não conseguem garantir uma distribuição da renda adequada a partir de um acesso mais balanceado à riqueza gerada e, portanto, também não consegue fazer com que mais indivíduos acessem melhores condições de vida. Isto se dá especialmente com aqueles residentes no campo.

Assim, a agropecuária na região atuou primeiramente viabilizando e, logo a seguir, inviabilizando boa parte da imigração na área. Essa atividade econômica dinamizou a demografia regional, pois os núcleos urbanos passaram a apresentar elevado crescimento; que, porém, ocorreu em detrimento do decréscimo da população rural da região.

E, considerando-se a trajetória dos assentamentos humanos do Oeste do Paraná, além das grandes modificações na forma de inserção dos migrantes na área ao longo do período deste estudo, fica claro que a atividade agrícola, e as demais correlatas, combinadas com a sua hegemonia em termos econômicos e espaciais, aliada à pecuária “integrada”, deixaram poucas alternativas para se pensar na continuidade do intenso processo de ocupação imigratória observado nos anos das décadas de 1950 e 1960.

Ademais, não se pode perder de vista que parte deste processo no período foi resultante da atividade extrativa da madeira e da erva-mate, bem como da própria ocupação de terras que geraram um movimento econômico muito atrativo, e que este processo, enquanto não se esgotou na área, serviu de elemento de atração de pessoas.

Contudo, com o tempo este panorama alterou-se e passou a se dar com novas características, pois a retirada dos recursos naturais passou a ser efetuada em escala empresarial, provocando forte movimentação econômica de origem extrativa e imobiliária, primeiro rural

depois urbana, gerando as primeiras transformações na organização econômico-demográfico na região, e estimulando o surgimento de núcleos urbanos elementares.

Frente a este quadro, considera-se que a região deixou de ser local na condição de fronteira agrícola e passou para uma área de cenário mais complexo, agroindustrial, deixando de ser uma alternativa para os migrantes com baixa qualificação, tal como se pode verificar nas características educacionais dos imigrantes na área.

Há que se destacar o fato de que este estudo foi elaborado no afã de aprofundar a compreensão das grandes alterações nas migrações do Oeste do Paraná, especialmente nas últimas três décadas; e, dadas as características da região e dos fatos demográficos ali ocorridos, pode-se qualificar a mesma como uma área de forte circulação migratória, que vivenciou, num curto espaço de tempo fluxos imigratórios muito fortes que foram rapidamente substituídos por outros igualmente fortes de emigração, concomitantemente à ocorrência de um acelerado processo de esvaziamento da população rural e acentuado crescimento da população urbana, o que efetivamente qualifica a região como um sugestivo objeto de estudo de caso da migração no país.

De um lado, porque seu estudo permitiu analisar alguns dos condicionantes desse fenômeno, especialmente os impactos do processo de capitalização crescente das atividades agrícolas no país e, de modo especial, àquelas ocorridas no Paraná, que repercutiram de forma muito importante na área. De outro lado, porque estudar uma região com tais características que vivenciou uma rápida transição, em comparação com outras áreas nacionais, de região de fronteira agrícola para área de evasão populacional, de área rural para área urbana, possibilita compreender melhor o fenômeno migratório nacional e seus impactos.

Assim, entender as características cambiantes da migração em contextos como este, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, nos fornece uma ferramenta analítica poderosa, pois se acredita que além de apresentar um painel bastante detalhado do fenômeno migratório estadual, inclusive em termos espaciais, este estudo também contribui para entender melhor os sérios problemas advindos da tecnificação acelerada do campo e de suas conseqüências primeiro para as populações rurais, depois para as urbanas.

De modo que o aprofundamento de estudos sobre regiões com estas características de distribuição da população, de dinâmica econômico-regional e espacial, contribui para o avanço no entendimento dos movimentos migratórios e suas articulações com a dinâmica social e com o

desenvolvimento das regiões. Auxilia também o entendimento de como novas territorialidades e novos movimentos migratórios surgem, contribuindo assim para fortalecer os processos de expansão regional, com dinâmicas internas de distribuição espacial da população caracterizadas pela saída de população dos núcleos regionais, transformando as áreas mais dinâmicas em “perdedoras” de população.

Com referência às hipóteses apresentadas formuladas para a pesquisa, após a análise de todas as informações disponibilizadas no trabalho, e com embasamento nas formulações teóricas escolhidas, infere-se que, com referência à primeira hipótese, que a mesma se confirmou, ou seja, que as transformações originadas pelo processo de reestruturação da produção nacional que modificaram os quesitos de localização de grande parte das atividades econômicas bem como da qualificação da força de trabalho do país efetivamente influenciaram na configuração do espaço econômico e demográfico do Oeste do Paraná.

E, mais, que tal interferência realmente exerceu forte influência na configuração espacial da área nas últimas décadas, e que isto por sua vez influiu de modo substancial no surgimento e arrefecimento dos fluxos migratórios no Oeste paranaense.

Confirma-se, também, que efetivamente tal configuração de fatores deu-se do ponto de vista da origem e destino dos migrantes, bem como das etapas e volumes da migração ali ocorridos; vez que, na região, esse processo envolveu grande parte da população da área, primeiramente com uma grande capacidade de absorver migrantes nas áreas rurais da região, mediante movimento direcionado para a ocupação destas notadamente em pequenas propriedades, para logo a seguir apresentar alterações em sua estrutura de distribuição, transferindo grandes contingentes de indivíduos das áreas rurais para as urbanas da área num espaço de tempo muito curto.

Mediante isto confirma-se também a pressuposição existente na segunda hipótese do trabalho, qual seja a de que, por causa das transformações no perfil econômico produtivo da região nas últimas décadas modificou-se a intensidade e a direção dos movimentos migratórios. Porém a tecnificação da produção agropecuária da região efetivamente nem sempre foi o fator preponderante no movimento migratório dos indivíduos; vez que o conjunto das transformações econômicas que foram desencadeados na área, notadamente aquelas relativas à modernização de produção rural, agregaram-se aos fatores atrativos dos locais de destino.

Analisando-se as informações das características dos migrantes da região, a terceira hipótese também se confirma, pois o perfil da imigração na área foi realmente primeiramente caracterizado por uma imigração de mão-de-obra de baixa qualificação, de reduzido nível de escolaridade que se inseriu produtivamente no setor primário regional. De modo que com o tempo, dada a modernização da produção rural, a urbanização e o fortalecimento dos setores secundário e terciário da economia da área, passou a ocorrer ali uma elevação do crivo, do grau de exigência de qualificação dos indivíduos migrantes, pois se passou a demandar uma mão-de-obra com um nível educacional maior. Assim, os imigrantes passaram a se caracterizar por indivíduos mais qualificados, detentores de níveis educacionais mais elevados, que se inseriram produtivamente de modo destacado no setor terciário da economia da região.

Isso ocorreu também porque, com a redução das oportunidades representadas pelo processo de ocupação extensiva da região, quando esta era considerada área de fronteira, deu-se uma grande transformação nas exigências efetuadas pela região para absorver novos migrantes. E, como os indivíduos migram para regiões onde efetivamente visualizam oportunidades de inserção, e como as exigências no Oeste do Paraná para tanto se tomaram maiores, os indivíduos pouco qualificados reduziram e muito sua tendência de se deslocar para a área, assim proporcionalmente aumentou a participação dos mais instruídos no total dos movimentos.

Isso, por sua vez, torna-se mais representativo ainda quando se considera que, em termos gerais, os volumes de imigrantes na região, entre o período inicial do processo e a década de 1990, caíram de modo contundente, fazendo aumentar ainda mais o efeito da participação percentual de indivíduos mais qualificados no ato de imigrar para o Oeste do Paraná.

Resta, portanto, pensar na força que os maiores centros urbanos da região, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, possuem, que, no entanto, não parecem contar com uma estrutura produtiva diversificada e forte o suficiente para dar guarida a novas levas de migrantes.

Até porque estes, enfocados em conjunto, têm seu volume total grandemente composto por migrantes intra-estaduais “deslocados” em volumes cada vez maiores das áreas rurais, que anteriormente constituíam-se em locais e motivos de ocupação no âmbito da expansão da fronteira que agora se metamorfosearam em locais de repulsão populacional. Este seria um tema interessante para uma continuidade à presente investigação.

Assim, envolto num misto de crescimento econômico em ritmo intenso, de desenvolvimento paulatino, e o progressivo “fechamento” das fronteiras agrícolas pioneiras, o

Oeste do Paraná, em menos de 15 anos, deixou de constituir num palco real de possibilidades de inserção econômica e social para milhares de brasileiros em busca de alternativas de reprodução social principalmente no meio rural.

A região se converteu, então em um local de grandes possibilidades econômicas, não apenas em termos da valorização (e conseqüente concentração) fundiária, mas também em termos dos investimentos produtivos na agricultura para exportação, atividade esta atualmente considerada a “menina dos olhos” de boa parte dos governantes da área. Esse movimento, atrelado à modernização do campo e à urbanização acelerada da área tornaram a região um local de forte evasão populacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBERCOMBIE, K. C. Agricultural mechanization and employment in Latin América. **International labor Review**, Ithaca, v. 105, n. 6, p. 11-45, 1972.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, 1980/81, SEED/DEE, v. 1, Curitiba, 1982.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, SEED/DEE, v. 3, Curitiba, 1979.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, SEED/DEE. v. 2, Curitiba, 1973.

BAENINGER, R. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto (MG), **Anais...** Ouro Preto, nov. 2002.

_____. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90, In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, **Anais...** Caxambu (MG), ABEP, 2000.

_____. **Região, MetrÓpole e Interior**: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes – Brasil, 1980-1996. Tese (Doutorado) Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, mimeo, Campinas-SP. 1999.

_____. A Nova Configuração Urbana no Brasil: Desaceleração Metropolitana e Redistribuição da População. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11, **Anais...** Caxambu (MG), 1998a.

_____. Regionalización Y Migración: Tendencias Y Características Recientes Del Caso de Sao Paulo/Brasil. In: **Globalización Y Territorio**: Impactos y Perspectivas. Santiago de Chile: PUC/Instituto de Estudios Urbanos & Fondo de Cultura Económica, 1998b.

_____.; MATOS, R. Migration and Urbanization in Brazil: Process of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate. In: CADERNO DE RESUMOS BRAZILIAN DEMOGRAPHY. **Abstracts Special Sessions And Posters**, Campinas, SP, p. 24-24, 2001.

BALÁN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa**. In: BALÁN, J. (Org.). Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A. **Distribuição Espacial da População Brasileira – Mudanças na Segunda Metade deste Século**. Rio de Janeiro: IPEA/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. (Texto para Discussão 766).

BONI, C. E.; CUNHA, M. S. Evolução da estrutura fundiária no Estado do Paraná no período de 1970 a 1995/96. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JUNIOR, W. F. (Orgs.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12, Caxambu, **Anais...** Caxambu, v. 1, 2000.

_____. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG, 1997.

_____.; GARCIA, R. A.; SOUZA, R. G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, ABEP, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu, set. 2004.

_____.; GARCIA, R. A.; CARVALHO, J. A. M. Migrações de Curto Prazo nas Regiões Metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem - 1986/1991. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 13, Ouro Preto, **Anais...** Ouro Preto, v. 1, 2002.

_____.; GARCIA, R. A.; SOUZA, R. G. V. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, ABEP, Caxambu (MG), **Anais...** Caxambu (MG), Set. 2004.

CAMARA, M. R. G. **Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70**. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Pesquisa Econômica - IPE. Universidade de São Paulo-USP, 1985.

CAMARANO, A. A.; PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços** (Terceiro Relatório de Pesquisa), São Paulo: IPEA, fev. 2000. (Projeto BRA-97-3, São Paulo, Rio de Janeiro). mimeo.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930-1995. 2 ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

CHABARIBERY, D. **Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**. Cascavel: Assoeste, 1988.

COLOGNESE, S. A.; SCHALLENBERGER, E. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de Ser Evangélico Luterano no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste (Editora da UNIOESTE), 1994.

CUNHA, J. M. P. et. al. **Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004. 225p. (Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso, TEXTOS NEPO 49).

_____. A redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE/SP. v. 17., n. 3-4, jul./dez. 2003a.

_____. **A redistribuição espacial da população no estado de São Paulo (1960/1991): Um Exemplo de Uso do SIG**. 2003b. (mimeo)

_____. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970/96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos da População – Unicamp, 2002.

_____. et. al. Dinâmica migratória no Estado de São Paulo. In: HOGAN, D. J. et. al. (Orgs.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2000.

_____. (Coord.). **Projeto “Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização”**. Campinas : NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. (Relatório Final)

_____. Os movimentos migratórios no Centro Oeste na década de 1980: In: PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba, PR, nov. 1997, p. 91-138.

_____.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise e Dados**. Salvador/BA, v. 10, n. 4, p. 79-106, mar. 2001.

_____.; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo nos anos 90. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Minas Gerais, **Anais...** Caxambu, Minas Gerais, 2004.

_____.; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho: uma abordagem não algoz. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Minas Gerais, **Anais...** Caxambu, Minas Gerais, 2000.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, Trabalho e Renda nos Anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, **Anais...** Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

EMER, I. O. **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola**. Dissertação (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 29, São Paulo, p. 98-119, mar. 1991.

FERRERA DE LIMA, J. Geoeconomia e Política na Bacia do Prata: Notas Sobre sua Formação Histórica. In: SEGUNDA JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÓMICA DA ASOCIACIÓN URUGUYA DE HISTÓRIA ECONÓMICA (AUDHE), 1999, Montevideo. **Anais...**, Montevideo, 1999. v. 02. 1 CDROM

FERRERA DE LIMA, J. Geopolítica e economia na Bacia do Prata: Algumas considerações sobre sua formação histórica. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 22, n. 80, p. 47-76, dez. 1998.

FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; PIFFER, M. A influência do Prata na ocupação do Oeste do Paraná e na sua formação sócio-econômica: algumas considerações preliminares. In: FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; PIFFER, M. (Orgs.). **O Prata e as Controvérsias da Integração Sul Americana**. Cascavel: Edunioeste, 2001, p. 11-27.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: CONCITEC e IPARDES, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1953.

_____. **Censo Demográfico de 1940**. Rio de Janeiro, 1944.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Nacional, 1970. 248 p.

GONZATTO, M. C. **As indústrias comunitárias de Toledo – PR**. Cascavel: Ministério da Indústria e do Comércio/ACIT/FACITOL/Assoeste, 1984.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. Algumas Considerações Econômicas para a política migratória no meio Brasileiro. In: COSTA, M. A. (Ed.). **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971.

GREGORY, V. Colonização e Fronteiras: O Caso do Estado do Paraná (1930-1960). In: LOPES, M. A. (Org.). **Espaços da Memória, Fronteiras**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2000.

HAGGETT, P. **L'analyse spatiale en géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1973.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1961. (Primeira edição brasileira, tradução do original *The strategy of economic development*, Yale University Press, New Haven, USA, 1958).

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP. **Base cartográfica**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap>>. Acesso em: 2001

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Oeste paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Cadernos estatísticos municipais**. Curitiba: IPARDES, jul. 2000.

_____. **Dinâmica Demográfica da Região Sul: anos 70 e 80**. Convênio MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação & Nesur - Núcleo de Estudos Urbanos – IE – Unicamp, Curitiba, Paraná, 1997.

_____. **Imagens Estatísticas do Paraná**, Curitiba: IparDES, 1990 e 2000.

_____. **As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná**. Curitiba, Curitiba: IPARDES, fev. 1983a.

_____. **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990**. Curitiba: IPARDES, 1983b.

_____. **Análise Comparativa do Progresso Técnico na Soja em uma Região Antiga de Café (Norte) e em uma Região de Culturas Alimentares (Extremo Oeste no Paraná)**. Curitiba: IparDES, 1981.

_____. **Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1979.

_____. **Informativos do IPARDES**, 1976 e 94.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, v. 6, 2000. 206 p.

INTRANET PARANÁ. Disponível em: < <http://www.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2003

KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IparDES, n. 95, jan./abr. 1999, p. 27-50.

KUZNETS, S. S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Editora Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

LLUCH, E. **O desenvolvimento econômico. Biblioteca Salvat de Grandes Temas: Livros GT** – A problemática do homem atual num conjunto estruturado, unitário e coerente. Rio de Janeiro: Biblioteca Salvat, 1979.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____.; PATARRA, N. L. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. **Cadernos CEBRAP**, v. 20, São Paulo, 1975.

MACCARI, N. S. K. **Migração e memórias: a colonização do Oeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado em História), UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2003.

_____. O Paraná e as migrações – 1940 a 1991, Dissertação (Mestrado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (MG), 1996.

MANOEL, Á. **Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista**. São Paulo: IPE/USP, 1986

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília: IPEA, 1994. 43p.

_____. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. In: **Documento de Trabalho 11**, Brasília: Instituto SPN, 1992a. 29 p.

_____. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna**. Brasília, DF: ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992b.

_____. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC/Editora Marco Zero, 1991.

_____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NADALIN, S. O. et al. (Orgs.). **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: FSEADE, 1990. p.16-26.

_____. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 2, p. 28-31, jul./set. 1987.

_____. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, **Anais...** Campos do Jordão (SP), 1978.

_____.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 1, n. 2, p. 99-143, jan./dez.1984.

_____.; CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. In: SEMINÁRIO BRASIL SÉCULO XXI, **Anais...** Campinas: UNICAMP, 1989.

_____.; DINIZ, C. C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Editora Brasileira, v. II, n. 43, p. 121-134, jul./set. 1991.

MARTINS, J. S. O Vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terras para plantar neste verão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

MELLOS, E. C. de. **A mercantilização da produção agrícola regional e o estado da dinâmica da acumulação do capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares**: o caso do extremo-oeste paranaense. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1988.

MORETTO, A. C.; RODRIGUES, R. L.; PARRÉ, J. L. Tendências do agronegócio no Paraná: 1980 a 1995. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JUNIOR, W. F. (Orgs.). **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná**: história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso. 2 ed. Toledo-PR: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004. 450 p.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Regional. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

BERG, K.; JABINE, T. **Toledo - Um município da fronteira oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

OLIVEIRA, O.; GARCIA, B.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. M. (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS-DAES. Manual VI – Métodos de Medição da Migração Interna Conceitos Básicos, Definições e Mensuração da Migração Interna. In: MOURA, H. A. de. **Migração interna – textos selecionados**. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p.313-354, 1980.

OSÓRIO, C. Migrações Recentes e desigualdades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1, Campos do Jordão, **Anais...** Campos do Jordão (SP): ABEP, 1978.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

_____. **Os aglomerados urbanos de São Paulo**: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista. Campinas: SPG/FECAMP, 1992. (Relatório de Pesquisa. Terceirização e Precarização da Estrutura Ocupacional nos Anos 80. Projeto Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo).

_____.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios de origem rural: tempos e espaços. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2, Ouro Preto, 1999, **Anais...** Ouro Preto (MG): ABEP, nov. 1999.

_____. et al. (Coord.). **Migração, dinâmica urbana e condições de vida em São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1997.

PAULA, N. M. de. **Os camponeses e a intermediação comercial**: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste paranaense. Tese (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curitiba, 1983.

PEREGALLI, E. **Como o Brasil ficou assim?** São Paulo: Global, 1982.

PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense**: sua inserção na economia nacional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 1997.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SZMRECSÄNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 2, 1996.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações internas, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas gerais e São Paulo. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agro-industrial**: Um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba (PR), 1995.

_____.; FERRERA DE LIMA, J. Efeitos em Cadeia de um complexo agroindustrial: O caso da SADIA-Frigobrás em Toledo (PR). In: SHIKIDA, P. F. A.; CASIMIRO FILHO, F. (Org.). **Desenvolvimento regional e agroindústria**. Toledo (PR): Edunioeste, 1999. p. 31-56.

_____.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. Apontamentos a respeito da distribuição da população no Oeste do Paraná (1970/2000). In.: JORNADA CIENTÍFICA DA UNIOESTE, 3, 2005, Marechal Cândido Rondon, **Anais...** Marechal Cândido Rondon: Unioeste - PRPPG - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR, 2005a.

_____.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43, 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005b.

ROSTOW, W. W. **Etapas do crescimento econômico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SALIM, C. A. Migração: o fato e controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, Brasília, **Anais...** Brasília: ABEP, 1992.

SANDRONI, P. H. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seler, 1999.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec/AMPUR, 1982.

SILVA, J. F. G. (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**: Ignácio Rangel. Porto Alegre: Ed. Universitária, 2000.

_____. et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 2, p. 60-72, 1996.

_____. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p.

SILVA, J. R.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux. **Cadernos de Economia**. Chapecó, v. 4, n. 7, p. 75-95. jul./dez., 2000.

SILVA, O. et al. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1989. (Projeto História).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: USP, 1968.

_____.; SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). **Dinâmica da população: teorias, métodos, e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SYDENSTRICKER, J. M.; TORRES, H. G. Mobilidade de migrantes: autonomia ou subordinação na Amazônia legal. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 8, n. (1/2), ABEP, Campinas, 1991.

SZMRECSÁNYI, T. População e Desenvolvimento Econômico. In SZMRECSÁNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

TASCHNER, S. P.; BOGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 3, n. 2, jul./dez.1986.

TRINTIN, J. G. **A Economia Paranaense: 1985-1998**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE/ITAIPU. **Caracterização econômico demográfica da região do extremo Oeste do Estado do Paraná**, 2002. (Projeto Concluído).

VAN RAAJJI, R. **O modelo de agricultura da revolução verde é sustentável?** Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/1999/artigo_1999.htm>. Acesso em: 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

_____. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

_____. **História do Paraná**. 5 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p. (IPEA, Série PNPE, 27).

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste (Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná), 1999.

ZELINSKY, W. The impasse in migration theory: a sketch map for potencial escapees. In: **Population movements: their forms and functions in urbanization and development**. Paris, France: IUSSP, 1983.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABLAS, L. A. Q. Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. In: ROCCA, C. A. et al. (Org.). **Brasil 1980: os desafios da crise econômica**. São Paulo: IPE/USP, 1988.

ADÃO, J. L. et al. **Estrutura Fundiária e Mobilidade da Força de Trabalho nas Principais Áreas de Evasão e Atração Populacionais – Brasil 1970**. Boletim Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

AMARAL, A. E.; NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEP, v. 3, 1992. p. 2-212.

ANDRADE, T. A. **Fluxos Migratórios nas Cidades Médias e Regiões Metropolitanas Brasileiras: A Experiência do Período 1980/96**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão 747).

_____. et al. Cidades Médias e Mobilidade Recente da População. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, 8, **Anais...** Porto Alegre (RS), 1999.

_____.; SANTOS, A. M. S. P. Cidades Médias e Mobilidade Recente da População. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8, **Anais...** Porto Alegre (RS), 1998.

_____.; SERRA, R. F. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Brasília: IPEA, mar. 1998. (Texto para Discussão 554).

ANTICO, C. **Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba**: crescimento e expansão urbana na Região de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP/IFCH, 1997.

_____. Por quê migrar? In: PATARRA, N., et al. (Orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: 1980-1993. Campinas: UNICAMP/Ed.IE/FAPESP, p. 97-114, 1997.

ARANHA, V. **Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 2, p. 7-724, 1996.

ARAÚJO, M. F. Trajetória econômica e espacial da metrópole paulista. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 7, n. 2, p. 29-37, abr./jun. 1993.

AZZONI, C. R. **Dinâmica espacial recente do crescimento econômico do país**: eixo brasileira. 1998, 38 p. (mimeo)

_____. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio Econômico**, São Paulo: IPE/USP, n.58, 1986.

BAENINGER, R. **Redistribución Espacial de la Población**: Características y Tendencias del Caso Brasileño, Notas de Población 65. CELADE: Santiago de Chile, 1997.

_____. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 1996a. (Coleção Campiniana).

_____.; CUNHA, J. M. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, v. 10, n. 2, abr./jun., 1996b.

BALÁN, J. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: Notas para discussão. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados. v. 2, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 845-870, 1980.

BALTAR, P. A. Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 6, Olinda. **Anais ...** Olinda, 1988.

BARÊA, V. R.; JAKOB, A. A. E. Mobilidade Populacional Intrametropolitana De Goiânia No Período 1970-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE POPULAÇÃO DA ABEP, 12, **Anais...** Caxambu (MG), 2000.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras**: Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 9, n. 3, p. 62-70, 1995.

_____. Reorganização espacial da população no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**. v. 3, n. 3, p. 69-74, jul./set. 1989.

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)

_____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995a.

_____. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995b. p.399-416.

_____ et al. **A nova realidade da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo**. Campinas: IE/UNICAMP/FECAMP, 1994. (Relatório de Pesquisa).

_____.; CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1977.

_____.; PACHECO, C. A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: SEADE. **Cenários da urbanização Paulista: documento básico**. São Paulo: SEADE, n. 6, 1992a. (Coleção São Paulo no limiar do século XXI)

_____.; PACHECO, C. A. **Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana**. Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1992b. (Relatórios de Pesquisa).

_____. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1 a v.3, 1988a. (Coleção Economia Paulista).

_____.; PACHECO, C. A. O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3., 1988, **Anais...** Águas de São Pedro, 1988.

CARLEIAL, L. M. F. A. Questão Regional no Brasil Contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. C. Quesitos Sobre Migrações no Censo Demográfico de 1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, ABEP, Caxambu: Minas Gerais, 1992.

_____.; RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba, IPARDES/ABEP, 1998.

_____.; SALIM, C. A. Migração: O Fato e a Controvérsia Teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, **Anais...** Brasília (Distrito Federal), 1992.

CASTRO, M. G. Considerações sobre recorrência ao censo demográfico do Brasil para análises sobre família e migrações internas. In: **Investigación e Información Sociodemográficas 2**. CLACSO, Buenos Aires (Argentina), 1981.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi**: do mito à história. Cascavel: Edunioeste, 1999.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL (CODESUL). **O papel Social do Pequeno Estabelecimento Rural no Paraná**. Curitiba: Codesul, ago. 1978.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Princípios).

COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale**: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris, France: Édition de L'Institut National D'Études Démographiques, 1988.

_____. Modelos Migratórios Simplificados. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados, v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p.267-286, 1980.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

CUNHA, J. M. P. Migratory dynamics and the process of occupation of Central-Western Brazil: the case of Mato Grosso. In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 25th, Tours – France, **Session n. 409: The demography of the frontier**, Tours – France, July, 2005.

_____. (Des.) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais ...** Caxambu: ABEP, 1998.

_____. A migração nas regiões administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, ABEP, v. 4, n. 2, p. 89-111, jul./dez.1987.

_____.; ALMEIDA, G. M. R.; RAQUEL, F. Migração e Transformações Produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Minas Gerais, **Anais...** Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

_____.; BAENINGER, R. (Coords.). **Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste - Sistematização das Informações Censitárias sobre Migração - Estado de Goiás e Distrito Federal.** Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP. 78 p., jan., 2000. (Série Dados Demográficos, v. 8).

_____.; BAENINGER, R. Processo de metropolização e migração: análise comparativa entre a Grande São Paulo e Campinas. **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, v. 8, n. 4, p. 1-116, out./dez.1994.

_____.; RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, v. 3, n. 3, 1989.

DEDECCA, C. S.; PACHECO, C. A. Emprego e crise: as transformações na estrutura do emprego no Estado de São Paulo na década de 1980. In: SEADE. **Cenários da urbanização Paulista - documento básico: o processo de urbanização paulista no período 1970-1989.** São Paulo: SEADE, n. 4, 1992. (Coleção São Paulo no limiar do século XXI).

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985.** São Paulo: Editora da Unicamp/Ícone, p. 30-34, 1985.

DINIZ, C. C. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados.** São Paulo: Fundap, p. 417-429, 1995.

_____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

_____.; LEMOS M. B. **Dinâmica Regional e suas Perspectivas de 90:** Prioridades e perspectivas de políticas públicas, Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconomicos de la migracion interna, con especial referencia a la region de America Latina Y El Caribe.** Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FAISSOL, S. Aspectos Formais do Estudo de Migrações Internas. In: PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, **Anais ...** Campos do Jordão (SP): ABEP, 1978.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem Populacional de 1996.** Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A região de influência das cidades.** Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Fluxos migratórios intrametropolitanos, Brasil - 1970/80.** Rio de Janeiro, n.45, 1991. (Textos para discussão.)

FURTADO, A. **Desconcentração industrial**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 3, 1986. (Série São Paulo 80).

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 11 ed. São Paulo: Nacional, 1987.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GONÇALVES, M. F. **O Novo Brasil Urbano** (Impasses, Dilemas e Perspectivas), Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

_____. Novas configurações no desenvolvimento urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Revista Espaço e Debates**, n. 38, 1994.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. As Migrações Inter-Regionais e Urbanas e o Crescimento Econômico no Brasil. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna – textos selecionados**, v. 2, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 733-778, 1980.

GREEN, R. H.; SANTOS, R. R. dos. Economía de red y reestructuración del sector agroalimentario. In: SEMINÁRIO CAMBIO TECNICO Y REESTRUCTURACIÓN DEL AGROALIMENTARIO, España. **Anais...** Paris: Consejo Superior de Investigaciones de España, 1991a.

GREEN, R. H.; SANTOS, R. R. dos. **Uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo da reestruturação do setor agroalimentar na América Latina**. Curitiba: s. n., p. 8-9, 1991b.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da Colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 à 1970**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, RJ. 1997.

_____. **Estruturas Agrárias e Migrações: colonização do oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 1994. (Projeto de Pesquisa).

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O complexo agroindustrial no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 nov., p. 8-11, 1976.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: NEPO/UNICAMP. **Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste**, 1. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 25-65. 1997. (Textos NEPO 33).

GUNN, P. Urbanização no Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna – textos selecionados**, v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p.173-210, 1980.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B. et al. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31-79.

_____. **De la economía a la política y más allá**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1984.

HOGAN, D. J. et. al. (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp: PRONEX, 2002.

_____. (Coord.). **Redistribuição espacial da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste**. Campinas: PRONEX/NEPO-UNICAMP, 1998. (II Relatório de Pesquisa)

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **A dinâmica da ocupação agrícola do Estado do Paraná: 1975 a 1992**. Curitiba: IPARDES, dez. 1994. 59 p.

_____. **Cenários da economia paranaense - 1987-91**. Curitiba: IparDES, 1987 e 2000.

_____. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IparDES, fev. 1982a.

_____. **Renda Interna do Paraná por Microrregiões Homogêneas e Municípios Selecionados - 1970-1980**. Curitiba: IparDES, ago. 1982b.

_____. **Estudos dos Efeitos Econômicos e Sociais da Hidrelétrica de Itaipu sobre a Região Oeste do Paraná**, Curitiba: IparDES, 1977.

_____. **Estudo de integração de pólos agroindustriais do Paraná**. Curitiba: IparDES, jun. 1974. p. 2. (Primeira fase, Resumo).

_____. **Estrutura Agrícola do Paraná. Sub-setores lavouras**, Curitiba: IparDES, 1960, 1970, 1973.

LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: **Population, distribution and migration**. New York: United Nations, 1998.

LEÃO, I. Z. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES, 1989.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna – textos selecionados**, v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p.89-114, 1980.

LIMA, L. C. Tecnopólo: a formação de uma nova territorialidade. In: SANTOS, M. et al. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1993.

LINHARES, T. **Paraná Vivo**: um retrato sem retoques. 1ª Reimpressão. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 6, São Paulo, 1973.

MACHADO, B. P. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n.3, 1963.

MAGALHÃES, M. V. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

_____. A migração no Paraná nas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise Conjuntural**, v. 14, n. 11/12, nov./dez. Curitiba: IPARDES, 1992.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.

_____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.

MASSEY, D. et al. Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration. In: GUIBERNAU, M.; REX, J. (Eds.). **The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration**, United Kingdom (UK): Polity Press, pg. 257-269, 1997.

MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

_____. et al. **Migrações internas no Brasil**: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região - Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1994a.

_____. **Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994b.

MONTAGNER, P. **Agroindústria**: evolução de um instrumento analítico. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP/IE, 1989.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MOTTA, D.; MUELLER, C.; TORRES, M. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**. Brasília: IPEA, 1997. 32p. (Texto para Discussão 530),

MOURA, H. M. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

_____.; MOREIRA, M. As migrações na Região Norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998. P.139-188.

MÜLLER, G. **Observações sobre a noção de complexo agroindustrial**. São Paulo: Unesp/Cedem, 1991.

_____. **As relações indústria-agricultura e os padrões agrários no Brasil**. Araraquara : Universidade Estadual Paulista, set. 1989a. (Coleção Rascunho, 2).

_____. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, Educ Editora da PUC-SP, 1989b. p.45.

_____. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.2/2, n. 6, abr./jun. 1982. p.48.

MULLER, K. D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo-Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 83-129, jan./mar. 1986.

_____. **Toledo Um Povoamento pioneiro planejado no Sul do Brasil**: Toledo, Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 33, n. 129, p. 100-108, abr./jun., 1975.

NORTH, D. C. A Agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL/INSTITUTO DE ECONOMIA (NESUR/IE/UNICAMP). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. São Paulo: Unicamp/Campinas, out. 1998. (Mimeo). (Relatórios de números).

OLIVEIRA, M. C. Mercantilização e urbanização em São Paulo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Brasília. **Anais ...** Brasília: ABEP, 1988.

PACHECO, C. A. et al. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/ABEP, 1997.

PANIZZI, W. **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

_____. Introdução. In: **Seminário Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: ANPUR/IPPUR, 1990. (Coletânea de Textos).

PATARRA, N. L. et al. (Coords.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

_____. (Coord.). **Série Migração em São Paulo**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1993 e 1994. (Textos NEPO 24, 25, 26, 28)

_____. Objeto e campo da demografia. In: SZMRECSÁNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

_____.; ANTICO, C. Novas territorialidades e a integração econômica: municípios transfronteiriços. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8, **Anais...** Porto Alegre (RS), 1998.

_____.; BAENINGER, R. Movimento migratório: novas características, novas indagações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3, 1989, Águas de São Pedro, **Anais...** Águas de São Pedro, 1989. (mimeo).

_____.; BAENINGER, R. **São Paulo: povigente, povovigente, povo e gente**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1988. 92 p. (TEXTOS NEPO 15),

_____.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. **Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. (Mimeo).

PATARRA, N.; CUNHA, J. M. P. da. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000. (Terceiro Relatório de Pesquisa).

_____. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**. v. 1, n. 2. p. 32-35, 1987.

PEREIRA, L. B.; LUGNANI A. C. Evolução da produção agrícola paranaense no período pós-modernização: análise das principais transformações e suas causas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, n. 27, Piracicaba, 1989. **Anais...** Brasília (DF): SOBER, v. 1, p. 391-415, 1990.

PERILLO, S. R. O que muda na dinâmica migratória do Estado de São Paulo nos anos oitenta? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEP, v.3, p.255-270, 1992.

PIFFER, M.; FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A. A influência do Prata na ocupação do Oeste do Paraná e na sua formação sócio-econômica: algumas considerações preliminares. In:

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de.; PIFFER, M. **O Prata e as controvérsias da integração Sul-Americana**. Cascavel: Edunioeste (Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná), 2001.

PIORE, M. J. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.). **The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**. New York: Russell Sage Foundation, p. 1-41, 1995.

_____. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: KRITZ, M. et al. (Eds.). **Global trends in migration**. New York: Center for Migration Studies, p. 179-197, 1981

_____.; RUMBAUT, R. G. **Immigrant america: a portrait**. Berkeley: University of California Press, 1990

POTENGY, G. F. O Processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial. In: MOURA, H. A. de. **Migração interna: textos selecionados**. v. 2, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 871-9, 1980.

PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. **L'analyse spatiale: localizations dans l'espace**. Paris: Armand Colin, 1997.

REDWOOD III, J. Reversión de polarización, ciudades secundárias, y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil Contemporaneo. **Revista Eure**, Chile, mar. 1985.

RIBEIRO, J. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste Brasileiro**. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 1997.

RICHARDSON, H. **Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RICHMOND, A. H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

_____. **Aspects of the absorption of immigrants**. Ottawa: Manpower e Immigration, 1974.

RIGOTTI, J. I. R.; CARVALHO, J. A. M. As migrações na grande região Centro-Leste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEP/IPARDES, 1997. p.67-90.

_____.; CARVALHO, J. A. M. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na região metropolitana de Belo Horizonte - década de 70**. Dissertação

(Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 1994.

ROCHA-TRINDADE, M. B. et. al. **Sociologia das migrações**. Lisboa (Portugal): Universidade Aberta, 1995.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n 82, 1994.

SALES, T. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas questões para pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v. 9, n. 1, p. 50-64, jan./jun. 1992.

_____.; ROCHA, R. R. (Orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

SANTOS, R. B. **Migração no Brasil**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SASAKI, E. M. A migração internacional contemporânea e a internacionalização da produção. In: **Cadernos de Sociologia**, n 1, p. 165-188, Campinas: IFCH/UNICAMP, jan./jun.1996.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de Ser Evangélico Luterano no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 1994.

SCHICKLER, S. A Teoria da Base Econômica Regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In.: HADDAD, P. R. **Planejamento regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: IPE/INPE, 1972.

SCHWARTZMAN, J. A. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975. (monografia 16)

SCOTT, A. A economia metropolitana. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994. p.63-73.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Informe Demográfico**. n. 16, São Paulo: Secretária Estadual de Economia e Planejamento, 1985.

_____. **Informe Demográfico**. n. 10, São Paulo: Secretária Estadual de Economia e Planejamento, 1983.

_____. **Informe Demográfico**. n. 06, São Paulo: Secretária Estadual de Economia e Planejamento, 1981.

SEAG/DERAL. **Relatórios Gerais**, Cascavel e Toledo (PR), 2003.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 2, n. 6, p. 5-46, abr./jun. 1982.

SILVA, J. F. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: IANNI, O. (Org.). **Brasil em artigos**. São Paulo(SP), p. 197-222, 1995.

_____. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P.; REYDON, B. (Org.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas/SP, p. 118-140, 1995.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Revista da Reforma Agrária**, set. 1991, p. 5.

SOUZA, M. A. **A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais**: Relendo (sempre) Milton Santos. In: Campinas: SEMINÁRIO CONTEXTO GERAL DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, **Anais...** NESUR/NEPO-UNICAMP, mar.1995.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo, In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 211-244, 1980.

SYDENSTRICKER, J. M. Família na fronteira mudanças e indagações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, **Anais...** Caxambu: ABEP, p.185-210, 1990

STERN, C.; OLIVEIRA, O. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados, v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 245-266, 1980.

SZMRECSÄNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, V. (Ed.). **Immigration reconsidered**, New York: Oxford University Press, pg.79-95. 1990.

TODARO, M. P. A Migração da mão de obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p.145-172, 1980.

VAINER, C. B. Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos (um roteiro para discussão no GT de Migrações). In: **Reunião dos grupos de trabalho da associação brasileira de estudos populacionais**. Campinas : NEPO/UNICAMP, dez. 1991.

_____. **Trabalho, espaço e estado**: questionando a questão migratória. n. 6, p. 43, Rio de Janeiro, 1984. (Cadernos IPPUR).

VILLA, M.; RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: **Grandes ciudades de América Latina**: dos capítulos. Documentos Docentes. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE/Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

_____. Urbanización y transición demográfica en América Latina: una reseña del período 1930-1990. In: EL POBLAMIENTO DE LAS AMÉRICAS, **Anais...** IUSSP, v. 2, 1992.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

YAP, L. A migração interna e o desenvolvimento econômico no Brasil. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna**: textos selecionados. v. 2, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 779-8, 1980.

ZILMER, R. J.; MARAFON, G. J. Considerações Sobre a Produção do Espaço Urbano. **Revista Geografia Ensino e Pesquisa**, Universidade Federal da Santa Maria (RS), Santa Maria, set. 1994.